



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1214

Terça-feira - 09 de Abril de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Arroio Trinta.....	2
Ascurra.....	2
Bela Vista do Toldo.....	2
Biguaçu.....	3
Braço do Trombudo.....	3
Caçador.....	6
Camboriú.....	9
Campo Alegre.....	13
Campos Novos.....	13
Canoinhas.....	26
Capinzal.....	27
Catanduvas.....	28
Chapadão do Lageado.....	32
Concórdia.....	34
Cordilheira Alta.....	34
Corupá.....	38
Curitibanos.....	40
Ermo.....	41
Forquilha.....	41
Fraiburgo.....	41
Garopaba.....	64
Garuva.....	69
Gaspar.....	79
Governador Celso Ramos.....	81
Guaramirim.....	81
Herval d'Oeste.....	82
Ibiam.....	82
Imbituba.....	85
Iomerê.....	94
Ipumirim.....	99
Irineópolis.....	100
Itaiópolis.....	101
Itapoá.....	101
Joaçaba.....	104
Lages.....	151
Lauro Muller.....	152
Lebon Regis.....	160
Leoberto Leal.....	179
Luzerna.....	189
Maracajá.....	189
Maravilha.....	196
Monte Carlo.....	197
Morro da Fumaça.....	208
Navegantes.....	209
Nova Trento.....	241
Novo Horizonte.....	242
Palhoça.....	243
Palmitos.....	250
Papanduva.....	250

Paulo Lopes.....	252
Peritiba.....	256
Porto União.....	266
Rio do Sul.....	268
Salto Veloso.....	285
Santa Terezinha do Progresso.....	285
São Bento do Sul.....	287
São Domingos.....	289
São Lourenço do Oeste.....	289
São Pedro de Alcântara.....	291
Schroeder.....	296
Timbó.....	302
Três Barras.....	311
Vargeão.....	311
Videira.....	312
Vitor Meireles.....	314
Xavantina.....	315

Associações

AMMVI.....	317
EGEM.....	319

Consórcios

CIGA.....	322
CINCO.....	322
CIS/AMMVI.....	323
CIS/AMOSC.....	323
CIS/AMUNESC.....	329
CIS/AMUREL.....	329
CISAM.....	329

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Arroio Trinta

PREFEITURA

Lei Nº 1631, de 05/04/2013.

LEI Nº 1631, DE 05/04/2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar à Empresa Baldo Confeções Ltda, Área de Terras que especifica, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta, autorizado a doar para a Empresa BALDO CONFECÇÕES LTDA, Empresa privada, com CNPJ sob nº 83.073.106/0001-42, estabelecida à Rua Videira, nesta Cidade de Arroio Trinta - SC, a seguinte área de terra:

- UMA ÁREA DE TERRAS URBANAS, COM 720M² (SETECENTOS E VINTE METROS QUADRADOS) SITUADA NA RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, COM AS SEGUINTE CONFRONTAÇÕES: AO NORTE - COM TERRAS DE LÍRIO SERIGHELLI, 18 (DEZOITO) METROS; AO SUL - COM A RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 18 (DEZOITO) METROS; AO LESTE; COM TERRAS DE NELSON LÁZARE, 40 (QUARENTA) METROS; AO OESTE, COM ÁREA AFETADA 01ª, 40 (QUARENTA) METROS.

Parágrafo único. O bem Imóvel de que trata o "caput" deste artigo foi objeto de Cessão real de uso, através da Lei Municipal nº 1213/2006.

Art. 2º A transferência definitiva do imóvel deverá ser celebrada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a publicação desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta lei, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 05 de abril de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 05 de abril de 2013.

NELSON CAMPAGNIN
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Chamada Pública - Gêneros Alimentícios Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0002/2013

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados, que, de acordo com a Lei nº 11.947, de 16/07/2009, Resolução nº 38 do FNDE de 16/07/2009, encontra-se aberta a CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS

ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA OS MESES DE MAIO A AGOSTO DE 2013.

Os Grupos Formais e ou Informais, deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda.

O prazo para a entrega dos envelopes será no período de 08/04/2013 a 18/04/2013, no horário das 08:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:00h. A abertura dos Envelopes de habilitação, análises das propostas e resultado final será no dia 19/04/2013 no horário das 09:30h, na Sala de Reuniões da Comissão de Licitações, sito à Rua XV de Novembro, 26, Centro, em Arroio Trinta - SC, para procederem a abertura os documentos e do Projeto de venda.

Arroio Trinta-SC, 08 de abril de 2013.

ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

Edital de Pregão 21/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA
EDITAL DE PREGÃO N.21/2013

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 22/04/2013 as 14h00min horas, PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISICAO DE PNEUS PARA CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL, conforme Edital. Maiores informações e cópia do Edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br

Ascurra, 09 de abril de 2013.

MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

Processo de Escolhas de Conselheiros Tutelares - Bela Vista do Toldo-SC

PROCESSO DE ESCOLHAS DE CONSELHEIROS TUTELARES - BELA VISTA DO TOLDO-SC

A Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), comunica aos interessados que estarão abertas as inscrições para o Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares conforme o Edital n.º 001/2013-CMDCA, para as vagas de conselheiros tutelares gestão 2013 à 2016. As inscrições estarão abertas no período de 10/04/2013 a 25/04/2013. Para demais informações consulte o edital que está publicado no site www.pmbvt.sc.gov.br.

SIMONE LESSAK MAGALHÃES
Presidente do CMDCA

Biguaçu

PREFEITURA

Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 73/2013 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA PARA LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 16:45 horas, do dia 22 abril, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 17:00 horas, do dia 22 abril, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 66/2013 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE DE ÔNIBUS, VAN E MICROONIBUS CONFORME A EXPECIFICAÇÃO EM ANEXO, PARA SECRETARIA DA CULTURA, ESPORTE E LAZER.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 17:15 horas, do dia 19 abril, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 17:30 horas, do dia 19 abril, 2013, no Setor de Licitações desta Prefeitura

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 5 de abril de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Decreto Nº 020/2013

DECRETO Nº 020 /2013

Constitui a Comissão Preparatória Municipal e aprova o Regimento da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Braço do Trombudo e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Decreto nº 018/2013, que convoca a 5ª Conferencia Municipal da Cidade de Braço do Trombudo.

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento da 5ª Conferência Municipal da Cidade, cujo inteiro teor constitui o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º A Comissão Preparatória da 5ª Conferência Municipal da Cidade, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias à realização da referida Conferência, obedecendo a representação dos segmentos conforme o art. 17 da Resolução Normativa nº 14 do Conselho das Cidades, de 06 de junho de 2012, que dispõe sobre o Regimento da 5ª Conferencia Nacional das Cidades e do art. 15 do Regimento da 5º Conferencia Estadual das Cidades, será constituída por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil, indicados 10 (dez) representantes titulares e 10 (dez) representantes suplentes para o exercício dessa representação, como segue:

I - gestores, administradores públicos e legislativos - estaduais, municipais:

Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Titular: Marilei Medeiros Domingues de Souza

Suplente: Carlos Koerich

Secretaria Municipal de Educação.

Titular: Isolene Grahl

Suplente: Luciane Bertli Kniss

Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer.

Titular: Iracema C. Hübes de Oliveira Stüpp

Suplente: Jean C. Correa da Costa Scharf

Secretaria Municipal de Obras/Estr./Serv.Urb. e Agropecuários.

Titular: Cristiano Samp

Suplente: Jonatan Truppel

Câmara de Vereadores.

Titular: Carice E. L. Wolnievicz

Suplente: Maristela Apª. C. Silva

SDR - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional.

Titular: Ramires Cavilha

Suplente: Jorge Adriano

ETA - Estação de Tratamento de Água.

Titular: Nildo Melmestet

Suplente: Egidio Hubner

II - movimentos populares:

Associação de Comunitária Pioneiros do Vale.

Titular: Priscila Gonçalves dos Santos Coelho

Suplente: Gilson da Silva Junior

III -- empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano:

Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL.

Titular: Marlus Ivan Nagel

Suplente: Cassiano Gerber

Art. 3º Fica ainda designado, para o exercício das atividades de Coordenador Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal, o Sr. CARLOS KOERICH.

Art. 4º As atividades da Comissão Preparatória, instituída por este Decreto, não serão remuneradas.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, 05 de abril de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

ANEXO I

REGIMENTO DA 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE BRAÇO DO TROMBUDO.

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS E FINALIDADES

Art. 1º. A 5ª Conferência Municipal das Cidades, convocada pelo Decreto nº 018/2013, nos termos do Decreto Federal nº. 5.790, de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 14 de. 06, de Junho de 2012, do Ministério das Cidades, será realizada no dia 08 de maio de 2013, sob a coordenação do Município de Braço do Trombudo, com o apoio da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI e Secretarias de Desenvolvimento Regional e terá os seguintes objetivos e finalidades:

I - propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos dos três Entes Federados com os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;

II - sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes no Município;

III - propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia para a formulação de proposições, realização de avaliações sobre as formas de execução da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;

IV - propiciar e estimular a organização das conferências das cidades como instrumento para garantia da gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município;

V - avançar na construção e consolidação da Política Municipal, Estadual e Nacional de Desenvolvimento Urbano;

VI - indicar prioridades de atuação ao CONCIDADES/SC, ao Conselho Nacional das Cidades e ao Ministério das Cidades;

VII - realizar balanço dos resultados das deliberações da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Conferências das Cidades, e dos avanços, dificuldades e desafios na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, em todos os níveis da Federação; e

VIII - eleger e indicar delegados municipais à 5ª Conferência Estadual das Cidades.

CAPÍTULO II

DA REALIZAÇÃO

Art. 2º. A 5ª Conferência Municipal das Cidades, que será integrada por representantes indicados e eleitos na forma prevista neste Regimento, tem abrangência municipal e, conseqüentemente, suas análises, formulações e proposições devem tratar das Políticas Municipais e sua implementação no Município.

CAPÍTULO III

DO TEMÁRIO

Art. 3º. A 5ª Conferência Municipal das Cidades desenvolverá os seus trabalhos a partir do Tema: "QUEM MUDA A CIDADE SOMOS NÓS: REFORMA URBANA JÁ" e construirá propostas para subsidiar as discussões da 5ª Conferência Estadual de Cidades.

§1. São temas a serem trabalhados na Conferência:

- Planos Estadual e Municipal de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos;

- Plano Catarinense e Municipal de Habitação de Interesse Social;

- Integração e Fortalecimento do Conselho Municipal das Cidades;

- Aplicação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade nos Plano Diretor Municipal; e

- Elaboração do Plano Estadual e Municipal de Mobilidade Urbana.

§2. O tema deverá ser desenvolvido de modo a articular e integrar as diferentes políticas urbanas.

Art. 4º. A 5ª Conferência Municipal das Cidades será composta de palestra com mesas de debates, painéis, grupos de debate e aprovação das propostas.

Art. 5º. Cabe a Comissão Preparatória Municipal deliberar, sobre documentos e textos de apoio, que subsidiarão as discussões da Conferência.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 6º. A 5ª Conferência Municipal das Cidades será presidida pelo Prefeito e, na sua ausência ou impedimento eventual, pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Marilei Medeiros Domingues de Souza.

Art. 7º. A organização e realização da 5ª Conferência Municipal das Cidades será coordenada pelo Município de Braço do Trombudo, com apoio da AMAVI - Associação dos Municípios do Alto e Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Art. 8º. Compete a Comissão Preparatória Municipal referente à 5ª Conferência das Cidades:

I - elaborar a programação da 5ª Conferência das Cidades;

II - elaborar documento sobre o temário central e textos de apoio que subsidiarão as discussões da 5ª Conferência das Cidades;

III - designar facilitadores e relatores para a discussão das temáticas;

IV - mobilizar as diversas instâncias de governo e entidades da sociedade civil locais envolvidas no debate da política urbana;

V - promover ampla divulgação da 5ª Conferência Municipal das Cidades; e

VI - sistematizar o relatório final da 5ª Conferência Municipal das Cidades, e encaminhá-los ao CONCIDADES/SC, para validação da Conferência.

CAPÍTULO V

DOS PARTICIPANTES

Art. 9º. A 5ª Conferência das Cidades, em suas diversas etapas, deverá ter a participação de representantes de diversos segmentos, conforme a seguinte composição:

I - gestores, administradores públicos e legislativos - estaduais, municipais, 42,3%;

II - movimentos populares, 26,7%;

III - trabalhadores, por suas entidades sindicais, 9,9%;

IV - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano, 9,9%;

V - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e conselhos profissionais, 7%, e

VI - Ong's com atuação na área do Desenvolvimento Urbano, 4,2%.

§ 1º As vagas definidas no Inciso I serão assim distribuídas: 10% para o legislativo, 12% para o Executivo Estadual e 20,3% para o Executivo Municipal.

§ 2º Para os fins do disposto no caput deste artigo, o enquadramento nos diversos segmentos deverá ser efetuado da seguinte forma:

I - Poder Público Executivo: Estão enquadradas as secretarias, empresas de economia mista, autarquias e fundações. Poder Público Legislativo: estão enquadrados os vereadores e deputados estaduais.

II - Movimentos sociais e populares: Estão enquadradas as organizações de associações de bairros, movimento por moradia, movimento de luta por terra e as entidades voltadas à questão do desenvolvimento urbano.

III - Trabalhadores representados por suas entidades sindicais - Sindicatos e federações representativas dos trabalhadores legalmente constituídos e vinculados às questões de desenvolvimento urbano.

IV - Entidades representativas do empresariado, relacionadas à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano. Enquadram-se também cooperativas voltadas às questões do desenvolvimento urbano.

V - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos profissionais: Estão enquadradas entidades vinculadas à questão do desenvolvimento urbano, representativas de associações de profissionais, autônomos ou de empresas, profissionais representantes de entidades de ensino, centros de pesquisas das diversas áreas do conhecimento e conselhos profissionais regionais;

VI - ONGs: Estão enquadradas entidades do terceiro setor, vinculadas à questão do desenvolvimento urbano.

§ 3º Não se enquadram nos segmentos acima descritos, partidos políticos, igrejas, instituições filantrópicas, clubes esportivos, desportivos e recreativos e conselhos municipais e estaduais, bem como toda e qualquer agremiação que tenha por atividade ações discriminatórias, segregadoras e xenófobas, entre outras.

§4º Em caso de dúvida quanto à abrangência e atuação das entidades participantes na Conferência caberá à Comissão Preparatória Municipal validar ou não a indicação.

Art. 10. A 5ª Conferência Municipal das Cidades será aberta ao público e deverá ter a participação de representantes dos segmentos constantes do art. 9º.

Art. 11. Serão eleitos durante a 5ª Conferência Municipal, 2 (dois) delegados à 5ª Conferência Estadual das Cidades, número este estabelecido em função da população, de acordo com o Regimento Estadual e em conformidade com o CENSO IBGE 2010.

§1º A eleição dos delegados municipais será por segmento, obedecendo a proporcionalidade da representação, conforme o disposto no art.9º deste Regimento, respeitando o âmbito municipal, sendo que 1(um) representará o Poder Público e 1 (um) representará a

Sociedade Civil.

§2º Serão candidatos a delegados à 5ª Conferência Estadual das Cidades os representantes dos segmentos citados no art. 9º, indicados pelos diversos segmentos que representam, desde que regularmente inscritos e presentes na 5ª Conferência Municipal.

§3º O delegado titular eleito terá um suplente do mesmo segmento, que será credenciado somente na ausência do titular.

CAPÍTULO VI DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 12. As despesas com a organização geral e com a realização da 5ª Conferência das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários próprios do Município, com apoio da AMAVI - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí.

Parágrafo único. As despesas dos delegados eleitos a participarem da 5ª Conferência Estadual das Cidades correrão por conta das entidades a que se vincularem ou ao Município.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. Os resultados da Conferência serão remetidos ao CONCIDADES/SC, em até 5 (cinco) dias após sua realização, a fim de validá-la, em formulário próprio a ser distribuído, via internet, pelo Ministério das Cidades.

Art. 14. Os casos omissos e conflitantes deverão ser decididos pela Comissão Preparatória Municipal, cabendo recurso ao CONCIDADES/SC.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Decreto Nº 021/2013

DECRETO Nº 021/2013

Nomeia Comissão Organizadora do Concurso "Compre para Ver, Braço do Trombudo Crescer" e estabelece outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei nº 0503/2005, de 23.12.2005, etc

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Organizadora do Concurso "Compre para Ver, Braço do Trombudo Crescer", constituída pelos seguintes servidores: Elisabeth Hoeltgebaum, Fábio Dalmarco, Michelle Vermoehlen, Denise Schussler Werter e Scheila Andréia Klug.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, fica revogado o decreto nº 036/2008 de 08.08.2008 e as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, 05 de abril de 2013.
CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH
Prefeito Municipal

Decreto Nº 022/2013

DECRETO Nº 022/2013

Nomeia Comissão Organizadora do Concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer" e estabelece outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei nº 0504/2005, de 23.12.2005, etc

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Organizadora do Concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", constituída pelos seguintes servidores: Elisabeth Hoeltgebaum, Fábio Dalmarco, Michelle Vermoehlen, Denise Schussler Werter e Scheila Andréia Klug.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, fica revogado o decreto nº 037/2008 de 08.08.2008 e as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, 05 de abril de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Aviso Licitação PR 31-2013 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº 31/2013

TIPO: Menor Preço Por Lote

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h00min do dia 24/04/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 24/04/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, situada Av. Santa Catarina, nº 195, e-mail: licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor ou pelo site www.cacador.sc.gov.br.

Caçador/SC, 04 de Abril de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

Prefeito Municipal

Resumo Ata de Análise das Propostas TP 02-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESUMO ATA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS TP 02-2013

A Comissão verificou que as empresa Conre Construções e Reformas não apresentou composição dos encargos sociais conforme alínea "d" do item 4.3 do Edital, sendo desclassificada, a outra empresa habilitada Lajetec Lajes e Artefatos de Cimentos Ltda apresentou a proposta atendendo o solicitado no Edital sendo classificada. Como nem todos representantes encontram-se presentes abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recursos.

Propostas: CONRE CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA, valor proposto R\$ 73.177,81.

LAJETEC LAJES E ARTEFATOS DE CIMENTOS LTDA, valor proposto R\$ 83.540,19.

Ata de Registro de Preço Nº 61 - 2013 - Prefeitura

ATA nº 61/2013 - PREFEITURA-PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS, Referente ao processo licitatório nº 32/2013, Pregão Presencial nº 24/2013 Fornecedor: ALBERTO KOEHLER E CIA LTDA ME / CNPJ nº 10.807.912.0001-23,, com sede nesta cidade de Caçador/SC. Prazo 12 meses.

LOTE 01 - MOTOCICLETAS:

ITEM	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	MO R\$	PEÇAS %
1	HONDA	MOTO HONDA CBX 200 STRADA - 019CV 196CC - GASOLINA	MCF2118	2001	30,00	5%
2	HONDA	MOTO HONDA CG 125 CARGO - 012CV 124CC - GASOLINA	MFT5240	2002	30,00	5%
3	HONDA	MOTO HONDA CG 125 CARGO - 012CV 124CC - GASOLINA	MFT4790	2002	30,00	5%
4	HONDA	MOTO HONDA CG 125 TITAN - 012CV 124CC - GASOLINA	MCA3485	2003	30,00	5%
5	HONDA	MOTO HONDA CG 125 TITAN - 012CV 124CC - GASOLINA	MCA3565	2003	30,00	5%
6	YAMAHA	MOTO YAMAHA YBR 125 YBR 125 ED - 012CV 124CC - GASOLINA	MBU1095	2002	30,00	5%
7	YAMAHA	MOTO YAMAHA YBR 125 YBR 125 ED - 012CV 124CC - GASOLINA	MCI7037	2002	30,00	5%

8	YAMAHA	MOTO YAMAHA YBR 125 YBR 125 ED - 012CV 124CC - GASOLINA	MCI7027	2002	30,00	5%
9	YAMAHA	MOTO YAMAHA YBR 125 YBR 125 ED - 012CV 124CC - GASOLINA	MCI6997	2002	30,00	5%
10	HONDA	MOTO HONDA XRE 300 - 0CV 291CC - GASOLINA	MGT6017	2009	30,00	5%
11	HONDA	MOTO HONDA XRE 300 - 0CV 291CC - GASOLINA	MGT6027	2009	30,00	5%

Ata de Registro de Preço Nº 62 - 2013 - Prefeitura

ATA nº 62/2013 - PREFEITURA-PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS, Referente ao processo licitatório nº 32/2013, Pregão Presencial nº 24/2013 Fornecedor WEGNER AUTO MECÂNICA LTDA- EIRELI ME / CNPJ nº 79.644.605/0001-75, com sede nesta cidade de Caçador/SC. Prazo 12 meses.

LOTE 02 - AUTOMÓVEIS DE PASSEIO:

ITEM	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	MO R\$	PEÇAS %
12	GM	CLASSIC LS 4 PT 78 CV FLEX	MIZ4625	2012	48,50	5%
13	GM	CLASSIC LS 4 PT 78 CV FLEX	MHJ5772	2012	48,50	5%
14	GM	CLASSIC LS 4 PT 78 CV FLEX	MHJ5732	2011	48,50	5%
15	GM	MERIVA JOY 5 PT 114 CV - FLEX	MFE2411	2006	48,50	5%
16	GM	CRUSE LT 5 PT 114CV - FLEX	MJH1125	2012	48,50	5%
17	FIAT	PALIO WEEKEND 5 PT 117 CV - FLEX	MLV1249	2012	48,50	5%

18	FIAT	UNO MIL- LE FIRE 5 PT 66 CV - FLEX	MGH8598	2008	48,50	5%
19	FIAT	UNO MIL- LE FIRE 5 PT 66 CV - FLEX	MEW9788	2008	48,50	5%
20	FIAT	UNO MIL- LE FIRE 5 PT 66 CV - FLEX	MEW9748	2008	48,50	5%
21	FORD	FIESTA SEDAN 1.6 5 PT 107 CV - FLEX	MKG7562	2012	48,50	5%

Ata de Registro de Preço Nº 63 - 2013 - Prefeitura

ATA nº 63/2013 - PREFEITURA-PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2013, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA PREVENTIVA E CORRETIVA, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS, Referente ao processo licitatório nº 32/2013, Pregão Presencial nº 24/2013 Fornecedor AUTO PEÇAS CACHINSKI LTDA EPP CNPJ nº 03.725.881/0001-04, com sede nesta cidade de Caçador/SC. Prazo 12 meses.

LOTE 03 - CAMIONETES:

ITEM	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	MO R\$	PEÇAS %
22	GM	BLAZER 5 PT 147 CV22 - FLEX		GM	49,00	5%
23	GM	S10 2.8 4X4 CABI- NE DUPLA23 132 CV - DIESEL		GM	49,00	5%
24	TOYOTA	TOYOTA BANDEI- RANTE 4 PT 102CV - 1 T- DIESEL	24	TOYOTA	49,00	5%

LOTE 04 - MICRO ÔNIBUS

ITEM	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	MO R\$	PEÇAS %
25	GM	IMP/GM TRAFIC 80CV - GASOLINA	LYU1543	1996	49,00	5%
26	MERCE- DES BENZ	IMP. MB SPRINTER - 310 D	MCA0310	1997	49,00	5%
27	AGRALE	MICRO ÔNIBUS AGRALE 1600 91CV - DIESEL	LZR7684	1988	49,00	5%

LOTE 05 - ÔNIBUS E CAMINHÃO

ITEM	MARCA	MODELO	PLACA	ANO	MO R\$	PEÇAS %
28	MERCE-DES BENZ	M.BENZ/L 1113 145CV - DIESEL	LZN2747	1977	49,00	5%
29	SCANIA	SCANIA K113 CL	BWA6397	1991	49,00	5%

Ata SRP 12-2013 Saúde

Ata SRP 012/2013 FMS - O objeto da presente Ata é atualização de preços constantes na Ata Principal de Registro dos Preços para aquisição de medicamentos nº 77/12. O preço deste registro de preços será de R\$ 0,0311 para o item 217 - Nimesulide 100 mg cp. Referente ao processo licitatório nº 13/2012, PE 01/2012. Contratado: MÁXIMA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Republicação - Ata de Registro de Preço Nº 34 - 2013 - Prefeitura

ATA nº 34/2013 - PREFEITURA -PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013 Registro de preços para aquisição de material de limpeza e gêneros alimentícios destinados a diversas secretarias. Referente ao processo licitatório nº 21/2013, Pregão Presencial nº 15/2013 Fornecedor: INDUSTRIAL MOAGEIRA LTDA- CNPJ nº 83.054.924/0010-99. Caçador, SC.

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	300	LT	ACIDO MURIATICO EMBALAGEM DE 1 LITRO, PARA DIVERSAS SECRETARIAS	MAGICO	2,87	861,00
2	1700	PCT	AÇÚCAR REFINADO BRANCO, PACOTE DE 5 KG	DUÇULA	10,20	17.340,00
4	1000	LT	ÁLCOOL 92.8 GL - LIQUIDO	MEGA	3,29	3.290,00
19	180	FD	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA LIXO, NA COR PRETA 12 MICRA - TAMANHO 75X90 CAPACIDADE 100 LITROS - FARDOS COM 100 UNIDADES.	RESINA	25,70	4.626,00
21	1500	FD	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA LIXO, NA COR PRETO 10 MICRA, TAMANHO 63 X 80, CAPACIDADE 50 LITROS (REFORÇADA), FARDOS COM 10 UNIDADES (PARA DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL)	RESINA	1,66	2.490,00
22	180	FD	EMBALAGEM PLÁSTICA PARA LIXO, NA COR AZUL 12 MICRA - TAMANHO 75X90 CAPACIDADE 100 LITROS-FARDOS COM 100 UNIDADES.	RESINA	29,90	5.382,00
25	2400	UND	ESPONJA DUPLA FACE - 100MM X 71MM X 20MM	BRILMIS	0,40	960,00

58	200	UNID	VASSOURA DE PALHA COM CABO (COM BASTANTE PALHA)	COLONIAL	7,40	1.480,00
63	250	PCT	GUARDANAPOS DE PAPEL TAMANHO MÉDIO 22,5X 19,5CM, PACOTES COM 50 UNIDADES	POMME	0,38	95,00
66	200	CX	LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA. EMBALAGEM TETRA PAK CONTENDO 1 LITRO DO PRODUTO. PRAZO DE VALIDADE ATÉ 6 MESES, DEVERA CONSTAR O REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E APRESENTAR LAUDO BROMATOLOGICO. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS. CAIXA CONTENDO 12 LITROS DE LEITE	TIROL	27,48	5.496,00
TOTAL GERAL R\$ 42.020,00						

CÂMARA MUNICIPAL**Resposta À Impugnação Edital 14/2013**

ILMO. SR. REPRESENTANTE DA EMPRESA PRIMER PRODUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA-ME
REF. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR/SC, órgão representante do Poder Legislativo Municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 00.284.689/0001-23, com sede na Rua Fernando Machado, 139 - Centro - na cidade de Caçador/SC vem, através de sua PREGOEIRA abaixo assinada, nomeada pela Resolução 88/2011, apresentar, tempestiva e respeitosamente, RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO ao edital apresentada, pelas razões que seguem:

PRELIMINARMENTE**I - DA ADMISSIBILIDADE DA IMPUGNAÇÃO**

Antes de adentrar ao mérito da questão levantada pela impugnante, cumpre discorrer brevemente acerca da admissibilidade da impugnação apresentada.

Verifica-se que o prazo para apresentação de impugnação, conforme edital nº 14/2013, é de dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública de credenciamento e julgamento.

A impugnação foi apresentada, via e-mail, pela impugnante, em data de 03/04/2013, portanto, dentro do prazo estipulado no edital, o que a torna tempestiva.

No que diz respeito à forma de apresentação, a peça foi encaminhada a esta pregoeira via e-mail.

Muito embora a forma de apresentação transcrita no edital seja a de protocolo diretamente na Câmara Municipal, entende-se pertinente o recebimento da impugnação, pois os fatos nela citados vão ao encontro de outros fatos noticiados, que serão tratados no debate meritório.

Dessa forma, mesmo eivada de vício relativo à forma de apresentação, tendo em conta a gravidade das alegações dispostas na impugnação, optou-se por RECEBER a peça impugnatória,

passando-se à análise do mérito da quaestio.
Passa-se, portanto, à análise do mérito da impugnação.

MÉRITO**I - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DO OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ALEGADA DISCREPÂNCIA COM OS VALORES PRATICADOS NO MERCADO)**

A impugnante alega que o edital impugnado possui vício que culmina no cerceamento da participação de várias empresas, haja vista que o valor solicitado para o serviço é muito inferior à média hoje praticada no mercado do ramo.

Tendo em vista a alegação apresentada e o contato de outras empresas que igualmente alegam não ser possível cotar o objeto no preço em que se encontra, esta pregoeira notificou a autoridade competente dos fatos, informando, através da Comunicação Interna 021/2013 (anexa) de que, de fato, o procedimento prescindia de prévia pesquisa de mercado, o que não foi realizado. Realizou, ainda, contato com emissora de TV, no qual se constatou que apenas o serviço de transmissão (uma das condições do edital) já ultrapassaria o valor total do objeto.

Solicitou esta Pregoeira, ainda, a revogação do processo para a construção de um novo edital, que atendesse ao disposto na legislação no que diz respeito ao tratamento isonômico e a amplitude de concorrência.

A autoridade competente determinou o encaminhamento dos autos ao setor jurídico, o qual se manifestou através de parecer (anexo), pela modificação do edital já existente, por tratar-se de vício sanável.

Por oportuno, a autoridade competente despachou no sentido de suspender o feito a fim de que se possa realizar a pesquisa de mercado e a adequação do objeto, para que então possa ser marcada nova reunião de julgamento.

DISPOSITIVO

Diante das questões acima debatidas, esta pregoeira decide ACO-LHER PARCIALMENTE as alegações da impugnação ao edital em comento, e, consequentemente SUSPENDER a realização da sessão de julgamento até que sejam efetivadas as seguintes diligências:

1. realização de pesquisa para pormenorizar o objeto, de forma que possa ser objeto de pesquisa de preço;
2. realização da pertinente pesquisa de preços, com fixação do valor médio de mercado para o objeto a ser licitado;
3. republicação do edital com as devidas alterações e redesignação da data para abertura dos envelopes e sessão de julgamento;

Publique-se no mural da Câmara Municipal e no Diário Oficial dos Municípios, bem como se encaminhe cópia da decisão para a impugnante, via e-mail.

Caçador/SC, 04 de abril de 2013.

DANIELE ALVES SCHNOOR

Pregoeira

Contrato Administrativo Nº 09/2013

Câmara Municipal de Caçador/SC

Publicação Resumida: Art. 61 § único da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes

Contrato Administrativo nº 12/2013 - referente ao processo licitatório nº 09/2013 - Pregão nº 07/2013. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios destinados à manutenção da Câmara Municipal e Câmara Mirim, durante o exercício de 2013. Contratada: Industrial Moageira - CNPJ nº 83.054.924/0001-06. Valor previsto: R\$18.454,14. Prazo: 31.12.2013.

CARLOS EVANDRO LUZ

Presidente.

Camboriú

PREFEITURA

Convenios**RESUMO DOS CONVÊNIOS
FMAS**

Convênio nº 013/2013

Entidade conveniada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú

Data: 02/04/2013

Prazo: 18 (dezoito) meses

Valor do repasse: R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros, provenientes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú, com a finalidade de auxiliar na manutenção e execução do Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência.

Convênio nº 014/2013

Entidade conveniada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú

Data: 02/04/2013

Prazo: 18 (dezoito) meses

Valor do repasse: R\$ 55.140,00 (cinquenta e cinco mil cento e quarenta reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú, com a finalidade de auxiliar na manutenção e execução do Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência.

Convênio nº 015/2013

Entidade conveniada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú

Data: 02/04/2013

Prazo: 10 (dez) meses

Valor do repasse: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)

Objeto: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú, com a finalidade de custar parte das despesas com a participação dos atletas que irão representar o Município de Camboriú no Campeonato Estadual PARAJASC, que se realizará em 2013.

Convênio nº 016/2013

Entidade conveniada: Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias

Data: 02/04/2013

Prazo: 18 (dezoito) meses

Valor do repasse: R\$ 7.123,92 (sete mil cento e vinte e três reais e noventa e dois centavos)

Objeto: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros, provenientes do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Governo Federal, à Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias, com a finalidade de auxiliar na manutenção e execução do Programa de Apoio à Pessoa Idosa.

Convênio nº 017/2013

Entidade conveniada: Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias

Data: 02/04/2013

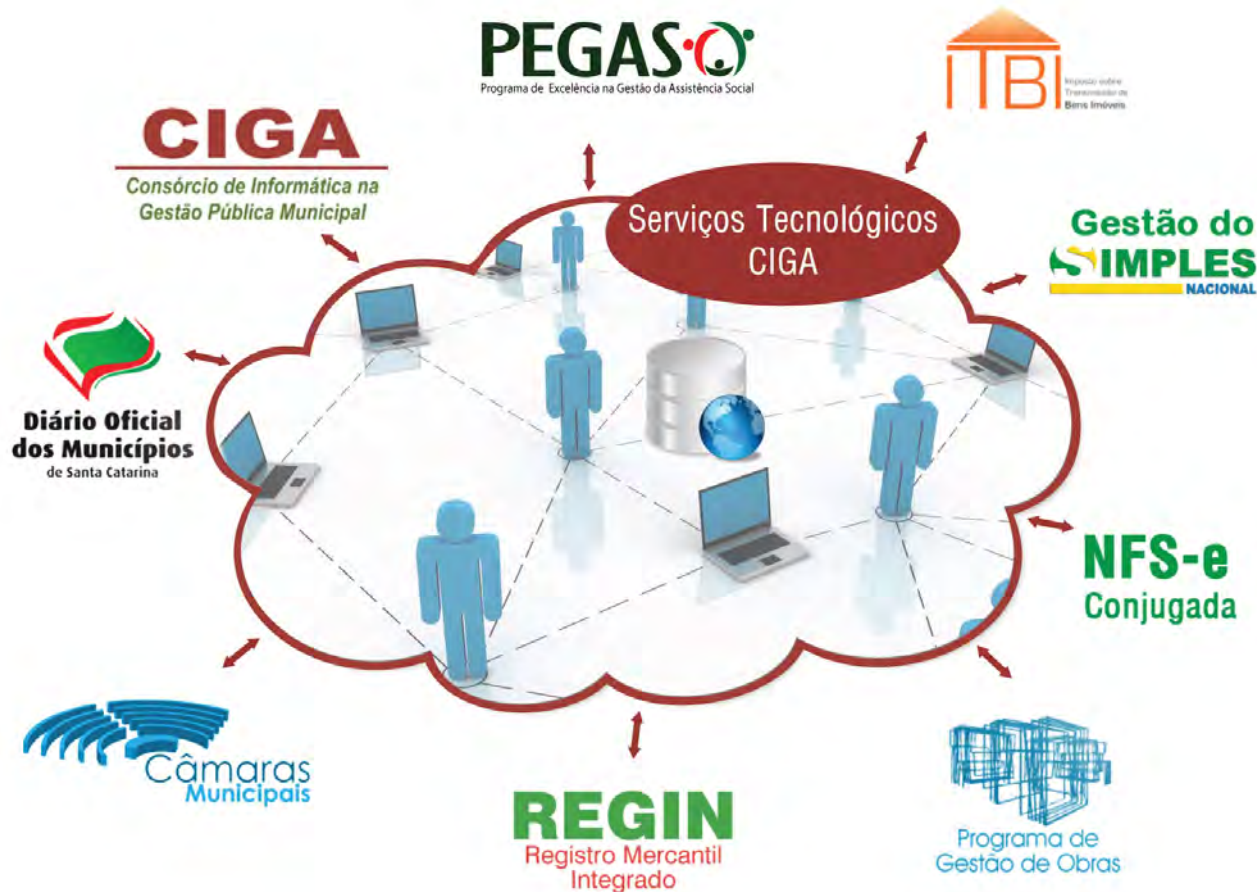
Prazo: 18 (dezoito) meses

Valor do repasse: R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais),

Objeto: O presente convênio tem por objeto o repasse de recursos financeiros destinados a Fundação Lar da Terceira Idade Padre Antônio Dias, com a finalidade de auxiliar na manutenção e execução do Programa de Atendimento à Pessoa Idosa.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Aplicação de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 194 - 892/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 892/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBD1082	55006426D	5479/0	25/07/2012	R\$ 85,12	181 * X

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRÂNSITO

Edital de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 856/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 856/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BFB1363	55652074D	7366/2	01/08/2012	252 * VI
IKX7807	55652510D	7366/2	20/08/2012	252 * VI
MBI3202	55652302D	7048/1	19/07/2012	244 * II
MBS9104	55652509D	7366/2	20/08/2012	252 * VI
MCP4363	55652526D	7366/2	23/08/2012	252 * VI
MID6224	55652524D	7366/2	23/08/2012	252 * VI
MIQ1513	55651971D	7056/1	09/08/2012	244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Portaria Nº 9.928 de 08 de Abril de 2013

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.928 DE 08 DE ABRIL DE 2013

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA A SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo público de Chefe do Serviço de Vigilância a Saúde, SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob nº 954286, referente ao período aquisitivo: 01 de agosto de 2011 a 31 de junho de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 09 de abril de 2013 á 18 de abril de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 08 de abril de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS CHAVES VIEIRA

Secretário Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 08/04/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Campos Novos

PREFEITURA

Lei Nº 3836/2013 - Dispõe Sobre a Criação do Conselho Municipal de Cultura de Campos Novos - SC e Dá Outras Providências

LEI Nº 3836/2013 DE 27/03/2013

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPOS NOVOS - SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE CAMPOS NOVOS - SC

(CMCCN)

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Cultura de Campos Novos - CMCCN, vinculado à Fundação Cultural Camponovense, tendo suas atribuições, estrutura e funcionamento definidos nesta LEI.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Cultura, órgão colegiado, de caráter normativo, consultivo, deliberativo, orientador objetiva institucionalizar a relação entre Administração Municipal e os setores da sociedade civil ligados à cultura, promovendo a participação destes na elaboração, na execução e na fiscalização da Política Cultural de Campos Novos.

Art. 3º - O Conselho Municipal de Cultura de Campos Novos terá sede na Fundação Cultural Camponovense ou em local a ser definido pela Administração Municipal.

Art. 4º - O Conselho manifestar-se-á através de deliberações, decisões, recomendações, moções, resoluções, pareceres ou outros expedientes, e, seus atos serão publicados pelos meios legais.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º - Compete ao Conselho Municipal de Cultura de Campos Novos - SC:

I. Representar a sociedade civil de Campos Novos - SC, junto ao Poder Público Municipal, nos assuntos culturais;

II. Elaborar, junto à Fundação Cultural Camponovense, diretrizes e normas referentes à política cultural para o Município;

III. Apresentar, discutir e dar parecer sobre projetos que tratam do desenvolvimento da cultura, da produção, do acesso, da difusão e da descentralização cultural do Município.

IV. Propor programas, ações e instrumentos objetivando estimular a democratização e a descentralização das atividades de produção e difusão artístico-cultural, visando garantir a cidadania cultural através do direito de acesso aos bens culturais, de produção e circulação culturais.

V. Garantir a continuidade de programas e projetos de interesse do Município;

VI. Emitir parecer sobre questões referentes à:

a) Prioridades programáticas e orçamentárias;

b) Propostas de obtenção de recursos;

c) Estabelecimento de convênios com instituições e entidades culturais.

VII. Colaborar para o estudo e o aperfeiçoamento da legislação sobre a política cultural, em âmbito municipal, estadual e federal;

VIII. Colaborar na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Plano Plurianual e Orçamento Anual (LOA), relativos à Fundação Cultural Camponovense;

IX. Avaliar a execução das diretrizes e metas estabelecidas pela Fundação Cultural Camponovense, bem como as suas relações com a sociedade civil;

X. Participar da elaboração do Plano Municipal de Cultura, fiscalizando e orientando a sua execução;

XI. Estimular e participar para o compartilhamento e pactuação necessários à efetivação do Plano Municipal de Cultura;

XII. Incentivar o aperfeiçoamento e a valorização dos profissionais e demais sujeitos sociais ligados ao processo do fazer e do viver culturais;

XIII. Auxiliar diretamente na realização da Conferência Municipal de Cultura ou outra modalidade de evento que tenha por objetivo auscultar a sociedade para fins de revisão da política cultural do Município;

XIV. Fomentar e auxiliar a Fundação Cultural Camponovense na efetivação e implementação de uma política cultural em consonância com a Lei Orgânica do Município;

XV. Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

XVI. Promover e incentivar estudos, eventos, campanhas, atividades permanentes e pesquisas na área da cultura;
XVII. Propor políticas de geração, captação e alocação de recursos para o setor cultural;
XVIII. Auxiliar a Fundação Cultural Camponovense na escolha de entidades que visam obter recursos por intermédio de auxílios e subvenções;
XIX. Auxiliar a Fundação Cultural Camponovense na proposição e construção de instrumentos que assegurem um permanente processo de monitoramento das atividades desenvolvidas por entidades que recebem subvenção ou auxílio Municipal;
XX. Aprovar diretrizes que encerrem critérios para aprovação de projetos inscritos na Fundação Municipal de Cultura;
XXI. Convocar representantes do poder executivo e dos demais conselhos municipais, quando se tratar de pauta nas esferas de suas respectivas competências, a fim de instruir a elaboração de suas deliberações, decisões, recomendações, moções, resoluções, pareceres ou outros expedientes.
XXII. Participar na elaboração, quando houver, do processo seletivo para aquisição de bônus cultural junto a Lei Municipal de Incentivos Fiscais para a cultura;
XXIII. Apoiar, orientar e assegurar junto ao setor competente do município o incremento de atividades culturais nas diversas modalidades e categorias, inclusive para o idoso, portadores de necessidades especiais, bem como nos bairros da cidade;
XXIV. Acompanhar a celebração de contratos, acordos e convênios que importem na constituição de ônus reais sobre bens da Fundação Municipal de Cultura;
XXV. Exercer demais atividades de interesse da arte e da cultura; e
XXVI. Executar outras atribuições que lhe forem conferidas.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Cultura poderá atuar também supletivamente, observada sua área de competência, objetivando a edição de normas que não colidam com as diretrizes do Conselho Estadual de Cultura, através de convênios específicos de cooperação firmados com órgãos municipais, estaduais, federais e internacionais.

Capítulo III

DA COMPOSIÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 6º - O Conselho Municipal de Cultura será composto de 15 (Quinze) conselheiros titulares e seus respectivos suplentes, sendo:

- I. Representante da Câmara de Dirigentes Lojista de Campos Novos - CDL;
- II. Representante da Associação Empresarial, Rural e Cultural Camponovense - ACIRCAN;
- III. Representante do Lions Clube;
- IV. Representante do Rotaract;
- V. Representante das Invernadas Artísticas;
- VI. Representante da Fundação Cultural Camponovense;
- VII. Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- VIII. Representante do Legislativo Municipal;
- IX. Representante das Entidades de Ensino Superior
- X. Representante dos Centros de Tradições Gaúchas - C.T.G.
- XI. Representante da Invernada dos Negros
- XII. Representante do Galpão "Caipora Viú"
- XIII. Representante das Escolas de Música
- XIV. Representante das Escolas de Dança
- XV. Representante da União Camponovense de Entidades Comunitárias -UNICAMPO.

§1º - O mandato dos membros do Conselho Municipal de Cultura de Campos Novos - SC será de 02 (dois) anos, admitida uma recondução por período igual e sucessivo.

§2º - Os representantes do Poder Público e das instituições serão indicados pelos respectivos órgãos e entidades e exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitindo-se a recondução por período igual e sucessivo.

§3º - Na hipótese de ausência do conselheiro titular em 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, num período de 12 (doze) meses, sem prévia justificativa escrita, à presidência do CMCCN, o suplente completará o mandato do titular, na forma do Regimento Interno.

§4º - Em caso de exoneração, licença, remanejamento do órgão ou em caso de desligamento da entidade que representa, o membro titular será automaticamente substituído pelo suplente e, na impossibilidade deste, pelos mesmos motivos, indicar-se-ão outros membros.

Art. 7º - Os representantes, titulares e suplentes, da sociedade civil nas áreas artístico-culturais e ou educacionais de Campos Novos - SC serão indicados pelos seus respectivos pares.

Parágrafo Único. São elegíveis a membros do Conselho Municipal de Cultura de Campos Novos - SC, os candidatos da sociedade civil nas áreas artístico-culturais e ou educacionais de Campos Novos - SC que atendam aos seguintes requisitos:

- a) Ser maior de 18 (dezoito) anos no ato da inscrição;
- b) Ser reconhecido pela comunidade local como participante, organizador, produtor ou incentivador da cultura;
- c) Ter atuação em atividades culturais.

Art. 8º - A função a ser exercida no Conselho é considerada serviço relevante e de utilidade pública.

CAPÍTULO IV

DA ESTRUTURA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 9º - O Conselho Municipal de Cultura terá a seguinte estrutura:

- I. Plenário;
- II. Presidência de Honra;
- III. Presidência;
- IV. Secretaria Executiva;
- V. Câmaras.

Art. 10º - A Presidência de Honra do Conselho Municipal de Cultura será exercida pelo Superintendente da Fundação Cultural Camponovense ou quem lhe fizer a vez, podendo opinar, sugerir e votar;

Art. 11 - O Presidente do Conselho será eleito dentre os seus pares.

§1º Os demais cargos eletivos serão preenchidos, dentre os conselheiros efetivos, através de escrutínio aberto, em reunião convocada para tal fim.

§2º O Regimento Interno definirá as atribuições de cada item da estrutura acima.

§3º O Regimento Interno definirá o processo eleitoral da Estrutura do Conselho.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12 - O Conselho Municipal de Cultura fará realizar, uma vez por ano, plenária pública.

Art. 13 - A Fundação Cultural Camponovense deverá disponibilizar a estrutura física para a realização de reuniões ordinárias, extraordinárias e plenária pública do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 14 - Nenhum conselheiro receberá pela sua participação qualquer tipo de pagamento ou remuneração.

Art. 15 - O Regimento Interno do Conselho Municipal de Cultura determinará a periodicidade das reuniões, ordinárias e extraordinárias e suas formas de sua convocação.

Art. 16 - Após a aprovação e publicação desta Lei, será realizada a composição do Conselho, a partir das indicações e eleição de seus membros, conforme arts. 6º e 7º desta LEI.

Art. 17 - O Conselho Municipal de Cultura, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da aprovação desta Lei, elaborará o seu Regimento Interno, elegendo sua primeira Diretoria.

Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 27 de março de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Pregão 25/2013 - Aquisição de Livros Para Ensino Fundamental (Series Iniciais) e Infanto Juvenil (Series Finais) das Unidades Escolares do Município.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 18 de ABRIL de 2013 às 10h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ENSINO FUNDAMENTAL (SERIES INICIAIS) E INFANTO JUVENIL (SERIES FINAIS) DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROPOSTA EM ANEXO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 08h30 as 11h00 e das 13h30min às 17h00 min diariamente.

Campos Novos, 08 de abril de 2013.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Portaria Nº 341/13 de 04/02/2013

PORTARIA Nº 341/13 DE 04/02/2013
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISLAINE DE OLIVEIRA DUARTE,

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, CRISLAINE DE OLIVEIRA DUARTE para exercer o cargo de Professor II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,

04 de fevereiro de 2013
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Pregão Presencial 26/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº26/2013

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 19 de abril de 2013 às 15h00min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de impressão, cópia e digitalização, com fornecimento de equipamentos, suprimentos, software de gerenciamento de impressões, software de controle e gerenciamento de documentos e assistência técnica, para Prefeitura, Autarquias, Fundos e Fundações do Município De Campos Novos, conforme descrição dos serviços, equipamentos descritos em anexo. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 8h30min às 11h00min e das 13h30min as 17h00min, diariamente.

Campos Novos, 09 de abril de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL

Edital Pregão Nº 02/2013

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013

TÍTULO: Serviços de telefonia móvel.

Tipo de Licitação: Menor Preço Global

Regência: Lei 10.520/2002, lei 8.666/93 e alterações, e Lei Complementar 123/2006.

Data e horário de apresentação dos envelopes: Até às 14:00 hs do dia 16/04/2013.

Data e horário da abertura dos envelopes: Dia 16/04/2013, às 14:30 horas. Os envelopes deverão ser entregues diretamente à Comissão de Licitação na sala de reuniões da Câmara Municipal.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, sob a modalidade PREGÃO PRESENCIAL, dispondo no presente Edital as condições de sua realização.

1 - DO OBJETO

1.1 A presente Licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada no serviço de telefonia móvel, conforme as quantidades e características descritas no "Projeto Básico - Anexo I" e na folha modelo de "Proposta de Preços - Anexo V".

1.2 A contratação do objeto descrito tem por justificativa a comunicação entre a equipe gerencial e de apoio desta Câmara e demais Órgãos.

2 - DA APRESENTAÇÃO

2.1 No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro e a sua equipe de apoio receberão os envelopes contendo as "Propostas" e os "Documentos exigidos para a Habilitação", em envelopes distintos, fechados e lacrados, contendo na parte externa, além do nome da empresa, a seguinte identificação:

Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO/CEP:
TELEFONE:

Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013
ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO/CEP:
TELEFONE:

3 - CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 Serão admitidos a participar desta Licitação os que estejam legalmente estabelecidos na forma da Lei, para os fins do objeto pleiteado.

3.2 É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica a representação, na presente Licitação, de mais de uma empresa.

3.3 Será admitida, em todas as etapas da Licitação, a presença de somente um representante de cada proponente.

3.4 A proponente deverá apresentar, inicialmente e em separado dos envelopes, documento com a indicação do representante credenciado, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da empresa proponente.

3.4.1 O CREDENCIAMENTO far-se-á por meio de:

a) Instrumento público de procuração e documento de identificação do representante com foto; ou

b) Instrumento particular com firma reconhecida, acompanhado de cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (a cópia poderá ser simples se estiver acompanhada dos originais para autenticação na sessão), e documento de identificação com foto do representante; ou

c) Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar a cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social (a cópia poderá ser simples se estiver acompanhada dos originais para autenticação na sessão), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, acompanhado de documento de identificação com foto.

3.4.2 Os documentos apresentados nos subitens de 3.4.1, "a", "b" e "c" deverão ser originais, ou, se a proponente preferir apresentá-los em fotocópia, a mesma deverá estar autenticada ou acompanhada de original para possível autenticação em sessão pelo Pregoeiro.

3.4.3 Segue modelo (Anexo II).

3.5 A proponente deverá apresentar inicialmente e em separado dos envelopes, Declaração para Habilitação, dando ciência de que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos na Cláusula Quinta deste Edital (Anexo III). Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que não possui regularidade fiscal na data da sessão, a mesma deverá constar nesta Declaração que atende aos requisitos necessários à habilitação, com exceção da regularidade fiscal.

3.6 A proponente deverá apresentar inicialmente e em separado dos envelopes, para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de Nacional de Registro do Comércio (DNRC) ou, em se tratando de Sociedade Simples, deverá apresentar Documento expedido pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob pena de ser considerada a condição de ME ou EPP.

3.7 Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente

credenciados.

3.8 Não será admitida nesta Licitação a participação de empresas que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias, entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição, e estrangeiras que não funcionem no país.

4 DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 A Proposta de Preços contida no Envelope nº 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: a) preferencialmente, emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente assinada pelo responsável da empresa representada e preferencialmente em 01(uma) via.

b) conter Razão Social completa e CNPJ da licitante. Havendo matriz ou filial sediadas no Estado de Santa Catarina o Município dará preferência pela emissão de nota fiscal por aquela aqui sediada.

4.2 A proposta de preços original deverá conter OBRIGATORIAMENTE OS VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS (conforme exigido na Folha Proposta - Anexo V), não podendo ultrapassar os valores máximos unitários previstos, sob pena de desclassificação. A proponente deverá informar, ainda, o valor que irá praticar para todos os serviços que excederem ao discriminado no pacote (conforme previsto na folha proposta de preços), não podendo ser superior ao valor unitário máximo, sob pena de desclassificação no certame.

4.2.1. Após a etapa de lances, a licitante vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 48 horas, nova planilha de preços com os custos unitários e totais, não podendo ultrapassar os valores cotados pela licitante em sua proposta inicial.

4.2.2 Os preços deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, com no máximo 03 (três) casas decimais após a vírgula, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto a ser fornecido, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa vencedora desta Licitação. No caso de licitante cooperativa, deverá estar incluso no preço o INSS que deverá ser pago pelo Município, conforme determinado pelo art. 22, inciso IV da lei 8.212/91 e alterações realizadas pela lei 9.876/99.

Parágrafo Único - Preferencialmente, e exclusivamente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às licitantes que apresentem suas propostas conforme o modelo "Proposta de Preços".

4.3 O prazo de validade da proposta é de 60 dias, contados da data limite para a entrega dos envelopes.

4.4 A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a licitante EXAMINOU CRITERIOSAMENTE OS DOCUMENTOS DESTA EDITAL, SEUS ANEXOS e que os produtos que foram cotados apresentam todas as características e especificações mínimas exigidas no projeto básico e na folha proposta de preços, conforme Anexos do Edital.

4.5 A apresentação de proposta de preço implica na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

4.6 A inobservância das determinações acima, implicará na desclassificação da proponente.

5 DA DOCUMENTAÇÃO

5.1 A proponente deverá apresentar o envelope nº 02 "HABILITAÇÃO", em 01 (uma) via contendo os seguintes documentos:

5.1.1 Habilitação Jurídica:

5.1.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou;

5.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

5.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, ou;

5.1.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou

sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.1.5 Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que o licitante tenha em seus atos constitutivos/objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

OBS: Nos casos em que a licitante apresentar um dos documentos constantes da cláusula 5.1.1 e subitens na fase de Credenciamento, a mesma fica dispensada de apresentá-lo na fase de Habilitação.

5.1.2 Regularidade Fiscal:

5.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.

5.1.2.2 Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Certidão Quanto à Dívida Ativa da União - Conjunta; com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias quando não constar expressamente no corpo da Certidão o seu prazo de validade.

5.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

5.1.2.4 Certidão Negativa Municipal, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, quando não constar expressamente no corpo da mesma o seu prazo de validade.

5.1.2.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

5.1.2.6 Prova de regularidade relativa a Seguridade Social - INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

OBS: As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

5.1.3 Qualificação Técnica:

5.1.3.1 Comprovação de que a licitante fornece ou forneceu, sem restrição, serviços de natureza e por período semelhante ao objeto do presente Edital, através de apresentação de 01(um) Atestado de Capacidade Técnica compatível com o objeto deste edital, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado por responsável, com nome legível.

5.2. Admitir-se-á a PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO. Nesse caso, deverá ser apresentado, na fase de habilitação, um Termo de Compromisso Público ou Particular de constituição de Consórcio, subscrito pelos representantes legais das empresas consorciadas, indicando a empresa responsável pelo mesmo, a qual deverá atender às seguintes exigências e condições de liderança:

a.1. Administrar o contrato futuramente celebrado, de acordo com os poderes que a lei lhe confere;

a.2. O CNPJ/MF da empresa líder deverá ser indicado na proposta comercial;

a.3. Todas as empresas consorciadas deverão apresentar os documentos de habilitação exigidos neste Edital (habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica);

a.4. Em havendo consórcio de empresa brasileira e estrangeira, a liderança caberá obrigatoriamente à empresa brasileira;

a.5. As empresas consorciadas não poderão participar, no presente certame, de mais de um consórcio ou isoladamente;

a.6. Se vencedor do presente certame, o consórcio fica obrigado a promover, antes da celebração do respectivo contrato, a sua constituição e registro, nos termos do compromisso firmado;

a.7. As empresas consorciadas deverão apresentar compromisso de que o consórcio não terá a sua composição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência da Câmara Municipal, até o final da vigência do respectivo contrato, exceto se as consorciadas vierem a se fundir numa só empresa que as suceda para todos os fins e efeitos legais;

a.8. As empresas consorciadas serão solidariamente responsáveis pelas obrigações assumidas pelo consórcio, tanto na fase de

licitação quanto na de execução do contrato;

a.9. O prazo de constituição do consórcio deverá coincidir com o prazo de vigência do respectivo contrato, bem como de suas possíveis prorrogações.

OBSERVAÇÃO:

A) Os documentos necessários à Habilitação deverão ser, preferencialmente, apresentados conforme a sequência acima mencionada, e poderão ser apresentados em original, ou, se preferir, deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos que forem apresentados em original não serão devolvidos, e passarão a fazer parte integrante deste processo licitatório.

B) Os documentos somente poderão ser autenticados por servidor da Câmara Municipal até 01 dia útil antes da sessão de abertura de envelopes.

C) Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

5.2 O Pregoeiro reserva-se no direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da Licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

6 CONDIÇÕES GERAIS

6.1 Os envelopes contendo a "Proposta de Preços" e os "Documentos de Habilitação", deverão ser entregues e protocolados à Comissão de Licitação, na sede da Câmara Municipal, situada na Rua Coronel Lucidoro, 1301, Centro, CEP 89.620-000 na cidade de Campos Novos/SC, em dias úteis, no horário de expediente.

6.2 Os recursos decorrentes deste processo licitatório serão recebidos, analisados e julgados de acordo com a legislação vigente.

6.3 Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

6.4 Ao apresentar proposta a proponente se obriga aos termos do presente Edital.

6.5 O Edital encontra-se disponível para retirada no Departamento de Compras da Câmara Municipal, situada na Rua Coronel Lucidoro, 1301, Centro, CEP 89.620-000 na cidade de Campos Novos/SC, cujas informações poderão ser obtidas no telefone: (49) 3541-0599; ou ainda por e-mail: contabilidade@camaracampsnovos.sc.gov.br. Atendimento balcão ou telefônico, em dias úteis, no horário de expediente.

6.5.1 Os Editais poderão estar disponíveis no site oficial da Câmara Municipal de Campos Novos, no endereço: www.camaracampsnovos.sc.gov.br quando da possibilidade de sua inteira extensão; não se obrigando a Câmara Municipal ao ato.

7 DA ABERTURA E JULGAMENTO

7.1 No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão na sala de reuniões da Câmara Municipal, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado.

7.2 Realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Cláusula Terceira do presente Edital.

7.2.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.

7.3 Deverão ser apresentadas, ainda, a Declaração para Habilitação e a comprovação de que a licitante é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso) enquadrada na forma da Lei Complementar 123/2006, sob pena de ser desconsiderada tal condição.

7.4 Abrir-se-ão os envelopes n.º 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicados aprazados no Edital.

7.4.1 O pregoeiro e a equipe de apoio rubricarão e submeterão a rubrica de todas as proponentes os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do envelope n.º 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.

7.4.2 O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor Preço Global e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor, ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 ofertas no intervalo de 10% (dez por cento), excetuadas aquelas propostas superiores ao valor máximo estipulado no edital.

7.4.3 As proponentes classificadas, conforme sub-item 7.4.2, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

7.4.3.1 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.

7.4.3.2 Fica a encargo do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).

7.4.3.3 O pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.

7.4.3.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.4.3.5 A ocorrência de oferta de lance com vista ao empate implicará na classificação preferencial da proponente que ofertou o menor valor anteriormente, na sua vez de oferta.

7.4.3.6 Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.4.3.7 A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

7.4.4 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

7.4.5 Procedida a classificação e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, improrrogáveis, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4.6. Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

7.4.7. Caso não ocorra a regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se-lhe a penalidade de que trata o item "Das Sanções Administrativas" deste Edital, e retomando a licitação na forma do item 7.4.5 ou 7.4.8.

7.4.8. Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

7.4.9. Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

I - a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de

Pequeno Porte, na forma do inciso I deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafos 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.4.10. O prazo para apresentação de nova proposta será de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

7.4.11. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.4.12. Será assegurada, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.4.13. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.4.14 Será desclassificada a proponente que:

- a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) apresentar preços manifestamente inexequíveis ou que ultrapassem o valor máximo unitário, e/ou global, e/ou por lote, estipulado no Edital (artigo 4º, inciso VII da Lei 10.520/2002).

7.4.15 Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deverá fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

7.4.16 Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

7.5. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

7.5.1. Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital;
- b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

7.5.2. Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;
- b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1. o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2. o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, improrrogáveis, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.5.2.1. Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2. acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a

desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

7.6. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando a seguir, a oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata da Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todos as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais - razões de recursos do recorrente - art 4º XVIII (03 dias consecutivos), proporcionando-se a todos, vista imediata do processo no Departamento de Compras.

7.7. A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

7.8. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

7.9. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.10. Não considerar-se-á qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

7.11. A presente licitação para os efeitos de julgamento será do tipo "MENOR PREÇO" considerando-se o Menor Preço Global para fins da escolha mais vantajosa para a Câmara Municipal.

7.12. A licitante vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 48 horas, nova planilha de preços com os custos unitários e totais, não podendo ultrapassar os valores cotados pela licitante em sua proposta inicial.

8 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS RECURSOS

8.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar o ato convocatório do presente Pregão Presencial, aplicando-se neles subsidiariamente as disposições contidas na Lei 8.666/93.

8.1.1 Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.

8.2 Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, devendo juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contra razões de recurso deverão ser enviados aos cuidados do Pregoeiro.

8.3 A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.

8.4 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

8.5 Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

8.6 Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação e protocolados junto ao Departamento de Compras, localizado na sede da Câmara Municipal, sita na Rua Coronel Lucidoro, 1301, Centro, CEP 89.620-000, Município de Campos Novos/SC, em dias úteis, no horário de expediente, a qual deverá receber, examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a

pertinência.

8.7 É vedada à licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade Superior, arquivar sumariamente os expedientes.

9. DO PRAZO CONTRATUAL, DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, respeitadas as determinações do art. 57 da Lei 8.666/93 com suas alterações.

9.2 O prazo para a emissão da Ordem de Serviço é de 02 dias úteis, contados da data da assinatura do Contrato.

9.3 O prazo de início da execução dos serviços, quando deverão ser entregues os aparelhos em comodato é de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço. Os aparelhos deverão ser entregues no seguinte endereço: na sede da Câmara Municipal de Campos Novos, sita na Rua Coronel Lucidoro, 1301, 323, Centro, CEP 89.620-000, Município de Campos Novos/SC.

9.4 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

9.5 Caso os serviços executados apresentarem irregularidades, a Administração solicitará a sua devida regularização, que deverá ser atendida no prazo máximo de 24 horas, contados da notificação apresentada à Contratada.

9.6 O atraso na execução regular dos serviços acarretará na suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas neste Edital e na minuta do contrato.

10 DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

10.1 A empresa adjudicada deverá executar os serviços conforme estabelecido na Autorização de Empenho emitida pelo Departamento de Compras, nas quantias solicitadas pelos requerentes da Câmara Municipal.

10.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, para posterior verificação da conformidade com a qualidade, especificação e preço, comparando-se com os dados descritos no Contrato e/ou Autorização de Empenho com a Nota Fiscal.

10.3 No caso de acréscimo em até 25%(vinte e cinco por cento) do quantitativo total estimado de cada item, fica o fornecedor obrigado a aceitar o acréscimo.

10.4 Os valores unitários do Contrato poderão ser reajustados somente a cada 12 (doze) meses, pelo Índice de Serviço de Telecomunicações - IST, ou por outro que venha a substituí-lo.

10.5 A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência for imprevisível no momento da contratação ou previsível - porém de consequências incalculáveis, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

11 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 O pagamento será efetuado mensalmente, na data de vencimento constante na Nota fiscal/fatura (cuja data será escolhida pela Câmara Municipal dentre aquelas indicadas pela Contratada na forma da lei), devidamente datada e assinada por responsável do setor requerente.

11.2 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar-se regular junto ao INSS e ao FGTS, cuja consulta on-line nos sistemas daqueles Órgãos fica a encargo da Câmara Municipal, respeitando-se o disposto no art. 195, parágrafo 3º da Constituição Federal.

11.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em

virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

11.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

11.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Câmara Municipal, o valor será atualizado monetariamente pelo INPC (ou por outro que vier a substituí-lo), acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, pro rata die.

11.6 Os recursos necessários à presente contratação, acham-se classificados na(s) dotação(ões) orçamentária(s) que se segue(m):

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VE-READORES

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

12 DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.

12.2 Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente ocorrerá após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

13 DA CONTRATAÇÃO

13.1 Homologado o resultado pelo Presidente da Mesa, a Câmara Municipal fará convocação da licitante em até 02 dias úteis. Recebida a notificação (via e-mail, correio ou fac-símile), a licitante vencedora terá o prazo de 02 dias úteis para assinar o contrato ou instrumento equivalente, observando-se o art. 62 da lei 8.666/93. A licitante vencedora deverá comparecer ao Departamento de Compras da Câmara Municipal de Campos Novos, para a assinatura, sujeitando-se esta, em caso de recusa, ao disposto nos arts. 64 e 81 da Lei 8.666/93.

13.2 Nas hipóteses de recusa do adjudicatário em assinar o Contrato, será convocada a licitante que tenha apresentado a segunda melhor oferta classificada, obedecidos aos procedimentos de habilitação referidos no item "Habilitação" do presente Edital, atendendo ao disposto no art. 4º, inciso XXIII da Lei 10.520/2002.

13.3 O disposto no item anterior poderá sempre se repetir até a efetiva celebração da contratação, observadas as ofertas anteriormente apresentadas pelas licitantes, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis à licitante que não cumprir os compromissos assumidos no certame.

13.4 Se a oferta não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e à ela adjudicado o objeto do certame.

13.4.1 Nas situações previstas no item anterior o Pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido melhor preço.

13.5 A CONTRATADA poderá sub-contratar os serviços VC2 e VC3, ou, ainda, poderá constituir consórcio na fase de habilitação, na forma disposta neste Edital.

13.6 A inexecução total ou parcial das obrigações oriundas do Contrato enseja a sua rescisão, e as penalidades previstas no artigo 7º da lei 10.520/02, inclusive multa no valor de até 10% do valor global Contrato firmado entre as partes.

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Às proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, deixarem de entregar, ou apresentarem documentação falsa exigida no Edital, comportarem-se de modo inidôneo ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Câmara Municipal pelo infrator:

a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;

b) multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta apresentada pela proponente;

c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, DF e Municípios pelo prazo de até 05 (cinco) anos consecutivos.

14.2 Será aplicada a multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A presente Licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado para conhecimento dos participantes da licitação.

15.2 A CONTRATADA poderá sub-contratar os serviços VC2 e VC3 (Item 5), ou, ainda, poderá constituir consórcio na fase de habilitação, na forma disposta neste Edital.

15.3 As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Câmara Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.4 A proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

15.4.1 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do Contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.5 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

15.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, firmando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal da Câmara na Prefeitura Municipal.

15.7 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade superior, em qualquer fase da Licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

15.8 As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais (que não produzam efeitos substanciais) não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

15.10 As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.11 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

15.12 A participação da proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

15.13 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

15.14 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e Anexos, deverão ser dirigidos ao Departamento de Compras da Câmara Municipal, através do e-mail: contabilidade@camaracamposnovos.sc.gov.br ou

por escrito e protocolados junto ao Departamento de Compras, da Câmara Municipal, situada na Rua Coronel Lucidoro, 1301, Centro, CEP 89.620-000, Município de Campos Novos/SC, em dias úteis, no horário de expediente.

15.15 Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

15.16 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, ou seja, o foro da Comarca de Campos Novos/SC.

15.17 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto para a entrega dos envelopes nº 01 e 02 e da documentação de Credenciamento.

15.18 São partes integrantes deste Edital:

- a) Anexo I - Projeto Básico;
- b) Anexo II - Credenciamento;
- b) Anexo III - Declaração para Habilitação;
- c) Anexo IV - Minuta de Contrato;
- d) Anexo V - Proposta de Preço (modelo).

O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

Campos Novos/SC, 05 de abril de 2013.

JOELMA F. FAÉ

Presidente da Comissão de Licitação

MAURILIO CASTRO CAMPAGNONI

Presidente e.e. da Mesa

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013

Projeto Básico

SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL

1. OBJETO

1. Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP) no plano pós-pago, para fornecimento de linhas telefônicas habilitadas, num total de 20 (vinte) linhas móveis, para atender a necessidade da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, conforme as especificações técnicas e condições constantes deste Edital e seus Anexos.

2. Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços continuados de telefonia de Longa Distância Nacional (LDN) em ligações originadas de telefones celulares (estações móveis), visando atender as necessidades do INPI, conforme as especificações técnicas e condições constantes deste Edital e seus Anexos. A quantidade de minutos não será distribuída necessariamente de maneira uniforme entre os usuários. Todavia, é esperado também que a operadora conceda a mesma tarifa de VC1 dentro e fora do plano contratado.

Requisitos

- Todas as tarifas informadas deverão constar valores COM tributos;
- Todas as condições comerciais deverão estar citadas;
- As ofertas apresentadas deverão atender integralmente as condições e especificações descritas neste documento, sob a pena ou não de aceitação da mesma pela Câmara Municipal de Campos Novos;
- A operadora, ao dar uma oferta na cotação, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação dos valores e condições da referida oferta, e caso seja a escolhida pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do serviço negociado.
- A Câmara Municipal de Campos Novos deseja que sejam mantidos os números de telefones móveis (SMP) atuais, portanto, a

operadora escolhida, (caso não seja a atual), deverá absorver os custos e procedimentos legais, envolvidos com a portabilidade numérica, não cabendo a Câmara Municipal de Campos Novos nenhum custo extra a respeito. Também será necessário o desbloqueio dos aparelhos atuais, em boas condições, sem onerar os cofres do município.

1.2. Regime de Fornecimento

Os aparelhos serão cedidos em regime de comodato e, dessa forma, continuarão sendo de propriedade da operadora pelo período de contrato. Será considerado um prazo de até 31/12/2013 para o comodato dos aparelhos.

1.3. Modelo dos Aparelhos

As referidas Estações Móveis deverão ser novas, e de primeiro uso, e estar com atualização tecnológica compatível com aquelas comercializadas na data da entrega e na data de cada renovação contratual, se for o caso.

Será requerida, no mínimo, a indicação de DUAS marcas/modelos de Estações Móveis de cada tipo abaixo discriminado - para escolha da Câmara Municipal de Campos Novos, sendo que as quantidades e pré-requisitos técnicos são apontados a seguir:

Aparelhos Superiores	Aparelhos Médios
Quadri-Band	Tri-Band
Internet	Câmera integrada c/ resolução entre 1 mpg
Agenda para 1000 Contatos	Speaker (Viva-Voz)
Câmera integrada c/ resolução mínima de 1 mpg	Conectividade por Bluetooth
Conexão para cabo USB	Gravação digital de conversas
Cartão de Memória Mínimo 1 GB	Agenda para 500 contatos
Conectividade por Bluetooth	Envio e recebimento de SMS
Envio e recebimento de SMS	

1.4. Quantidade de Aparelhos

A Câmara Municipal Campos Novos irá necessitar de 15 Aparelhos Superiores e 05 Aparelhos Médios.

1.4.1. A operadora deverá fornecer mais uma aparelho de cada modelo, para serem usados como backup.

1.5. Ativação dos Aparelhos

A contratada entregará a Câmara Municipal de Campos Novos os aparelhos, bem como homologará, sem custo a título de aquisição, habilitação ou taxa de serviço para ativação dos mesmos.

1.6. Garantia dos Aparelhos

1.6.1. Os aparelhos e acessórios deverão ter garantia total DO FABRICANTE.

1.6.2. O suporte técnico DO FABRICANTE deverá vigorar durante toda a vigência do contrato.

1.6.2.1. Na ocorrência de defeitos nos aparelhos e acessórios (baterias e carregadores) no período de cobertura da garantia, o FABRICANTE deverá providenciar o reparo ou a substituição dos aparelhos e seus acessórios, sem ônus, ressalvados os defeitos decorrentes de mau uso.

1.6.3. Os aparelhos e acessórios deverão ser substituídos a cada 12 (doze) meses, no caso de ocorrer renovação contratual.

2. SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP)

2.1. Componente de uso

Deverão ser apresentados tarifas COM TRIBUTOS, para os seguintes componentes de custo:

• Ligações locais (VC1):

- o On-net: Ligações para terminais móveis da própria operadora;
- o Off-net: Ligações para terminais móveis de outras operadoras;

• Ligações interurbanas (VC2 e VC3):

- o On-net: Ligações para terminais móveis da própria operadora;
- o Off-net: Ligações para terminais móveis de outras operadoras;
- o Fixo: Ligações para terminais fixos;
- o Fixo: Ligações para terminais fixos;
- o Solução Intragrupo Tarifa Zero: Ligações locais para aparelhos

sob o CNPJ 02.615.993/0001-31 (Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos).

- Adicional (AD): Custo por evento. Chamada originada/recebida fora da área de registro;
- Deslocamento (DSL/IRV): Custo por minuto em chamadas recebidas fora da área de registro;
- Short Message Service (SMS): Mensagem de texto;
- Gestor on line: controle de SMS/MMS; controle de acesso a internet, limitação de uso, controle de perfis, controle para ligações interurbanas.
- Pacote de dados GPRS/EDGE;

As tarifas ofertadas em ligações de longa distância devem considerar a utilização do CSP sugerido pela operadora.

2.2. Serviços Disponíveis

Os serviços abaixo devem estar disponíveis:

Caixa Postal e Identificador de chamadas;
Siga-me e Transferência de Chamadas;
Chamada em Espera e Conferência;
Bloqueio de chamadas Nacionais e Internacionais;
Bloqueio de chamadas à Cobrar;
SMS (Mensagens de Texto);

2.3. Serviço Tarifa Zero

Serviço que permite à Câmara Municipal de Campos Novos realizar chamadas com duração ilimitadas em VC1 (intra grupo) a um custo fixo mensal. Desejável que o serviço seja oferecido na seguinte modalidade: 1 para n: os aparelhos cadastrados no serviço possuem isenção na tarifa de VC1 para números sob o CNPJ da Câmara Municipal de Campos Novos. Nesta modalidade, são pagas tantas mensalidades (custo fixo mensal), quantos aparelhos estiverem cadastrados. Deve ser permitidas também inclusão e exclusão de usuários sem que isso represente custo adicional para a Câmara Municipal de Campos Novos.

2.4. Nível de Serviço Mínimo - Anatel

O nível de serviço mínimo deve estar em conformidade com a regulamentação da Anatel para todos os quesitos do serviço de Telefonia Móvel. Os endereços de Internet abaixo apresentam os níveis de serviço exigidos pela Anatel.

http://www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/biblioteca/protocolos/smc/anexoii_protocolo_smc_manual.pdf

http://www.anatel.gov.br/Tools/frame.asp?link=/biblioteca/protocolos/smc/anexo_i_protocolo_smc_metas.pdf

As operadoras participantes deste processo poderão apresentar ofertas de níveis de serviços que superem os mínimos estabelecidos pela Anatel.

Novos aparelhos não contemplados deverão ser entregues num prazo máximo de 15 dias úteis, seja por motivo de roubo, quebra ou aumento do parque.

2.5. Contrato

A proposta deve considerar um contrato de prestação de serviços de até 31/12/2013 com a(s) operadora(s) escolhida(s) para a prestação de telefonia móvel. A renovação, ao final do contrato, não será automática, ficando a critério da Câmara Municipal decidir se irá ou não renovar o contrato, na forma da lei.

- No caso de eventual descontinuidade na prestação do serviço pela operadora, a Câmara Municipal de Campos Novos poderá romper o contrato imediatamente e a operadora contratada poderá ser substituída por outras operadoras e não terá direito a ressarcimento de qualquer tipo, incluindo valores referentes ao comodato dos aparelhos disponibilizados.

- Em caso de rescisão do contrato pela Câmara Municipal de Campos Novos, motivada por insuficiência técnica na prestação do serviço (não atendimento aos níveis de serviço da Anatel), não caberá à operadora ressarcimento de qualquer tipo, incluindo valores referentes ao comodato dos aparelhos disponibilizados.

Independentemente da arquitetura tecnológica utilizada pela participante para oferecer a solução mais apropriada a Câmara Municipal de Campos Novos, os serviços deverão estar operacionais, sem custo adicional às tarifas apresentadas na concorrência, em

até 30 (trinta) dias da data de conclusão do processo realizado pela Câmara Municipal de Campos Novos para os serviços de telefonia móvel.

2.6. Impostos

Para todos os serviços aqui contemplados os preços deverão ser apresentados em R\$ com os impostos inclusos.

3. ATENDIMENTO

3.1. Estrutura de Atendimento

É obrigatório que a operadora ofereça no mínimo um gerente de conta e 0800 corporativo. Quaisquer outros canais disponíveis para contato da Câmara Municipal de Campos Novos com a operadora serão considerados diferenciais qualitativos na proposta e deverão ser detalhadamente descritos na proposta.

3.2. Consultoria Permanente

Suporte Pró-Ativo do gerente de conta nacional para prestar consultoria sobre a melhor forma de utilização dos planos e serviços. É esperado também que o gerente de contas apresente novas soluções que gerem aumento de performance e decorrentes reduções de custo.

3.3. Conta Eletrônica

Além da conta em papel, a operadora deverá apresentar conta eletrônica, mensalmente, em CD e/ou via download de arquivo a partir do site da operadora na Internet, com o detalhamento dos serviços prestados, consolidados por CNPJ da Câmara Municipal de Campos Novos. Obrigatoriamente as contas deverão seguir o padrão FEBRABAN e também o formato TXT amigável ao longo dos meses de contrato.

É desejável também a disponibilidade da fatura no formato PDF via download do arquivo através do site da operadora. Este formato ajudará o cliente (Câmara Municipal de Campos Novos) efetuar o pagamento da fatura na data de vencimento, como segunda alternativa, visto atrasos que possam ocorrer pelo sistema de correios, férias coletivas do cliente, etc

A conta eletrônica deverá fornecer recursos para extração de relatórios gerenciais, sobretudo a origem e destino das chamadas realizadas no período mensal a que se refere à conta, bem como o horário e classificação das chamadas, duração, tarifas praticadas, entre outros serviços contratados.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Item	Descrição	Valor Estimado R\$
01	20 Mensalidades Linhas de Celular	200,00
02	20 Assinaturas Tarifa Zero Locais 1VC1	400,00
03	20 Serviços de Gestão On Line	98,00
04	Consumo estimado de 2.000 minutos para chamadas Locais VC1(On-Net, off-net e Fixo) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	560,00
05	Consumo estimado de 100 minutos para chamada VC2(Off Net) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	120,00
06	Consumo estimado de 100 minutos para chamadas VC2(On-Net) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	40,00
07	Consumo estimado de 100 minutos para chamadas VC2(Fixo) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	80,00
08	Consumo estimado de 100 minutos para chamadas VC3(Off-Net) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	120,00
09	Consumo estimado de 200 minutos para chamadas VC3(On-Net) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	80,00
10	Consumo estimado de 200 minutos para chamadas VC3(Fixo) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	160,00

11	Consumo estimado de 500 SMS(Torpedo) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	150,00
	TOTAL MÁXIMO GLOBAL MENSAL	2.008,00

Julgamento da PROPOSTA será realizado mediante ao seguinte calculo: Item 1 + 2 + 3 + 4 + 5 + 6 + 7 + 8 + 9 + 10 + 11

A proposta que apresentar o menor valor no resultado do cálculo acima será a vencedora.

Durante o pregão as proponentes deverão somente dar lances globais, após encerramento, deverão apresentar nova planilha com valor / item, obedecendo aos valores máximos descritos na tabela e anteriormente cotados em sua proposta inicial.

A Contratada deverá informar, ainda, o valor que irá praticar para todos os serviços descritos abaixo que excederem ao discriminado no pacote, não podendo ser superior ao valor unitário máximo, sob pena de desclassificação no certame.

VALORES EXCEDENTES E DE SERVIÇOS EXTRAS

Tipos de Ligações	Valor Unitário Máximo R\$	Valor Unitário Cotado R\$
VC1 - ON NET - Excedente	0,28	
VC1 - OFF NET - Excedente	0,28	
VC1 - FIXO - Excedente	0,28	
SMS - excedente	0,30	
Tarifa zero por unidade	20,00	
Sistema de gestão por Linha	4,90	
VC2 - ON NET - Excedente	0,40	
VC2 - OFF NET - Excedente	1,20	
VC2 - FIXO - Excedente	0,80	
VC3 - ON NET - Excedente	0,40	
VC3 - OFF NET - Excedente	1,20	
VC3 - FIXO - Excedente	0,80	
AD	1,19	
Chamadas recebidas em Roaming	0,70	

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013

Credenciamento

Através da presente, credenciamos o(a) Sr. (a) _____

_____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e CPF sob nº _____, a participar da Licitação instaurada pela Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____

_____, inscrita sob o CNPJ nº _____ bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de _____ de 20 ____.

Carimbo e assinatura do credenciante.

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013

Modelo de Declaração para Habilitação

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL, que a empresa _____

_____, inscrita sob o CNPJ _____

_____ atende plenamente aos requisitos necessários à Habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida no Edital convocatório.

_____, em ____ de _____ de 20 ____.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal.

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013

Minuta do Contrato

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS E A EMPRESA

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Coronel Lucidoro, 1301, Centro, inscrita no CNPJ sob nº 02.615.993/0001-31, neste ato representado pelo Presidente da Mesa Diretora, senhor DIRCEU JOSE KAIPER, que subscreve, daqui para frente denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, com sede na cidade de _____, Estado de _____, na _____, nº _____ - Bairro _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo senhor _____, portador do CPF nº _____, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo de Licitação - 02/2013, Pregão 02/2013, têm entre si justo e contratado o que segue:

1 OBJETO DO CONTRATO

1.1 Constitui objeto deste Contrato a contratação de empresa especializada no serviço de telefonia móvel, conforme especificações no Projeto Básico e conforme abaixo discriminado:(descritivo dos itens, inclusive com a previsão de custo dos serviços excedentes ao pacote).....

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização da prestação dos serviços, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

a) Edital de Pregão Presencial nº 02/2013, seus Anexos e Projeto Básico;

b) Proposta de Preços da CONTRATADA.

2.2 Os documentos referidos no item 2.1, são considerados suficientes para, em complemento à este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

3 DOS PRAZOS DO CONTRATO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

3.1 O prazo de vigência do Contrato será até 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado, nos termos da legislação vigente.

3.2. O prazo para emissão da Ordem de Serviço é de 02 dias úteis, contados da data da assinatura do contrato.

3.3. O prazo de início de execução dos serviços, quando deverão ser entregues os aparelhos em comodato é de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço.

3.4 O recebimento dos serviços, mesmo que definitivo, não exclui



a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos.

3.5 Caso os serviços executados apresentem irregularidades, a Câmara Municipal solicitará a sua devida regularização, que deverá ser atendida no prazo máximo de 24 horas, contados da notificação apresentada à Contratada (exceto os aparelhos de celular fornecidos, que deverão possuir garantia e assistência técnica do fabricante).

3.6 O atraso na execução regular dos serviços acarretará na suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas no edital e neste contrato.

4 PREÇO

4.1 O preço para o fornecimento do objeto deste Contrato, é o apresentado na proposta da CONTRATADA, devidamente aprovado pelo CONTRATANTE, tendo os seus valores unitários especificados no item 1.1 (um ponto um) do presente Contrato.

4.2 O preço retro-referido é final, não se admitindo qualquer acréscimo, estando incluídos no mesmo todas as despesas e custos, diretos e indiretos, como também os lucros da CONTRATADA.

4.3 Os valores unitários do Contrato poderão ser reajustados somente a cada 12 (doze) meses, pelo Índice de Serviço de Telecomunicações - IST, ou por outro que venha a substituí-lo.

4.4. A recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dada se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação ou previsível - porém de consequências incalculáveis, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela CONTRATADA (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.5 Recursos para pagamento - Dotações:

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

5 LOCAL DE EXECUÇÃO

5.1 A empresa contratada deverá executar os serviços e entregar os aparelhos celulares, objeto deste Contrato, no seguinte local: Rua Coronel Lucidoro, 1301, Centro, cidade de Campos Novos/SC.

6 CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado mensalmente, na data de vencimento constante na Nota fiscal/fatura (cuja data será escolhida pela Câmara Municipal dentre aquelas indicadas pela Contratada na forma da lei), devidamente datada e assinada por responsável do setor requerente.

6.1.1 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar-se regular junto ao INSS e ao FGTS, cuja consulta online nos sistemas daqueles Órgãos fica a cargo da Câmara Municipal, respeitando-se o disposto no art. 195, parágrafo 3º da Constituição Federal.

6.2 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

6.3 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa da Câmara Municipal, o valor será atualizado monetariamente pelo INPC (ou por outro que vier a substituí-lo), acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

7 RESPONSABILIDADES

7.1 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

7.2. A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos serviços executados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações exigidas.

8 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o

saneamento de qualquer irregularidade na prestação dos serviços;

b) manter, durante o Contrato, todas as exigências contidas no Edital de Pregão Presencial nº 02/2013;

c) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na Licitação (art. 55, XIII da lei 8.666/93);

d) corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços Conforme previsto no art. 69 da lei 8.666/93 (exceto os aparelhos de celular fornecidos, que deverão possuir garantia e assistência técnica do fabricante);

e) permitir a fiscalização e o acompanhamento de pessoa indicada pelo CONTRATANTE, na execução dos serviços.

8.2. Da Garantia e Reparo dos Aparelhos.

8.2.1. Os aparelhos e acessórios deverão ter garantia total DO FABRICANTE.

8.2.2. O suporte técnico DO FABRICANTE deverá vigorar durante toda a vigência do contrato.

8.2.2.1. Na ocorrência de defeitos nos aparelhos e acessórios (baterias e carregadores) no período de cobertura da garantia, o FABRICANTE deverá providenciar o reparo ou a substituição dos aparelhos e seus acessórios, sem ônus, ressalvados os defeitos decorrentes de mau uso.

8.3. Os aparelhos e acessórios deverão ser substituídos a cada 12 (doze) meses, no caso de ocorrer renovação contratual.

9 PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato estará a CONTRATADA sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato;

2- De até 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de descumprimento do Contrato, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

3- Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apêço.

9.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

10 RESCISÃO

10.1 A inexecução total ou parcial deste Contrato, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

10.2 A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

11 DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

11.2. A CONTRATADA poderá sub-contratar os serviços VC2 e VC3 (Item 5), ou, ainda, poderá constituir consórcio na fase de

habilitação, na forma disposta no Edital.

11.2.1. No caso de sub-contratação, o pagamento pelos serviços será feito diretamente à CONTRATADA, sendo os serviços por ela discriminados na fatura mensal.

11.3 Aplicam-se à este Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002 e 8.666/1993, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

12 VALOR DO CONTRATO

12.1 As partes contratantes dão ao presente Contrato o valor global estimado de ____ (....), para todos os legais e jurídicos efeitos.

13 FORO

13.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, a tudo presentes.

Câmara Municipal de Campos Novos (SC), em de de 2013.

ANEXO V

PROPOSTA DE PREÇOS

Orçamento estimado pela Câmara Municipal
Planilha de Preços Máximos

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Cidade/UF: CEP:

Telefone(s):

Item	Material / Serviço	Qtde Licitada	Vlr Unit. Máximo R\$	Vlr. Total Mensal Máximo R\$	Vlr. Unit. Cotado	Vlr.Total Mensal Cotado
1	Mensalidades Linhas de Celular	20	10,00	200,00		
2	Assinaturas Tarifa Zero Locais VC1	20	20,00	400,00		
3	Serviços de Gestão On Line	20	4,90	98,00		
4	minutos para chamadas Locais VC1(On-net, off-net e Fixo) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	2000	0,28	560,00		

5	minutos para chamadas VC2(Off Net) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	100	1,20	120,00		
6	minutos para chamadas VC2(On-Net) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	100	0,40	40,00		
7	minutos para chamadas VC2(Fixo) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	100	0,80	80,00		
8	minutos para chamadas VC3(Off-Net) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	100	1,20	120,00		
9	minutos para chamadas VC3(On-Net) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	200	0,40	80,00		
10	minutos para chamadas VC3(Fixo) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	200	0,80	160,00		
11	SMS(Torpedo) compartilhados entre todos os acessos ativos no CNPJ da Câmara	500	0,30	150,00		
	VALOR TOTAL MENSAL MÁXIMO			2.008,00		

Após o encerramento do pregão, a licitante vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 48 horas, nova planilha de preços com os custos unitários e global, não podendo ultrapassar os valores cotados pela licitante em sua proposta inicial.

A proponente deverá informar, ainda, o valor que irá praticar para todos os serviços descritos abaixo que excederem ao discriminado no pacote, não podendo ser superior ao valor unitário máximo aqui previsto, sob pena de desclassificação no certame.

VALORES EXCEDENTES E DE SERVIÇOS EXTRAS

Tipos de Ligações	Valor Unitário Máximo R\$	Valor Unitário Cotado R\$
VC1 - ON NET - Excedente	0,28	
VC1 - OFF NET - Excedente	0,28	
VC1 - FIXO - Excedente	0,28	
SMS - excedente	0,30	
Tarifa zero por unidade	20,00	
Sistema de gestão por Linha	4,90	
VC2 - ON NET - Excedente	0,40	
VC2 - OFF NET - Excedente	1,20	
VC2 - FIXO - Excedente	0,80	
VC3 - ON NET - Excedente	0,40	
VC3 - OFF NET - Excedente	1,20	
VC3 - FIXO - Excedente	0,80	
AD	1,19	
Chamadas recebidas em Roaming	0,70	

Assinatura do Responsável Legal

Dados para Depósito Bancário:

Banco:

Agência: Dígito:

Conta: Dígito:

Dados do Responsável pela Assinatura do Contrato:

Nome:

CPF e RG:

SAMAE**Ext Ct072013**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA
TERMO DO DÉCIMO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO CNO Nº.
11/2011

CONTRATO CNO Nº. 07/2013

PROCESSO - 0094/2011

DATA DE ASSINATURA: 06 de Março de 2013.

OBJETO: Fornecimento Unidade de Estação de Tratamento de
Água.

CONTRATADA: Leal Engenharia Química LTDA.

Objeto: Aditivo referente a prorrogação de prazo do contrato ori-
ginal

Com término previsto para o dia 30.10.2013 .

Campos Novos - SC, 06 de março de 2013.

JOEL FRANSCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

Canoinhas**PREFEITURA****Publicação da Alteração do Edital de Pregão Presencial Nº 42/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ALTERAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 27/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 42/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou a distribuição dos itens do referido edital. Informações (047) 3621 7705. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 24/04/2013, ficando estipulado os seguintes horários: às 14h00min (entrega) e 14h05min. (abertura). O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº 20/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 29/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 20/2013

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 23 de abril de 2013, às 09h30min, a abertura das propostas para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SEGUINTE CAMINHÕES E MÁQUINAS: FORD CARGO 2422 N.º 88, PLACAS MGN 6442, TRATOR DE ESTEIRAS D6-D - CAT 6-D, E AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO PARA DIVERSOS CAMINHÕES E MÁQUINAS DESTA PREFEITURA. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Edital 07/Fcc/2013

EDITAL 07/FCC/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO
PREVISTO NO EDITAL Nº 01/FCC/2013

A Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", através de sua Direção, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005,
RESOLVE:

1 - Fica convocado o aprovado no processo seletivo previsto no Edital nº 001/FCC/2013 - PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES DE ARTES EM CARÁTER TEMPORÁRIO, conforme descrito no Anexo I deste edital.

2 - O candidato deve se apresentar no Setor Administrativo da Casa da Cultura, situado na Rua Major Vieira, nº 307, centro - Canoinhas-SC, no horário das 8:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 16:00 horas, munida da seguinte documentação para contratação:

a) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo (cópia e

original);
b) Atestado de Saúde Ocupacional (ver item 3);
c) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
d) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
e) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos a qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitidas pelo respectivo órgão;
f) Declaração de ter ou não sofrido no exercício de função pública, penalidades disciplinares conforme legislação aplicável;
g) Cédula de Identidade - RG (cópia e original);
h) CPF (cópia e original);
i) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Cadastro de Pessoa Físicas);
j) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino; (cópia e original);
k) Título de eleitor e comprovante de votação na última eleição; (cópia e original);
l) Comprovante de Residência atualizado; (cópia);
m) Certidão de Nascimento e/ou Casamento; (original e cópia);
n) Certidão de Nascimento dos filhos (menores de 21 anos); (original e cópia);
o) Número de inscrição no Pis/Pasep; (original);
p) 1 Foto 3X4 recente;
q) Comprovante de abertura de conta corrente junto a Caixa Econômica Federal, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.
3 - O exame médico (Item b) é eliminatório, sendo excluído o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público, ficando a cargo do candidato as despesas para realização do mesmo.
4 - O não comparecimento ou manifestação por escrito, junto ao Setor Administrativo da Casa da Cultura, no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação do edital, configurará como desistência da vaga.

Canoinhas, 05 de abril de 2013.
VIVIANE MARIA BUENO BORGES DE SOUZA
Gestora de Cultura

ALFREDO EIKE BACK
Presidente

EDITAL 07/FCC/2013 A N E X O I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: Professor I - Música - Banda Musical Novos Talentos (10 horas)
SÍLVIO MIRANDA JÚNIOR

Canoinhas, 05 de abril de 2013.
VIVIANE MARIA BUENO BORGES DE SOUZA
Gestora de Cultura

ALFREDO EIKE BACK
Presidente

Capinzal

PREFEITURA

Resultado Final da Chamada Pública

RESULTADO FINAL DA CHAMADA PÚBLICA
EDITAL N.º 013/2013

GEOGRAFIA

ESCOLA	CH	CLASSIFICADO
E.M. Ivo Silveira	20	Luciana Souza dos Santos da Silva

SIMAE

Portaria N º 14/2013/SIMAE-Cao

PORTARIA N º 014/2013/SIMAE-CAO, de 01 de abril de 2013.
Prorroga o prazo para atendimento da PORTARIA N º 082/2012/SIMAE-CAO, na forma que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, Sidnei Penzo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo estabelecido no Art. 3º da PORTARIA N º 082/2012/SIMAE-CAO, que constituiu a Comissão para levantamento, cadastramento e reavaliação dos bens patrimoniais do SIMAE, devendo ser atendida até a data de 30 de novembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

Portaria N º 15/2013/SIMAE-Cao

PORTARIA N º 15/2013/SIMAE-CAO, de 08 de abril de 2013.
Nomeia Servidor para o quadro funcional da Autarquia, que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de LEI, RESOLVE:

Nomear o Sr. FELIPE TIAGO VARELA PAIM, nascido em 31/01/1982, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico em Tratamento de Água e Esgoto, Padrão 6.0, Nível 01, Referência A, do Quadro Pessoal da Autarquia, conforme Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, do município de Capinzal, com vencimentos a partir da data de posse, devendo esta se realizar no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente Portaria.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor

Licença Ambiental de Operação (Lao Nº 1920/2013)**PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL**

Estação de tratamento de esgoto

O SIMAE (Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto) CNPJ: 82.782.079/0001-14, torna público que recebeu da Fundação do Meio Ambiente (FATMA) a Licença Ambiental de Operação (LAO) para a atividade de: Tratamento e disposição final de esgoto sanitário urbano, localizado na SC 458 compreendendo o Loteamento Novo Horizonte e Condomínio Empresarial Municipal de Capinzal.

Rua Felipe Schmidt, 485, Centro
88010-001 - Florianópolis - Santa Catarina
Fone: 55 48 3216 1700
E-mail: fatma@fatma.sc.gov.br
URL: www.fatma.sc.gov.br

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 1.878 de 22 de Fevereiro de 2013

DECRETO Nº 1.878/2013 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2013.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO CONSOLIDADO DE RECURSOS DE CONVÊNIOS APURADO EM 2012 NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.386/12 de 05 de Dezembro de 2012, em seu Artigo 4º Inciso II e Lei Federal nº 4.320/64, (art. 7º, I e 43, § 1º e § 2º) .

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 42.503,83 (Quarenta e dois mil, quinhentos e três reais e oitenta e três centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNID. ORÇ. 0601 SERVIÇOS URBANOS

482 HABITAÇÃO URBANA

1040 Aquisição de Terreno e Construção de Casas Populares

41 124/54 DESPESAS DE CAPITAL - Convênio Casas populares R\$ 26.503,83

UNID. ORÇ. 0605 PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL

606 EXTENSÃO RURAL

2063 Manutenção das Atividades Agropecuárias

51 124/55 OUT. DESPESAS CORRENTES - Rec. Conv. Agricultura R\$ 16.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Recursos de Convênio Construção de Casas Populares e Convenio da Secretaria de Agricultura, resultantes do Superávit Financeiro Consolidado de 2012.

Art. 2º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVASUNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS
301 ATENÇÃO BÁSICA1094 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliário em Geral
84 164 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos do PMAQ R\$ 15.000,001111 Construção, Ampliação e Reforma Posto de Saúde
85 164 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos do PMAQ R\$ 15.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Segundo, são oriundos de Recursos do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), resultante do Superávit Consolidado de 2012.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 22 de Fevereiro de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Prefeita Municipal Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 22/02/2013.

Decreto Nº 1.880 de 14 de Março de 2013

DECRETO Nº 1.880/13 DE 14 DE MARÇO DE 2013.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIO NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.386/12 de 05 de Dezembro de 2012, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

301 ATENÇÃO BÁSICA

1094 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliário em Geral

84 123/54 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Conv. Ministério Saúde R\$ 250.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Transferências de Convênios com o Ministério da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvas SC, 14 de Março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN CLAUDINEI ANTONIO SELLA
Prefeita Municipal Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 14/03/2013.

Aviso de Licitação: Processo Licitatório Nº 0030/2013 - Pregão Nº 0019/2013**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0030/2013

PREGÃO Nº 0019/2013

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a aquisição de equipamentos e materiais permanentes conforme proposta n.º

82939.414000/1120-01, visando o cumprimento do recurso parlamentar n.º 28540004 firmado com o Ministério da Saúde, bem como o desenvolvimento da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

Abertura das Propostas: às 09h15min do dia 23 de abril de 2013. Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 08 de abril de 2013 no endereço e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 08 de abril de 2013
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato FMAS Nº 0015/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0015/2013

Processo Licitatório n.º 0109/2012

Pregão n.º 0054/2012

Objeto: O objeto deste contrato consiste na contratação de serviços mecânicos em geral visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração (Conselho Tutelar) e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

CONTRATADO: MECÂNICA NEUDICAR LTDA

Valor global contratado: R\$ 1.945,00 (hum mil novecentos e quarenta e cinco reais).

Prazo de vigência: de 13 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de março de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0044/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0044/2013

Processo Licitatório n.º 0109/2012

Pregão n.º 0054/2012

Objeto: O objeto deste contrato consiste na contratação de serviços mecânicos em geral visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração (Conselho Tutelar) e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADO: ADADA & CIA LTDA

Valor global contratado: R\$ 5.850,00 (cinco mil oitocentos e cinquenta reais).

Prazo de vigência: de 13 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de março de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0045/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0045/2013

Processo Licitatório n.º 0109/2012

Pregão n.º 0054/2012

Objeto: O objeto deste contrato consiste na contratação de serviços mecânicos em geral visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração (Conselho Tutelar) e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADO: LINDONIR RAMPAZZO

Valor global contratado: R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais).

Prazo de vigência: de 13 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de março de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS Nº 0046/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0046/2013

Processo Licitatório n.º 0109/2012

Pregão n.º 0054/2012

Objeto: O objeto deste contrato consiste na contratação de serviços mecânicos em geral visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração (Conselho Tutelar) e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADO: ANTONIO ADÃO MARCON & CIA LTDA ME

Valor global contratado: R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Prazo de vigência: de 13 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de março de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA
Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato PMC Nº 0034/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0034/2013

Processo Licitatório n.º 0109/2012

Pregão n.º 0054/2012

Objeto: O objeto deste contrato consiste na contratação de serviços mecânicos em geral visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração (Conselho Tutelar) e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: ADADA & CIA LTDA

Valor global contratado: R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais).

Prazo de vigência: de 13 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0035/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0035/2013

Processo Licitatório n.º 0109/2012

Pregão n.º 0054/2012

Objeto: O objeto deste contrato consiste na contratação de serviços mecânicos em geral visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração (Conselho Tutelar) e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: LINDONIR RAMPAZZO

Valor global contratado: R\$ 44.710,00 (quarenta e quatro mil setecentos e dez reais).

Prazo de vigência: de 13 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0036/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0036/2013

Processo Licitatório n.º 0109/2012

Pregão n.º 0054/2012

Objeto: O objeto deste contrato consiste na contratação de serviços mecânicos em geral visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração (Conselho Tutelar) e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: ANTONIO ADÃO MARCON & CIA LTDA ME

Valor global contratado: R\$ 7.700,00 (sete mil e setecentos reais).

Prazo de vigência: de 13 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0037/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0037/2013

Processo Licitatório n.º 0109/2012

Pregão n.º 0054/2012

Objeto: O objeto deste contrato consiste na contratação de serviços mecânicos em geral visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração (Conselho Tutelar) e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: RODRI MAQ MECÂNICA PESADA LTDA

Valor global contratado: R\$ 100.200,00 (cem mil e duzentos reais).

Prazo de vigência: de 13 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0038/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0038/2013

Processo Licitatório n.º 0109/2012

Pregão n.º 0054/2012

Objeto: O objeto deste contrato consiste na contratação de serviços mecânicos em geral visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto, Infraestrutura, Administração (Conselho Tutelar) e dos Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: MECÂNICA NEUDICAR LTDA

Valor global contratado: R\$ 11.695,00 (onze mil seiscentos e noventa e cinco reais).

Prazo de vigência: de 13 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 13 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0039/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0039/2013

Processo Licitatório n.º 0019/2013

Pregão n.º 0012/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na aquisição de materiais de construção, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: CONCATAN CONCRETOS CATANDUVAS LTDA

Valor global contratado: R\$ 11.445,00 (onze mil quatrocentos e quarenta e cinco reais).

Prazo de vigência: de 21 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 21 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0040/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0040/2013

Processo Licitatório n.º 0019/2013

Pregão n.º 0012/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na aquisição de materiais de construção, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor global contratado: R\$ 41.362,50 (quarenta e um mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Prazo de vigência: de 21 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 21 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato PMC Nº 0041/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0041/2013

Processo Licitatório n.º 0019/2013

Pregão n.º 0012/2013

Objeto: O objeto deste contrato consiste na aquisição de materiais de construção, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC.

CONTRATADO: AGROPECUÁRIA MEDEIROS LTDA

Valor global contratado: R\$ 11.046,99 (onze mil e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos).

Prazo de vigência: de 21 de março de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 21 de março de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato Segundo Termo Aditivo ao Contrato FMS Nº 0064/2012

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0064/2012

Pregão n.º 0041/2012 (Processo Licitatório nº 0078/2012).

Objeto: O objeto deste contrato consiste na aquisição de serviços especializados de sistema on-line de gestão de frota, conforme processo licitatório n.º 0078/2012.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Contratado (a): EXECUÇÃO, GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO solicitação do Fundo Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a aquisição de um veículo novo pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante convênio firmado com o Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO o previsto na Cláusula XII do Contrato original; CONSIDERANDO o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93; e CONSIDERANDO o interesse da Administração Pública em aditar o Contrato visando o controle, a legalidade, a publicidade e a eficiência nas suas atividades.

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Inserir novos dados no sistema contratado, a fim de estender a prestação dos serviços ao seguinte veículo, adquirido neste exercício de 2013, pelo Fundo Municipal de Saúde, mediante Convênio com o Ministério da Saúde:

Marca/Veículo	Placa	Renavan
VW/Novo Gol 1.0	MKQ 1262	526866896

CLÁUSULA SEGUNDA - Aditar ao Contrato Original a importância de R\$ 26,00 (vinte e seis reais) mensais, perfazendo o montante de R\$ 234,00 (duzentos e trinta e quatro reais) até findo o seu atual prazo de vigência, com o intuito de custear os serviços acrescidos em relação ao veículo supramencionado.

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo tem efeitos retroativos à 1º de abril de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente Aditivo Contratual tem amparo legal no § 1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas - SC, 05 de abril de 2013.

Contrato Originário: 22 de agosto de 2012

ELIZETE CARDOZO DA SILVA

Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato Segundo Termo Aditivo ao Contrato PMC Nº 0128/2012

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0128/2012

Dispensa nº 0004/2012 (Processo Licitatório nº 0086/2012).

Objeto: Serviços de Transporte Escolar visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.

Contratado (a): ILIZANDRO PARIZOTO ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

CONSIDERANDO o previsto na Cláusula XII do Contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO o entendimento da Administração Municipal de ser necessário dar continuidade ao disposto no Item 01 do Contrato até que seja possível a abertura de Processo Licitatório a fim de reorganizar o serviço em questão;

CONSIDERANDO a necessidade de estender o prazo para cumprimento do Contrato por interesse da Administração Municipal da seguinte forma:

Item	Quantidade	Und	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	74 km		Transporte alunos SENAC Joaçaba e SENAI Luzerna período noturno, passando pelo Bairro Cidade Jardim e Rodoviária com seus respectivos retornos, passando pelo Bairro Sebaldo Kunz. Ônibus com capacidade para 42 passageiros.		3,10	229,40
TOTAL DIÁRIO 229,40						

RESOLVEM:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do Contrato até o dia 04 de maio de 2013, com início em 02 de abril de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do Contrato inicial permanecem inalteradas.

FUNDAMENTO JURÍDICO - O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, "d", da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

E por estarem justas e contratadas, ambas as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Catanduvas - SC, 28 de março de 2013.

Contrato Originário: 31 de janeiro de 2012

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Decreto N° 016/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
DECRETO N° 016/2013

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO N° 01/2013 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº. 01/2013 de 05.04.2013, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Chapadão do Lageado, que dispõe sobre o registro de entidades e/ou inscrição de serviços, programas e projetos das entidades governamentais e não governamentais de atendimento à criança e/ou ao adolescente do Município de Chapadão do Lageado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de abril de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Resolução N° 01/2013

RESOLUÇÃO N° 01/2013

DISPÕE SOBRE O REGISTRO DE ENTIDADES E/OU INSCRIÇÃO DE SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E/OU AO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CHAPADÃO DO LAGEADO, criado pela Lei Municipal nº 0013 de 23 de janeiro de 1997, na Constituição Federal, nas Leis nº 12.010 de 2009, nº 12.101 de 2009, nº 12.594 de 2012, no uso de suas competências, com base na Lei nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e nas demais legislações pertinentes à criança e ao adolescente nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social, dentre outros, observando-se o princípio da prioridade absoluta, no território nacional.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar os procedimentos para registro de Entidades Não-Governamentais e a inscrição dos Serviços, Programas e Projetos, para entidades Governamentais e Não-Governamentais que executem Serviços, Programas e Projetos de proteção e/ou socioeducativo, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

I - Entende-se por registro de Entidades, o credenciamento pelo Conselho Municipal dos direitos da Criança e Adolescente/Chapadão do Lageado, SC, para funcionamento das entidades de atendimento não governamentais, que executam Serviços, Programas e Projetos de proteção e/ou socioeducativo.

II- entende-se por inscrição de Serviços, Programas e Projetos das Entidades de Atendimento governamentais e não governamentais, o procedimento de inscrição junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente/Chapadão do Lageado, SC, o (s) serviço(s), programa(s) ou projeto(s) de proteção e/ou socioeducativo, conforme Art. 90º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º - As Entidades Não-Governamentais, existentes no Município de Chapadão do Lageado, deverão, no período de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta resolução, solicitar seu registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Parágrafo Único - As Entidades Não-Governamentais que vierem a instalar-se no Município terão prazo de 30 (trinta) dias, a partir do registro de seus estatutos, para solicitar o seu registro e inscrever seus Serviços, Programas e Projetos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não podendo entrar em funcionamento sem antes ter sido finalizado o registro perante o CMDCA, conforme Art. 91º do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º - A solicitação de registro, pela Entidade Não-Governamental, deverá ser feita através de requerimento, dirigido ao Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Parágrafo Único - O registro terá validade máxima de 03 anos, podendo ser renovado, conforme resolução específica a ser editada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º - A entidade Governamental deverá apresentar os seguintes documentos para obtenção do registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - Requerimento de registro, assinado pelo representante legal;
- II- Formulário cadastral (Anexo I), específico do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, preenchido pelo requerente;
- III - Cópia do Estatuto da Entidade, devidamente registrado no órgão competente onde deverá constar nas suas finalidades estatutárias, o atendimento da criança e/ ou do adolescente;
- IV - Cópia da ata de fundação da entidade;
- V - Cópia da última eleição da diretoria;
- VI - Certidão de Antecedentes Criminais e Certidão de Distribuição Civil dos representantes legais da entidade;
- VII - Cartão atualizado de inscrição no CNPJ;
- VIII - Cópia do Alvará de Licença para Localização e Permanência fornecida pela Prefeitura;
- IX - Cópia do Alvará Sanitário, expedido pelo órgão competente;
- X - Atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros;
- XI - Plano de trabalho compatível com princípios do Estatuto da Criança e do adolescente, contendo inclusive o sistema avaliativo dos trabalhos desenvolvidos pela entidade e seus Serviços, Programas e Projetos. Caso a entidade estiver funcionando há mais de 1 (um) ano, deve apresentar relatório das atividades desenvolvidas;
- XII - Listar a origem dos recursos que garantam a manutenção da entidade.
- XIII - Declaração de que a entidade se dispõe a integrar a rede de atenção e proteção à Criança e ao Adolescente.

Art. 5º Após a análise da documentação apresentada, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, poderá solicitar parecer técnico que discorrerá sobre as instalações físicas da entidade, a sua capacidade de desenvolver o serviço, programa ou projeto apresentado no Plano de Trabalho, bem como outros documentos que se fizerem necessários, das Secretarias Municipais, outros órgãos ou instituições a critério deste Conselho, para uma melhor avaliação.

Parágrafo Único - O órgão gestor, outros órgãos ou instituições terão o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir do recebimento da

solicitação especificada no "caput" do artigo 5º, para expedir o parecer e/ou documentos solicitados.

Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de posse do processo de registro, devidamente instruído, apreciará a solicitação da entidade, emitindo, em caso de deferimento, o "Atestado de Registro".

Art. 7º - As Entidades Não-Governamentais deverão, no prazo de 30 (Trinta) dias, a partir da publicação desta Resolução, proceder à inscrição de seus Serviços, Programas e Projetos, apresentando:

I - Requerimento solicitando a inscrição dos serviços, programas ou projetos, assinado pelo representante legal e responsável técnico do Serviço, Programa ou Projeto;

II - Alvará de localização da sede do serviço, programa ou projeto, fornecido pela prefeitura;

III - Alvará Sanitário;

IV - Atestado de vistoria fornecido pelo Corpo de Bombeiros;

V - Atestado de antecedentes criminais do responsável técnico;

VI - Cópia autenticada do registro no Conselho de Classe e/ou diploma do responsável técnico/coordenador, devendo este pertencer a uma categoria profissional com perfil e/ou entendimento para atuação na área da infância e Adolescência;

VII - Ficha Cadastral (anexo I) específica do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, preenchido pelo requerente;

VIII - Projeto do(s) Serviço(s) ou Programa(s) a serem inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo 1º - No caso de entidade que presta serviços na área de dependência química, deverá ser observada a legislação vigente.

Parágrafo 2º - No caso de entidades que prestem serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas (SPA), em regime de residência, deverá ser observada o que trata a Resolução - RDC Nº 29, de 30 de Junho de 2011.

Parágrafo 3º O prazo de validade da inscrição dos Serviços, Programas e Projetos governamentais e não governamentais será de no máximo 03 anos, podendo ser renovado, conforme resolução específica a ser editada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo 4º - Toda e qualquer alteração ocorrida nos Serviços, Programas e Projetos inscritos deverá ser comunicada por escrito, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - No caso de alteração no serviço, programa ou projeto, adotar-se-á as mesmas providências previstas no art. 5º desta Resolução, a fim de observar se há condição da manutenção do registro ou necessidade de adequação.

Art. 8º Para concessão do registro às entidades e/ou inscrição, dos Serviços, Programas e Projetos, deverão ser observadas as seguintes vedações:

Parágrafo 1º - Será negado registro à entidade nas hipóteses relacionadas pelo art. 91, Lei nº 8.069/90;

Parágrafo 2º - Será negado registro às entidades e inscrição dos Serviços, Programas e Projetos que não respeitem os princípios estabelecidos pela Constituição Federal, pelas Leis nº 8.069/1990, nº 12.010/2009, nº 12.101/2009, nº 12.594/2012, Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/CO-NANDA e que sejam incompatíveis com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, traçada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deste município e com as demais legislações vigentes no território nacional voltada à criança e ao adolescente;

Parágrafo 3º - O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente não concederá registro para funcionamento de entidades ou inscrição de Serviços, Programas e Projetos que desenvolvam apenas atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio;

Parágrafo 4º - Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, poderá ser, a qualquer momento, cassado o registro originalmente concedido à entidade ou serviço, programa ou projeto, comunicando-se o fato à Autoridade Judiciária, ao Ministério Público e Conselho Tutelar.

Art. 9º - Indeferido o pedido de registro e/ou inscrição de Serviços, Programas e Projetos, a Entidade poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da ciência do indeferimento interpor recurso que será julgado pela CMDCA no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do protocolo do mesmo.

Parágrafo 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de seus membros, em julgamento de recurso, poderá conferir o prazo de até 120 (cento e vinte) dias para a Entidade adequar-se e sanar as deficiências que foram motivo de indeferimento de seu registro e/ou inscrição dos serviços, programas e projetos.

Parágrafo 2º - O parágrafo anterior não contempla as hipóteses previstas no art. 8º desta resolução.

Art. 10º - O prazo máximo para concessão do registro às entidades e/ou inscrição dos Serviços, Programas e Projetos será de 60 (sessenta) dias, contados da data do protocolo da solicitação, desde que a situação esteja regular, ou no mesmo prazo, após o julgamento definitivo previsto no parágrafo 1º do Art. 9º desta resolução.

Art. 11º - Toda decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente relacionada com a concessão, indeferimento, suspensão ou cassação do registro de Entidades Não-Governamentais e inscrição de Serviços, Programas e Projetos das Entidades Governamentais será encaminhada ao Conselho Tutelar, Ministério Público e Autoridade Judiciária, com vistas à fiscalização dos mesmos.

Art. 12º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicar à Promotoria da Infância e Juventude, o nome e endereço das Entidades Governamentais e Não-Governamentais que executem Serviços, Programas e Projetos de proteção e socioeducativos com crianças e/ou adolescentes que não solicitarem suas inscrições e/ou registros nos prazos estabelecidos nesta Resolução, bem como, em se tratando, a qualquer tempo, que alguma entidade ou serviço, programa ou projeto esteja atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro e/ou inscrição, para que sejam tomadas as medidas cabíveis, na forma do disposto nos artigos 95, 97 e 191 a 193, todos da Lei nº 8.069/90.

Art. 13º - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente comunicar ao Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares qualquer irregularidade que tenha conhecimento quanto aos Serviços, Programas e Projetos desenvolvidos pelas entidades Governamentais e Não-Governamentais.

Parágrafo Único - Após a verificação, por parte do órgão responsável da irregularidade comunicada, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente procederá se for o caso, a suspensão ou cassação do registro da Entidade, assegurando-se à mesma o devido processo legal e o amplo direito de defesa.

Art. 14º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Lageado 05 de abril de 2013.

MARLISE NEUHAUS

Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente

Concórdia

PREFEITURA

Regulamento do Concurso Miss Concórdia 2013 - Errata

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Fundação Municipal de Cultura

ERRATA - Regulamento do Concurso Miss Concórdia 2013

Retificamos a publicação do Item 3.4 do Regulamento do Concurso Miss Concórdia 2013, de 26 de Março de 2013, publicado na Edição nº 1211, do Diário Oficial dos Municípios, fls. 45 e 46, LEIA-SE: "3.4. Ter 18 (dezoito) anos completos até o dia 01/02/2013 e no máximo 25 (vinte e cinco) anos até o dia 31/12/2013".

Concórdia/SC, 05 de abril de 2013.

SANDRA MARA ROMAN

Diretora Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria 7.2013

PORTARIA Nº 7, DE 8 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza o servidor IVONEI GASPARIN GIORDANI entrar em gozo das férias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Autorizar o servidor IVONEI GASPARIN GIORDANI - Auxiliar Administrativo, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 9 a 14 de abril de 2013, referente aos dias não gozados por absoluta necessidade do serviço, no período das férias regulamentares conforme Portaria nº 12, de 21 de junho de 2012.

Concórdia, 8 de abril de 2013.

ROGÉRIO LUCIANO PACHECO

Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 284/2013

DECRETO Nº 284/2013 DE 08 DE ABRIL DE 2013

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA DIRETORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições Constitucionais e Legais de seu cargo,
CONSIDERANDO o disposto no inciso XVI, do art. 70 da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO a Lei Municipal 747/07;
CONSIDERANDO os dispostos da Lei Federal 11.494/2007;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros, para comporem a diretoria do Conselho municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação - FUNDEB, deste município, os seguintes conselheiros:

I - PRESIDENTE: Eloá Carla Forcelini Guaragni

II - VICE-PRESIDENTE: Adriana Inês Lanzarin

III - SECRETÁRIA EXECUTIVA: Sonia Fátima Cenci

Art. 2º - Os membros deste Conselho exercerão suas atividades em caráter relevante, sem qualquer tipo de ônus para o Município, pelo período de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 3º - Os membros nomeados farão jus ao Decreto nº 271/2013 de 04 de abril de 2013.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam as disposições em contrário.

Art. 6º - Registre-se. Publique-se. Comunique-se.

Cordilheira Alta, SC, 08 de abril de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Extrato Contrato Adm. Nº 04/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2013 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: GAVEA COMÉRCIO DE BANDEIRAS E EMBALAGENS PLÁSTICAS E SERIGRAFIA LTDA - ME

LICITAÇÃO: Dispensa de licitação n. 04/2013

OBJETO: prestação de serviços de impressos gráficos de envelopes
VALOR: R\$ 5.740,00 (cinco mil setecentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: O contrato vigorará por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua assinatura.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 301.2505;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Vera Lúcia Almeida

Cordilheira Alta/SC, 01 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 05/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2013 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: CINDIA REBER ZILIO CLINICA

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n. 05/2013.

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços especializados na área de atendimento médico clínico geral.

VALOR: R\$ 80.750,00.

VIGÊNCIA: 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 30125052019;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Cindia Reber Zilio.

Cordilheira Alta, SC, em 15/03/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 06/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2013 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: CLINICA MÉDICA POZZATI LTDA.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n. 05/2013.

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços especializados na área de atendimento médico ginecológico.

VALOR: R\$ 47.025,00.

VIGÊNCIA: 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 30125052019;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Rita De Cassia Pozzati.

Cordilheira Alta, SC, em 15/03/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 07/2013-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2013 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: ALVES, HEINE, MAYER VAZ E DENTISTAS ASSOCIADOS S.S.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n. 05/2013.

OBJETO: Contratação de empresa prestadora de serviços especializados na área de atendimento odontológico.

VALOR: R\$ 21.850,00.

VIGÊNCIA: 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 30125052019;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Caroline Christine Vaz.

Cordilheira Alta, SC, em 15/03/2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 26/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 26/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: INFOSUL SERVIÇOS E TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA,

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação n. 08/2013

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para prestar serviços nos microcomputadores, notebooks, servidores, ativos e internet ()hub/switch/modens, impressoras (exceto fiscais) nobreaks de pequeno porte estabilizadores e implantar cabos internos e externos no prédio do centro administrativo e servidor da Unidade de Saúde do Município.

VALOR: R\$ 5.000,00.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2020;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Taylor Martinelli

Cordilheira Alta, SC, em 04 de março de 2013

Extrato Contrato Adm. Nº 27/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 27/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: MANTOMAC- COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação n. 11/2013.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada para Reposição de peças e mão de obra para manutenção do Trator de Esteira D41E, série #B35498.

VALOR: R\$ 7.934,81.

VIGÊNCIA: até 31/05/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.011;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Ricardo A. Marchi.

Cordilheira Alta, SC, em 04 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 28/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 28/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: COMÉRCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NOSSA SENHORA DA SAÚDE LTDA ME.

LICITAÇÃO: Convite n. 04/2013.

OBJETO: Aquisição de sêmen e materiais de inseminação artificial bovina.

VALOR: R\$ 36.536,50.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.009;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Gilberto Terribile.

Cordilheira Alta, SC, em 13 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 29/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 29/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA ME.

LICITAÇÃO: Convite n. 04/2013.

OBJETO: Aquisição de sêmen e materiais de inseminação artificial bovina.

VALOR: R\$ 33.700,00.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.009;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Francisco Nestor Vanelli.

Cordilheira Alta, SC, em 13 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 30/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 30/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: PUBLICA ASSESSORIA EM CONTABILIDADE E GESTÃO LTDA ME.

LICITAÇÃO: Convite n. 03/2013.

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços na sede do município de Cordilheira Alta e de treinamento e assessoria no âmbito da administração pública .

VALOR: R\$ 33.250,00.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 122.25022.002;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Angelita Adriane de Conto.

Cordilheira Alta, SC, em 15 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 31/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 31/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: NS TUR TRANSPORTES E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA ME.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n. 01/2013.

OBJETO: Primeiro termo aditivo ao contrato Adm nº 017/2013, visando o acréscimo na quilometragem do TRAJETO 03, na sua quantidade 12 (doze) km/dia, e acréscimo na quilometragem do TRAJETO 08, na sua quantidade 08 (oito) km/dia.

VALOR ADITIVO: R\$ 69,64 dia.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 3682506.2041;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e João Carlos Ribeiro Paz.

Cordilheira Alta, SC, em 18 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 32/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 32/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

CONTRATADA: TARSO TUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n. 01/2013.

OBJETO: Primeiro termo aditivo ao contrato Adm nº 016/2013, visando o acréscimo na quilometragem do TRAJETO 05, na sua quantidade 10 (dez) km/dia,

VALOR ADITIVO: R\$ 30,00 dia.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 3682506.2041;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Valmor Tarso .

Cordilheira Alta, SC, em 18 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 33/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 33/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

CONTRATADA: TRANSPICINATTO TRANSPORTES LTDA ME.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial n. 01/2013.

OBJETO: Primeiro termo aditivo ao contrato Adm nº 015/2013, visando o acréscimo na quilometragem do TRAJETO 09, na sua quantidade 45 (quarenta e cinco) km/dia,

VALOR ADITIVO: R\$ 96,30 dia.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 3682506.2041;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Milton Picinatto.

Cordilheira Alta, SC, em 18 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 34/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 34/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE CORDILHEIRA ALTA.

OBJETO: Concessão de auxílio financeiro mediante o repasse de recursos do MUNICÍPIO, destinados ao pagamento do transporte dos estudantes que frequentam o segundo grau nas Escolas Técnicas, situadas fora deste município, e também, àqueles que frequentam o terceiro grau e que tenham residência na circunscrição administrativa do Município de Cordilheira Alta.

VALOR : R\$ 99.000,00.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 12.364.2506.2.016;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Julciliane Piran.

Cordilheira Alta, SC, em 20 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 35/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 35/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORONEL FREITAS - APAE.

OBJETO: Concessão de auxílio financeiro mediante o repasse de recursos do MUNICÍPIO, destinados a auxiliar na manutenção da entidade e visando o atendimento dos portadores de necessidades especiais do município que frequentam a instituição.

VALOR: R\$ 25.000,00.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 12.367.2506.2.018;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Silvano Grasel.

Cordilheira Alta, SC, em 20 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 36/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 36/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE XAXIM - APAE.

OBJETO: Concessão de auxílio financeiro mediante o repasse de recursos do MUNICÍPIO, destinados a auxiliar na manutenção da entidade e visando o atendimento dos portadores de necessidades especiais do município que frequentam a instituição.

VALOR: R\$ 14.400,00.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 12.367.2506.2.018;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Maris Stella Stieven Simonatto.

Cordilheira Alta, SC, em 20 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 37/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 37/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

CONTRATADA: CENTRO ASSOCIATIVO DE ATIVIDADES PSICOFÍSICAS PATRICK - CAPP.

OBJETO: Concessão de auxílio financeiro mediante o repasse de recursos do MUNICÍPIO, destinados a auxiliar na manutenção da entidade e visando o atendimento dos portadores de necessidades especiais do município que frequentam a instituição.

VALOR: R\$ 20.000,00.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 12.367.2506.2.018;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Ivonei Barbiero.

Cordilheira Alta, SC, em 20 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 38/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 38/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

CONTRATADA: CEREALISTA RENASCER LTDA.

OBJETO: aquisição de sementes de aveia preta para distribuição aos agricultores do município de Cordilheira Alta.

VALOR: R\$ 29.800,00.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 6062510.2.009;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Elizeu Policena De Souza.

Cordilheira Alta, SC, em 25 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 39/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 39/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

CONTRATADA: RÁDIO DIFUSÃO INDIO CONDÁ LTDA EPP.

LICITAÇÃO: Dispensa n. 11/2013.

OBJETO: Contratação de serviços de sonorização, cobertura e transmissão ao vivo via rádio da programação alusiva ao 21º aniversário do município de Cordilheira Alta a se realizar no dia 30 de março do corrente ano com mateada e show da Banda Canto Chucro, evento este a realizar-se em anexo ao Centro Integrado de Educação Ludovico Julio Tozzo.

VALOR: R\$ 7.900,00.

VIGÊNCIA: até 05/04/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 2.003;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Clara Mirian Lang.

Cordilheira Alta, SC, em 25 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 40/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 40/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

CONTRATADA: ZR ALMEIDA CONSULTORIA LTDA

LICITAÇÃO: Convite n. 07/2013.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria e consultoria na área administrativa, prospecção de

fontes de recursos, elaboração de planos de trabalho e projetos para captação de recursos na esfera estadual e federal, bem como cadastramento e acompanhamento dos processos eletrônicos nos portais de convênios - SICONV e SIGEF, e ou instituições financeiras, com carga horária mínima de 12 horas semanais.

VALOR: R\$ 31.500,00.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 122.2502.002;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Zaire de Almeida.

Cordilheira Alta, SC, em 28 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 41/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 41/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

CONTRATADA: ZR ALMEIDA CONSULTORIA LTDA

LICITAÇÃO: Convite n. 08/2013.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria na área de saneamento, com ênfase no tratamento de água, efluentes, bem como em projetos e programas ambientais que venham a ser implantados no município, com carga horária mínima de 16 horas semanais.

VALOR: R\$ 24.300,00.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 122.2502.002;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Ricardo Beirith.

Cordilheira Alta, SC, em 28 de março de 2013.

Extrato Contrato Adm. Nº 42/2013

EXTRATO DO CONTRATO ADM Nº: 42/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

CONTRATADA: C.M.N. INFORMÁTICA LTDA.

LICITAÇÃO: Convite n. 06/2013.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de assistência e manutenção de software de gestão de saúde.

VALOR: R\$ 11.520,00.

VIGÊNCIA: até 31/12/2013.

RECURSOS: Projeto Atividade n. 122.2502.024;

Modalidade de Aplicação n. 339000;

SIGNATÁRIOS: Alceu Mazzioni e Francisco Antonio Abatti.

Cordilheira Alta, SC, em 28 de março de 2013.

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Corupá

PREFEITURA

Tomada de Preços 004/13

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 004/13

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a construção de edificação da UBS do Bairro Seminário, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos, conforme projeto arquitetônico, orçamento, cronograma, memorial descritivo e quantitativo anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 09/04/2013 às 09h00min do dia 24/04/2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 24/04/2013

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: O Edital de Tomada de Preços n.º 004/13 poderá ser retirado junto à Divisão de Administração e Compras, sito a Av. Getúlio Vargas, 443, com a seguinte condição, cada licitante interessado deverá trazer mídia para que seja gravado o edital, e seus anexos. Fica estipulada a data máxima do dia 22/04/2013 para que as empresas interessadas realizem o Cadastramento Prévio junto a Prefeitura Municipal e retirem o Edital com todos os seus anexos. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado de Regularidade Cadastral também até a data já mencionada, e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 09 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Tomada de Preços 005/13

MUNICÍPIO DE CORUPÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 005/13

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a ampliação, adequações de edificações da UBS Vila Rutzen, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, ferramentas e equipamentos, conforme projeto arquitetônico, orçamento, cronograma, memorial descritivo e quantitativo anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 09 horas do dia 09/04/13 às 14h00min do dia 24/04/2013.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 24/04/2013

TIPO: Menor Preço.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: O Edital de Tomada de Preços n.º 005/13 poderá ser retirado junto à Divisão de Administração e Compras, sito a Av. Getúlio Vargas, 443, com a seguinte condição, cada licitante interessado deverá trazer mídia para que seja gravado o edital, e seus anexos. Fica estipulada a data máxima do dia 22/04/2013 para que as empresas interessadas realizem o Cadastramento Prévio junto a Prefeitura Municipal e retirem o Edital com todos os seus anexos. As empresas que já se encontram cadastradas devem atualizar o Certificado

de Regularidade Cadastral também até a data já mencionada, e também no site [Http://www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORÁRIO: Das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 09 de Abril de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ata de Registro de Preços Nº 037/2013

EXTRATO DO CONTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2013

Processo de licitação nº 028/13

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A, com sede na Avenida Carlos Gomes, 350 - Boa Vista, Porto Alegre-RS, CEP 90.480-000 representada neste ato, por seu representante legal, o Senhor MARCELO WAIS, CPF nº 632.005.380-15.

Objeto: Contratação de melhor proposta para o fornecimento de seguro para a frota do município de Corupá formulado por companhia de seguro habilitada junto a SUSEP.

Valor do Contrato: R\$ 13.400,00 (Treze Mil e Quatrocentos Reais).

Data da Assinatura: 27/03/2013

Data da Vigência: 27/03/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ata de Registro de Preços Nº 038/2013

EXTRATO DO CONTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2013

Processo de licitação nº 023/13

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: CMA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.280.717/0001-37, estabelecida na Rua Roberto Seidel, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA USO DA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 64.993,80 (Sessenta e quatro mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta centavos).

Data da Assinatura: 01/04/2013

Data da Vigência: 01/04/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ata de Registro de Preços Nº 039/2013

EXTRATO DO CONTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2013

Processo de licitação nº 024/13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: MERCADO BERTINA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 83.122.291/0001-18 e inscrição Estadual nº 252.194.268, estabelecida na Rua Roberto Seidel nº 1137, município de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (café, açúcar, filtro, adoçante, chá e água mineral), PARA USO EM DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 20.468,00 (Vinte mil e quatrocentos e sessenta e oito reais).

Data da Assinatura: 01/04/2013

Data da Vigência: 01/04/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ata de Registro de Preços Nº 040/2013

EXTRATO DO CONTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2013

Processo de licitação nº 024/13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.104.642/0001-01 e inscrição Estadual nº 253229251, estabelecida na Rod. BR 470 Km 140, Sala 02 e 04, nº 5350, Itoupava município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89162-596.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de FILTROS PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 5.795,25 (Cinco mil setecentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos).

Data da Assinatura: 02/04/2013

Data da Vigência: 02/04/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Ata de Registro de Preços Nº 041/2013

EXTRATO DO CONTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2013

Processo de licitação nº 024/13
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: PEÇAMAQ COMERCIO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS PARA TRATORES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.727.591/0001-57 e inscrição Estadual nº 255825331, estabelecida na Rua Presidente Getúlio Vargas Nº 93, município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, CEP 88.133-315.

Objeto: Registro de preços para eventuais aquisições parceladas de FILTROS PARA USO NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL DE CORUPÁ-SC, conforme especificações Termo de Referência Anexo I.

Valor do Contrato: R\$ 19.965,86 (Dezenove mil novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos)

Data da Assinatura: 02/04/2013

Data da Vigência: 02/04/2014

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato de Registro de Preço Nº 030/2013

EXTRATO DO CONTRATO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2013

Processo de licitação nº 015/13
Pregão Presencial no 007/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO FRANCESCHI LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 03.835.275/0001-33 estabelecida na Rua Tobias Cardoso, 55 - Centro, Município de Corupá Estado de Santa Catarina.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para contratação de Prestadora de Serviço Diário de Transporte Escolar para Portadores de Deficiência para transferência até a APAE do Município de Jaraguá do Sul/SC.

Valor do Contrato: R\$ 1,26 (um real e vinte e seis centavos) por km rodado, totalizando o valor de R\$ 113.400,00 (Cento e treze mil e quatrocentos reais).

Data da Assinatura: 07/03/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LORIANO ROGERIO COSTA

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

Extrato do Contrato Nº 035/2013

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2013

Processo de licitação nº 039/13

Dispensa de Licitação no 012/13

Contratante: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

Contratada: Papelaria Bom Preço LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 00.188.889/0000-82, estabelecida na Rua Leopoldo Gorges nº 96, Bairro Vila Lenzi, Cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mobiliário para uso da Secretaria Municipal de Saúde.

Valor do Contrato: R\$ 7.929,00 (Sete Mil e Novecentos e Vinte e Nove Reais).

Data da Assinatura: 19/03/2013

Data da Vigência: 31/12/2013

LUIZ CARLOS TAMANINI
Prefeito Municipal

Curitibanos**PREFEITURA****Edital de Pregão Presencial Nº 62/2013**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de materiais de construção para reformas no depósito do Estádio Wilmar Ortigari e no setor de lavação e borracharia da Secretaria de Obras; materiais para a manutenção das ruas do Município e conservação da rede de esgoto da cidade. Conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 29/04/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 29/04/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 27 de março de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 69/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para AQUISIÇÃO DE UMA CARREGADEIRA COMPACTA, VASSOURA MECÂNICA, ESPARGIDOR E JOGOS DE ESCOVAS, PARA SECRETARIA DE OBRAS, COM AS ESPECIFICAÇÕES MINIMAS CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 02/05/2013, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 15:00 horas do dia 02/05/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 02 de Abril de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Edital de Pregão Presencial Nº 70/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de materiais para uso da borracharia da Secretaria de Transportes e Obras. Conforme Anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 01/05/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 01/05/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 02 de Abril de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI
Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL
Pregoeiro

Ermo

PREFEITURA

Portaria Nº 065, de 01 de Abril de 2013 - Republicação por Incorreção

PORTARIA Nº 065, de 01 de abril de 2013.

Admite Servidor em Caráter Temporário - ACT.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 2º, III da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando que o servidor João Manoel Pereira, que desenvolve suas atividades como Auxiliar de Serviços Gerais II gozará férias no mês de abril de 2013 e a urgente necessidade na continuidade dos serviços que desenvolve e não havendo servidor disponível para substituí-lo;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ELIZABETE SILVA GUIMARÃES, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais II, no período de 01/04/2013 a 30/04/2013, em substituição ao Servidor João Manoel Pereira.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMS Nº. 42/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 42/2013

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRADADO - MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de leites especiais, necessários e imprescindíveis para o atendimento aos munícipes, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC, durante o exercício de 2013.

VALOR - R\$ 22.810,00 (vinte e dois mil e oitocentos e dez reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0101.2050.3390 (19).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial Nº 08/FMS/2013.

DATA DA ASSINATURA - 19 de março de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 13/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 13/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 144/2012

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PONTO CERTO CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO - Execução de serviços na construção da Sede Esportiva da Comunidade de Sanga do Café, incluindo vestiários do campo de futebol, com área total de 118,90 m², na Rodovia dos Imigrantes Italianos, Localidade de Sanga do Café, Município de Forquilha/SC, conforme convênio nº. 4445/2012-8, firmado junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Criciúma, vinculado ao Projeto PTEC 000684/2012 - FUNDESPORTE, compreendendo ainda o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente às especificações, determinações previstas no projeto básico e projeto executivo e de acordo com a proposta da contratada, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual. DO PRAZO - O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 144/PMF/2012 de 14/03/2013 para 13/04/2013 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 10/07/2013.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 05 de março de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto Nº 125/2013

DECRETO Nº 125, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

APROVA IMPLANTAÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DO LOTEAMENTO PORTAL, DA EMPRESA INCORPORADORA DE IMÓVEIS BOM FUTURO LTDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ivo Biazolo, Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º - De conformidade com a Lei Municipal Complementar nº 0125/2010 e nos termos das plantas, memoriais descritivos e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 4463/2010, com fundamento no artigo 106 da Lei Complementar Municipal nº 097/2008, o loteador (Incorporadora de Imóveis Bom Futuro Ltda) fica autorizado a implantar as obras da segunda Etapa do Loteamento Portal, de conformidade com o Termo de Compromisso, para executar no prazo de um ano, sem qualquer ônus para o Município, sendo as quadras identificadas em planta como nº 03 (599) e 12 (608), autorizadas pela LAI (FATMA) nº 4074/2011, a seguir descritas:

- a) abertura e terraplanagem das vias de circulação e praças, com os respectivos marcos de alinhamento e nivelamento;
- b) pavimentação, meios-fios, guias de pedra ou concreto, em todas as vias e praças, com o respectivo passeio, conforme padrão adotado ou aprovado pelo Município;
- c) valetamento e canalização de águas pluviais com as respectivas caixas de captação;
- d) drenagem, aterros, pontes, pontilhões e bueiros que se fizerem necessários;
- e) execução do sistema de energia elétrica e iluminação pública;

f) construção de jardins, parques, praças e quaisquer outros equipamentos previstos no projeto de parcelamento submetido ao Município

g) quaisquer outras obras oriundas de atendimento dos dispositivos da presente Lei;

h) execução da rede de abastecimento d'água potável, mesmo que o sistema geral não tenha chegado ainda na área a lotear, neste caso, tem um prazo de dois anos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 08 DE ABRIL DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto Nº 126/2013

DECRETO Nº. 126, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0017, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0017 de 28 de fevereiro de 2013, conforme lista anexa.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 08 DE ABRIL DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **1** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Lau Melo**

CrITÉRIOS de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	8	IRMA MORAES	12	0	0	5	0	NÃO	12/8/1962
2	10	ANDRESSA MELO MORAES	10	0	0	3	0	NÃO	25/1/1995
3	14	ANDREA RIBEIRO DA ROSA	7	0	0	0	1	NÃO	8/10/1990
4	6	LUANA DE FÁTIMA TELES DA COSTA	0	0	0	0	1	NÃO	16/1/1995



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **2 - Agente Comunitário de Saúde – Localidade Faxinal dos Carvalh**

Critérios de Desempate

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Faxinal dos Carvalhos**

				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 2 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE FAXINAL DOS CARVALHOS									



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **3 - Agente Comunitário de Saúde – Assentamento Rio Mansinho**

Critérios de Desempate

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Assentamento Rio Mansinho**

				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 3 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ASSENTAMENTO RIO MANSINHO									



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **4 - Agente Comunitário de Saúde – Bairro Roland Mayer**

Critérios de Desempate

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **4** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Roland Mayer**

				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 4 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO ROLAND MAYER									



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **5** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Santa Monica**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	JESSICA FRANCINE CRESTANI	8	0	0	1	0	NÃO	9/1/1992



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **6 - Agente Comunitário de Saúde – Localidade Rio Mansinho/ Fisch**

Critérios de Desempate

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **6** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Rio Mansinho/ Fischer**

				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 6 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE RIO MANSINHO/ FISCHER									



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **7 - Agente Comunitário de Saúde – Localidade Butiá Verde**

Critérios de Desempate

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **7** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Butiá Verde**

				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 7 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE BUTIÁ VERDE									



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **8** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Butiá Verde Setor I / Vila Refflor**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	MARLI APARECIDA DOS SANTOS	9	0	2	0	3	NÃO	16/10/1979
2	9	GERALDO FRANCISCO DE PROENÇA	6	3	2	1	0	NÃO	15/4/1967



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013**

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:	9 - Agente Comunitário de Saúde – Assentamento Chico Mendes
--------	--

Critérios de Desempate

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código:	9	Área de Atuação:	Geral
---------	----------	------------------	--------------

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Assentamento Chico Mendes**

1° 2° 3° 4° 5° 6°

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 9 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ASSENTAMENTO CHICO MENDES									



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **10 - Agente Comunitário de Saúde – Assentamento Campina do Ser**

Critérios de Desempate

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **10** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Assentamento Campina do Serro**

				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 10 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ASSENTAMENTO CAMPINA DO SERRO									



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **11** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Macieira**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	12	DEBORA GONÇALVES DA SILVA	9	0	0	2	2	NÃO	26/4/1983



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **12 - Agente Comunitário de Saúde – Bairro Liberata/ São Luiz**

Critérios de Desempate

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **12** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Liberata/ São Luiz**

				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 12 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO LIBERATA/ SÃO LUIZ									



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **13** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Santo Antonio**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	5	MARISTELA MARCONDES SCAIN	9	0	0	2	1	NÃO	27/1/1979
2	2	CILCE LARIÉTE MELLO CORDEIRO	0	0	0	0	1	NÃO	29/6/1987



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **14** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro Jardim América**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	13	MARIA DE FÁTIMA BORGES DO AMARAL	17	0	10	0	0	NÃO	13/5/1977
2	11	EMANUELA CRISTINA DOS SANTOS	7	0	0	0	1	NÃO	3/3/1989
3	7	IRACILDA DE FÁTIMA SILVA	7	0	0	0	0	NÃO	9/4/1967



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013**

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **15 - Agente Comunitário de Saúde – Localidade X de Novembro**

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código:	15	Área de Atuação:	Geral
---------	-----------	------------------	--------------

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade X de Novembro**

Critérios de Desempate

1° 2° 3° 4° 5° 6°

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 15 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE X DE NOVOEMBRO									



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **16 - Agente Comunitário de Saúde – Localidade Linha Baia I**

Critérios de Desempate

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **16** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Linha Baia I**

				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 16 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE LINHA BAIÁ I									



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **17 - Agente Comunitário de Saúde – Localidade Faxinal dos Domin**

Critérios de Desempate

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **17** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Faxinal dos Domingues**

				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 17 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – LOCALIDADE FAXINAL DOS DOMINGUES									



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Cargos
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **18 - Agente Comunitário de Saúde – Bairro São Cristóvão**

Critérios de Desempate

Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **18** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Bairro São Cristóvão**

				1º	2º	3º	4º	5º	6º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
NÃO HOUVE INSCRIÇÕES PARA O CARGO 18 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO									



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0017 DE 28 DE FEVEREIRO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Agente Comunitário de** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **19** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Agente Comunitário de Saúde – Localidade Barro Preto**

Critérios de Desempate

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Tempo Serviço	Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	4	JOACIR LUCAS DE DEUS	7	0	0	0	0	NÃO	4/2/1990

Decreto Nº 127/2013

DECRETO Nº 127, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

ESTABELECE JORNADA DE TRABALHO EM TURNO ÚNICO DE SEIS HORAS DIÁRIAS, PARA AGENTES PÚBLICOS OCUPANTES DE CARGOS OU FUNÇÕES PÚBLICAS DE OPERADOR DE ETA/ETE DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições da Lei Complementar n. 0109/2010, em especial artigo 32, § 3º e artigo 36;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituída a jornada de trabalho em turno único de 6(seis) horas para os agentes públicos ocupantes de cargos ou funções públicas de Operador de ETA/ETE junto a Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, em razão da necessidade contínua da prestação do serviço público essencial na área de água e saneamento do Município de Fraiburgo.

Art. 2º. Em razão da constituição de turno único, os agentes públicos a que se refere o artigo 1º deste Decreto, exercerão carga horária de 6(seis) horas diárias, durante os 7(sete) dias da semana, independente de domingos, pontos facultativos e feriados, sem nenhuma alteração de remuneração.

§ 1º. Os servidores efetivos continuarão a receber mensalmente os vencimentos fixados em Lei, sem qualquer alteração.

§ 2º. Os agentes públicos contratados por prazo determinado para atender excepcional interesse público, consoante o que dispõe a Lei nº 1220/97 e suas alterações, continuarão a receber o valor estipulado no contrato, sem qualquer alteração.

Art. 3º. Para os agentes públicos abrangidos pelo turno único estabelecido neste Decreto, não serão devidas horas extras, exceto quando trabalharem além da escala estabelecida pela Autarquia Municipal.

Art. 4º. Considerando o funcionamento diário e contínuo da Estação de Tratamento de Água do município, no sistema de turno único de 6(seis) horas, o agente público abrangido por este Decreto, terá direito a 1(um) dia de folga por semana.

§ 1º. Durante o mês terá direito o agente público que 1(uma) das folgas semanais coincida com o Domingo.

§ 2º. Compete a Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI o estabelecimento de escala e controle de horários e folgas dos agentes públicos abrangidos por este Decreto.

Art. 5º. Aos agentes públicos submetidos à jornada de trabalho em turno único de 6(seis) horas instituído por este Decreto, não será concedido intervalo intrajornada.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

FRAIBURGO(SC), 08 DE ABRIL DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Resolução Cms 005/2013

DELIBERAÇÃO 005/CMS/13

O Conselho Municipal de Saúde de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal 1.971/2008, em reunião ordinária realizada no dia 20 de março de 2013, no auditório da Unidade de Saúde Vila Salette, APROVOU o reajuste de R\$ 75,00 para R\$ 85,00/hora do plantão médico no Pronto Atendimento e de R\$ 8.000,00 para R\$ 10.000,00 pelos serviços de Coordenação, conforme ATA do CMS Nº 004/2013.

Fraiburgo (SC), 20 de março 2013.

NILCE PINZ

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

SALIMARA CLAIR MOLIM

Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde

Portaria Nº 1328/2013

PORTARIA N.º 1.328, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir, a pedido, o contrato de CLEONICE DE OLIVEIRA GONÇALVES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 022.534.489-07, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 05 de abril de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1329/2013

PORTARIA Nº 1.329, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

Exonera Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o servidor JOCEMAR ANDERSON MEIRELES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 032.858.929-27, nomeado no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, em 05 de abril de 2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1330/2013

PORTARIA N.º 1.330, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0016, de 22 de fevereiro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, MARIE CRISTINA STOLZ MUNARETTO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 375.639.809-97, na função de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 09 de abril de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1331/2013

PORTARIA N.º 1.331, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e conforme comunicação interna n.º 0665/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar de 21 (vinte e um) para 26 (vinte e seis) horas semanais a carga horária do servidor JORGE COSTA ANDRADE, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 502.546.699-72, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, pelo período de 09 de abril de 2013 até 01 de agosto de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1332/2013

PORTARIA N.º 1.332, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 0655/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JESSICA MUSSOLIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 078.886.919-19, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1333/2013

PORTARIA N.º 1.333, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 0667/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 06 horas semanais a professora efetiva HELENA DE CORDOVA, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTOVÃO JOSÉ SCHNEIDER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 194.656.619-53, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 03 de maio de 2013 até 01 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1334/2013

PORTARIA Nº 1.334, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0666/2013, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação de carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora SIMONE PILLON DELFES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 026.031.339-42, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, área de atuação EDUCAÇÃO INFANTIL, pelo período

de 25 de abril de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1335/2013

PORTARIA N.º 1.335, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e conforme comunicação interna n.º 0668/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 12 horas semanais a professora efetiva HELENA DE CÓRDOVA, que se encontra afastada em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de IVONETE PADILHA DE MORAES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 760.507.189-20, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 25 de abril de 2013 até 01 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 08 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

OLIDES BERTAIOLLI

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Complementação do Pregão 0043/2013-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE COMPLEMENTAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0062/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0043/2013 - PMF

O Prefeito de Fraiburgo torna público, para maior compreensão na elaboração das propostas e para fins de complementação à descrição para aquisição dos veículos constante do Item 1 do Edital em epígrafe, o mesmo deverá ser tipo "SEDAN". Ficam inalteradas todas as demais disposições editalícias. Informações pelo fone: (49) 3256 3000 - ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 08 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Aviso de Complementação do Pregão 0044/2013-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE COMPLEMENTAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0063/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0044/2013 - PMF

O Prefeito de Fraiburgo torna público, para maior compreensão na elaboração das propostas e para fins de complementação à descrição para aquisição do veículo constante do Item 1 do Edital em epígrafe, o mesmo deverá ser tipo "SEDAN". Ficam inalteradas todas as demais disposições editalícias. Informações pelo fone: (49) 3256 3000 - ramais 3023/3039. E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 08 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Aviso do Pregão Presencial Nº 0053/2013-PMF Rp 0031

Aviso do Pregão Presencial nº 0053/2013 - PMF

Registro de Preços Nº 0031/2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de concreto usinado, massa asfáltica CAUQ, emulsão asfáltica RM1C e massa asfáltica CAUQ com serviços de aplicação, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e do Órgão Participante (SANEFRAI), durante o período de abril a outubro de 2013. Validade da Ata de Registro de Preços: abril a outubro de 2013. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:30 horas do dia 19.04.2013. Abertura: às 10:30 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 05 de abril de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

Portaria N.º 312/2013

PORTARIA N.º 312, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

AUTORIZA A AVERBAÇÃO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EXPEDIDA PELO INSS SOB O Nº. 20001050.1.00044/11-2, NOS ASSENTOS FUNCIONAIS DA SERVIDORA LENOIR SANTOS DE OLIVEIRA, DETENTORA DA MATRÍCULA FUNCIONAL Nº. 0107 E DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art.1º. Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do (a) servidor(a) JOSÉ CUSTÓDIO, detentor da matrícula nº. 0107, e do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Conservação e Manutenção, a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo

INSS sob o nº. 20001050.1.00044/11-2, para fins de concessão de aposentadoria e/ou abono de permanência.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2013.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/04/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Aviso Dispensa de Licitação Nº 14/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA
DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso X do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 68/2013; DL nº. 14/2013; Contratada:Terezinha de Jesus Floriano; CPF: 014.061.208-47; Objeto: Locação de Imóvel Urbano com área privada total construída de 92,52, m² e composto pelo terreno de 360,00 m², situado na Rua Prof. Antônio José Botelho, nº 334, Centro, Garopaba/SC, para o Poder Público Municipal destinado ao uso das atividades da Secretaria Municipal de Saúde; Valor: R\$ 8.326,80 (Oito Mil, Trezentos e Vinte e Seis Reais e Oitenta Centavos);

Data da Assinatura: 01/04/2013.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Aviso Dispensa de Licitação Nº 15/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso I do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 70/2013; DL nº. 15/2013; Contratada: M & L Empreiteira de Mão de Obra Ltda.; CNPJ: 10.789.611/0001-14; Objeto: Reforma do telhado da escola do bairro Areias de Palhocinha, E.M.E.F. Paula Martins Pereira; Valor: R\$ 14.510,24 (Quatorze Mil, Quinhentos e Dez Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Data da Assinatura: 03/04/2013.
LUIZ CARLOS LUIZ
Prefeito Municipal

Editais de Notificação 735 a 745/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000735/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

AFH7765 54051312D 11/04/2012 69120 232 53.20
AKB5527 54051400D 04/04/2012 69200 233 127.69
HXA1719 55617164D 02/04/2012 65992 230 * V 191.53
MCI9990 54051308D 24/03/2012 50100 162 * I 574.61
MFL1521 55617172D 08/04/2012 51851 167 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

GAROPABA/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000740/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ADV7805 55617883D 09/06/2012 55411 181 * XVII
ANN7310 55617856D 14/06/2012 51851 167
BOR9855 55617736D 09/06/2012 54522 181 * VIII
EJS0735 55617673D 07/06/2012 51851 167
HCV1014 55617876D 06/06/2012 51851 167
IBW2096 55617825D 09/06/2012 54521 181 * VIII
ICT3146 55617518D 01/06/2012 69120 232

LCS9939 55617449D 08/06/2012 50450 162 * V
 LZE6067 55617699D 09/06/2012 66102 230 * VII
 LZS2671 55617398D 12/06/2012 70302 244 * I
 LZS2671 55617397D 12/06/2012 52070 169
 LZS2671 55617575D 12/06/2012 58350 195
 LZS2671 55617573D 12/06/2012 65992 230 * V
 LZS2671 55617395D 12/06/2012 58191 193
 LZS2671 55617396D 12/06/2012 57200 186 * I
 MAI0451 55617804D 05/06/2012 55411 181 * XVII
 MAM5902 55617976D 05/06/2012 69200 233
 MAR7042 55617572D 12/06/2012 65992 230 * V
 MAR7831 55617450D 08/06/2012 50100 162 * I
 MBU9194 55617776D 10/06/2012 54521 181 * VIII
 MCE5517 55617832D 10/06/2012 54521 181 * VIII
 MCF7999 55617819D 09/06/2012 54600 181 * IX
 MDH1466 55617526D 15/06/2012 50100 162 * I
 MDZ1466 55617740D 09/06/2012 54522 181 * VIII
 MEC2931 55617400D 12/06/2012 66372 230 * IX
 MEC2931 55617399D 12/06/2012 66532 230 * XI
 MEI8355 55617842D 16/06/2012 69120 232
 MEM8063 55617599D 04/06/2012 69200 233
 MEQ4522 55617744D 09/06/2012 54521 181 * VIII
 MFM5105 55617838D 13/06/2012 55250 181 * XV
 MGK8688 55617647D 11/06/2012 73662 252 * VI
 MGN0580 55617376D 21/03/2012 59750 204
 MGO4707 55617598D 04/06/2012 69200 233
 MGP2530 55617830D 10/06/2012 54522 181 * VIII
 MHJ3546 55617827D 10/06/2012 54522 181 * VIII
 MHU6549 55617813D 09/06/2012 55411 181 * XVII
 MIA3072 55617600D 05/06/2012 69200 233
 MIA7007 55617816D 09/06/2012 54521 181 * VIII
 MIA7007 55617954D 18/06/2012 66371 230 * IX
 MIA7007 55617952D 18/06/2012 65561 230 * I
 MIA7007 55617951D 18/06/2012 65564 230 * I
 MIH0460 55617858D 14/06/2012 51851 167
 MIQ7042 55617747D 11/06/2012 50100 162 * I
 MIS9407 55617529D 18/06/2012 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000743/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MIW3477 55617607D 26/04/2012 54600 181 * IX 85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000741/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MBO9262 55617577D 10/04/2012 69200 233 127.69
 MGP8479 55617603D 23/04/2012 50100 162 * I 574.61
 MMF1280 54051095D 25/01/2012 65992 230 * V 191.53

-- TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000737/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

CJZ8970 55617415D 10/04/2012 51851 167 127.69
IMT3590 55617590D 15/05/2012 69200 233 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000745/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MBL8943 55617638D 27/05/2012 69120 232 53.20
MEC2931 54051573D 12/05/2012 58350 195 127.69
MEC2931 54051574D 12/05/2012 65992 230 * V 191.53
MGB1606 55617584D 29/04/2012 69200 233 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000738/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES)

RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

HXA1719 55617597D 29/05/2012 69200 233
LYA7721 55617700D 09/06/2012 67001 230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000744/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BFM6208 55617978D 11/06/2012 69200 233
BUM3834 55617897D 21/07/2012 55250 181 * XV
BUM3834 55618292D 27/07/2012 50100 162 * I
ICR3145 55618236D 28/07/2012 66372 230 * IX
IKL4038 55617550D 24/07/2012 65992 230 * V
JCN1112 55618161D 20/07/2012 69120 232
LWY0521 55617909D 29/06/2012 66372 230 * IX
LWY0521 55617907D 29/06/2012 65992 230 * V
LWY0521 55617908D 29/06/2012 51851 167
LXY2466 55618287D 24/07/2012 50100 162 * I
MAN7073 55617322D 30/07/2012 50100 162 * I
MBO2323 55617315D 23/07/2012 51851 167
MBQ4148 55617312D 23/07/2012 51851 167
MDJ5944 55617859D 14/06/2012 59670 203 * V
MEA7605 55617536D 24/06/2012 52741 175
MGZ3097 55617316D 27/07/2012 55250 181 * XV

MHC1030 55618036D 26/06/2012 55250 181 * XV
 MHY1303 55618256D 26/07/2012 73662 252 * VI
 MIA5941 55617888D 12/06/2012 66531 230 * XI
 MIB7996 55617751D 28/07/2012 51691 165
 MIB7996 55617752D 28/07/2012 65992 230 * V
 MIN1913 55617904D 17/06/2012 69120 232
 MJN1829 55617845D 19/06/2012 53800 181 * I
 MMA3289 55617308D 23/07/2012 51851 167

 TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000742/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALG5283 55618006D 29/06/2012 65992 230 * V
 BMK4672 55618027D 22/06/2012 51851 167
 IHW8760 55617735D 09/06/2012 54522 181 * VIII
 LXV1286 55617930D 30/06/2012 51851 167
 LXV1286 55617931D 30/06/2012 66102 230 * VII
 LXV1286 55617927D 30/06/2012 50100 162 * I
 LXV1286 55617928D 30/06/2012 69120 232
 LXV1286 55617929D 30/06/2012 58350 195
 LXX2222 55617533D 21/06/2012 50100 162 * I
 LXX2222 55617532D 21/06/2012 69120 232
 LXX2222 55617534D 21/06/2012 65564 230 * I
 LZR1902 55617940D 01/07/2012 50100 162 * I
 LZR1902 55617942D 01/07/2012 65992 230 * V
 LZR1902 55617943D 01/07/2012 58350 195
 LZR1902 55617944D 01/07/2012 52070 169
 LZR1902 55617945D 01/07/2012 60502 208
 LZR1902 55617946D 01/07/2012 70302 244 * I
 MAJ9094 55618052D 25/06/2012 69120 232
 MAJ9094 55618051D 25/06/2012 65992 230 * V
 MBS1657 55617540D 30/06/2012 66102 230 * VII
 MBT9843 55618003D 20/06/2012 53800 181 * I
 MCO4392 55617778D 28/06/2012 65992 230 * V
 MDQ6240 55618024D 14/07/2012 51851 167

MEG2662 55617843D 16/06/2012 65992 230 * V
 MFB6457 55617938D 30/06/2012 50100 162 * I
 MFB6457 55617939D 30/06/2012 50610 163 c/c 162 * I
 MFL5013 55618005D 23/06/2012 67001 230 * XVI
 MFO6290 55617906D 29/06/2012 66372 230 * IX
 MFP3999 55617714D 23/06/2012 69120 232
 MFT0896 55617538D 30/06/2012 52741 175
 MGL1699 55618041D 02/07/2012 55415 181 * XVII
 MIR5452 55617531D 18/06/2012 65992 230 * V
 MIT5893 55617934D 30/06/2012 50100 162 * I
 MIT5893 55617935D 30/06/2012 69120 232
 MIT5893 55617936D 30/06/2012 66372 230 * IX
 MIV8257 55618055D 28/06/2012 54521 181 * VIII
 MJC7324 55617528D 15/06/2012 69120 232

 TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000739/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

DXI1563 55617706D 18/05/2012 70301 244 * I 191.53
 MHL8594 55617656D 15/05/2012 70301 244 * I 191.53
 MIY4585 55617471D 25/04/2012 73662 252 * VI 85.12
 MIY4585 55617470D 25/04/2012 51851 167 127.69

 TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
 LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
 DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.440 000736/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

BEG8700 55617671D 04/06/2012 55415 181 * XVII
DAM3522 55617519D 02/06/2012 50100 162 * I
ICS9415 55617683D 18/05/2012 54521 181 * VIII
IHW8760 55617670D 02/06/2012 66102 230 * VII
MBK9626 55617445D 02/06/2012 50450 162 * V
MDG5957 55617446D 02/06/2012 50100 162 * I
MDG5957 55617447D 02/06/2012 65992 230 * V
MDI7649 55617561D 28/05/2012 69120 232
MGB1606 55617520D 02/06/2012 67692 230 * XXII
MGQ5243 55617694D 05/06/2012 69120 232
MIK7672 55656149B 02/06/2012 57380 186 * II
MJA6008 55617493D 31/05/2012 50450 162 * V
MJY7658 55617448D 02/06/2012 69120 232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Garuva

PREFEITURA

Lei Complementar Nº 070/2013

LEI COMPLEMENTAR Nº 70, DE 04 DE ABRIL DE 2013.

"Altera número de vagas de cargos de provimento efetivo da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Garuva, altera e consolida o anexo IX da Lei Complementar n. 45/2009, de 15 de outubro de 2009 e dá outras providências".

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso

das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo IX – Classes de Cargos Comuns e Específicos de provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Garuva da Lei Complementar n. 45/2009, acrescentando as seguintes vagas, conforme Anexo I desta Lei Complementar:

02 (duas) vagas para o cargo de Assistente Social

01 (uma) vaga para o cargo de Nutricionista

02 (duas) vagas para o cargo de Psicólogo

04 (quatro) vagas para o cargo de Recepcionista

15 (quinze) vagas para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

02 (duas) vagas para o cargo de Cuidador

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

ANEXO I

Alteração de Vagas

Carreira	Cargo	Carga horária	Pré-Requisito de Investidura	Numero de vagas DE	Numero de vagas PARA
Especialista Superior	Assistente Social	110 h/m	Graduação em Serviço Social e Registro no conselho	03	05
Especialista Superior	Nutricionista	110 h/m	Graduação em Nutrição e Registro no conselho	01	02
Especialista Superior	Psicólogo	110 h/m	Graduação em Psicologia e Registro no conselho	03	05
Operacional II	Recepcionista	220h/m	Ensino Fundamental – curso em informática	06	10
Operacional I	Auxiliar de Serviços Gerais	220h/m	Alfabetizado	65	80
Operacional I	Cuidador	220h/m	Ensino médio e avaliação psicológica, conforme definido em regulamento	03	05

Lei Nº 1667/2013

LEI Nº 1667, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 659.578,44 (seiscentos e cinquenta e nove mil quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

03.001.002.062.1001.2006	Man. e investim. da Procuradoria Geral	3390	03.00.00	R\$	24.396,53
03.001.002.062.1001.2006	Man. e investim. da Procuradoria Geral	4490	03.00.00	R\$	10.000,00
07.001.010.306.1032.2027	Merenda Escolar	3390	03.60.00	R\$	25.546,86
07.001.012.361.1028.2030	Man. de convênios diversos	3390	03.58.00	R\$	187.899,89
07.001.012.361.1028.2030	Man. de convênios diversos	3390	03.22.55	R\$	1.468,47
07.001.012.361.1028.2030	Man. de convênios diversos	3390	03.61.00	R\$	1.220,28
07.001.012.361.1028.2030	Man. de convênios diversos	4490	03.58.00	R\$	1.000,00
10.003.006.181.1033.2063	Man. de Conv. com a Seg. Pública	3390	03.24.19	R\$	5.099,14
10.003.006.181.1033.2063	Man. de Conv. com a Seg. Pública	4490	03.24.19	R\$	14.000,00
10.003.015.452.1033.2065	Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos	3390	03.17.00	R\$	253.271,76
12.001.017.512.1042.2091	Man. do Sist.de Abastec. de Água e Esg.	3390	03.00.00	R\$	119.548,06
18.001.018.541.1042.2087	Man. do Fundo Mun. de Meio Ambiente	3390	03.00.00	R\$	16.127,45

Art. 2o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 2.706,03 (dois mil setecentos e seis reais e três centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

13.001.020.605.1036.2082	Man. do Fundo Mun. de Agricultura	3390	03.00.00	R\$	2.706,03
--------------------------	-----------------------------------	------	----------	-----	----------

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 208.225,08 (duzentos e oito mil duzentos e vinte e cinco reais e oito centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

15.001.008.244.1023.2051	Man.do Progr. de Prom.e Prev.Des. Social	3390	03.52.00	R\$	158.225,08
15.001.008.244.1023.2051	Man.do Progr. de Prom.e Prev.Des. Social	4490	03.52.00	R\$	50.000,00

Art. 4o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 91.422,09 (noventa e um mil quatrocentos e vinte e dois reais e nove centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

19.001.006.182.1033.2088	Manutenção do FUMREBOM	3390	03.00.00	R\$	1.422,09
19.001.006.182.1033.2088	Manutenção do FUMREBOM	4490	03.00.00	R\$	90.000,00

Art. 5o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional uplementar na importância de R\$ 12.909,71 (doze mil novecentos e nove reais e setenta e um centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

17.001.016.482.1033.2086	Man. do Fundo Mun. de Habitação	3390	03.00.00	R\$	909,71
17.001.016.482.1033.2086	Man. do Fundo Mun. de Habitação	4490	03.00.00	R\$	12.000,00

Art. 6o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 397.818,31 (trezentos e noventa e sete mil oitocentos e dezoito reais e trinta e um centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.302.1012.2041	Man. do Programa Saúde da Família	3390	03.64.01	R\$	88.509,61
14.001.010.302.1012.2041	Man. do Programa Saúde da Família	4490	03.64.01	R\$	155.677,43
14.001.010.302.1021.2050	Man. do Pronto Atendimento 24 horas	3390	03.23.55	R\$	1.377,42
14.001.010.303.1016.2045	Medic. para consumo e distrib. SUS	3390	03.67.00	R\$	109.281,13

14.001.010.304.1018.2047	Man. do Setor de Vigilância Sanitária	3390	03.66.00	R\$	15.000,00
14.001.010.304.1018.2047	Man. do Setor de Vigilância Sanitária	4490	03.66.00	R\$	5.000,00
14.001.010.305.1017.2046	Man. do Programa Vigilância Epidem.	3390	03.66.00	R\$	22.972,72

Art. 7o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 1o à 6o serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 2012.

Art. 8o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.015.451.1033.2058	Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.24.54	R\$	245.850,00
--------------------------	--	------	----------	-----	------------

Art. 9o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do artigo 8o., serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação relativo ao Contrato de Repasse 773060/2012 celebrado com a União Federal através do Ministério das Cidades no âmbito do Programa Planejamento Urbano.

Art. 10 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 295.300,00 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.015.451.1033.2058	Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.24.54	R\$	295.300,00
--------------------------	--	------	----------	-----	------------

Art. 11 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do artigo 10, serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação relativo ao Contrato de Repasse 770131/2012 celebrado com a União Federal através do Ministério das Cidades no âmbito do Programa Planejamento Urbano.

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1668/2013

LEI Nº 1668, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.001.015.451.1033.2060	Sinalização/urbanização de vias urbanas	4490	01.00.00	R\$	60.000,00
--------------------------	---	------	----------	-----	-----------

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.001.015.451.1033.2060	Sinalização/urbanização de vias urbanas	3390	01.00.00	R\$	45.000,00
10.003.015.452.1033.2065	Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos	3390	01.00.00	R\$	15.000,00

Art. 3o - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1669/2013

LEI Nº 1669, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

ACRESCENTA O §2º AO ARTIGO 1º DA LEI 554/89, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica acrescido o §2º ao artigo 1º da Lei Municipal 554, de 07 de Dezembro de 1989:

"Art.1º- ()

§2º Nos casos previstos no inciso III do artigo 2º desta Lei, o incentivo econômico somente poderá ser formalizado após autorização legislativa específica.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1670/2013

LEI Nº 1670, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

"CONCEDE SUBVENÇÃO PARA A UNIÃO GARUENSE DOS ESTUDANTES - UGE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção, no exercício de 2013, no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) para União Garuense dos Estudantes, declarada de Utilidade Pública através da Lei nº 899/1997.

Art. 2º - Os repasses serão efetuados em 10 (dez) parcelas de R\$

12.000,00 (Doze Mil Reais), a partir do mês de março de 2013, devendo a entidade prestar contas ao Poder Executivo no prazo de 30 dias após o recebimento de cada parcela.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta do orçamento em vigor na dotação orçamentária 02.001 - Gabinete do Prefeito, 04.122.1003.2005 - Contribuições a Entidades e Associações - 3335000000000000 - Transferências a Inst. Priv.s/ fins lucrativos

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1671/2013

LEI Nº 1671, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

"ALTERA LEI 1553/2011 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O art.1º da lei 1553/2011 de 03 de novembro de 2011 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituído o Auxílio-alimentação para os servidores ativos, estatutários, e contratados em caráter temporário, bem como para os empregados públicos regidos pela CLT, Conselheiros Tutelares em exercício, Estagiários e cargos comissionados em geral, da Administração direta e indireta do Município de Garuva".

Art. 2º - O art.3º da lei 1553/2011 de 03 de novembro de 2011 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - O Auxílio Alimentação será pago em 12 parcelas mensais e consecutivas, para os beneficiados no art. 1º desta lei, da seguinte forma:

§ 1º O valor do auxílio alimentação será de 280,00 (duzentos e oitenta reais) a partir de 1º de abril de 2013.

§ 2º- O valor do auxílio alimentação passará a ser de R\$ 330,00(trezentos e trinta reais) a partir de 1º de agosto de 2013.

§3º - O valor do auxílio alimentação passará a ser de R\$ 380,00(trezentos e oitenta reais) a partir de 1º de novembro de 2013.

§4º - O valor a que se refere este artigo será atualizado anualmente, no dia 1º de abril de cada ano, por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo, utilizando o INPC acumulado do respectivo período ou outro índice que o substitua, ocorrendo a próxima atualização em abril de 2014."

Art. 3º - O art.5º da lei 1553/2011 de 03 de novembro de 2011 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º- O Valor do auxílio alimentação será proporcional a carga horária de cada beneficiado, sendo o valor máximo para a jornada de 40(quarenta) horas semanais.

Parágrafo Único- Os estagiários, por terem jornada específica, terão direito a 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no art.3º desta Lei."

Art. 4º - Acrescenta o inciso IV ao art. 6º da lei 1553/2011 de 03 de novembro de 2011 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º -

"IV- Afastamento em decorrência de Licença Maternidade."

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1672/2013

LEI Nº 1672, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

"DEFINE A DATA BASE PARA A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GARUVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Define a data base para revisão geral anual dos vencimentos dos servidores, empregados públicos municipais e agentes políticos, que passará a vigorar no ano de 2014.

Art. 2º - Fica estabelecido como data base para a revisão geral anual o dia 1º de abril de cada ano.

Parágrafo Único- A definição do percentual a ser utilizado em cada ano, será a média aritmética de dois dos seguintes índices, INPC, IGPM e IPCA, excluindo-se do cálculo em cada ano, o índice que apresentar a menor variação nos últimos 12 meses.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1673/2013

LEI Nº 1673, DE 04 DE ABRIL DE 2013.

"CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL, REAJUSTA TABELA DE VENCIMENTOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica concedido a partir de 01 de abril de 2013, revisão geral anual e reajuste na tabela de vencimentos referente ao período março/2012 a fevereiro/2013, na ordem de 11,50% (onze e meio por cento), incidente sobre os vencimentos vigentes no mês de março/2012, aos servidores públicos municipais pertencentes ao quadro de pessoal, dos órgãos da Administração Direta; aos servidores contratados em decorrência de Convênios com o Estado e com a União destinados a execução de programas de governo; aos empregados públicos; aos Conselheiros Tutelares e aos estagiários.

§1º. - O percentual acima corresponde a revisão geral anual dos vencimentos na ordem de 7,00%(sete por cento) e aumento real equivalente a 4,5%(quatro e meio).

§2º. - A revisão de que trata o presente projeto de Lei, não se aplica aos agentes políticos que percebam subsídios conforme Lei Municipal nº 1599/2012 e 1604/2012.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a regularizar por Decreto, com efeito retroativo à janeiro/2013, o vencimento dos Professores Nível I a fim de adequá-lo a Lei 11.738/08, para o

cumprimento do Piso Nacional do Magistério.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Legislativo autorizado a conceder por ato normativo próprio o reajuste aos servidores do Poder Legislativo.

Art. 4º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão apropriadas às dotações orçamentárias do Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Lei Nº 1674/2013

LEI Nº 1674, DE 04 DE ABRIL DE 2013.

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O Povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, JOSÉ CHAVES, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

12.001.015.452.1042.2075 Coleta e disp. final do lixo domiciliar
3390 03.00.00R\$ 45.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 2012.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 101/2013

DECRETO Nº. 101 de 1º de abril de 2013

"Dispõe sobre a exoneração do servidor Osvaldo Manoel Vieira, do cargo comissionado de Diretor de Manutenção Predial."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1º. - Fica exonerado, a pedido, o servidor OSVALDO MANOEL VIEIRA, do cargo comissionado de Diretor de Manutenção Predial - CC3, subordinado a Secretaria Municipal de Infraestrutura, nomeado através do Decreto Nº 060/2013 de 04 de fevereiro de 2013.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 102/2013

DECRETO Nº 102, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1667, de 02 de abril de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 659.578,44 (seiscentos e cinquenta e nove mil quinhentos e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

03.001.002.062.1001.2006 Man. e investim. da Procuradoria Geral
3390 03.00.00 R\$ 24.396,53

03.001.002.062.1001.2006 Man. e investim. da Procuradoria Geral
4490 03.00.00 R\$ 10.000,00

07.001.010.306.1032.2027 Merenda Escolar 3390 03.60.00 R\$ 25.546,86

07.001.012.361.1028.2030 Man. de convênios diversos 3390
03.58.00 R\$ 187.899,89

07.001.012.361.1028.2030 Man. de convênios diversos 3390
03.22.55 R\$ 1.468,47

07.001.012.361.1028.2030 Man. de convênios diversos 3390
03.61.00 R\$ 1.220,28

07.001.012.361.1028.2030 Man. de convênios diversos 4490
03.58.00 R\$ 1.000,00

10.003.006.181.1033.2063 Man. de Conv. com a Seg. Pública
3390 03.24.19 R\$ 5.099,14

10.003.006.181.1033.2063 Man. de Conv. com a Seg. Pública
4490 03.24.19 R\$ 14.000,00

10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos 3390 03.17.00 R\$ 253.271,76

12.001.017.512.1042.2091 Man. do Sist.de Abastec. de Água e Esg. 3390 03.00.00 R\$ 119.548,06

18.001.018.541.1042.2087 Man. do Fundo Mun. de Meio Ambiente 3390 03.00.00 R\$ 16.127,45

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 2.706,03 (dois mil setecentos e seis reais e três centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Agricultura de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

13.001.020.605.1036.2082 Man. do Fundo Mun. de Agricultura
3390 03.00.00 R\$ 2.706,03

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 208.225,08 (duzentos e oito mil duzentos e vinte e cinco reais e oito centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

15.001.008.244.1023.2051 Man.do Progr.de Prom.e Prev.Des.Social 3390 03.52.00 R\$ 158.225,08

15.001.008.244.1023.2051 Man.do Progr.de Prom.e Prev.Des.Social 4490 03.52.00 R\$ 50.000,00

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 91.422,09 (noventa e um mil quatrocentos e vinte e dois reais e nove centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

19.001.006.182.1033.2088 Manutenção do FUMREBOM

3390 03.00.00 R\$ 1.422,09
19.001.006.182.1033.2088 Manutenção do FUMREBOM 4490
03.00.00 R\$ 90.000,00

Art. 5o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 12.909,71 (doze mil novecentos e nove reais e setenta e um centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Habitação de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

17.001.016.482.1033.2086 Man. do Fundo Mun. de Habitação 3390 03.00.00 R\$ 909,71

17.001.016.482.1033.2086 Man. do Fundo Mun. de Habitação 4490 03.00.00 R\$ 12.000,00

Art. 6o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 397.818,31 (trezentos e noventa e sete mil oitocentos e dezoito reais e trinta e um centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.001.010.302.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família 3390 03.64.01 R\$ 88.509,61

14.001.010.302.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família 4490 03.64.01 R\$ 155.677,43

14.001.010.302.1021.2050 Man. do Pronto Atendimento 24 horas 3390 03.23.55 R\$ 1.377,42

14.001.010.303.1016.2045 Medic. para consumo e distrib. SUS 3390 03.67.00 R\$ 109.281,13

14.001.010.304.1018.2047 Man. do Setor de Vigilância Sanitária 3390 03.66.00 R\$ 15.000,00

14.001.010.304.1018.2047 Man. do Setor de Vigilância Sanitária 4490 03.66.00 R\$ 5.000,00

14.001.010.305.1017.2046 Man. do Programa Vigilância Epidem. 3390 03.66.00 R\$ 22.972,72

Art. 7o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar dos Artigos 1o à 6o serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 2012.

Art. 8o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e cinquenta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.015.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas 4490 01.24.54 R\$ 245.850,00

Art. 9o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do artigo 8o., serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação relativo ao Contrato de Repasse 773060/2012 celebrado com a União Federal através do Ministério das Cidades no âmbito do Programa Planejamento Urbano.

Art. 10 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 295.300,00 (duzentos e noventa e cinco mil e trezentos reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.015.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas 4490 01.24.54 R\$ 295.300,00

Art. 11 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do artigo 10, serão utilizados recursos oriundos do excesso de arrecadação relativo ao Contrato de Repasse 770131/2012 celebrado com a União Federal através do Ministério das Cidades no âmbito

do Programa Planejamento Urbano.

Art. 12 - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOSE CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 103/2013

DECRETO Nº 103, DE 02 DE ABRIL DE 2013.

"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1668, de 02 de abril de 2013,

DECRETA:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.001.015.451.1033.2060 Sinalização/urbanização de vias urbanas 4490 01.00.00 R\$ 60.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.001.015.451.1033.2060 Sinalização/urbanização de vias urbanas 3390 01.00.00 R\$ 45.000,00

10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos 3390 01.00.00 R\$ 15.000,00

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOSE CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 104/2013

DECRETO Nº. 104 de 02 de abril de 2013.

"Dispõe sobre a nomeação da servidora Marli Grun Parisotto, para a função de Assistente de Escola."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

ART. 1o. - Fica nomeada a servidora MARLI GRUN PARISOTTO, para exercer a função de Assistente de Escola, na Escola Municipal Vicente Vieira, subordinado a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único - Conceda-se a servidora gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base, na forma do art. 43, § 4º da LC 045/09.

ART. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14/03/2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 106/2013

DECRETO Nº. 106, de 03 de Abril de 2013

"Homologa o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais da Prefeitura Municipal de Garuva."

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal.

Considerando, o disposto no art.248 da Lei Complementar 001/98; Considerando, a emissão do Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho;

Considerando, a emissão do Laudo do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional que visa atender a necessidade de proteção e cuidados do servidor/empregado público;

Considerando, a emissão do Laudo do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais que visa à prevenção da saúde e da integridade dos servidores/empregados públicos através da antecipação, reconhecimento, avaliação e conseqüente controle de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho;

DECRETA:

Art. 1o. - Ficam homologados os laudos técnicos emitidos pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho, Senhor Fernando Azure, portador de CREA-SC 094315-0, parte integrante deste decreto.

Art. 2º. - Os laudos de que trata o caput do artigo anterior encontram-se constituídos da seguinte forma:

I - Laudo Técnico de Condições do Ambiente de Trabalho que determinam as atividades que fazem jus ao adicional de insalubridades e periculosidade;

II - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional que visa atender a necessidade de proteção e cuidados ao trabalhador em seu ambiente de trabalho;

III - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais que visa à prevenção da saúde e da integridade dos trabalhadores através da antecipação e/ou identificação dos riscos ambientais existentes na empresa, que podem ser qualificados e localizados, definindo ações para atenuá-los, extingui-los ou mantê-los sob controle;

Parágrafo Único - Os laudos ora homologados vigorarão sobre as atividades dos servidores públicos da Prefeitura Municipal pelo período de 1 (um) ano.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Decreto Nº 107/2013

DECRETO Nº 107, DE 04 DE ABRIL DE 2013.

"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOSÉ CHAVES, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1674, de 04 de abril de 2013,

DECRETA:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

12.001.015.452.1042.2075 Coleta e disp. final do lixo domiciliar
3390 03.00.00 R\$ 45.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 2012.

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOSE CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 227/2013

PORTARIA Nº. 227, de 28 de março de 2013.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora MARINETTI ESTHER VIEIRA, portadora do RG 2.604.806-0 e CPF 920.948.139-91, do cargo de Professora Nível II, admitida através da Portaria nº. 056/2013, de 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 229/2013

PORTARIA Nº 229, de 1º de abril de 2013

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE EMPREGADO PÚBLICO, A PEDIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 046/09 DE 16/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Exonerar, a pedido, a empregada pública BEATRIZ MARIA DE CASSIAS STROBEL, do cargo de Odontóloga - ESF, admitida através da portaria nº. 393/2012 de 10 de agosto de 2012.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSE CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 230/2013

PORTARIA Nº. 230, de 1º de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora SUELEN PAOLA CASA-GRANDE, portadora do RG 4.294.355-8 e CPF 082.492.899-78, do cargo de Professora Nível I, admitida através da Portaria nº. 198/2013, de 1º de março de 2013.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 231/2013

PORTARIA Nº 231, de 1º de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Educação, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário REGINA MARIA LEGNAGHI, inscrita no CI-RG 3.228.478 e CPF 890.909.509-15, na função de Professora Nível I, por 20 horas semanais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 232/2013

PORTARIA Nº. 232, de 02 de abril de 2013

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO, o Requerimento nº 038/2013;

CONSIDERANDO, a Comunicação Interna nº 203/2013;

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

RESOLVE:

ART. 1o. - Alterar a carga horária semanal de 20 horas para 40 horas da servidora ANDREIA DA SILVA ALVES, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

ART. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de 04 de abril de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 233/2013

PORTARIA Nº 233, de 03 de abril de 2013.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 37/2010 de 20 de abril de 2010;

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos, conforme Anexo I desta Portaria.

RESOLVE:

ART. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público constantes do Anexo I desta Portaria para os cargos públicos de provimento efetivo, submetidos ao Regime Estatutário e Lei Complementar Municipal nº. 45, de 15 de outubro de 2009.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 07:30 às 13:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

- 1) Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
- 2) Cópia da certidão de casamento;
- 3) Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
- 4) Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade - (para os cargos de nível superior: Diploma)
- 5) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
- 6) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
- 7) Cópia do RG e CPF;
- 8) Cópia do título de eleitor;
- 9) Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
- 10) Cópia do PIS/PASEP;
- 11) Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
- 12) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- 13) Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
- 14) Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
- 15) Cópia do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);
- 16) Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);
- 17) Certidão negativa de antecedentes criminais - Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (a ser solicitada no FÓRUM);
- 18) Certidão de quitação eleitoral - Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br).

gov.br);

19) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: (www.cnj.jus.br);

20) Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);

21) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);

22) Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal;

23) Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;

24) 01 foto 3 X 4 RECENTE.

25) CTPS original para os candidatos Nomeados no Anexo II

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

ANEXO I REGIME ESTATUTÁRIO – MAGISTÉRIO

Cargo: Professor – Educação Infantil

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
249	Tânia Loreci Back	20º
352	Sílvia Maria Andreatta Biss Maciel	21º
842	Rosiane Manes Vieira	22º
770	Adraiana Aparecida Horn da Silva	23º
124	Magda da Silva	24º
197	Tamara Bylaardt	25º

Cargo: Professor – Séries Iniciais

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17300180	Viviane Langebartels Debatim	1º
17300189	Rosana de Fátima Guibes do Amaral	2º
17300121	Tania Loreci Back	3º
17300182	Palmira Rosa Pereira	4º
17300045	Patrícia Guarezi Correa	5º
17300027	Chirllen Altmann	6º

Cargo: Professor – Educação Física

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
376	Valéria Caldas	10º
509	Josie Nunes Leite	11º

Cargo: Professor – Educação Religiosa

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17300113	Jacira Maria de Oliveira	1º

Cargo: Professor – Língua Portuguesa

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17300212	Ilisane Winhar Pereira Zago	1º

Cargo: Professor – Matemática

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
439	Aline de Souza Pereira	3º

Cargo: Professor – História

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
355	Daiane Besen	8º

Cargo: Professor – Geografia

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
601	Ricardo Bueno	2º

Cargo: Professor – Ciências

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Classificação
809	Jennifer Zwettler Teixeira	2º

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 236/2013

PORTARIA Nº. 236, de 05 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 224/2013, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Administradora Escolar, a Senhora Sibeli Gava Bilau, CPF nº 045.863.689-42, RG nº 4.659.813 - SSP/SC, com lotação destinada à Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Especialista, Junior, Referência “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 08 de abril de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 237/2013

PORTARIA Nº. 237, de 05 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 224/2013, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Agente Administrativo, ao Senhor Adryel Pabst, CPF nº 051.217.649-36, RG nº 5.204.725 - SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - O servidor acima empossado terá como base salarial o início da carreira Administrativo I, Classe I, Referencia “A”.

Art. 2o. O servidor ora empossado, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 08 de abril de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 238/2013

PORTARIA Nº. 238, de 05 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 224/2013, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Supervisora Escolar, a Senhora Marcia Nagel Cristofolini, CPF nº 611.694.559-72, RG nº 2.717.953-2 - SSP/SC, com lotação destinada à Escola Municipal Tancredo de Almeida Neves, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Especialista, Junior, Referencia “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 08 de abril de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 239/2013

PORTARIA Nº. 239, de 05 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 224/2013, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 431/2010 DE 02/07/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Supervisora Escolar, a Senhora Lucileide de Fátima Bueno Feldhaus, CPF nº 028.059.689-80, RG nº 6.091.547 - SSP/SC, com lotação destinada à Escola Municipal Vicente Vieira, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Especialista, Junior, Referencia “A”.

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará em vigor na data de 08 de abril de 2013.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Portaria Nº 240/2013

PORTARIA Nº. 240, de 05 de abril de 2013.

“DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora FABRICIA CRISTINA LOPES, portadora do RG 5.123.614-1 e CPF 068.028.959-35, do cargo de Professora Nível II, admitida através da Portaria nº. 058/2013, de 1º de fevereiro de 2013.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal



PEGAS
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br

Gaspar

PREFEITURA

Decreto Nº 5.437, de 05 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 5.437, DE 05 DE ABRIL DE 2013.

ALTERA O DECRETO Nº 5.367, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2013, QUE DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NESTE MUNICÍPIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas na Lei Orgânica do Município, no art. 72, inciso XXVIII e em conformidade com o art. 5º, alíneas "e" e "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I, do art. 1º do Decreto nº 5.367, de 06 de fevereiro de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"I - Área de terras matriculada sob o nº 474, de propriedade de Oswaldo Zimmermann, portador do CPF nº 246.916.909-72, situada nesta cidade, contendo as seguintes características: O terreno, situado na cidade de Gaspar, na Rua João Mathias Zimmermann, contendo a área de 3.957,42 m2 (três mil e novecentos e cinquenta e sete metros quadrados e quarenta e dois décimos quadrados), com a seguinte descrição perimetral: iniciando, na frente, no P6 (UTM 7014336,97; 706243,93) distando 15,30 m (quinze metros e trinta centímetros), até o P7 (UTM 7014321,70; 706243,04), com o leito da Rua João Mathias Zimmermann, e deste ponto, inicia o lado direito, distando, em curva, 263,98 m (duzentos e sessenta e três metros e noventa e oito centímetros), até o P8 (UTM 7014351,88; 705990,94) confrontando com terras de Oswaldo Zimmermann; e deste ponto, inicia os fundos, em direção ao lado esquerdo, distando 16,35 m (dezesseis metros e trinta e cinco centímetros) até o P5 (UTM 7014368,21; 705991,77) com o leito da Rua João Mathias Zimmermann; neste ponto inicia o lado esquerdo, em direção a frente, numa distância, em curva, de 263,68 m (duzentos e sessenta e três metros e sessenta e oito centímetros) até o ponto P6, confrontando com terras de Oswaldo Zimmermann, sem benfeitorias, sendo a referida área cedida para a Rua João Mathias Zimmermann."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de abril de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.041, de 04 de Março de 2013.

PORTARIA Nº 3.041, DE 04 DE MARÇO DE 2013.

NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processos Seletivos nº 008/2011 e 001/2013, da Secretaria Municipal de Educação, conforme segue:

NOME	CARGO
CAROLINA SCHMITT DOS SANTOS	DOC-I-4
CLAUDEMAR FRANCISCO DA COSTA	ZELADOR ESCOLA
CLAUDIA SCHWAMMLE DA TRINDADE	DOC-III-8
DAIANE FRANCINE PACHER	BERCARISTA
DALVA SUELLEN BORGES	BERCARISTA
ELIANE CRISTINA SCHILL KUTH	DOC-I-4
FABIANA BATISTA DA SILVA	DOC-III-8
FERNANDA APARECIDA LUCA-CHINSKI	DOC-I-4
FRANCIELE DE FRANÇA VELOSO CLEMENTE	BERCARISTA
IVONETE TECLA GOMES	DOC-I-4
JACIARA MARIA ROSA	BERCARISTA
JOAO DE SOUZA NETO	ZELADOR ESCOLA
JOSANE FATIMA DE MEDEIROS	DOC-I-8
JOSE CARLOS DUTRA DE AVIZ	ZELADOR ESCOLA
JOSE LUIZ DE SOUZA	ZELADOR ESCOLA
JULIANA DE BRITO BARBOZA	DOC-III-8
KATIA ANDREIA WANDALEN GOEDERT	DOC-I-4
KELLY KRUGER BORNHAUSEN	DOC-III-8
KERLI DOS SANTOS VARGAS	DOC-III-2
LINDAMIR DO RÓCIO RIBEIRO SILVA	DOC-I-4
LORITA DA SILVA CORREA	MERENDEIRA/SERVENTE
MARIA ELIANE DOS SANTOS	BERCARISTA
MARIA GESLEN SANTANA MACIEL	DOC-I-8
MARTA DA SILVA DOS SANTOS	DOC-I-8
MAYARA REGINA EMILIO	DOC-III-4
ORLANDO BARBOSA	ZELADOR ESCOLA
OSMARINA SCHRAMM	MERENDEIRA/SERVENTE
RONISE CONCEIÇÃO QUADROS MARTINS	DOC-III-4
ROSELI SOARES DA SILVA	DOC-I-4
SAMIRA PAMELA TAVARES	BERCARISTA
SIMONE INACIO	DOC-I-8
SONIA MARIA DA SILVA DE BRITTO	MERENDEIRA/SERVENTE
VALENTIM LUIS EBERHARDT	ZELADOR ESCOLA
VALMIRA BARUFFI	DOC-I-8

Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação no Edital de Processo Seletivo nº 002/2013, da Secretaria Municipal Saúde, conforme segue:

NOME	CARGO
ANGELA MERCES DE SOUZA	Agente Comunitario Saude
CELITA MARIA SCHMITT	AGENTE SERV. GERAIS
ELENIR SALETE MACHADO	Agente Comunitario Saude
ELIEDE CRUZ	Agente Comunitario Saude
ELIZANGELA SARDO	Agente Comunitario Saude

FATIMA APARECIDA CORREIA	Agente Comunitario Saude
FATIMA GARBIN	Agente Comunitario Saude
HILDA POFFO FISTAROL	Agente Comunitario Saude
IVETE IWASHIMA	Agente Comunitario Saude
JANE CARLA SCHRAMM SCHMITT	Agente Comunitario Saude
JUCARA APARECIDA DO NASCIMENTO DA SILVA	Agente Comunitario Saude
JULIANA DA SILVA BREDÁ	Agente Comunitario Saude
LUCILENE DO PRADO DOS SANTOS	Agente Comunitario Saude
MARIA DA SILVA FERREIRA	Agente Comunitario Saude
MARIA DE LURDES SOUZA	Agente Comunitario Saude
MARIA ROSILDA DE BRITO ALVES	Agente Comunitario Saude
MARLI STIEGEMEIER	AGENTE SERV. GERAIS
NATHALIA MARINA LINHARES DOS SANTOS	TECNICO EM HIGIENE DENTAL
NEILA DAL CORTIVO	Enfermeira ESF
NOEMI VIEIRA	Agente Comunitario Saude
SALETE INES CARESIA DUTRA	Agente Comunitario Saude
TATIANA ALVES MARTINS	AGENTE SERV. GERAIS

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de março de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.060, de 05 de Abril de 2013.

PORTARIA Nº 3.060, DE 05 DE ABRIL DE 2013.
COLOCA A DISPOSIÇÃO DA 3ª VARA DO PODER JUDICIÁRIO DA COMARCA DE GASPAR, O SERVIDOR NEWTON CARLOS DE ALMEIDA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei 1.305/1991,

RESOLVE:

Art. 1º Colocar à disposição da 3ª Vara do Poder Judiciário da Comarca de Gaspar, o servidor NEWTON CARLOS DE ALMEIDA, ocupante do cargo efetivo de Instrutor do Centro Educativo Maria Hendricks, Nível ASE IV, Ref. 22, lotado com 40 horas semanais no Centro Educativo Maria Hendricks, a partir de 08/04/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de abril de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Extrato da Inexigibilidade Nº 50/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Inexigibilidade nº 50/2013

Objeto: Pagamento das inscrições para os servidores Jackson José dos Santos e José Lorival Lana, no Curso Especializado para Gestores Públicos na Área de Trânsito na cidade de Lages/SC. Contrato: ASCONTRAN ASSESSORIA E CONSULTORIA EM TRÂNSITO E TRANSPORTE LTDA (12.399.060/0001-08). Valor Total Julgado: R\$ 1.980,00 (Um mil, novecentos e oitenta reais). Base legal: artigo 25, inciso II, c/c o Art. 13, inciso IV, ambos da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 2 de Abril de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato da Inexigibilidade Nº 52/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Inexigibilidade nº 52/2013

Objeto: Inscrição dos Policiais Ten. Heintje Heerdet e Sd. Bruna Francisca Ramos, da 3ª Companhia de Polícia de Gaspar, no Curso Especializado para Gestores Públicos na Área de Trânsito, que será realizado no período de 15 a 17 de abril de 2013. Contrato: ASCONTRAN ASSESSORIA E CONSULTORIA EM TRÂNSITO E TRANSPORTE LTDA (12.399.060/0001-08). Valor Total Julgado: R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais). Base legal: artigo 25, inciso II, c/c o Art. 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 2 de Abril de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Edital de Convocação da 5ª Conferência das Cidades

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 5ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES
MUNICÍPIO DE GASPAR

O Prefeito de Gaspar, no uso de suas atribuições legais e, em atendimento ao previsto no art. 40 § 4º, da Lei federal nº 10.257/2001, e na Resolução Normativa nº 14 de 11 de Setembro de 2012, do Ministério das Cidades, CONVOCA todos os Gestores Administrativos e Legislativos, (federal, estadual e municipal), organizações sociais e movimentos populares, associações representativas dos vários segmentos da comunidade, associações de moradores, entidades de classe, entidades acadêmicas e organizações não-governamentais para participarem da 5ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES - MUNICÍPIO DE GASPAR, a ser realizada no dia 09 de maio de 2013, das 18h00min às 21h00min, no Auditório da DITRAN, anexo ao Paço Municipal, sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435, Centro Gaspar/SC.

Gaspar, 09 de Abril de 2013
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Processo Administrativo Nº 102/2013

Processo Administrativo nº 102/2013

Requerente: Parque Aquático Cascata Carolina Ltda ME

Endereço: Rua Estrada Carolina, 650 - Belchior Alto

CNPJ: 78.857.729/0001-76

Assunto: Imposto Predial Territorial Urbano

Conclusão do Parecer: INDEFIRO o cancelamento do lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano do Parque Aquático Casca-ta Carolina Ltda ME, haja vista o imóvel possuir destinação comercial e prestação de serviços.

JOICE M. D. ROTTA
Fiscal de Tributos

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de Republicação - Pregão Presencial Nº 003/2013

Aviso de Republicação - Pregão Presencial Nº 003/2013
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 003/2013 - Processo 02/2013

O município de Governador Celso Ramos torna público que fará realizar licitação do tipo Menor Preço global. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de combustíveis (Gasolina e Biodiesel) destinados a frota veicular da secretaria de Saúde de Governador Celso Ramos. Data da abertura da licitação: 19 de Abril de 2013 às 14h:30min. Local para retirada do Edital e abertura da Licitação: Sala da Diretoria de Compras da Prefeitura de Governador Celso Ramos, Praça 6 de novembro, n.º 01, bairro Ganchos do Meio.

Governador Celso Ramos, 09 de Abril de 2013.
MAGALY DIAS PERES.

SAMAE

Aviso de Licitação 20/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
AV BELA VISTA SN - KM 14 - CALHEIROS
GOVERNADOR CELSO RAMOS SC
CEP: 88190-000
FONE - 48 - 32620386
Rh@samaegcr.com.br
AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Especial de Pregão, da Samae Governador Celso Ramos

No exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº 28/2013, de 05/04/2013, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 19/04/2013, às 10:00 horas, no endereço, Rod SC 410 - Km -14, Governador Celso Ramos - SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de licitação nº 1/2013 -PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado.

Objeto da licitação:

Aquisição de 2 (duas) Carregadeiras Compactas, novas ano de fabricação 2013, equipada com motor diesel, destinada LIMPEZA, MANUTENÇÃO, ESCAVAÇÃO DE REDES E RAMAIS DE ÁGUA, CAPINAÇÃO E RETIRADA DE ENTULHO DAS VIAS DE ACESSO E PÁTIOS DA ETA(s) (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA), ETE(s)

(ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO), CASAS DE BOMBAS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, cujas especificações detalhadas encontram-se no anexo I que acompanha o Edital.

Governador Celso Ramos, 08 DE Abril de 2013.
RENATO DA SILVA
Pregoeiro

Guaramirim

PREFEITURA

Edital Nº18/2013 - Suspensão - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE COMPRAS
SUSPENSÃO DE EDITAL
Edital: Pregão - 18/2013
Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E UNIDADES ESCOLARES
Justificativa: Devido a solicitação de impugnação ao presente Edital, fica suspensa a abertura do certame NO DIA 09 DE ABRIL DE 2013 ÀS 09:00 HORAS até a decisão final da solicitação de impugnação quando será divulgada nova data e horário para a abertura do processo licitatório.

GUARAMIRIM (SC), 08/04/2013.
LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Extrato de Contratação Nº09/2013 - Pregão 22/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
EXTRATO DE CONTRATO
PREGÃO PRESENCIAL n.º 22/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE SEGURO PARA A FROTA DA PREFEITURA
Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL n.º 22/2013.
Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC
Fornecedores:
Gente Seguradora S.A.
CNPJ Nº90.180.605/0001-02
Valor: R\$: 23.400,00 (vinte e três mil quatrocentos reais)
Vigência: até 20/02/2014.

Guaramirim-SC, 6 de abril de 2013
LAURO FROHLICH
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 332/2013

PORTARIA Nº 332/2013

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 04 de abril de 2013, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora FRANCIELI ZAGO (Matr. 2793), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível/Referência - 8/A, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Abril de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Portaria Nº 144/2013

PORTARIA Nº 144, DE 02 DE ABRIL DE 2013

"NOMEIA O SR. FLORISVAL DAL CORTIVO PARA O CARGO COMMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE: Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Obras e Serviços Públicos - Nível CC-2 - Anexo 1, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, o Sr. FLORISVAL DAL CORTIVO, com os vencimentos previstos em LEI. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 02 DE ABRIL DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 145/2013

PORTARIA Nº 145, DE 03 DE ABRIL DE 2013

"NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO A SRA. MANOELA JUNGES FERNANDES JARDIM, PARA OCUPAR O CARGO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal em Exercício de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; considerando o artigo 8º e § 2º, do art. 10, ambos da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, combinado com o inciso I, do art. 8º, art. 20 e ss., ambos da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004; bem como o inciso II, do art. 37, da Constituição Federal; e, tendo em vista o resultado do Concurso Público, homologado pelo Decreto nº 2358, de 18 de maio de 2012, RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada para o cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS - NÍVEL 1 - REFERÊNCIA A - Anexo 1 - Subanexo I - Serviços Gerais, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011, a Srta. MANOELA JUNGES FERNANDES JARDIM, brasileira, portadora do CPF nº 097.386.689-64, com os vencimentos previstos em LEI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 03 DE ABRIL DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Contrato Adm. Nº 004/2013

CONTRATO Nº 004/2013

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR TEMPO DETERMINADO

Contrato Administrativo de Prestação de Serviço por tempo determinado, que entre si celebram, como contratante o município de Ibiam, CNPJ 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal, e como contratada, a Sra. MARIZA DALAZEN LAIDNES, brasileira, solteira, Professora ACT-II, CI 4.260.850, CPF nº 006.970.719-79, residente no município de Ibiam, mediante as seguintes cláusulas, firmam o presente contrato:

Cláusula Primeira - O Município, com amparo no inciso VII, do art. 88, alínea a, do inciso III, do art. 23, ambos da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no art. 2º, da Lei Municipal nº 113, de 05.01.1999; e, considerando o afastamento da titular do cargo a Sra. Carmelita Chiesa Tragancin; bem como o resultado do Processo Seletivo nº 001, de 22.01.2013, homologado pelo Decreto nº 2470, de 08.02.2013; e com base no Prejulgado nº 1877, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, contrata a Sra. Mariza Dalazen Laidnes, para exercer as funções do cargo de Professor ACT-II, com uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais a serem desenvolvidas junto ao Centro Educacional Eliziane Titon, nos horários definidos na autorização de admissão (anexo).

Cláusula Segunda - A contratada receberá os vencimentos de R\$ 1.340,75 (hum mil, trezentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos), conforme o Anexo IX, da Lei Complementar nº 003, de 09.01.2002.

Parágrafo único - A contratada será regida pelo regime jurídico especial de que trata a Lei nº 113, de 05.01.1999 e filiada ao Regime Geral da Previdência Social.

Cláusula Terceira - O presente contrato terá início no ato da sua assinatura e término previsto para 14.12.2013.

Cláusula Quarta - A rescisão do presente contrato poderá ocorrer antecipadamente nos casos previstos no Artigo 15, da Lei Municipal nº 113, de 05 de Janeiro de 1999.

Cláusula Quinta - Os encargos decorrentes deste contrato, serão suportados pela rubrica orçamentária:

Órgão: 02 - Chefia do Executivo

Unidade orçamentária: 0206 - Secretaria Municipal de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1201 - Ensino Para Todos

Projeto/atividade: 2027 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Elemento de Despesa: 31900000 - 0118 - Aplicações Diretas

Cláusula Sétima - O presente contrato fundamenta-se na Lei Municipal 113, de 05 de Janeiro de 1999, Processo Seletivo - Edital nº 001, de 22 de janeiro de 2013 e Artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal.

Cláusula Oitava - As partes elegem o foro da Comarca de Tangará para dirimir questões relacionadas a este contrato.

E por estarem, certos, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma para que produza os efeitos legais e jurídicos, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 04 de março de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CPF - 497.720.319-49

MARIZA DALAZEN LAIDNES

CPF - 006.970.719-79

TESTEMUNHAS:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

CPF - 807.451.729-20

CATARINA M^a. DALLABRIDA BORSOI

CPF - 572.246.259-49

Contrato Nº 003/2013 - FMS

Fundo Municipal de Saúde de Ibiam

Estado de Santa Catarina

CONTRATO Nº - 003/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 020/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2013

CONTRATANTE - Fundo Municipal de Saúde de Ibiam

CNPJ: 11.250.761/0001-18

CONTRATADO - Luis Fernando Tragancin Rinaldi

CPF: 060.452.409-95

OBJETO - Contratação de Farmacêutico para o ano de 2013, para atuar na Unidade Básica de Saúde do Município de Ibiam.

VALOR TOTAL: R\$: 26.900,00 (Vinte e seis mil e novecentos reais)

DATA ASSINATURA - 01/04/2013

TA 01/13 ao Contrato Nº 50/12

TERMO ADITIVO Nº 001/2013

CONTRATO N.º 050/2012

Processo Licitatório nº 026/2012 e Pregão Presencial nº 015/2012

Termo aditivo ao contrato público administrativo 050/2012, que celebraram o Município de Ibiam-SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, Miranda e Miranda Ltda, inscrita no CNPJ sob Nº 85.193.860/0001-41, estabelecida na Rua Rodovia BR 282, KM 399, representada neste ato por seu Sócio Adm. o Sr Raul de Miranda, CPF: 425.682.349-20, portador do RG n. 11/R 547.135, residente na cidade de Joaçaba/SC, de ora em diante denominado de Contratado, celebraram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 026/2012 e Pregão Presencial nº 015/2012, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, tem entre si ajustado o seguintes:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 050/2012 da Prefeitura de Ibiam, para o período de 30/03/2013 até 31/12/2013, podendo, à critério de Administração ser rescindido antes do termino da vigência acima estipulada, sem direito de indenização por parte do contratado. Este aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto para 31/12/2013.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 28 de Março de 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Contratante

MIRANDA E MIRANDA LTDA

CNPJ: 85.193.860/0001-41

Soc. Adm. RAUL DE MIRANDA

Contratado

Testemunhas:

LAELCIO ANTÔNIO GASANIGA

CPF: 807.451.729-20

GELSON LUIZ TREVISOL

CPF: 674.951.179-15

MELZI CAVAZZOLA

Advogado - OAB/SC 3.076

TA 01/13 ao Contrato Nº 51/12

TERMO ADITIVO Nº 001/2013

CONTRATO Nº 051/2012

PROCESSO LICITATORIO 026/2012 - PREGÃO Nº 015/2012

Termo aditivo ao contrato público administrativo 051/2012, que celebraram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Nelson Mario Grassi, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 25/R.229.246 e inscrito no CPF/MF sob o nº

032.655.959-00, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa PEDREIRA KLOTZ LTDA, CNPJ:75.815.787/0001-49, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Linha São Paulo, S/N, Interior, Município de Treze Tílias/SC, neste ato representado por seu Sócio Adm. o Sr. Felix Neuhauser, CPF: 434.454.899-04, CI 11/R 857.588/SSP/SC, de ora em diante denominada de Contratado, celebram o presente termo aditivo, com amparo nas cláusulas contratuais e pelas condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 051/2012 da Prefeitura de Ibiam, para o período de 30/03/2013 até 31/12/2013, podendo, à critério de Administração ser rescindido antes do término da vigência acima estipulada, sem direito de indenização por parte do contratado. Este aditivo entra em vigor na data de sua assinatura, com término previsto para 31/12/2013.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 28 de Março de 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Contratante

PEDREIRA KLOTZ LTDA

CNPJ: 75.815.787/0001-49

Soc. Adm. FELIX NEUHAUSER

Contratado

Testemunhas:

LAELCIO ANTÔNIO GASANIGA

CPF: 807.451.729-20

GELSON LUIZ TREVISOL

CPF: 674.951.179-15

MELZI CAVAZZOLA

Advogado - OAB/SC 3.076

TA 01/13 ao Contrato Nº 55/12

TERMO ADITIVO Nº 001/2013

CONTRATO Nº. 055/2012

Processo Licitatório nº 030/2012 - Tomada de Preço nº 005/2012

Termo aditivo ao contrato público administrativo 055/2012, que celebram, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC, sito a Avenida 20 de Julho, nº 20, Centro, CEP: 89.652-000, CNPJ Nº: 11.250.761/0001-18, por intermédio do Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado à empresa CONSTRUTORA VIDEIRENSE LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 11.585.449/0001-85, com sede na Rua XV de Novembro, 1003, sala 01, Centro, Videira/SC, CEP: 89.560-000 neste ato representado por seu Sócio Adm. o Sr. Irineu Jacinto de Oliveira, CPF: 384.826.819-15, CI 1.107.136-SSP/SC, de ora em diante denominado de Contratado, pactuam o presente termo aditivo de prorrogação de vigência do contrato 055/2012, com amparo na Cláusula Segunda do contrato original. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 055/2012,

cuja vigência expira em 30 de Março de 2013, passando a partir desta data a ter sua vigência ampliada para 31/12/2013, podendo a critério da Administração rescindir este termo aditivo em data inferior a anteriormente estipulada.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 28 de Março de 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CONSTRUTORA VIDEIRENSE LTDA

CNPJ: 11.585.449/0001-85

Sócio Adm: IRINEU JACINTO DE OLIVEIRA

CONTRATADA

Testemunhas:

LAELCIO ANTÔNIO GASANIGA

CPF: 807.451.729-20

GELSON LUIZ TREVISOL

CPF: 674.951.179-15

MELZI CAVAZZOLA

Advogado - OAB/SC 3.076

TA 01/13 ao Contrato Nº 60/12

TERMO ADITIVO Nº 001/2013

CONTRATO Nº. 060/2012

PROCESSO LICITATORIO 032/2012

TOMADA DE PREÇO Nº 007/2012

Termo aditivo ao contrato público administrativo 060/2012, que celebram, O MUNICÍPIO DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. CLOVIS JOSE BUSATTO, brasileiro, casado, Prefeito, residente e domiciliado na Rua São Sebastião em Ibiam - SC, inscrito no CPF: 497.720.319-49, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 82.743.832/0001-62, com sede na Rua Blumenau, 20D - Bairro Lider, na cidade de Chapecó/SC, CEP: 89.805-430 neste ato representado por seu Gerente Comercial o Sr. Moacir Tiecher, CPF: 295.098.829-68, CI 12/R-564.131, residente na cidade de Chapecó/SC, de ora em diante denominada de Contratado, pactuam o presente termo aditivo de prorrogação de vigência do contrato 060/2012, com amparo na Cláusula Segunda do contrato original, pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Fica prorrogada a vigência do contrato 060/2012, cuja vigência expira em 30 de Março de 2013. Passa a partir desta data a ter sua vigência ampliada para 31/12/2013.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas e condições do Contrato original permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam o presente Aditivo em três vias de igual teor, na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam, 28 de Março de 2013.

Clovis Jose Busatto

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PLANETERRA TERRAP. E PAV. LTDA

CNPJ: 82.743.832/0001-62

Sócio Adm.: MOACIR TIECHER

CONTRATADA

Testemunhas:

LAELCIO ANTÔNIO GASANIGA

CPF: 807.451.729-20

GELSON LUIZ TREVISOL

CPF: 674.951.179-15

MELZI CAVAZZOLA

Advogado - OAB/SC 3.076

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/DGP Nº 175/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 175, de 05 de abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Documentação e Patrimônio, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ERALDO BITTENCOURT MOTA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 578.596.719-72, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Documentação e Patrimônio, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 176/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 176, de 05 de abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Controle Contábil, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLAUDILEIA LEAL, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 040.223.419-71, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Controle Contábil, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 177/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 177, de 05 de abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Eventos e Promoções, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARICELIA DA LUZ DE BRUM, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 344.737.939-15, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Eventos e Promoções, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 178/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 178, de 05 de abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Infraestrutura Regional Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUIZ GONZAGA NUNES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 025.210.869-83, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Infraestrutura Regional Oeste, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 179/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 179, de 05 de abril de 2013.
Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Apoio Operacional Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOSE ANASTACIO DOS SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 218.188.609-10, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Apoio Operacional Oeste, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 180/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 180, de 05 de abril de 2013.
Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Serviços de Referência em Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MONICA DE FARIAS PIRES MARTINS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 888.481.599-15, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Serviços de Referência em Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 181/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 181, de 05 de abril de 2013.
Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Expedição de Materiais, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOAO ROBERTO SANTOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 376.649.059-15, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Expedição de Materiais, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 182/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 182, de 05 de abril de 2013.
Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Ensino Fundamental, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RICARDO ALVES, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 034.144.399-99, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Ensino Fundamental, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 183/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 183, de 05 de abril de 2013.
Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Regulação, Controle e Avaliação, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MAYCON RODRIGUES LEOPOLDO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 035.244.799-01, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Regulação, Controle e Avaliação, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 184/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 184, de 05 de abril de 2013.
Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento Administrativo Financeiro, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear FRANCINE CARDOSO DE FARIAS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 065.872.429-01, para exercer o cargo de Chefe de Departamento Administrativo Financeiro, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 185/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 185, de 05 de abril de 2013.
Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Ensino Infantil, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLERIA LEANDRO REIS, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 032.013.189-06, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Ensino Infantil, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 186/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 186, de 05 de abril de 2013.
Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LUIZ LUAN DA COSTA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 059.992.319-90, para exercer o cargo de Chefe de Departamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 187/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 187, de 05 de abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Atenção Primária em Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VERONICA VALENTIM DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 035.581.469-21, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Atenção Primária em Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 188/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 188, de 05 de abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Manutenção Patrimonial, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VANDERLEI DE CARVALHO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 591.630.469-20, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Manutenção Patrimonial, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 189/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 189, de 05 de abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Chefe de Departamento de Infraestrutura Regional Sul, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear VALMIR RAMOS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 096.456.599-49, para exercer o cargo de Chefe de Departamento de Infraestrutura Regional Sul, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP Nº 190/2013

PORTARIA PMI/DGP Nº 190, de 05 de abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Servidores Comissionados / Assessores, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os abaixo relacionados(as), para exercerem os respectivos cargos de assessoramento nos seus respectivos níveis, descritos na referida tabela, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	Secretaria	C.P.F.	Admissão
ADELIR DE OLIVEIRA ALVES	Assessor(a) II	SECULT	00410031950	01/03/2013
ADRIANA SANTOS VALVERDE	Assessor(a) IV	SEMUSA	04712055910	01/03/2013
ALBERTINA DA SILVEIRA DOMINGOS GONÇALVES	Assessor(a) V	SEFAZ	00361681909	01/03/2013
ALEXANDRE LEAL CARDOSO	Assessor(a) III	SEINFRA	88545547153	01/03/2013
ANA CLELIA MACHADO	Assessor(a) II	SECULT	02784283984	01/03/2013
ARRISON RICHELLY BERKENBROCK	Assessor(a) II	SEAGP	05951253950	11/03/2013

CAMILA CARDOSO AVILA	Assessor(a) IV	SEDES	05966344981	01/03/2013
CAROLINE KOBARG DAMAZIO	Assessor(a) III	SEASH	05626557946	01/03/2013
CELIA DAVID DA SILVA	Assessor(a) V	SEASH	24563463949	01/03/2013
DAIANE FERREIRA DA SILVA	Assessor(a) IV	SEGOV	06093376966	01/03/2013
DALMIRO MEDEIROS	Assessor(a) V	SEFAZ	50629751900	01/04/2013
DEBORA COSTA RIBEIRO	Assessor(a) III	CGM	08571584907	01/03/2013
EDILSON MISAEL ANTUNES DA SILVA	Assessor(a) I	SEINFRA	01433151960	01/03/2013
EDSON ROMARIO DE OLIVEIRA	Assessor(a) II	SEAGP	00360460941	01/03/2013
ELI SERGIO ROCHA	Assessor(a) I	SESPORTE	57843678972	01/03/2013
ELISANGELA HERCILIO FONTES	Assessor(a) IV	SEMUSA	04258591939	01/03/2013
ENELISE SILVEIRA MANOEL	Assessor(a) V	SEGOV	06468137900	10/03/2013
EVARISTO MACHADO LEOPOLDO	Assessor(a) IV	SDR/SUL	45511098949	01/03/2013
EVERSON MARTINS BERNARDINO	Assessor(a) II	SEINFRA	80646948920	01/03/2013
FABIANE MARTINS SANT'ANNA DE AVILA	Assessor(a) III	SEINFRA	01641942908	01/03/2013
FRANCO HENRIQUE FERNANDES	Assessor(a) III	SDR/NORTE	02523889927	01/03/2013
GERALDO FLOR PEDRO	ASSESSOR ESPECIAL	SEGOV	50730479900	10/03/2013
HELENA NUNES NATALIO MARTINS	Assessor(a) V	SEASH	09077479902	13/03/2013
HUDSON PIRES TEIXEIRA	Assessor(a) III	SDR/OESTE	06219105974	10/03/2013
IARA PRATES NUNES	Assessor(a) IV	SDR/OESTE	08488149913	01/03/2013
JAIME PIRES	ASSESSOR ESPECIAL	SDR/SUL	82327220963	01/03/2013
JEFERSON LEAL	Assessor(a) III	SEAGP	08010316997	01/03/2013
JESSICA CESCINETTO DA SILVA	Assessor(a) IV	SEINFRA	06512624963	01/04/2013
JOSE MARIO DA SILVA	Assessor(a) III	SESPORTE	41643488953	01/03/2013
JOSEANE COELHO HOFFMANN	ASSESSOR ESPECIAL	SEDUC	81719949972	01/03/2013
JOSIMARA MARTINS KRAUSEN	Assessor(a) III	SEDURB	03889496946	01/03/2013

JULIANA GONÇALVES	Assessor(a) III	PGM	08695605906	01/04/2013
LARISSA DE FREITAS COSTA	Assessor(a) V	SESPORTE	06841253906	01/03/2013
LILIANE DE SOUZA MIGUEL BRAUN	Assessor(a) III	SECULT	83815619904	01/03/2013
LOURIVAL HORÁCIO	Assessor(a) II	SESPORTE	24562246987	01/03/2013
LUCIA SOARES HENRIQUE BORGES	Assessor(a) III	SDR/NORTE	62646338953	01/03/2013
LUCIANA FREITAS DA ROSA	ASSESSOR ESPECIAL	SEMUSA	84125519900	01/03/2013
LUCIANO PATRICIO	Assessor(a) IV	SEMUSA	01591321930	01/03/2013
LUCIENE MARTINS	Assessor(a) II	SEDES	75455447904	01/03/2013
LUIZA ROSTIROLA CHUKSTER	Assessor(a) IV	SEDUC	04399148926	01/03/2013
MARIANA MELO DA SILVA	Assessor(a) V	SDR/SUL	06481075904	01/03/2013
MARILIA ALMEIDA GUISSOLFFI	Assessor(a) IV	SDR/NORTE	30635446049	01/04/2013
MICHELLI DE SA DUARTE	Assessor(a) V	PGM	06492139984	10/03/2013
ODAIR TACITO HIGINO	Assessor(a) III	SEINFRA	30583870910	15/03/2013
PAULA DA ROCHA VIEIRA	Assessor(a) III	SEGOV	06995093941	10/03/2013
RAMON ANTUNES CARDOSO	Assessor(a) IV	SDR/NORTE	07352258930	01/03/2013
RICELI PEREIRA DA ROSA CARPES	ASSESSOR ESPECIAL	SEAGP	00589725955	01/03/2013
ROBERTO FRANCISCO PIRES JUNIOR	Assessor(a) III	SEMUSA	98384490910	01/03/2013
RUBIA REGINA ADRIANO	Assessor(a) IV	SEASH	04669926969	01/03/2013
SABRINA BERNARDES DE SOUSA	Assessor(a) III	SEMUSA	03340204926	01/03/2013
SUZANA COSTA DE CASTRO	Assessor(a) IV	SEAGP	06077393983	01/04/2013
THIAGO BERNARDINO MIGUEL	Assessor(a) IV	SEDURB	01069389919	01/03/2013
VAGNER NASCIMENTO DOS SANTOS	Assessor(a) I	SETUR	45521344934	01/03/2013
VALDECI DA SILVA DE JESUS	Assessor(a) V	SECULT	41644891972	01/03/2013
VÍTOR DUARTE FRANCISCO	Assessor(a) III	SEDURB	05890397923	10/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 1º de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 05 de abril de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Extrato: PMI Fazenda 2012/04 A01

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI FAZENDA 2012/04 A01
Contratada: ITAÚ UNIBANCO S/A
C.N.P.J: 82.909.409/0001-90

Objeto: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 31/12/2013 E ALTERAÇÃO DO VALOR UNITARIO DAS AUTENTICAÇÕES.
Valor: R\$ 193.500,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 219/2011 Pregão nº98/2011

Imbituba, 31 de dezembro de 2013.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal
Contratante

JOSÉ ROBERTO BLANCO
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sedetur 2013/20 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDETUR 2013/20 A00
Contratada: FLASUL COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA
C.N.P.J: 00.099.347/0001-33

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MODELAGEM E EXECUÇÃO DAS FORMAS ARTÍSTICAS NECESSÁRIAS PARA CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO EM HOMENAGEM A SANTA PAULINA.
Valor: R\$ 42.438,50 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo nº. 11/2013 Pregão nº09/2013

Imbituba, 04 de abril de 2013.
LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO
Secretário Municipal de Turismo
Contratante

Flasul Comercio e Distribuidora Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 2013/04 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2013/04 A00
Contratada: CEQUIPEL INDUSTRIA DE MÓVEIS E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS GERAIS LTDA
C.N.P.J: 00.325.400/0007-62

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

Valor: R\$ 187.323,00 Prazo: 31/12/2013

Imbituba, 15 de fevereiro de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

ZÉLIO JOSÉ SILVA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 2013/05 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2013/05 A00
Contratada: MARCOPOLO S/A
C.N.P.J: 82.909.409/0001-90

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO NOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, E DEMAIS ENTIDADES AUTORIZADAS A ADERIR AO PROGRAMA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA VIGENTE PARA ATENDER AO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

Valor: R\$ 186.000,00 Prazo: 12 meses

Imbituba, 15 de fevereiro de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

JOÃO MATEUS RITZEL
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEDUCE 2013/06 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEDUCE 2013/06 A00
Contratada: MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
C.N.P.J: 82.909.409/0001-90

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DIÁRIO DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO NOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS, E DEMAIS ENTIDADES AUTORIZADAS A ADERIR AO PROGRAMA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA VIGENTE PARA ATENDER AO PROGRAMA CAMINHO DA ESCOLA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

Fundamento: Processo administrativo nº 23034.000461/2011-51
Valor: R\$ 226.840,00 Prazo: 12 meses

Imbituba, 15 de fevereiro de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito Municipal
Contratante

Extrato: PMI Sefaz 2012/21 A00

Extrato: PMI SEFAZ 2012/21 A00

Contratada: OMEGA - ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA

C.N.P.J: 68.852.870/0001-22

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E MONTAGEM DE CARNÊS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, À SABER, IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO - IPTU E TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS(TAXA DE COLETA DE LIXO) - COLIX, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

Valor: R\$ 14.800,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 20/2013 Pregão nº17/2013

Imbituba, 04 de abril de 2013.

IVAN VITÓRIO

Secretário Municipal da Fazenda

Contratante

Omega - Engenharia de Software Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2011/223 A05

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2011/223 A05

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

C.N.P.J: 83.665.141/0001-50

Objeto: PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL DE 08 DE JANEIRO DE 2013 A 07 DE ABRIL DE 2013.

Fundamento: Processo nº. 156/2011 Concorrência nº08/2011

Imbituba, 07 de janeiro de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Contratante

Setep Construções S/A

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/17 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2013/17 A00

Contratada: SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

C.N.P.J: 14.779.384/0001-05

Objeto: FORNECIMENTO DE CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Valor: R\$ 31.200,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 17/2013 Pregão nº15/2013

Imbituba, 02 de abril de 2013.

JOSÉ AFONSO DE CARVALHO

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

Sbm - Sul Brasileira de Mineração Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/18 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2013/18 A00

Contratada: ASFALTEC MATERIAIS E SERVIÇOS LTDA ME

C.N.P.J: 15.619.222/0001-64

Objeto: RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO A QUENTE COM APLICAÇÃO A FRIO, PARA RECUPERAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS.

Valor: R\$ 6.225,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 18/2013 Dispensa nº05/2013

Imbituba, 04 de abril de 2013.

JOSÉ AFONSO DE CARVALHO

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

Asfaltec Materiais e Serviços Ltda Me

Representante Legal

Contratada

Instrução Normativa Cgm/PMI Nº. 001/2013, de 05 de Abril de 2013.

Instrução Normativa CGM/PMI nº. 001/2013, de 05 de abril de 2013.

Regulamenta a remessa, por meio eletrônico, de informações e documentos necessários ao exame da legalidade de atos de admissão de pessoal ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

A Controladoria Geral do Município de Imbituba, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto nos arts. 31, 74 e 75, da Constituição Federal; arts. 62 e 113 da Constituição de Santa Catarina; conjugados com o disposto nas Leis Federais nº. 4.320/64 e 8.666/93; Lei Complementar nº. 101/2000; Lei Complementar nº. 202/2000; Lei Orgânica Municipal e, por fim, a Lei Complementar nº. 4.161/2013,

CONSIDERANDO, a regulamentação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através da Instrução Normativa N. TC-11/2011 de 16 de novembro de 2011, e N. TC-12/2012, que dispõe sobre a remessa, por meio eletrônico, de informações e documentos necessários ao exame da legalidade de atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva e pensão, ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

RESOLVE:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º Esta Instrução Normativa visa regulamentar a remessa, por meio eletrônico, de informações e documentos necessários ao exame da legalidade de atos de admissão de pessoal ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Instrução Normativa, no que couber:

I – às admissões em emprego público e às contratações por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II**DOS ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL**

Art. 3º Cabe ao Departamento de Gestão de Pessoas remeter ao

Tribunal de Contas, por meio eletrônico - Sistema de Fiscalização Integrado de Gestão - e-Sfinge, informações referentes a nomeações em cargos de provimento em comissão, a atos de admissão de pessoal em cargos efetivos e empregos públicos e em função pública temporária, bem como informações sobre os respectivos editais de concurso público ou processo seletivo, conforme o caso.

Parágrafo único. Os editais de concurso público e de processo seletivo devem conter, no mínimo, os dados e informações constantes do Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 4º O processo administrativo de admissão de pessoal no serviço público, constituído em meio físico, deve conter, no mínimo, os documentos constantes do Anexo II desta Instrução Normativa.

§ 1º O processo constituído na forma prevista no caput deve permanecer arquivado no Departamento de Gestão de Pessoas, à disposição da Controladoria Geral e do Tribunal de Contas para eventual exame da sua regular constituição e da legalidade do ato por meio de auditorias ou inspeções in loco.

§ 2º A Controladoria Geral e o Tribunal de Contas poderão requisitar, a qualquer tempo, o processo administrativo em meio físico arquivado no Departamento de Gestão de Pessoas.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º A omissão, o envio extemporâneo ou o lançamento incorreto das informações no sistema, sem justificativas aceitáveis pelo Tribunal de Contas, podem ensejar a aplicação de multa à autoridade administrativa, prevista na Lei Complementar nº 202/2000.

Art. 6º Para o exercício da competência atribuída ao Tribunal pelo inciso III do art. 59 da Constituição Estadual, o Departamento de Gestão de Pessoas responsável por ato de admissão de pessoal submeterá os dados e informações pertinentes à Controladoria Geral, bem como Nota de Conferência devidamente preenchida e assinada (Anexo III), ao qual caberá emitir parecer sobre a regularidade dos referidos atos.

Parágrafo único. A manifestação da Controladoria Geral do Município de que trata no caput deverá constituir peça integrante do processo administrativo correspondente.

Art. 7º As declarações de bens com a indicação das fontes de renda permanecerão sob a guarda do Departamento de Gestão de Pessoas, organizadas de forma a permitir a pronta localização de qualquer delas para remessa ao Tribunal de Contas, quando requisitadas.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 05 de abril de 2013.
ISRAEL PEDROSO ROCHA
Controlador Geral do Município

ANEXOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM/PMI nº. 001/2013

ANEXO I
Instrução Normativa CGM/PMI nº. 001 de 05 de abril de 2013

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO (Art. 3º, Parágrafo Único)

O edital de concurso público deve-se conter, no mínimo, as seguintes informações:

1. Objetivo do concurso;
2. Indicação do cargo ou emprego, com a respectiva especificação, área de atividade ou especialidade;
3. Regime jurídico a que será submetido o servidor;

4. Carga horária de trabalho;
5. Indicação do local e órgão de lotação dos aprovados;
6. Vencimento ou salário;
7. Vantagens financeiras previstas para o cargo/emprego (por exemplo: vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, gratificações);
8. Descrição sumária das atribuições do cargo ou emprego;
9. Quantidade de vagas;
10. Período, horário e local de inscrição;
11. Valor da taxa de inscrição, se houver;
12. Requisitos ou exigências para inscrição no concurso e investidura no cargo ou emprego (exemplos: idade mínima ou máxima, diploma de ensino superior para candidatos a cargo ou emprego de nível superior, diploma ou outros requisitos previstos em lei, tais como carteira de motorista na categoria própria para cargos ou funções que requeiram condução de veículos ou máquinas, investigação social ou psicotécnico para cargos que exijam adequado padrão de comportamento de acordo com a legislação aplicável);
13. Menção de que os documentos comprobatórios dos requisitos para investidura no cargo devem ser apresentados no momento da posse;
14. Tipo e número de provas, disciplinas e conteúdo programático;
15. Menção quanto a natureza do concurso (se de provas ou de provas e títulos, conforme previsão do art. 37,II, da CF);
16. Critérios de avaliação, de classificação e de desempate (a exemplo dos critérios de desempate estabelecidos pelo art. 27, § único do estatuto do idoso - Lei federal nº. 10.741/2003);
17. Data, horário e local de realização das provas ou instrução sobre sua posterior divulgação por meio de edital ou aviso;
18. Instruções sobre as provas e sobre a apresentação de recursos (exemplo: permissão para o uso ou não, nas provas, de calculadora, indicação do prazo e da forma de apresentação de recurso e da autoridade para quem deve ser apresentado);
19. Definição de prazos para cumprimento de exigências, quando for o caso;
20. Prazo de validade do concurso (segundo o art. 37, III, da CF, o prazo de validade do concurso é de até 2 (dois) anos, prorrogável, apenas uma vez, por igual período. O prazo de prorrogação deve ser igual ao prazo inicial);
21. Normas legais e regulamentares que dão suporte ao edital normativo do concurso;
22. Reserva de vagas para portadores de deficiência em obediência ao inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal;
23. Identificação do órgão ou entidade público que promove o concurso público;
24. Nome da instituição contratada para realizar o concurso, quando o órgão ou entidade promotor não executar diretamente o certame;
25. Havendo previsão de dispensa de pagamento da taxa de inscrição para doadores, deverá ser mencionado o dispositivo legal que autoriza dispensa de pagamento de inscrição e quais condições;
26. Informar se existe previsão de curso de formação profissional para candidatos a cargos, mencionando a forma de realização deste curso de formação, conforme legislação específica.

OBSERVAÇÕES:

1. O edital deve ser publicado no Diário Oficial e em jornal de circulação local (princípio da publicidade, art. 37, caput, da Constituição Federal).
2. O edital deve ser disponibilizado integralmente na internet no site oficial da Prefeitura Municipal de Imbituba (princípio da publicidade, art. 37, caput, da Constituição Federal).

ANEXO II

Instrução Normativa CGM/PMI nº. 001 de 05 de abril de 2013

FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ADMISSÃO (art. 4º)**I – DOCUMENTOS RELATIVOS AO ATO DA ADMISSÃO, NOMEAÇÃO OU CONCURSO**

1. Número do edital
2. Comprovação da homologação do resultado final do concurso;
3. Comprovante de publicidade do edital de concurso e do rol de aprovados;
4. Ato de admissão;
5. Data de publicação do ato de nomeação, conforme legislação pertinente;
6. Existência de cargo/emprego criado por lei;
7. Regime jurídico;
8. Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício;
9. Termo de posse;
10. Lei autorizativa para contratação e justificativa da necessidade temporária, quando for o caso.

II - DOCUMENTOS RELATIVOS AOS DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS

1. Comprovação relativa a:
 - a) nacionalidade brasileira;
 - b) gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor);
 - c) quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
 - d) quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
 - e) idade mínima de 18 anos;
 - f) habilitação exigida no edital;
2. Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital de concurso público;
3. Informação concernente aos dados pessoais como: nome, sexo, CPF, número do registro ou matrícula, cargo/emprego/função, classe, nível, padrão e referência de vencimento, lotação, data do efetivo exercício e número do PIS/PASEP, se houver;
4. Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar de pessoal celetista;
5. Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
6. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
7. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
8. Endereço;
9. Declaração de bens.

III – OUTROS DOCUMENTOS

1. Parecer emitido pela Controladoria Geral sobre a regularidade do processo de admissão.

ANEXO III

Instrução Normativa CGM/PMI nº. 001 de 05 de abril de 2013

NOTA DE CONFERÊNCIA

Nota de Conferência – Admissão/Nomeação		
Servidor:		
Rol de Documentos – Admissão/Nomeação		
Item	Documentos Relativos ao ato de Admissão, Nomeação ou Concurso	Fls.
1	Número do edital	
2	Comprovação da homologação do resultado final do concurso	
3	Comprovante de publicidade do edital de concurso e do rol de aprovados	
4	Ato de Admissão	
5	Data de publicação do ato de nomeação, conforme legislação pertinente	
6	Existência de cargo/emprego criado por lei	
7	Regime Jurídico	
8	Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, salvo quando se tratar de servidor público em efetivo exercício;	
9	Termo de Posse	
10	Lei autorizativa para contratação e justificativa da necessidade temporária, quando for o caso	
Item	Documentos Relativos aos Dados Funcionais e Pessoais	Fls.
1	Comprovação relativa a:	
	a) nacionalidade brasileira;	
	b) gozo dos direitos políticos (cópia do título de eleitor)	
	c) quitação com as obrigações militares, quando for o caso;	
	d) quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);	
	e) idade mínima de 18 anos;	
	f) habilitação exigida no edital;	
2	Prova de cumprimento dos demais requisitos exigidos no edital do concurso público;	
3	Informação concernente aos dados pessoais como:	

	a) Nome:	
	b) Sexo:	
	c) CPF:	
	d) Número do registro ou matrícula:	
	e) Cargo/emprego/função:	
	f) Classe/Nível/Padrão/Referência de Vencimento:	
	g) Lotação:	
	h) Data do efetivo exercício:	
	i) Número do PIS/PASEP:	
4	Fotocópia do registro do contrato na carteira profissional, quando se tratar de pessoal celetista;	
5	Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;	
6	No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;	
7	Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;	
8	Endereço:	
9	Declaração de bens.	
Item	Outros Documentos	Fls.
1	Parecer emitido pela Controladoria Geral do Município sobre a regularidade do processo de admissão.	

INSTRUÇÃO PARA PREENCHIMENTO DA NOTA DE CONFERÊNCIA:

1. Escreva no campo "fls." O número das folhas onde se encontram os documentos relacionados;
2. A Nota de Conferência deve ser devidamente preenchida e assinada pelo responsável.

Responsável pelo preenchimento

Iomerê**PREFEITURA****Contrato Ct 13/46**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MUSICALIZAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E SÉRGIO CARLESSO

CT13/46

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, no município de Iomerê - SC, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado Sérgio Carlesso, pessoa física, residente na cidade de Tangará/SC, inscrito no C.P.F. sob o n.º 049.806.078-02 doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a prestação de serviços, que se regerá pelo disposto neste contrato, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, na Lei 10.520/02 aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

- O presente contrato tem como objeto a contratação de serviços profissionais para ministrar aulas de Musicalização Infantil para alunos das escolas municipais conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL
1	Ministrar aulas de Musicalização Infantil para alunos do Centro Educacional Municipal de Iomerê (CEMI/CMEI Iomerê e CEMI Bom Sucesso), incluindo aulas de violão e ensaio de Coral Infante Juvenil, incluindo ensaios e apresentações em eventos solicitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços serão executados na sede da contratante, cumprindo carga horária de 12 (doze) horas semanais.

2.2 - Todas as despesas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação, exceto no tocante as cópias xerográficas dos materiais os quais serão custeados pelo Município

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL DO CONTRATO E DO PAGAMENTO

3.1 – O valor total do Contrato é de R\$ 15.866,67 (quinze mil e oitocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), dividido em parcelas mensais de R\$1.700,00 (um mil e setecentos reais), sendo que no mês de março o valor será proporcional aos dias trabalhados, ou seja R\$ 566,67 (quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos).

3.2 – O pagamento pela prestação dos serviços, objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal de Prestação de Serviços e/ou recibo.

3.3 – A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços e emissão da nota fiscal.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem

que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	04 – Secretaria de Educação. Cultura e Esporte
Unidade Orçamentária	04.04 – CULTURA
Projeto/Atividade	2036 – Manutenção das Atividades Culturais
Complem. Elemento	33900000 – Aplicações Diretas
Reduzido	49

CLÁUSULA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

5.1 - O presente contrato está vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0021/2013 – na modalidade de Pregão Presencial nº 0011/2013.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1 - A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 20% (vinte por cento) do valor contratado.

6.2 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

Advertência;

Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por um prazo de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas relativas a prestação dos serviços conforme previsto neste Edital, bem como:

a) participar em todas as apresentações oficiais do Município e festividades;

b) ser responsável pelas aulas conforme horários e dias previamente definidos.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

9.1 - O presente contrato terá vigência a partir 21 de março de 2013, com duração até 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado, se houver interesse de ambas as partes, conforme determina a Lei nº 8.666/93 e estabelecido no edital que o originou.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 – Os serviços porventura não executados durante a vigência do presente contrato serão automaticamente cancelados e o saldo do empenho será estornado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

11.1 - Aplicam-se a execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de Videira - SC, Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

Iomerê (SC), 21 de março de 2013

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

PAULA PASQUAL

OAB/SC 16164

Contrato Ct 13/47

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA

CT13/47

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São Luiz, 75, Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Lauro Muller, nº 205 na cidade de Videira, inscrita no CNPJ sob o nº 80.934.912/0001-70, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de mudas de flores abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

– O presente contrato tem como objeto a aquisição de mudas de flores conforme segue:

LOTE 01

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO
1	15.000	AMOR PERFEITO GIGANTE	0,36
2	4.000	BOCA DE LEÃO	0,37
3	10.000	PETUNIA	0,36
4	10.000	SALVIA VERME-LHA	0,38
5	10.000	VINCA COLORIDA	0,38
6	5.000	SALVIA AZUL	0,38
7	4.000	TAGETÃO	0,38

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 - As mudas de flores constantes deverão ser entregues parceladamente, conforme solicitações do Município de Iomerê, no prazo máximo de até 10 dias após a autorização de fornecimento nas quantidades e locais indicados na solicitação, sendo que as

mudas de flores de inverno deverão ser entregues até a data de 30/04/2013 e as mudas de flores de verão até o dia 30/10/2013, diretamente na Prefeitura Municipal de Iomere.

2.2 - Todas as despesas com a entrega das mudas correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

2.3 - As mudas deverão ser de boa qualidade, livres de pragas e doenças, sob pena de substituição das mesmas e/ou rescisão contratual;

2.4 - As mudas deverão híbridas, ter no mínimo 30 dias de germinação e aproximadamente 10 cm de altura.

2.5 - O proponente vencedor deverá fornecer assistência técnica especializada (com técnico com registro junto ao CREA-SC) para o preparo dos canteiros e plantio, sem nenhum custo adicional.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DO PAGAMENTO

3.1 - O valor do presente contrato é de R\$ 21.500,00. Sendo o pagamento pela aquisição das mudas será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, acompanhados da respectiva Nota Fiscal;

3.1.1 - O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2013:

Órgão	06 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária	06.01 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Projeto/Atividade	2049 – Manutenção e Urbanização de Praças e Avenidas
Complem. Elemento	33900000 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 - Recursos Ordinários
Reduzido	075

Órgão	05 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade Orçamentária	05.01 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Projeto/Atividade	2041 – Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente
Complem. Elemento	33900000 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 - Recursos Ordinários
Reduzido	062

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- advertência;
- multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2013

CLÁUSULA OITAVA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº. 0022/2013 – Pregão Presencial 00012/2013.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - Será de responsabilidade do CONTRATADO:

a) fornecer assistência técnica para o preparo dos canteiros e plantio das mudas sem nenhum custo adicional;

b) garantir qualidade das mudas, sob pena de rescisão contratual.

9.2 - Todas as demais despesas relacionadas com a prestação dos serviços correrão por conta da proponente vencedora da licitação

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ (SC), 28 de março de 2013.

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

PAULA PASQUAL
OAB/SC 16164

Contrato Ct 13/48

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA DELCIR BOESING - ME

CT13/48

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua São Luiz, 75, Centro, inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO PAGANINI, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa Delcir Boesing - ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rodovia SC 303, na cidade de Pinheiro Preto, inscrita no CNPJ sob o nº 07.515.006/0001-40, neste ato representado pela Sra Sirlei Backes Boesing, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição de tubos abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste Contrato, na Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

1.1 - O presente contrato tem como objeto a aquisição de tubos de concreto a serem utilizadas no Município de IOMERÊ, conforme segue:

LOTE 01

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR
01	50	Tubo de Concreto 100 cm	145,78
02	100	Tubo de Concreto 80 cm	121,48
03	300	Tubo de Concreto 60 cm	50,22
04	300	Tubo de Concreto 40 cm	23,49

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - Os tubos serão entregues parceladamente, conforme a necessidade, durante os meses de abril a dezembro de 2013, na forma e quantidades definidas pela Prefeitura Municipal.

2.2 - A entrega dos tubos será por conta da empresa contratada, sendo de sua responsabilidade o descarregamento dos mesmos.

2.3 - Os tubos deverão ser de primeira qualidade, sem quebras e tendo como medida de comprimento mínima de 100cm.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - O pagamento pela aquisição dos tubos objeto do presente Contrato será feito em favor da CONTRATADA, mediante depósito bancário em sua conta corrente, após efetiva entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal - Eletrônica.

3.1.1 - O arquivo XML da NF-e deverá ser enviado ao e-mail: nfe@iomere.sc.gov.br

3.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

3.3 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizado até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da aquisição, mediante emissão da nota fiscal.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto

pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação específica do orçamento do exercício de 2013:

Órgão 06 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária	06.01 - Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Funcional	2059 - Manutenção da Malha Rodoviária
Complem. Elemento	33900000 - Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 - Recursos Ordinários
Reduzido	087

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

5.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela CONTRATADA, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

7.1 O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2013

CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

8.1 - O presente instrumento encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº. 0024/2013 - Pregão Presencial 0013/2013.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA, danos materiais ou pessoais que venham a ocorrer em face da execução do presente objeto deste contrato, inclusive perante terceiros, e, por toda e qualquer má execução da prestação do serviço.

9.2 - É de inteira responsabilidade da CONTRATADA os encargos sociais e trabalhistas, bem como a segurança, higiene e medicina do trabalho, dos operadores exequentes ao serviço necessário à aquisição do objeto deste certame.

9.3 - A Contratada obriga-se a dispor do material a ser solicitado pela Contratante, num prazo máximo de 48(quarenta e oito) horas



da solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

10.1 Aplicam-se a execução deste Contrato e aos casos omissos as normas da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os preceitos do direito público, os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições do direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ (SC), 01 de abril 2013.

CONTRATANTE CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

PAULA PASQUAL
OAB/SC 16164

Contrato Ct 13/49

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IOMERÊ E A EMPRESA RESTAURANTE IOMERÊ LTDA

CT13/49

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa RESTAURANTE IOMERÊ LTDA doravante denominada simplesmente FORNECEDOR, ajustam e contratam a execução dos serviços abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste ata, na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se supletivamente as normas e princípios de direito administrativo e de direito comum pertinentes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto deste contrato é o fornecimento de refeições, com fornecimento fracionado e com entrega no Município de Iomerê conforme segue quantidades e preços abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO
01	UN	REFEIÇÃO COM SUCO, OU AGUA, OU REFRIGERANTE	600	15,00
TOTAL	9.000,00			

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1 - Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência deste contrato

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - Este ata decorre da homologação do resultado do Processo Administrativo Licitatório nº 0023/2013, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - O pagamento pelo objeto da presente licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após as entregas, acompanhados do respectivo Documento Fiscal Hábil;

4.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação;

4.3 - A forma de pagamento será mensal, conforme entrega das refeições;

4.4 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDOR

5.1 - Será de responsabilidade da fornecedor

- a) fornecer o produto, objetos deste Edital de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) garantir qualidade do produto, sob pena de rescisão contratual e/ou cumprimento de penalidades.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 - Será de responsabilidade da contratante:

- a) Emitir lista de beneficiários para as refeições;
- b) Fiscalizar o cumprimento do contrato;
- c) Emitir o pagamento previsto no contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial da Ata enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

Parágrafo único - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Ata;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

7.2 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pelo FORNECEDOR, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

9.1 - O presente Contrato terá vigência a partir da sua assinatura com duração até o dia 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado o cumprimento das obrigações ora contraídas, o mesmo deverá comunicar a contratante imediatamente para que se tomem as providências no sentido de não prejudicar o andamento das atividades relacionadas ao objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 - É competente o foro da Comarca de VIDEIRA para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas deste instrumento contratual.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Iomerê, 01 de abril de 2013

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

PAULA PASQUAL
OAB/SC 16164

Ipumirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 226/2013 de 08 de Abril de 2.013.

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A CARMEN GUIZZARDI ZAT, matrículas 700-5 e 534-7, Licença Prêmio de 30 dias, relativas aos períodos aquisitivos de 2008 a 2012 e gozo de 08/04/2013 a 07/05/2013.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 08 de Abril de 2013.

Ipumirim - SC, 08 de Abril de 2.013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

Portaria Nº. 225/2013 de 08 de Abril de 2013.

CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A IVANETE SIEBENEICHLER LOCATELLI, matrícula 1822-8, férias de 30 dias, relativas ao período aquisitivo de 04/04/2012 a 03/04/2013 e gozo de 08/04/2013 a 07/05/2013 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 08/04/2013.

Ipumirim - SC, 08 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito de Ipumirim

Edital Nº 005/2013

PUBLICA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CONCORRENTES AOS CARGOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, Senhor Valdir Zanella, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a classificação final dos concorrentes do Processo Seletivo nº 002/2013, destinado à seleção de Servidores em caráter temporário, para atuação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Habitação e Assistência Social.

I – CLASSIFICAÇÃO:

1) Área/Modalidade: Futebol de Campo		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Vanderson Cerrutti	024	1º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	
Não houve inscrição		

2) Área/Modalidade: Futebol de Salão		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Dilviana Cason	032	1º
Luciano Barbosa Lizzi	023	2º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Cleimar Raber	036	1º
Gabriela L. Schrammel	018	2º
Alan Treméa	002	3º

3) Área/Modalidade: Judô	
PROFESSORES HABILITADOS	
Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Não houve inscrição	
PROFESSORES NÃO HABILITADOS	
Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.
Não houve inscrição	

4) Área/Modalidade: Atletismo		
PROFESSORES HABILITADOS		
Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Edson Pedroso	015	1º
PROFESSORES NÃO HABILITADOS		
Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Eluana Schwertz	041	1º
Euarda Moscon	042	2º

5) Área/Modalidade: Professor Instrutor Musical

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	
Não houve inscrição		

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Paulo José Lersch	019	1º
Margner Adriano Helbing	012	2º

6) Área/Modalidade: Dança Folclórica e Artística

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Não houve inscrição		

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Rafaella Tecchio Artifon	033	1º

7) Área/Modalidade: AEE

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	
Não houve inscrição		

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	
Não houve inscrição		

8) Área/Modalidade: Professor substituto para afastamentos legais

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Edite L. S. Kruetzmann	037	1º
Dirlei Sievert	025	2º
Rosane Weiss Kern	009	3º
Luciane Antonia Gugel	043	4º
Daiane Maisa Patzlaff	026	5º

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Não houve inscrição		

9) Área/Modalidade: Reforço Escolar

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Angela Maria Demarco Fiorentin	016	1º
Mirian Catia Fister	007	2º
Almeide Mosconi	027	3º
Ivanete S. Locatelli	008	4º
Ilei C. Frigeri	039	5º
Rosimar Ferrazzo	013	6º
Denise Regina Lutz	035	7º

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Kátia Regina Patzlaff	022	1º
Keli Cristina Guerini	006	2º
Lisandra Biffi	031	3º
Maritania M.B. Eise-nhardt	038	4º
Suzana Neis	028	5º

10) Área/Modalidade: Sala de Informática

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	
Não houve inscrição		

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	
Monica Teles dos Santos Regert	005	1º

11) Área/Modalidade: Ginástica e Dança na Terceira Idade

PROFESSORES HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Daniela Zanella	001	1º

PROFESSORES NÃO HABILITADOS

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Angélica Mendes	034	1º

12) Área/Modalidade: Hidrocinesioterapia

FISIOTERAPEUTA

Identificação do(a) candidato(a)	Nº Insc.	CLASSIFICAÇÃO
Marcos André Fontana Vasselai	011	1º
Daiane Menegat Anzi-lago	021	2º
Jana Regina Zampieron	010	3º
Lizandra Loss	020	4º
Aline Zuffo	017	5º
Isabel de Almeida Paz	004	6º
Vinicius Fachin	040	7º
Josiane Sacon	003	8º
Daiana Cristina Thomazi	014	9º

Ipumirim/SC, 08 de abril de 2013.

VALDIR ZANELLA

Prefeito

Irineópolis

PREFEITURA

Decreto 2395/2013

Decreto nº 2395/2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizadas pela Lei 1663/2012 de 19.12.2012, conforme artigo 13.

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

02 - PODER EXECUTIVO

12- FUNREBOM

2.026 - Manutenção do Funrebom

3.3.90.00.00.00.00.00 0100 (149) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

T O T A L R\$ 5.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos.

02 - PODER EXECUTIVO

12 - FUNREBOM

2.026 - Manutenção do Funrebom

4.4.90.00.00.00.00.00 0100 (150) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

T O T A L R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 08 de abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Portaria N º 158/2013

PORTARIA N º 158/2013

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/ e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar n º. 064/2013, de 26/02/2013 e LC nº 056/2012 de 10/02/2012,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR, MICHELE LIDIANE RUTCHENSKI PINTO nascida em 18/07/1989, portadora do CPF n º 077.295.189-61 RG. n º 5.241.429-9, SESP/SC, para no período de 02/04/2013 a 01/05/2013, exercer as atividades de Professora de Educação Infantil ACT (20h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital nº 009/2012 e Contrato de Trabalho Temporário nº 042/2013, para atuar em vaga excedente junto ao CEI Nossa Senhora Aparecida.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N º. 159/2013.

PORTARIA N º. 159/2013.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA OCUPANTE DE EMPREGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art 1º - Conceder Licença Maternidade, no período de 01/04/2013 a 29/07/2013, à servidora KELI SOSTAK COLLAÇO, ocupante do emprego público de Técnica de Enfermagem vinculado a Secretaria Municipal da Saúde.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

com efeitos retroativos a 01/04/2013.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de abril de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

Aviso de Licitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC; Processo Licitatório nº 10/2013, Pregão Presencial nº 09/2013; Objeto: Aquisição de três Veículos automotor, Zero km, tipo automóvel de 05 lugares para uso das Equipes de Saúde da Família - ESF - Moema, Distrito de Itaió e Integração da SMS. Entrega dos Envelopes; Até às 14:00 horas do dia 23 de Abril de 2013; Abertura dos Envelopes: às 14:15 horas do dia 23 de Abril de 2013, na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas ou no site www.itaioplis.sc.gov.br - Fone 047 3652 1787.

JUCEMARA SCHMITZ, Secretária Municipal da Saúde.

Aviso de Licitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC; Processo Licitatório nº 11/2013, Pregão Presencial nº 10/2013; Objeto: Aquisição de materiais Permanentes para uso nos ESF's e Secretaria Municipal de Saúde. Entrega dos Envelopes; Até às 14:15 horas do dia 22 de Abril de 2013; Abertura dos Envelopes: as 14:30 horas do dia 22 de Abril de 2013, na Prefeitura Municipal de Itaiópolis-SC; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, Fone 047 3652 1787.

Itaiópolis, 8 de Abril de 2013.

JUCEMARA SCHMITZ

Secretária Municipal de Saúde.

Itapoá

PREFEITURA

Ata do Pregão Presencial Nº 04/2013

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2013, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2013 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 08/04/2013, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira "Ad Hoc", a Sra. ISABELA RAICIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO e SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA, nomeados pelo DECRETO Nº 1507/2012, juntamente com o apoio da Dra. SYBELLE LEICHSERING e Sr. LOURIVAL BATISTA DE SOUZA para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 04/2013, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA

USO NA MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.
MIRANDA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA

Representantes (Credenciados)
JANETE MELCHIORETTO SILVA
ADEMIR GABRIEL DE MIRANDA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	5,2000	5,1000
2	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	530,0000	519,4000
3	MIRANDA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	39,6000	0,0000
4	MIRANDA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	34,8000	0,0000
5	MIRANDA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	39,6000	0,0000
6	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	5,7000	5,5500
7	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	12,5500	12,2500
8	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	28,6500	28,0000
9	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	5.250,0000	5.170,0000
10	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	6,1400	6,0000
11	MIRANDA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	47,8000	0,0000
12	MIRANDA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	47,8000	0,0000
13	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	693,5000	679,0000
14	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	140,0000	137,0000
15	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	210,0000	205,8000
16	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	125,0000	122,5000

17	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	12,9000	12,6000
18	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	2,7200	2,7000
19	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	7,6500	7,5000
20	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	6,4000	6,3000
21	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	5,9200	5,9000
22	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1,7000	1,6700
23	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	6,9000	6,8000
24	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	82,5000	80,0000
25	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	24,2800	24,0000
26	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	21,0900	21,0000
27	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	2,0500	2,0000
28	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	127,3500	125,0000
29	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	5,1500	5,0500
30	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	29,0000	28,4000
31	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	4,8900	4,8000
32	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	129,0000	126,0000
33	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	12,5000	12,2500
34	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	4.725,5000	4.630,0000
35	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1.855,3600	1.820,0000
36	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1,3100	1,2800
37	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	0,5900	0,5700
38	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	3.800,0000	3.724,0000
39	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	479,5000	470,0000
40	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	11,5000	11,2700
41	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	13,5000	13,2300
42	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1,6800	1,6500
43	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	6,3400	6,2100
44	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1.047,2000	1.026,0000
45	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	24,2600	24,2500
46	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	8.838,0000	8.660,0000
47	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	166,5000	163,0000
48	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1,8300	1,8000
49	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	207,3000	200,0000

50	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	19.590,0000	19.296,0000
51	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1,0800	1,0700
52	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	69,5000	68,0000
53	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	45,5000	44,6000
54	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	7,3000	7,2000
55	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	0,3000	0,2900
56	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	4,1800	4,1000
57	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	4,1900	4,1000
58	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	11,9700	11,7300
59	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1.544,0800	1.520,0000
60	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	51,0000	49,9000
61	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	330,3500	323,7000
62	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	10,5000	10,3000
63	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	2,7000	2,6500
64	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	7.720,0000	7.565,6000
65	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	39,0000	38,8000
66	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	24,5000	24,4000
67	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	1.062,3000	1.055,0000
68	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	8,2000	8,0000
69	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	519,8000	509,0000
70	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	15,7100	15,4000
71	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	2,0000	1,9000
72	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	4,8800	4,8000
73	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	5,1500	5,0500
74	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	7,0000	6,8000
75	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	7,1500	7,0000
76	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	34,0000	33,5000
77	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	564,0000	550,0000
78	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	35,8000	35,7000
79	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	8,7500	8,7000
80	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	16,4200	16,3000
81	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	0,7600	0,7200
82	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	0,7600	0,7200

83	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	0,3000	0,2900
84	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	32.887,0000	32.230,0000
85	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	2.482,3000	2.432,0000
86	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	3.859,9000	3.782,0000
87	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	61,9000	60,5000
88	BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	116,4000	114,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constado que todas as demais empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedoras portanto, as empresas citadas abaixo:

Vencedor	Vlr Total
BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	161.724,7500
MIRANDA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	9.292,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) – A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) – A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 08/04/2013.
ISABELA RAICIK DUTRA POHL
Pregoeira "Ad Hoc"

Equipe de Apoio	
SOLAMIR COELHO	SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA

Presentes na Sessão	
SYBELLE LEICHSERING	LOURIVAL BATISTA DE SOUZA

Assinantes	
Representantes	Assinatura
.BEIRA RIO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA.	.
.MIRANDA COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA	.

Editais de Pregão Presencial Nº 13/2013- Registro de Preços Nº 12/2013-Processo Nº 35/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2013
REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2013
PROCESSO Nº 35/2013

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Item, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal Nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar Nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 09h00min estará recebendo o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 09h30min, do dia 22/04/2013, na sala do Departamento de Licitações e Contratos, Rua Mariana Michels Borges (960) nº 201, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, estará fazendo a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável para a participação no certame para a Aquisição de toner e cartuchos originais para atender à demanda de impressões da Secretaria de Administração e Finanças, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração e Finanças - Licitações e Contratos das 08h00min às 14h00min.

Itapoá, 05 de abril de 2013.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

MARIA IZABEL BLANSKI
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Joaçaba

PREFEITURA

Aviso Dispensa

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2013/PMJ
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2013/PMJ

1 - DO OBJETO

Locação de imóvel de propriedade de I.Z.S.B. Implementos para Leitaria Ltda - ME, administrado por PELLIZARO IMÓVEIS LTDA - ME, conforme contrato de prestação de serviço em anexo, localizado na Rua Duque de Caxias, nº 704, sala 01, centro, Joaçaba, SC, destinado à instalação da Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação.

2 - DA JUSTIFICATIVA

Considerando a aprovação de reforma administrativa que concedeu nova estrutura para a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, incorporando além da indústria e comércio, os segmentos da agricultura, turismo, prestação de serviços e inovação, justifica-se o presente processo de dispensa de licitação para esta contratação por tratar-se do único imóvel disponível com as características necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades pretendidas. Tal imóvel atende plenamente as necessidades relativas ao espaço interno, uma vez que possui tamanho apropriado para a organização geral do ambiente, acomodação dos servidores, instalação

de mobiliário e equipamentos necessários, bem como, possui localização estratégica no centro do Município, próximo do prédio sede da Prefeitura e dos demais órgãos públicos, além de possuir área para estacionamento de veículos, sendo de fácil acesso aos usuários dos serviços a serem desenvolvidos.

Foram juntados ao processo justificativa quanto à utilização do imóvel, bem como justificativa quanto ao valor, que, conforme avaliação é compatível com os valores praticados no mercado.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso X.

4 - DO LOCADOR

I.Z.S.B. IMPLEMENTOS PARA LEITARIA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Duque de Caxias, nº 704, centro, Joaçaba, SC, inscrita no CNPJ sob nº 02.266.854/0001-40, neste ato representado pelo Sr. Ivandro Zarpelon, inscrito no CPF sob nº 021.262.019-37, portador da Carteira de Identidade nº 11/C 3.159.575, residente e domiciliado à Rua Thomas Kranz, s/nº, Bairro Monte Belo, nesta cidade de Joaçaba, SC.

5 - DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais), considerando o valor mensal de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) e a contratação no período de 15 de abril a 31 de dezembro de 2013.

6 - DA VIGÊNCIA

O contrato oriundo desse processo de dispensa terá vigência de 15 de abril a 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado se de interesse das partes.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

2.097 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
178 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 05 de abril de 2013.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Homologação PL 14/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2013/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:
1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 14/2013/FMS - PP 12/2013 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais e equipamentos odontológicos, destinados à manutenção dos programas e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2013.

- Empresas Vencedoras:
ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

R\$ 65.405,21
ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA
R\$ 70.739,21
DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA
R\$ 113.805,50
EFETIVE PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA
R\$ 46.273,46
FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA
R\$ 19.090,00
METROMED COM MAT MED HOSP LTDA
R\$ 17.849,13
NOVASUL COMERCIO DE PROD HOSPIT. LTDA
R\$ 4.286,00
ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOL. E HOSPITALARES LTDA
R\$ 10.011,26
QUALYMEDIC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA
R\$ 8.895,00
STARMED ARTIGOD MED. E HOSPIT. LTDA
R\$ 20.289,10
2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 05 de abril de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESÃO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Ata Registro Preço 3/2013 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 1/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abaixador de língua em madeira, embalagens em pacote com 100 unidades cada.	PCTE	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	THEOTO	0	1,8400	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	ESTILO	0	2,0000	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	ESTILO	0	2,0200	3
2	Acido acético 2% - embalagem de 01 litro	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Gemballa	0	24,3700	1
3	ADIPÔMETRO EM PLÁSTICO ABS DE ALTA RESISTÊNCIA E DURABILIDADE MOLAS EM AÇO ZINCADO, SENSIBILIDADE DE 1MM E ESCALA DE 0 A 80 MM	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	INNOVARE	0	281,6000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SANNY	0	771,5000	2
4	AGUA DESTILADA AMPOLA DE 10 ML - CX C/ 100 UNI	CX	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Samtec	0	9,8900	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	SANTEC	0	13,0800	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SANTEC	0	19,2000	3
5	AGUA DESTILADA - GALAO COM 5 LITROS	GL	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Catech	0	4,9700	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Dentaltec	0	4,9800	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CAITHEC	0	5,1500	3
6	Água oxigenada 10 volumes com ação antisséptica. Composição: Peróxido de Hidrogênio / Água purificada. Frasco de 01 litro.	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	RIOQUIMICA	0	1,5400	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Vic Pharma	0	2,4800	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	DESHIDRAT	0	2,5000	3
7	Agulha p/ coleta múltipla de sangue vacuo 0.8x25mm (21G1")-cx c/ 100un	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	16,2500	1
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDGOLDMAN	0	18,6000	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	LABOR IMPORT	0	23,7600	3
8	Agulha descartável hipodérmica, calibre 13 x 4.5, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com 100 unidades.	CX	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	3,2800	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 2/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 05/04/2013

Válido até: 05/04/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SOLIDOR	0	3,3800	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,4000	3
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	EMBRAMAC	0	3,5800	4
9	Agulha descartável hipodérmica, calibre 22 x 5,5, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com 100 unidades.	CX	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SOLIDOR	0	3,3800	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,4000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Solidor	0	3,6700	3
10	Agulha descartável hipodérmica, calibre 20 x 5.5, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com 100 unidades.	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,2000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SOLIDOR	0	3,3800	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	3,5200	3
11	Agulha descartável hipodérmica, calibre 25 x 6, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com 100 unidades.	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,2000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SOLIDOR	0	3,3800	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	3,5200	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 3/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 05/04/2013

Válido até: 05/04/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Agulha descartável hipodérmica, calibre 25 x 7, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades.	CX	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	3,2000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,2110	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SOLIDOR	0	3,3800	3
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDGOLDMAN	0	3,5000	4
13	Agulha descartável hipodérmica, calibre 25 x 8, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades.	CX	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	3,2000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,2110	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SOLIDOR	0	3,3800	3
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDGOLDMAN	0	3,5000	4
14	Agulha descartável hipodérmica, calibre 30 x 7, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades.	CX	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	3,2000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,2110	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SOLIDOR	0	3,3800	3
15	Agulha descartável hipodérmica, calibre 30 x 8, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades.	CX	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	3,2000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,2110	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 4/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 05/04/2013

Válido até: 05/04/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SOLIDOR	0	3,3800	3
16	Agulha descartável hipodérmica, calibre 40 x 8, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades.	CX	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SOLIDOR	0	3,3800	1
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	INJEX	0	5,6300	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	INJEX	0	5,6800	3
17	Agulha descartável hipodérmica, calibre 40 x1 2, haste de aço inoxidável com ponta em bisel trifacetado, siliconizada, canhão plástico em cor universal, conector padrão adaptável a seringas e outros dispositivos, protetor plástico, esterilizado a óxido de etileno. Com abertura asséptica, papel grau cirúrgico, onde devem constar dados de identificação, procedência, tipo de esterilização, data de validade, número do lote, registro no MS. Com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades.	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	3,2200	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SOLIDOR	0	3,3800	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Solidor	0	3,6700	3
18	Agulha Gengival nº 30, curta, com BPF (Boas Práticas de Fabricação). Com 100 unidades	CX	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	INJEX	0	9,9800	1
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	PROCARE	0	13,5000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid	0	13,8270	3
19	ALCOOL 70 % LITRO	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Flop`S	0	3,1100	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Mega	0	3,3600	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	CICLO FARMA	0	3,5200	3
20	Álcool etílico hidratado líquido, lt, 96%	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Mega Quimica	0	4,2700	1
21	ALCOOL GEL 70% - LITROS	FR	NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	CICLO FARMA	0	4,9000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Wirath	0	5,9500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 5/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	RICIE	0	6,1000	3
22	Algodão hidrófilo em bolas - Com fibras 100% algodão, altamente absorvente. Pacote com 100 gramas	PCTE	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	NATHALYA	0	1,9500	1
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	POLAR FIX	0	1,9700	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Nathalya	0	2,4000	3
23	Algodão hidrófilo - Com fibras 100% algodão, altamente absorvente. Rolo com 500 gramas.	RL	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	FAROL	0	7,0500	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	NATHALYA	0	7,5800	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	NATHALYA	0	7,6000	3
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	NATALYA	0	7,6800	4
24	Algodão hidrófilo - Com fibras 100% algodão, altamente absorvente. Rolo com 01 quilo.	RL	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	FAROL	0	14,1100	1
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	NATHALYA	0	15,3600	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Farol	0	16,7740	3
25	Almotolia plástica transparente - 500 ml	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	J PROLAB	0	1,6100	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	J. PROLAB	0	1,8130	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	J PROLAB	0	1,9300	3
26	Almotolia plástica transparente - 250 ml	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	J. PROLAB	0	1,1400	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	J PROLAB	0	1,3800	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	J PROLAB	0	1,4600	3
27	Almotolia plástica escura - 250 ml	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	J. PROLAB	0	1,1400	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	J PROLAB	0	1,3800	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	J PROLAB	0	1,4600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 6/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Aparelho de tricotomia, descartável, tipo comum, devendo conter, no mínimo, duas lâminas fixas, protegidas com capa protetora.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Laser	0	0,3580	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MAXI	0	0,4000	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	HARBO	0	0,4300	3
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITAL MAX	0	0,4300	4
29	Aparelho Eletrocardiógrafo com aquisição simultânea de 12 derivações. Impressora térmica de alta resolução integrada ao equipamento, para papel termo reativo no formato A4. Múltiplos formatos de impressão em 12 canais e todas configuráveis para melhor legibilidade gráfica. Alimentação AC 100 a 240V automático e através de bateria interna recarregável, com autonomia aproximada para 100 exames. O equipamento deve ser compacto e de fácil manuseio, com peso aproximado de 3 kg com a bateria. Tela de LCD para visualização da sensibilidade, velocidade, filtros, frequência cardíaca, formas de impressão e derivações. Teclado de membrana alfa numérico para acesso rápido das funções e entrada das informações do paciente como nome, idade, sexo, altura, peso. Circuito de proteção contra desfibrilador. Detecção de eletrodo solto. Software interno de interpretação automática do ECG na língua portuguesa e medida da frequência cardíaca, intervalo PR, duração do QRS QT/QTc, eixos P-R-T. Porta RS232 e para comunicação com PC e LAN e possibilitar os registros de ECG via fax. Deve acompanhar os seguintes acessórios: 01 cabo de alimentação; 01 cabo paciente de 10 vias; 04 eletrodos de membros tipo clipe; 06 eletrodos precordiais de sucção; 01 tubo de gel para eletrodos; 01 rolo de papel termo reativo e manual de instruções em português.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Bionet	0	4.849,0000	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	BIONET	0	4.850,0000	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Cardiocare	0	5.187,8700	3
30	Aparelho de Nebulização: Motor 50/60 Hz, 1/40HP. Dimensões mínimas: 125x155x170 mm; Pressão: 28 PSI; Taxa de Nebulização: 0,19 ml/min; Peso aproximado: 2,10 kg; Tamanho da Partícula: 1 a 5 micra; Consumo de 130/140 Watts; Composto ainda por 02 máscaras anatômicas em PVC (adulto e infantil), com elásticos reguláveis. Bivolt. Garantia mínima de 12 meses.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	G TECH	0	106,0000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Daru	0	119,2500	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Daru	0	128,8890	3
31	ARMÁRIO VITRINE 2 PORTAS COM VIDRO- MEDIDAS (M): 1,50 (ALT) 0,65 (LARG) 0,40 (PROF)	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lm Móveis	0	473,1180	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	METALIC	0	557,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 7/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)		0	940,0000	3
32	ASPIRADOR - APARELHO ASPIRADOR COMPACTO PARA ASPIRAR LÍQUIDOS E SECREÇÕES	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	ASPIRAMAX	0	259,0000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Nevoni	0	260,0000	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	NS	0	305,5000	3
33	ATADURA CREPON, ELÁSTICA, POROSA, NÃO ESTÉRIL, 100% ALGODÃO, C/ 13 FIOS - PACOTE COM 12 ROLOS DE 6CMX4,5MT - OBS: DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM Q O PRODUTO ATENDE AS NORMAS DA ABNT NBR14056 E O PESO MÍNIMO DO ROLO DEVERÁ SER DE 13,3 GRAMAS CONFORME PORTARIA 106/2003 DO INMETRO . SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CREMER	0	3,6360	1
34	ATADURA CREPON, ELÁSTICA, POROSA, NÃO ESTÉRIL, 100% ALGODÃO, C/ 13 FIOS - PACOTE COM 12 ROLOS DE 8CMX4,5MT - OBS: DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM Q O PRODUTO ATENDE AS NORMAS DA ABNT NBR14056 E O PESO MÍNIMO DO ROLO DEVERÁ SER DE 17,8 GRAMAS CONFORME PORTARIA 106/2003 DO INMETRO . SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CREMER	0	4,8050	1
35	Atadura Crepom, elástica, porosa, não estéril, 100% algodão, com fios, 10 cm x 4,5 m. Pacote com 12 unidades. Deverá constar na embalagem que o produto atende as normas da ABNT NBR14056 e o peso mínimo do rolo deverá ser de 26,09 gramas conforme portaria 106/2003 do INMETRO. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CREMER	0	5,9740	1
36	ATADURA CREPON, ELÁSTICA, POROSA, NÃO ESTÉRIL, 100% ALGODÃO, 13 FIOS - PACOTE COM 12 ROLOS DE 12CMX4,5MT - OBS: DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM Q O PRODUTO ATENDE AS NORMAS DA ABNT NBR14056 E O PESO MÍNIMO DO ROLO DEVERÁ SER DE 26,09 GRAMAS CONFORME PORTARIA 106/2003 DO INMETRO .SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CREMER	0	7,1420	1
37	ATADURA CREPON, ELÁSTICA, POROSA, NÃO ESTÉRIL, 100% ALGODÃO, C/ 13 FIOS - PACOTE COM 12 ROLOS DE 15CMX4,5MT OBS: DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM Q O PRODUTO ATENDE AS NORMAS DA ABNT NBR14056 E O PESO MÍNIMO DO ROLO DEVERÁ SER DE 32,7 GRAMAS CONFORME PORTARIA 106/2003 DO INMETRO . SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CREMER	0	8,9610	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 8/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	ATADURA CREPON, ELÁSTICA, POROSA, NÃO ESTÉRIL, 100% ALGODÃO, 13 FIOS - PACOTE COM 12 ROLOS DE 20CMX4,5MT - OBS: DEVERÁ CONSTAR NA EMBALAGEM Q O PRODUTO ATENDE AS NORMAS DA ABNT NBR14056 E O PESO MÍNIMO DO ROLO DEVERÁ SER DE 42,8 GRAMAS CONFORME PORTARIA 106/2003 DO INMETRO . SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CREMER	0	11,9480	1
39	ATADURA DE RAYON EM ROLO, NÃO ESTÉRIL. 7,5 CM X 5 M. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Polar Fix	0	2,7800	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDHOUSE	0	3,1600	2
40	Autoclave em alumínio, modelo horizontal - capacidade mínima: 12 litros - câmara: alumínio - desaeração: automática - despressurização: automática - ciclo de secagem: secagem eficiente / secagem extra - tempo total esterilização: 55 minutos (01 ciclo) - secagem realizada: porta entreaberta - potência mínima: 750 watts - voltagem: 220 volts - garantia mínima: 02 anos - acessórios: 02 bandejas, 01 suporte, copo graduado, fusível, braçadeira, amostra de mangueira e manual de instrução - dimensão mínima da câmara: diâmetro 22 cm x profundidade 33 cm - medidas externas aproximadas: largura 33,5 cm x altura 33 cm x profundidade 48,5 cm. Consumo de energia: 285 watts a cada ciclo. Alimentação: 220 V. Produzida dentro das normas ISO 9001, ISO 13485, ISO 14001	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	STERMAX	0	1.610,0000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMAX	0	2.122,0000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Stermax	0	2.171,8710	3
41	AUTOCLAVE EM ALUMÍNIO MODELO HORIZONTAL - CAPACIDADE MÍNIMA PARA 21 LITROS - CÂMARA: ALUMÍNIO - DESAERAÇÃO: AUTOMÁTICA - DESPRESSURIZAÇÃO: AUTOMÁTICA - CICLO DE SECAGEM: SECAGEM EFICIENTE/SECAGEM EXTRA; TEMPO TOTAL ESTERILIZAÇÃO: 55 MIN. (01 CICLO) - SECAGEM REALIZADA: PORTA ENTREABERTA - POTÊNCIA: 750 WATTS - VOLTAGEM: 220 VOLTS - GARANTIA: 02 ANOS - ACESSÓRIOS: 02 BANDEJAS, 01 SUPORTE, COPO GRADUADO, FUSÍVEL, BRAÇADEIRA, AMOSTRA DE MANGUEIRA E MANUAL DE INSTRUÇÃO. DIMENSÃO MÍNIMA DA CÂMARA: DIÂMETRO 22 CM X PROFUNDIDADE 33 CM - MEDIDAS EXTERNAS: LARGURA 33,5 CM X ALTURA 33 CM X PROFUNDIDADE 48,5 CM - CONSUMO DE ENERGIA: 285 WATTS A CADA CICLO. ALIMENTAÇÃO: 220 V. PRODUZIDA DENTRO DAS NORMAS ISO 9001, ISO 13485, ISO 14001	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	STERMAX	0	1.942,0000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMAX	0	2.232,8000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Stermax	0	2.398,1510	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 9/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	BALANÇA DIGITAL PORTÁTIL. Capacidade: 150 Kg; Capacidade mínima 2Kg; Graduação: 100 g; Visor de cristal líquido (8,0 x 3,5 cm); Funciona com uma bateria; Garantia 2 anos; Pesa em quilos e libras; Dimensões: 32,0x29,5x4,0cm. Aferida pelo INMETRO.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	G TECH	0	36,6500	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Bioland	0	38,6000	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	G-TECH	0	62,7200	3
45	BALDE DE INOX - TAMANHO GRANDE: 15 LITROS - COM PEDAL	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	ARTINOX	0	135,0000	1
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	TRAMONTINA	0	153,6000	2
46	BIOMBO TRIPLO PARA DIVISÓRIAS	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	METALIC	0	210,0000	1
			QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)		0	250,0000	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MARCOS MÓVEIS	0	251,5000	3
47	BIOMBO DUPLO PARA DIVISÓRIAS	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marcos Móveis	0	187,8140	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Marcos Moveis	0	198,4000	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MARCOS MÓVEIS	0	201,5000	3
48	BOBINAS PAPEL GRAU CIRURGICO 20 CM	RL	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	ESTERILCARE	0	29,9800	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Duotec	0	29,9900	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Esterilcare	0	32,9300	3
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	DUOTEC	0	33,0000	4
49	BOBINAS PAPEL GRAU CIRURGICO 30 CM	RL	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Duotec	0	40,0000	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	HOSPFLEX	0	40,5000	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Esterilcare	0	44,9000	3
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	DUOTEC	0	48,0000	4
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	ESTERILCARE	0	49,2800	5
50	Bolsa para Gelo Flexível, macia, indicada para aplicação de frio terapêutico. Tamanho Médio	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CLEAR	0	11,4200	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 10/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 05/04/2013		Válido até: 05/04/2014			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
51	Bolsa Coletora de Urina - Sistema fechado, confeccionada em polietileno transparente com capacidade de 2.000 ml, graduada, com válvula anti refluxo, ventilação para entrada de ar com filtro bacteriológico, expurgo com torneira †, com alça de sustentação e grampo de lençol, esterilizada em óxido de etileno. Embalada individualmente.	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	MERCUR	0	34,5600	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Mercur	0	35,8420	3
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	STARMED	0	1,8300	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	STARMED	0	1,9500	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	STARMED	0	2,0500	3
52	Cabo de bisturi em aço INOX nº 03 e nº 04 (02 de cada)	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Abc	0	4,1430	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	ABC	0	4,1800	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	ABC	0	4,3500	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROFESSIONAL	0	4,4000	4
53	Capa de chuva em PVC, resistente, fechamento frontal através de botões de pressão. UN Manga longa, com bolso e capuz - transparente. Tamanho GG		ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Prevemax	0	25,0900	1
54	Capa de chuva em PVC, resistente, fechamento frontal através de botões de pressão. UN Manga longa, com bolso e capuz - transparente. Tamanho G		ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Prevemax	0	25,0900	1
55	Campo operatório fenestrado, em tecido 100% algodão, medida mínima de 45 x 50 cm	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Tereza	0	7,1680	1
56	Campo operatório fenestrado, em tecido 100% algodão, medida mínima de 37 x 39 cm	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Anita	0	7,5000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Tereza	0	9,8920	2
57	Campo operatório sem janela, em tecido 100% algodão, medida mínima de 30 x 30 cm	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	NEVE	0	4,7000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Anita	0	7,5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 11/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
58	Cateter intravenoso periférico nº 14, calibre 14G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vialon ou poliuretano, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com conector luer-lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado a 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Com registro na ANVISA.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Laborimport	0	1,4900	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDCATETER SAFETY SY 0		1,5000	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	TKL	0	1,5600	3
59	Cateter intravenoso periférico nº 16, calibre 16G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vialon ou poliuretano, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado a 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Com registro na ANVISA.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Descarpac	0	1,5000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	TKL	0	1,5600	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	1,7040	3
60	Cateter intravenoso periférico nº 18, calibre 18G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vialon ou poliuretano, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado a 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Com registro na ANVISA.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	TKL	0	1,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 12/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 05/04/2013		Válido até: 05/04/2014			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Tkl	0	1,5050	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDCATETER SAFETY SY 0		1,7600	3
61	Cateter intravenoso periférico nº 20, calibre 20G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vialon ou poliuretano, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado à 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Com registro na ANVISA.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Tkl	0	1,5000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	TKL	0	1,5600	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	1,7040	3
62	Cateter intravenoso periférico nº 22, calibre 22G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vialon ou poliuretano, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado a 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Com registro na ANVISA.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	TKL	0	1,5000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Tkl	0	1,5050	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	1,7040	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 13/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
63	Cateter intravenoso periférico nº 24, calibre 24G estéril, descartável, com dispositivo de segurança, confeccionado em vialon ou poliuretano, flexível, atóxico. Com câmara de refluxo sanguíneo (mandril) em material apropriado que permita rápida visualização do sangue no momento exato da punção. Agulha siliconizada com bisel biangulado e trifacetado, com adequada angulação e perfeita afiação, sem rebarbas ou resíduos de manufatura de aço. Com Conector luer-lok translúcido, codificado em cores com ranhuras para fixação. Possui "notch" (orifício localizado à 2 mm do calcanhar, do bisel da agulha), que possibilita a visualização do refluxo sanguíneo através da parede do cateter. Embalagem individual, abertura em pétala, data e tipo de esterilização e tempo de validade, registro em órgão competente. Com registro na ANVISA.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Tkl	0	1,5000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	TKL	0	1,5600	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	1,6480	3
64	Colchonete para Fisioterapia (alongamento) - Confeccionado em material EVA, com superfície confortável e aderente/antiderrapante, sendo leve/flexível e lavável. Com fita para transporte. Medida mínima: 180 x 60 x 1,2 cm. Cor: azul.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Zedamed	0	111,8200	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	FAC	0	114,4500	2
65	Coletor de material perfuro-cortante, produzido de acordo com a NBR 13853, com revestimento para evitar perfurações e vazamentos. Capacidade 07 litros	UN	NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	RAVA	0	1,5500	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	C. BOX	0	1,5700	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	CARTOON BOX	0	1,6000	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cartoonbox	0	1,7200	4
66	Coletor de material perfuro-cortante, produzido de acordo com a NBR 13853, com revestimento para evitar perfurações e vazamentos. Capacidade 20 litros	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cartoonbox	0	3,0800	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	CARTOON BOX	0	3,0900	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	RAVA	0	3,6300	3
67	Coletor de Urina Infantil - Em material transparente, para fácil visualização, atóxico, resistente. Com dispositivo que permite a aderência ao corpo do paciente para facilitar/possibilitar a coleta de urina.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MARKMED	0	0,3300	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	LABOR IMPORT	0	0,5600	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Mark Med	0	0,8800	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 14/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
68	Catéter tipo óculos adulto - silicone - material descartável	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,6700	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,6880	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	MEDSONDA	0	0,8100	3
69	Catéter tipo óculos pediátrico - silicone - material descartável	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,7800	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,8300	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	BIOSANI	0	0,9900	3
70	CÂNULA DE GUEDEL, JOGO COM 6 PEÇAS, PVC FLEXÍVEL, POLIPROPILENO, KIT DO N.º 0 A 5	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	12,4000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	MD	0	14,1300	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	PROTEC	0	16,5000	3
71	CINTO ARANHA COM FITAS DE NYLON ALTAMENTE RESISTENTE, PRESILHAS EM VELCRO. CINTAS MÓVEIS COM REGULAGEM DE COMPRIMENTO, CAPACIDADE DE CARGA 200KG, COMPRIMENTO TOTAL 1600MM, LARGURA 800MM	KIT	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	TECNIMED	0	59,0000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MARIMAR	0	60,0000	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MARIMAR	0	66,0000	3
72	Colar cervical tamanho G - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MARIMAR	0	12,5000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marimar	0	16,7740	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MARIMAR	0	17,0500	3
73	Colar cervical tamanho INFANTIL - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MARIMAR	0	12,5000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marimar	0	16,7740	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 15/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 05/04/2013		Válido até: 05/04/2014			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif
74	Colar cervical tamanho M - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula.	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MARIMAR	0	17,0500	3
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MARIMAR	0	12,5000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marimar	0	16,7740	2
75	Colar cervical tamanho NEONATAL - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula.	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MARIMAR	0	17,0500	3
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MARIMAR	0	13,0000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marimar	0	16,7740	2
76	Colar cervical tamanho P - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula.	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MARIMAR	0	17,0500	3
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MARIMAR	0	13,0000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marimar	0	16,7740	2
77	Colar cervical tamanho PP - Exclusivo para uso pré-hospitalar, com desenho assimétrico, dobrável e plano, com janela traqueal extragrande para acesso a região cervical anterior (pulso carotídeo e acesso cirúrgico de via aérea superior), com fecho de velcro de largura mínima de 05 cm, confeccionado em polietileno de alta densidade, radiotransparente, com enchimento de espuma em todas as faces de contato com a pele do paciente e dotada de apoio para mandíbula.	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MARIMAR	0	17,0500	3
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MARIMAR	0	13,0000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marimar	0	16,7740	2
78	Conjunto para umidificação oxigenoterapia- Tampa de Nylon injetada, frasco plástico de 250ml, extensão de PVC atóxico de 1,20m, intermediário para máscara, conexão de entrada 9/16 x 18 fios e máscara plástica adulto. com porca de nylon	UN	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MARIMAR	0	17,0500	3
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Marimar	0	16,7000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 16/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	PROTEC	0	16,7900	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	PROTEC	0	16,8000	3
79	Conjunto para Aspiração, tampa de nylon injetado com enxerto em metal cromado, botão de controle de aspiração e frasco coletor com rosca, graduado 500 ml. Aspirador para rede canalizada de ar comprimido. Tampa de nylon injetado com enxerto em metal cromado, botão de controle de aspiração e frasco coletor com rosca, graduado 500 ml.. frasco de vidro	FR	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	PROTEC	0	66,0000	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	PROTEC	0	70,0500	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Unitec	0	301,0750	3
80	Compressa cirúrgica 23X25 cm , c/ 13 fios, 08 dobras, pcte c/ 50 um. CAMPO - PSF - PCTE SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA		DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	AMÉRICA	0	23,0000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Mb Textil	0	28,3870	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	POLAR	0	36,3600	3
81	Compressa cirúrgica 45X50 cm, c/ 13 fios, 8 dobras, pcte c/ 50 um. Campo - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PCTE	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	AMÉRICA	0	59,0000	1
82	Compressa de Gase 10 x 10 com 8 dobras, 13 FIOS, pacotes com 500 unidades - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PCTE	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	AMÉRICA	0	30,0000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	NEVE	0	30,1000	2
83	CUBA RIM EM AÇO INÓX, 26X12 CM, CAPACIDADE DE 700 ML	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Famita	0	23,0000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	ARTINOX	0	23,1000	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	FAMI	0	23,7900	3
84	Cuba redonda em INOX, para assepsia - tamanho 08 x 04	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Famita	0	6,1900	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	FAMI	0	6,5000	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	ARTINOX	0	7,2600	3
85	Curativo cirúrgico estéril (chumaço), 10 x 15, 100% algodão, esterilizado por E.T.O, pronto uso, super absorvente. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Medi House	0	1,2800	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MEDI HOUSE	0	1,2900	2
86	CURATIVO REDONDO PARA PÓS COLETA DE SANGUE CX. C/ 100 UNID. - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	CX	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	CIEX	0	4,4800	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Blood Stop	0	10,5810	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 17/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 05/04/2013

Válido até: 05/04/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	Curativo de Hidrocolóide e Alginato de Cálcio e Sódio, constituído de água purificada, propilenoglicol, carboximetilcelulose sódica, carbômero 940, trietanolamina, alginato de cálcio e sódio, sorbato de potássio, ácido bórico, hidantoína, - conservantes estes de grande importância para manutenção da estabilidade do produto por até 28 dias após aberto- num ambiente aquoso, hidratante e absorvente, transparente na forma de gel, que apresenta a capacidade de hidratar feridas secas e absorver o exsudato, interagindo com diversos níveis de umidade da ferida, para cavidades profundas, úlceras de perna - venosa e arterial - pé diabético, cortes, abrasões e lacerações, queimaduras de 1º e 2º graus e úlceras de pressão, ação hemostática, debridante, com ph neutro, com tampa flip top, tubo com 85gr. APRESENTAÇÃO: TUBO COM 85 GR. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	TB	FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA (7119)	Saf-gel 85 gr	0	49,0000	1
88	Concentrador de Oxigênio Portátil (fácil para deslocamentos). Com nível de ruído abaixo de 40db, distribuição de oxigênio de cinco litros por minuto, OPI opcional (indicador percentual de oxigênio), filtro com baixa manutenção, dois anos. Fluxo por litro: 0,5-5,0 LPM; Dimensões aproximadas: 23 pol (584 mm) x 15 pol (381 mm) x 9,5 pol (241 mm) [A x L x P]; Níveis de alarmes opi: Nível baixo de oxigênio: 82%; Oxigênio muito baixo: 70%; Temperatura de operação: 55º F à 90º F (12º C a 32 ºC); Umidade em operação: até 95% de umidade relativa; Pressão de saída: 5,5 PSI; Altitude em operação: 0 a 7.500 pés (0 a 2.286 m)	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Soldagas	0	3.856,0000	1
89	Curativo Especial Hidrocolóide, com bordas delgadas, translúcido, com película lisa de baixa fricção, com linha demarcatória que indica o momento da troca do curativo. Curativo estéril composto por gelatina, pectina e carboximetilcelulose, polisobutileno e polímeros elastoméricos com camada externa de poliuretano que oferece barreira bacteriana e viral. Tamanho 14 x 14 cm. Com registro no Ministério da Saúde.	UN	FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA (7119)	Duoderm Signal	0	49,0000	1
90	CURATIVO DE HIDROFIBRA COMPOSTO DE CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA E PRATA IÔNICA EM UMA CONCENTRAÇÃO DE 0,1 A 2% NÃO DISPENSANDO A PRATA NO LEITO DA FERIDA, ALTAMENTE ABSORVENTE, NÃO ADERENTE, ESTÉRIL, QUE INTERAJA COM O EXUDATO DA FERIDA FORMANDO UM GEL MACIO, QUE MANTENHA O MEIO ÚMIDO, COM DRENAGEM VERTICAL, MANTENDO O FLUXO DISTANTE DA FERIDA E PELE CIRCUNDANTE, INDICADO PARA LESÕES PLANAS E/OU CAVITÁRIAS, FERIDAS CRÔNICAS, ULCERATIVAS, TRAUMÁTICAS E CIRÚRGICAS, E EM QUEIMADURAS. PARA O TRATAMENTO DE QUEIMADURAS DE ESPESSURA PARCIAL, QUE PERMANEÇA ATÉ 14 DIAS MANTENDO A AÇÃO ANTIMICROBIANA CONTRA UMA AMPLA GAMA DE MICROORGANISMOS INCLUINDO ENTEROCOCOS RESISTENTES A VANCOMICINA (VRE), STAPHYLOCOCOS RESISTENTES A METICILINA (MRSA) E PSEUDOMONAS. APRESENTAR BULA JUNTO A PROPOSTA DE PREÇOS. TAMANHOS: 10 X 10 CM	UN	FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA (7119)	Aquacel ag 10x10	0	43,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 18/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	Curativo de hidrofibra composto de carboximetilcelulose sódica e prata iônica em uma concentração de 0,1 a 2% não dispensando a prata no leito da ferida, altamente absorvente, não aderente, estéril, que interaja com o exudato da ferida formando um gel macio, que mantenha o meio úmido, com drenagem vertical, mantendo o fluxo distante da ferida e pele circundante, indicado para lesões planas e/ou cavitárias, feridas crônicas, ulcerativas, traumáticas e cirúrgicas, e em queimaduras. Para o tratamento de queimaduras de espessura parcial, que permaneça até 14 dias mantendo a ação antimicrobiana contra uma ampla gama de microorganismos incluindo enterococos resistentes a vancomicina (VRE), staphylococos resistentes a metililina (MRSA) e pseudomonas. Tamanho: 15 x 15 cm. Apresentar bula junto com a proposta de preços.	UN	FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA (7119)	Aquacel ag 15x15	0	74,0000	1
93	Detector de batimentos cardio fetal de mesa, com cabo extensor para ouvir, alimentação bi-volts 110/220V, de fácil manuseio, com controle de tonalidade e filtragem de ruídos, suporte lateral para guarda do transdutor, regulagem de volume, condutor a cristal. Auscultação a partir da décima segunda semana de gestação. Registro na ANVISA	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MARTEC	0	305,0000	1
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDCIR	0	390,0000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Martec	0	401,4340	3
94	Detergente enzimático para limpeza de artigos médicos hospitalares composto por 05 enzimas, protease, peptidase, amilase, celulase e lipase, detergente não iônico/aniônico, pH neutro, biodegradável, não corrosivo para metais, para ser utilizado em temperatura ambiente ou aquecida para processos de limpeza manual ou automatizado, de ação rápida, volume de 1000 ml, diluição de 2,0 ml por litro, pouca formação de espuma, sem odor agressivo na forma concentrada ou diluída. Possui laudos de estabilidade das enzimas durante o prazo de validade do produto, estabilidade do sistema conservante, pH do produto puro e diluído, biodegradabilidade, corrosividade em plástico e metais. Os laudos devem ser de laboratórios externos. Acondicionamento em caixas de papelão resistente. O produto deve ser notificado na ANVISA	UN	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	3M	0	74,8500	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Luckman	0	161,2000	2
95	Dispositivo de punção venosa Scalp nr. 21	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid	0	0,1180	1
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	EMBRAMAC	0	0,1200	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Lamedid	0	0,1230	3
96	Dispositivo de punção venosa Scalp nr. 23	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	LAMEDID	0	0,1000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid	0	0,1180	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 19/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 05/04/2013

Válido até: 05/04/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
97	Dispositivo de punção venosa Scalp nr. 25 - P 300	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Lamedid	0	0,1230	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid	0	0,1180	1
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	EMBRAMAC	0	0,1200	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Lamedid	0	0,1230	3
98	Dispositivo de punção venosa Scalp nr. 27	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	LAMEDID	0	0,1000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid	0	0,1180	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Lamedid	0	0,1230	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cirurgica Brasil	0	2,0700	1
99	DISPOSITIVO INCONTINÊNCIA URINÁRIA Nº 4, DE LÁTEX-SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cirurgica Brasil	0	2,0700	1
100	Eletrodo descartável para monitorização cardíaca em adulto, formato quadrado ou redondo, constituído por um dorso de espuma flexível de polietileno, polivinilálcool, impermeável a líquidos, coberto com adesivo acrílico, polietileno coberto com silicone, polímero sintético hidrofílico. Sistema de pino inox e contrapino metálico recoberto de cloreto de prata. Gel sólido. Indicado para monitorização de até 04 dias (96 horas). Procedimentos cirúrgicos, serviços de emergência, UTI, testes ergométricos, ECG. Embalagem contendo externamente dados de identificação, procedência, data da fabricação, validade, número de lote e registro no Ministério da Saúde.	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	SAFTI	0	0,1800	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MAXICOR	0	0,1900	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid	0	0,2180	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	INJEFLEX	0	32,0000	1
101	Dispositivo intra-uterino de cobre (DIU). Contraceptivo para ser inserido no útero para evitar a gravidez. Corpo formado por um T flexível de polietileno, sendo a haste do T enrolada com fio de cobre e cada braço do T com um cilindro de cobre. Dois fios brancos de polietileno exteriorizam-se através do cano cervical com comprimento de dois a três cm. Método DIU TCU 380A.	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Cepeo	0	33,7500	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cepeo	0	43,0110	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 20/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 05/04/2013

Válido até: 05/04/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
102	ENCOSTO DE CABEÇA (IMOBILIZADOR DE CABEÇA) :CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIURETANA EXPANDIDA E EMBORRACHADA. POSSUI DOIS CINTOS IMOBILIZADORES REGULÁVEIS PARA TESTA E QUEIXO DO PACIENTE A IMOBILIZAR. PRESO EM VELCRO AO TECIDO QUE VESTE A TÁBUA (PRANCHA) DE RESGATE EM QUALQUER LARGURA. BASE FIXADA NA PRANCHA: 40 X 25CM. LATERAIS FIXADAS NA BASE: 25 X 16 X 0,9 CM. ORIFÍCIO AURICULAR PARA VERIFICAR SANGRAMENTO: 80 MM. LAVÁVEL. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marimar	0	301,0000	1
103	ELETRODOS - PÁS EXTERNAS PARA DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO, ADULTO, P/ APARELHO 400 FUTURA - DEA -	KIT	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	CMOS DRAKE	0	415,0000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cmos Drake	0	473,1180	2
104	Eletrodos - pás externas para desfibrilador externo automático , infantil, p/ aparelho 400 futura - DEA	KIT	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	CMOS DRAKE	0	410,0000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Cmos Drake	0	473,1180	2
105	Equipo p/ infusão solução parenteral macrogotas de plástico descartável	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	RM Desc	0	0,4390	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	DESCARPACK	0	0,4400	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	FARMATEX	0	0,5060	3
106	Equipo p/ infusão solução parenteral macrogotas de plástico descartável - com respiro	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	RM Desc	0	0,4900	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MED EQUIPO	0	0,5000	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	BIOSANI	0	0,5100	3
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	DESCARPACK	0	0,5200	4
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	TKL	0	0,5600	5
107	Equipo p/ infusão solução parenteral microgotas de plástico descartável -	UN	NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDPLAST	0	0,5400	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MEDSONDA	0	0,5500	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	EMBRAMAC	0	0,7400	3
108	Escada com dois degraus: padrão hospitalar com piso antiderrapante, em metal esmaltado na cor branca.	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	RENOVAR	0	52,0000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Tecmed	0	56,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 21/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)		0	60,0000	3
110	Escova ginecológica descartável para exames de citologia e de secreções em geral, CX caixas com 100 unidades, esterilizada	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	KOLPLAST	0	12,9800	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	KOLPLAST	0	17,5000	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	KOLPLAST	0	18,8600	3
111	Esparadrapo impermeável, composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante. Nele é aplicada massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Deve ser fácil de rasgar e de excelente flexibilidade, sendo indicado para diversos usos, tais como: afixação de curativos, ataduras, sondas, drenos, cateteres, entre outros. 10 cm x 4,5 m, com capa. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	RL	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MISSNER	0	3,9800	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MISSNER	0	4,7300	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MISSNER	0	4,8300	3
112	Esparadrapo impermeável composto de tecido 100% algodão com resina acrílica impermeabilizante. Nele é aplicada massa adesiva a base de borracha natural, óxido de zinco e resina. Deve ser fácil de rasgar e de excelente flexibilidade, sendo indicado para diversos usos, tais como: afixação de curativos, ataduras, sondas, drenos, cateteres, entre outros. 05 cm x 4,5 m, com capa. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	RL	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Missner	0	2,3700	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MISSNER	0	2,3800	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MISSNER	0	2,7500	3
116	Espéculo vaginal descartável tamanho médio - PSF - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VAGISPEC	0	0,7800	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	ADLIN	0	0,7900	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	KOLPLAST	0	0,8050	3
117	Espéculo vaginal descartável tam. Grande-PSF - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VAGISPEC	0	0,9000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	KOLPLAST	0	0,9090	2
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	ADLIN	0	0,9800	3
118	Especulo vaginal descartável tamanho P - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VAGISPEC	0	0,6400	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 22/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 05/04/2013

Válido até: 05/04/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	KOLPLAST	0	0,6490	2
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	ADLIN	0	0,7000	3
123	Fio Mono nylon nr. 2.0 embalagem c/ 24 unid.	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROCARE	0	14,0000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	PROCARE	0	14,0900	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	PROCARE	0	15,3600	3
124	Fio Mono nylon nr. 3.0 embalagem c/ 24 unid	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROCARE	0	14,0000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	PROCARE	0	14,0900	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	PROCARE	0	15,3600	3
125	FIO MONO NYLON NR. 4.0 EMBALAGEM C/24 UNIDADES	CX	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	PROCARE	0	14,0000	1
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	PROCARE	0	15,3600	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Procare	0	15,9640	3
126	Fio Mono nylon nr. 5.0 embalagem c/ 24 unid	CX	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Procare	0	14,0000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	PROCARE	0	14,0900	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	PROCARE	0	15,3600	3
127	FIO MONO NYLON NR. 6.0	CX	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	PROCARE	0	14,0000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Procare	0	15,9640	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	PROCARE	0	16,0000	3
129	FITA MÉTRICA PARA ENFERMAGEM DE 1,5 MT	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	BAND	0	0,8700	1
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	METRO	0	1,9200	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)		0	2,2500	3
130	Fita adesiva autoclave termo-sensível, indicadora esterilização de embalagens, rolo de 19mmX30m.	RL	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	CIEX	0	2,5300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 23/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	CIEX	0	2,5500	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Ciex	0	2,7240	3
131	Fita adesiva hipoalergênica, p/ pele porosa, composta para fixação de curativos, composta por dorso de viscose não tecido recoberto por um adesivo de base acrílica e comprovadamente hipoalergênico / cor branca / validade 02 anos / medida mínima 100 mm x 4,5 m. Com 20 rolos. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	CX	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Missner	0	64,0000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MISSNER	0	64,5000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	CIEX	0	65,4000	3
132	Fita hipoalergênica, suave, p/ pele, porosa, composta de rayon de viscose, não tecido, c/ adesivo acrílico hipoalergênico, rolo 25X4,5 cm, com capa plástica, PCTE c/ 12 unidades cada.	PCTE	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Missner	0	15,9000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MISSNER	0	16,0000	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MISSNER	0	18,6000	3
133	Fita hipoalergênica, suave, p/ pele, porosa, composta de rayon de viscose, não tecido, c/ adesivo acrílico hipoalergênico, rolo 50X4,5 cm, com capa plástica, pacote c/ 12 unidades cada.	PCTE	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Missner	0	25,9000	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MISSNER	0	26,9000	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MISSNER	0	27,0000	3
134	Fita hipoalergênica, suave, p/ pele, porosa, composta de viscose, não tecido, c/ adesivo acrílico hipoalergênico- medida mínima 12 mm x 4,5 cm, com capa plástica. Com 12 unidades. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MISSNER	0	13,0000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MISSNER	0	13,0600	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MISSNER	0	15,0000	3
135	Fixador para lâminas, frasco c/ 100 ml.	FR	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Adlin	0	4,2500	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Adlin	0	4,3010	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	ADLIN	0	4,6100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 24/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 05/04/2013

Válido até: 05/04/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
136	FOCO PARA LUZ, ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO; HASTE FLEXÍVEL CROMADA E REFLETOR PINTADO; ALTURA REGULÁVEL ATRAVÉS DE MANIPULO LATERAL; ACABAMENTO COM PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ; ALTURA MÁX. 1,60M X MÍN. 1,10M;	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MICROEM	0	237,6000	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MED PEJ	0	299,0000	2
			QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)		0	300,0000	3
137	FRASCO PLÁSTICO 300 ML P/ ALIMENTAÇÃO ENTERAL NÃO ESTÉRIL - FRACIONADOR	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	FBM	0	0,5400	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	BIOSANI	0	0,6250	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	NUTRIMED	0	0,6400	3
138	GAZE EM ROLO TIPO QUEIJO COM 8 DOBRAS DE 91CMX91M- C/13 FIOS SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	RL	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	AMÉRICA	0	42,0000	1
139	Gel neutro para uso em aparelho de eletrocardiograma / ultrassom - 100 ml	FR	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MAXICOR	0	0,9500	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	CAITHEC	0	1,1100	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MAXICOR	0	1,1500	3
140	GERMI-RIO 5000 ML - DESINFETANTE HOSPITALAR	GL	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Wirath	0	14,3370	1
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	RIOQUIMICA	0	25,8100	2
141	HAMPER CROMADO COM SACO E RODAS	UN	QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)	RENASCER	0	95,0000	1
142	Hastes flexíveis de algodão (cotonetes) CX c/ 75 unidades	CX	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	COTTON	0	0,6900	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Baby Piss	0	0,7150	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Higie Topp	0	0,7460	3
143	Hastes flexíveis descartável modelo "swab" para coleta de secreção , 150mm de comprimento, com algodão hidrófilo enrolado automaticamente na ponta da haste de modo firme. Apresentado em embalagem unitária termoselada e esterelizada, pcte c/ 100 unid	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	9,2000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	LABOR IMPORT	0	9,2400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 25/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 05/04/2013

Válido até: 05/04/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	J PROLAB	0	17,2800	3
144	INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTOCONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48 HORAS, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO. COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 (CEM MIL) ESPOROS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA). A TIRA CONTENDO ESPOROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMORRESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA AMPOLA DE VIDRO LACRADA, COM UM CALDO NUTRIENTE PRÓPRIO PARA CRESCIMENTO DOS MICRORGANISMOS. A AMPOLA PLÁSTICA É FECHADA POR UMA TAMPA MARROM PERFURADA E PROTEGIDA POR PAPEL DE FILTRO HIDROFÓBICO. CADA AMPOLA POSSUI UM RÓTULO EXTERNO QUE INFORMA O NOME DO PRODUTO, LOTE, PRAZO DE VALIDADE, CONTENDO CAMPOS PARA IDENTIFICAÇÃO DA AMPOLA E UM INDICADOR QUÍMICO DE EXPOSIÇÃO, QUE DIFERENCIA AS AMPOLAS PROCESSADAS DAS NÃO-PROCESSADAS. CAIXA COM 100 AMPOLAS. PRAZO DE VALIDADE: 2 ANOS.	CX	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	CLEAN TEST	0	638,0000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Clean Up	0	639,0000	2
145	KIT PARTO	KIT	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MARIMAR	0	44,0000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marimar	0	45,3050	2
146	KIT P/ APARELHO DE NEBULIZAÇÃO COMPLETO ADULTO, CONTENDO MASCARA, COPINHO E EXTENSÃO (MANGUEIRA). SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	KIT	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	DARU	0	4,1500	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Nevoni	0	7,8820	2
147	KIT P/ APARELHO DE NEBULIZAÇÃO COMPLETO INFANTIL CONTENDO MASCARA, COPINHO, EXTENSÃO (MANGUEIRA). SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	KIT	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	DARU	0	4,1500	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Nevoni	0	7,8820	2
149	LÂMINA PARA BISTURI Nº 11 CAIXA COM 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE	CX	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	10,5400	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Embramac	0	14,8340	2
150	LÂMINA PARA BISTURI Nº 24 CAIXA COM 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE	CX	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	10,5400	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Embramac	0	14,8340	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 26/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
151	Lâmina para bisturi nº 15, caixa com 100 unidades, embaladas individualmente.	CX	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	10,5400	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Embramac	0	14,8340	2
152	Lâmina para microscópio, com extremidade fosca, não lapidada, tamanho 26/76 mm e com espessura 1,2 a 1,4 mm, CX com 50UNI	CX	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SOLIDOR	0	2,1100	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EXACTA	0	2,6300	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Solidor	0	2,8300	3
153	LANTERNA CLÍNICA PUPILAR, À PILHA, CONFECCIONADA EM ALUMÍNIO.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Press Control	0	17,2000	1
154	LANTERNA RECARREGÁVEL, LÂMPADA HALOGÊNIA DE 200 LUMENS PARA MAIS DE 1 HORA E MEIA DE USO CONTÍNUO, BOTÃO LIGA/DESLIGA E MODO PISCANTE, CONSTRUÍDA EM ALUMÍNIO ANODIZADO. A PROVA D'ÁGUA;	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Police	0	256,6300	1
155	Lençol descartavel c/ elástico, medida mínima 1,80x0,60m, pcte c/ 10 unid	PCTE	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	M. GAUZE	0	7,2000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ANADONA	0	9,3600	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Medgauze	0	10,0360	3
156	Lençol hospitalar de papel, rolo 50x50 cm.	RL	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	GOPEL	0	2,8900	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	CONFORT	0	3,3400	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	FLEXPELL	0	3,6500	3
157	LIXEIRA DE INOX COM PEDAL E TAMPA	UN	NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	TRAMONTINA	0	95,0000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	ARTINOX	0	141,0000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Fami	0	199,0300	3
160	Luva cirúrgica estéril, baixa proteína c/ pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico número 8,5 - SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PAR	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SANRO	0	0,8300	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SANRO	0	0,8750	2
161	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL, baixa proteína, lubrificadas c/ pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nr. 6,5. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PAR	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SANRO	0	0,8300	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SANRO	0	0,8750	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 27/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
162	Luva cirúrgica estéril, baixa proteína, lubrificadas com pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico, número 7,0- SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PAR	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SANRO	0	0,8300	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SANRO	0	0,8750	2
163	Luva cirúrgica estéril, baixa proteína, lubrificadas com pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nº 7,5. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PAR	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SANRO	0	0,8300	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SANRO	0	0,8750	2
164	Luva cirúrgica estéril, baixa proteína, lubrificadas com pó bioabsorvível e inerte, contendo um par em formato anatômico, nº 8,0. SOLICITAÇÃO DE AMOSTRA	PAR	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SANRO	0	0,8300	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Maxidex	0	1,1470	2
165	Luvas látex, hipo alergênica ambidestras, tamanho extra-pequeno, com pó bioabsorvível, baixa proteína, para atendimento clínico descartáveis, caixa com 100 unidades.	CX	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	DESCARPACK	0	11,8000	1
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	NUGARD	0	12,4000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	NUGARD	0	12,8200	3
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	NUGARD	0	12,8600	4
166	Luvas látex, hipo alergênica, ambidestras, tamanho grande, com pó bioabsorvível, baixa proteína, para atendimento clínico, descartáveis, caixa com 100 unidades.	CX	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	NUGARD	0	10,7500	1
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	NUGARD	0	10,7900	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	NUGARD	0	11,4000	3
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	DESCARPACK	0	11,8000	4
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	NUGARD	0	12,8600	5
167	Luvas látex, hipo alergênica, ambidestras, tamanho médio, com pó bioabsorvível, baixa proteína, para atendimento clínico, descartáveis, caixa com 100 unidades	CX	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	DESCARPACK	0	11,6900	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	NUGARD	0	12,8200	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	NUGARD	0	12,8600	3
168	Luvas látex, hipo alergênica, ambidestras, tamanho pequeno, com pó bioabsorvível, baixa proteína, para atendimento clínico, descartáveis, caixa com 100 unidades .	CX	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	DESCARPACK	0	11,6900	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	NUGARD	0	12,8200	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	NUGARD	0	12,8600	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 28/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 05/04/2013

Válido até: 05/04/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
169	MACA FIXA COM CABECEIRA AJUSTÁVEL	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	METALIC	0	250,0000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Tecmed	0	262,5000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	RENOVAR	0	264,2800	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Tec Med	0	272,4010	4
170	Maca retrátil para veículo Fiat Doblô, com as seguintes características mínimas: desenvolvida para reduzir o esforço no transporte de pacientes; estrutura em duro alumínio tubular; dimensionada para suportar vítimas até 300 kg; respaldo ajustável com seis posições de altura; colchonete revestido em material impermeável, auto extingüível, costurado eletronicamente; disponível nas cores laranja ou cinza; quatro rodízios de borracha com 127 mm de diâmetro com sistema de freios; alças laterais basculantes com sistema de fechamento automático; um jogo de cintos de segurança automotivos com sistema de quatro pontas; dois cintos de segurança automotivos com sistema duas pontas; sistema de ancoragem completo para instalação em veículos de resgate; sistema retrátil de recolhimento de pernas; sistema de segurança automático que impede queda accidental. Dimensões: Comprimento leito - 1840 mm; Comprimento total - 1900 mm; Largura do leito - 490 mm; Largura total - 590 mm; Altura eixo aéreo/solo - 670 mm; Altura fechada - 310 mm; Peso líquido - 36 kg; Peso bruto - 41 kg; Capacidade de carga - 300 kg	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MEDCOT	0	1.940,0000	1
171	MACA RÍGIDA DE RESGATE EM POLIETILENO: PARA IMOBILIZAÇÃO E TRANSPORTE MANUAL DE VÍTIMAS DE ACIDENTES, EM QUALQUER TERRENO; RESISTENTE A IMPACTOS; COM REFORÇOS INTERNOS DA ESTRUTURA; SUPORTE DE PACIENTES DE ATÉ 180 KG; RÍGIDA, LEVE, CONFORTÁVEL E LAVÁVEL; COM PEGA-MÃOS COM SISTEMA ANATÔMICO E PASSADORA DE CINTOS NAS BORDAS COM MEDIDAS IGUAIS E AMPLAS; DESIGN EM ÂNGULO PARA MELHOR ACOMODAÇÃO DO PACIENTE, EVITANDO O SEU DESLIZAMENTO; TRANSPARENTE PARA USO EM RAIO-X E DEMAIS EQUIPAMENTOS; ABERTURAS OBLONGAS NAS PARTES CENTRAL E INFERIOR, PARA VÁRIAS IMOBILIZAÇÕES DO CORPO, CABEÇA, TRONCO, BRAÇOS OU PERNAS, FLUTUANTE IDEAL PARA O RESGATE EM ÁGUAS, PISCINAS, RIOS E MARES; NÃO CONDUZ ELETRICIDADE. DIMENSÕES: COMPRIMENTO ABERTA: 1900 MM, PESO LÍQUIDO ENTRE 8,0 E 10 KG.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	VNO	0	356,0000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	MARIMAR	0	429,3300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 29/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
172	Máscara descartáveis branca, c/ elástico, atóxica, hipoalergênica, 100% polipropileno, não estéril, não inflamável, isenta de de fibra de vidro, sem látex, uso único. Caixa c/ 50 unid.	CX	OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MARIMAR	0	460,0000	3
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Talge	0	3,4200	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	OLIMED	0	3,7000	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	OLIMED	0	3,7500	3
173	MASCARA DE VENTURI COM RESERVATÓRIO ADULTO E INFANTIL, TRANSPARENTE, DE VINIL MACIO PARA CONFORTO DO PACIENTE E AVALIAÇÃO VISUAL. COMPLETA, COM TUBO DE SUPRIMENTO DE OXIGÊNIO DE 21CM. PRESILHA AJUSTÁVEL DE NARIZ QUE ASSEGURA UMA FIXAÇÃO CONFORTÁVEL (05 ADULTO E 03 INFANTIL)	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Protec	0	21,4800	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	PROTEC	0	21,9300	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROTEC	0	22,5000	3
174	Máscara de alta concentração de ox. c/ balão reservatório , adulto-	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	HUDSON	0	18,9000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	PROTEC	0	19,8000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Protec	0	20,5020	3
175	Máscara de alta concentração de ox. c/ balão reservatório, pediátrico -	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	PROTEC	0	19,8000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Protec	0	20,5020	2
176	MÁSCARA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA, particulado, com eficácia mínima de filtração de 95% de partículas de até 0,3u, tipo nr95, contra bacilo da tuberculose, c/ camadas filtrantes sintéticas, com elástico, de ótima qualidade,	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	KSN	0	1,0200	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ALLDESC	0	1,3900	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	BEST FABRIL	0	1,5500	3
177	MESA INOX COM 1 PRATELEIRA E RODAS	UN	QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)	RENASCER	0	300,0000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lm Moveis	0	325,7030	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	METALIC	0	326,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 30/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
178	MOCHO HOSPITALAR COM ENCOSTO E RODAS	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Marcos Moveis	0	241,0000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	METALIC	0	241,6000	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	UNEMOL	0	275,2000	3
179	NEGATOSCÓPIO: um Corpo Visualizador de Raio X Medidas (0,50x0,40x0,10)m. Aparelho com presilha, uma lâmpada e lente de acrílico. - Construído em chapa de aço esmaltada. - Com frente de acrílico leitoso. - Fixação do Raio X por roletes. Aferido pelo INMETRO.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Nspr	0	172,0000	1
			QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)		0	200,0000	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	METALIC	0	202,0000	3
180	Óculos de proteção, cor cristal, lentes de Policarbonato incolor, Proteção contra impactos de partículas volantes e contra luminosidade intensa, radiação ultravioleta ou radiação infravermelha , proteção nas laterais.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Danny	0	3,5800	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	FÊNIX	0	4,0500	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	FENIX	0	4,2800	3
181	Papel para Eletrocardiograma na medida mínima 216 x 16 x 30 m - Para ECG CardioCare 2000	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	FUOR STAR	0	18,0600	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Tecnoprint	0	20,7000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Tecnoprint	0	28,6740	3
182	Papel termosensível para eletrocardiograma - bobina de 58x30	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	DARU	0	2,9800	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	DARU	0	3,2800	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Tecnoprint	0	3,7280	3
183	Papel para esterilização - Branco - 20 cm	RL	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	HOSPFLEX	0	30,5000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Esterilcare	0	30,9500	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	DUOTEC	0	33,0000	3
184	Papel para esterilização - Branco - 30 cm	RL	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	HOSPFLEX	0	41,0000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Esterilcare	0	42,9500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 31/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	DUOTEC	0	48,0000	3
185	Pinça Mosquito grande reta c/ 12 cm, inox -	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Abc	0	9,5000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MUGHAL	0	10,2000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROFESSIONAL	0	10,3800	3
186	TESOURA PARA RETIRADA DE PONTOS PEQUENA	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MUGHAL	0	6,0600	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Abc	0	7,7710	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROFESSIONAL	0	8,0500	3
187	Pinça Mosquito pequena reta com 09 cm, inox.	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROFESSIONAL	0	10,3800	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Abc	0	10,5810	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	ABC	0	11,9000	3
188	Pinça Mosquito grande curva com 12 cm, inox.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Abc	0	9,5000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MUGHAL	0	10,2000	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROFESSIONAL	0	10,3800	3
189	Pinça anatômica em aço inox, 12 cm	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROFESSIONAL	0	4,5400	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Abc	0	4,5590	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Richards	0	5,6000	3
190	Pinça hemoestática reta. Em aço inox. PH01	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	GOLGRAN	0	7,3600	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROFESSIONAL	0	11,5500	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	ABC	0	12,8800	3
191	Pinça hemoestática curva. Em aço inox. PH01	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	GOLGRAN	0	7,3600	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROFESSIONAL	0	12,8500	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	ABC	0	12,8800	3
192	Pinça Scheron descartável	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Adlin	0	0,7400	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Adlin	0	0,7430	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VAGISPEC	0	0,8000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 32/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
193	PINÇA KELLY - CURVA 14 CM	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROFESSIONAL	0	10,3800	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Abc	0	10,8530	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MUGHAL	0	11,2400	3
194	PINÇA ALIS GINECOLÓGICA FABRICADO EM AÇO INOX MEDINDO 14CM	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MUGHAL	0	14,5900	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Richards	0	14,7600	2
195	PINÇA ALIS GINECOLÓGICA FABRICADO EM AÇO INOX MEDINDO 16CM	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MUGHAL	0	14,2000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Richards	0	14,2900	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Abc	0	26,1650	3
196	PINÇA ALIS GINECOLÓGICA FABRICADO EM AÇO INOX MEDINDO 20CM	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MUGAHL	0	20,8600	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Abc	0	26,1650	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Richards	0	26,5800	3
197	POLIFIX 02 VIAS COM TAMPA COMPLETO (EQUIPO C/ TAMPA COMPLETO) -	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VITAL GOLD	0	0,4600	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	VITALGOLD	0	0,4700	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	WELLCAMP	0	0,5000	3
198	Ponta de Eletro cauterio - Ponta Bola EM 09	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SIMILAR	0	13,1500	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	EMAI	0	29,7000	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EMAI	0	37,2000	3
199	Ponta de Eletro cauterio - Ponta Bola EM 11	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SIMILAR	0	13,1500	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	EMAI	0	29,7000	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EMAI	0	37,2000	3
200	Ponta de Eletro cauterio - Ponta Alça EM 12	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SIMILAR	0	13,1500	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	EMAI	0	29,7000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 33/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
201	Ponta de Eletro cauterio - Ponta Faca Reta EM 13	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EMAI	0	37,2000	3
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SIMILAR	0	13,1500	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	EMAI	0	29,7000	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EMAI	0	37,2000	3
202	Ponta de Eletro cauterio - Ponta Bola EG 14	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SIMILAR	0	15,0000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EMAI	0	37,2000	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Emai	0	39,0000	3
203	Ponta de Eletro cauterio - Ponta alça redonda EG 20	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SIMILAR	0	15,0000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EMAI	0	37,2000	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Emai	0	39,0000	3
204	POLTRONA GINECOLÓGICA, AUTOMÁTICA , COM 06 COMANDOS ACIONADOS NO PÉ ATRAVÉS DE PEDAL REMOTO PARA MOVIMENTO DE ALTURA, DO ENCOSTO E ÂNGULO DO ASSENTO ATÉ 30°; PERNEIRAS; - CAPACIDADE PARA 250 KG; - RODÍZIOS DE 100 MM Ø COM SISTEMA DE TRAVAMENTO; - ESTOFAMENTO EM ESPUMA DENSIDADE 33, COM REVESTIMENTO EM PVC (GARANTIA MINIMA DE 12 MESES).	UN	QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA (7598)	MEDPEJ	0	6.920,0000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Medpej	0	6.925,0000	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	KOLPLAST	0	6.990,0000	3
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Medpej	0	8.188,2700	4
205	Povedini Degermante, frasco c/ 1 litro	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Vic Pharma	0	11,7000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VICPHARMA	0	12,4800	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	12,6590	3
206	Povedini tópicos frasco c/ 01 litro.	FR	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VICPHARMA	0	12,0000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Vic Pharma	0	12,2900	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	12,7890	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 34/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
207	Saco p/ lixo hospitalar, branco, 30 litros	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Nekplast	0	0,1050	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	NEKPLAST	0	0,1060	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	RAVA	0	0,1300	3
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	ARAKEN	0	0,1300	4
209	SELADORA COM CONTROLE DA TEMPERATURA ATRAVÉS DE TERMOSTATO; ACIONAMENTO ATRAVÉS DE PEDAL; MESA DE APOIO COM CONTROLE DE ALTURA; COMPRIMENTO DA SOLDA 350 MM(SEM LIMITAÇÕES LATERAIS); LARGURA DA SOLDA 12 MM; ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO 18; PINTURA EPÓXI; VOLTAGEM: 110V OU 220V; DIMENSÕES: 350X250X940; GARANTIA: 12 MESES PARA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. ASSISTÊNCIA TÉCNICA: PERMANENTE PELO FABRICANTE.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Sulpack	0	272,0000	1
210	Seringa descartável sem agulha - 60 ml	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	ADVANTIVE	0	1,0000	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	INJEX	0	1,0400	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Tkl	0	1,6490	3
211	Seringa descartável sem agulha, com dispositivo de segurança - 20 ml - conforme NR 32	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	FARMATEX	0	0,3500	1
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	FARMATEX	0	0,4500	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	DESCARPACK	0	0,6300	3
213	Seringa descartável sem agulha, com dispositivo de segurança - 10 ml - conforme NR 32	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	FARMATEX	0	0,2700	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	BD	0	0,2800	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	FARMATEX	0	0,3300	3
214	Seringa descartável sem agulha, com dispositivo de segurança - 03 ml - conforme NR 32	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	FARMATEX	0	0,1700	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	BD	0	0,1800	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	DESCARPACK	0	0,2150	3
215	Seringa descartável sem agulha, com dispositivo de segurança - 05 ml - conforme NR 32	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	FARMATEX	0	0,2000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 35/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 05/04/2013

Válido até: 05/04/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	BD	0	0,2100	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	DESCARPACK	0	0,2200	3
216	SERINGA PARA INSULINA 1 ML	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	DESCARPACK	0	0,1000	1
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	RM DESC	0	0,1100	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	TKL	0	0,1100	3
218	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 08	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,5350	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,6200	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Medsonda	0	0,6600	3
219	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 10	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,5220	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,6460	2
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,6800	3
220	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 12	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,5890	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,6800	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	MED SONDA	0	0,7000	3
221	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 14	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,6800	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,6800	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	MED SONDA	0	0,7200	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Medsonda	0	0,7310	4
222	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 16	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,6080	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,7500	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	MED SONDA	0	0,7800	3
223	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 18	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,6570	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,8000	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,8700	3
224	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA NR. 20	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,7770	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 36/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013		Data do Registro: 05/04/2013		Válido até: 05/04/2014			
Objeto da Compra:		REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif
225	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 04	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	BIOSANI	0	0,9000	3
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,9700	4
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,3210	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,3400	2
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,4000	3
226	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 06	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,3340	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,3700	2
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,4000	3
227	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 08	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,3460	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,3700	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	MED SONDA	0	0,4400	3
			228	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 10	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani
ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	MED SONDA	0				0,4400	2
DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MARK MED	0				0,4500	3
229	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 12	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,3720	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,3900	2
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,4800	3
230	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 14	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,4200	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MARK MED	0	0,5000	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Medsonda	0	0,5030	3
231	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 16	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,4700	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Medsonda	0	0,5480	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	MED SONDA	0	0,5800	3
232	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NR. 18	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,4730	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,5100	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	MED SONDA	0	0,6300	3
233	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02 VIAS NR. 22	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,3500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 37/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
234	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02 VIAS NR. 20	UN	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MED FOLEY	0	1,4000	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDGOLDMAN	0	1,4000	3
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	SOLIDOR	0	1,3500	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MED FOLEY	0	1,4000	2
235	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02(DUAS) VIAS NR. 10	UN	NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDGOLDMAN	0	1,4000	3
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	1,6000	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	1,6500	3
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDGOLDMAN	0	1,4000	1
236	SONDA FOLEY ESTERIL 02 VIAS NR. 12	UN	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MED FOLEY	0	1,4000	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDGOLDMAN	0	1,4000	3
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	1,6000	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MED FOLEY	0	1,4000	2
237	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02(DUAS) VIAS NR. 14	UN	NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDGOLDMAN	0	1,4000	3
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	1,6000	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MED FOLEY	0	1,4000	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDGOLDMAN	0	1,4000	3
238	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02(DUAS) VIAS NR. 16	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	1,6000	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MED FOLEY	0	1,4000	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDGOLDMAN	0	1,4000	3
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	1,6000	1
239	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02(DUAS) VIAS NR. 18	UN	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MED FOLEY	0	1,4000	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	1,6000	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Lamedid	0	1,6190	1
			DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	MED FOLEY	0	1,4000	2
240	SONDA FOLEY ESTÉRIL 02(DUAS) VIAS, NR. 08	UN	NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDGOLDMAN	0	1,4000	3
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	1,6000	1
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SOLIDOR	0	1,6500	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	MEDGOLDMAN	0	1,4000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 38/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
241	Sonda p/ alimentação naso enteral adulto. 120 cm. Poliuretano, flexível, acompanha fio-guia em aço inox, conforme normas ANVISA, esterilizada em óxido de etileno	UN	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SOLUMED	0	8,1000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	SOLUMED	0	8,1500	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SOLUMED	0	9,8500	3
242	Sonda p/ alimentação naso enteral infantil. 60 cm. Silicone, flexível, acompanha fio-guia em aço inox e em nylon, conforme normas ANVISA, esterilizada em óxido de etileno	UN	DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA (7386)	SOLUMED	0	8,4000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	SOLUMED	0	8,7800	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SOLUMED	0	9,8500	3
243	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR 06	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	BIOSANI	0	1,3000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MEDSONDA	0	1,4500	2
244	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR. 04	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	BIOSANI	0	1,6000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MEDSONDA	0	1,6300	2
245	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR. 08	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	BIOSANI	0	1,3000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MEDSONDA	0	1,4000	2
246	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR. 10	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	BIOSANI	0	1,2000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MEDSONDA	0	1,3000	2
247	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR. 12	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	BIOSANI	0	1,2000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MEDSONDA	0	1,3100	2
248	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR. 14	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	BIOSANI	0	1,2000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MEDSONDA	0	1,3100	2
249	SONDA URETRAL ESTÉRIL 02 VIAS NR. 16	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	BIOSANI	0	1,3000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MEDSONDA	0	1,3400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 39/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013

Data do Registro: 05/04/2013

Válido até: 05/04/2014

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
250	SONDA URETRAL ESTÉRIL NR. 08	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,3330	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,3600	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	MED SONDA	0	0,4100	3
251	SONDA URETRAL ESTÉRIL NR. 10	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,3430	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,3700	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	MED SONDA	0	0,4400	3
252	SONDA URETRAL ESTÉRIL NR. 12	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,3080	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,3090	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,3450	3
253	SONDA URETRAL ESTÉRIL NR. 14	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,3450	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,3500	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	0,3730	3
254	SONDA URETRAL ESTÉRIL NR. 16	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	MEDSONDA	0	0,3690	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Biosani	0	0,3700	2
			NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA (7850)	BIOSANI	0	0,5000	3
255	SONDA NASOENTERAL ADULTO	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SOLUMED	0	8,4500	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	SOLUMED	0	8,7800	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SOLUMED	0	9,8500	3
256	SONDA NASOENTERAL INFANTIL	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	SOLUMED	0	8,4500	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	SOLUMED	0	8,7800	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	SOLUMED	0	9,8500	3
257	Soro fisiologico 0,9%, frasco - bolsa com facil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, c/ 500ml	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Fresenius Kabi Brasi	0	1,6900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 40/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SEGMENTA	0	1,7000	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EUROFARMA	0	2,1500	3
258	Soro fisiológico 0,9%, frasco - bolsa, com facil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, c/ 125ml	FR	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Basa	0	1,4800	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Equiplex	0	1,4900	2
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SEGMENTA	0	1,5000	3
259	Soro Glico-Fisiológico A 0,9% -frasco - bolsa, com fácil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, 250 ml	FR	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SEGMENTA	0	1,5000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Fresenius Kabi Brasi	0	1,5770	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EUROFARMA	0	1,9700	3
260	SORO GLICO-FISIOLOGICO A 0,9% -frasco - bolsa, com fácil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, 250 ml	FR	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Equiplex	0	1,7600	1
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SEGMENTA	0	1,7700	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Fresenius Kabi Brasi	0	1,8640	3
261	SORO GLICOSADO 0,5%, frasco - bolsa, com facil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, c/ 250 ml	FR	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Equiplex	0	1,5500	1
			ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SEGMENTA	0	1,5600	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Fresenius Kabi Brasi	0	1,8350	3
262	SORO GLICOSE 0,5%, frasco - bolsa, com facil adaptação ao equipo para infusão parenteral sistema fechado, c/ 500 ml	FR	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SEGMENTA	0	1,8600	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Fresenius Kabi Brasi	0	2,0790	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EUROFARMA	0	2,3000	3
263	SORO RINGER 500 ML , BOLSA	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	SEGMENTA	0	1,8600	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Fresenius Kabi Brasi	0	2,0790	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	EUROFARMA	0	2,3000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 41/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
264	Tala de papelão tamanho mínimo 90X20 cm	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MARIMAR	0	1,1600	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	TECNIMED	0	2,1500	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marimar	0	17,2040	3
265	TALA DE PAPELÃO 30X20 CM	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MARIMAR	0	0,7100	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	TECNIMED	0	0,9800	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marimar	0	8,6020	3
266	Tala de papelão tamanho mínimo 45X20 cm	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	MARIMAR	0	0,8500	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	TECNIMED	0	1,3200	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marimar	0	17,2040	3
267	TALA RÍGIDA, CONFECCIONADA EM TELA ARAMADA, MALEÁVEL PODENDO SER USADA COM FITA CREPE, BANDAGEM OU GAZE PARA UMA IMOBILIZAÇÃO, COMPLETA. USADA PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO RESGATE E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS. TAMANHO PP - 30 X 08 CM.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	VNO	0	6,4000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	TECNIMED	0	12,2400	2
268	Tala rígida, Confeccionada em tela aramada, maleável podendo ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze para uma imobilização, completa. Usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Tamanho P - 53 x 08 cm.	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	VNO	0	11,2000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Romed	0	16,0900	2
269	Tala rígida, Confeccionada em tela aramada, maleável podendo ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze para uma imobilização, completa. Usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Tamanho M - 63 x 09 cm	UN	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	VNO	0	11,2000	1
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Romed	0	21,7800	2
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	TECNIMED	0	22,4000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 42/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
270	Tala rígida, Confeccionada em tela aramada, maleável podendo ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze para uma imobilização, completa. Usada para imobilização provisória no resgate e transporte de acidentados. Tamanho G - 86x 10 cm	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Solidor	0	6,9000	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	VNO	0	12,8000	2
271	Termômetro Digital clínico	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	STAR	0	6,0000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	G TECH	0	6,4000	2
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	INCOTERM	0	7,8300	3
274	TESOURA PONTA ROMBA, TESOURA ESPECIAL PARA APH, DESTINADO AO CORTE DE ROUPAS. COM LÂMINAS PONTA ROMBA E COM CORTE LISO. A SEGUNDA LÂMINA CONTEM, APOIO PARA O CORTE SEMICIRCULAR E CORTE MICRO-SERRILHADO. POSSUI OLEIAS DE EMPUNHADURA. CONFECCIONADA EM PLÁSTICO PARA POLEGAR SUPERIOR E INFERIOR PARA DEDOS MÍNIMOS, ANELAR E MÉDIO AMBIDESTRA	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Richards	0	10,4500	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MD	0	21,9800	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Marimar	0	28,4590	3
275	TESOURA 9 CM, RETA PARA RETIRADA DE PONTOS	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Richards	0	8,2000	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	ABC	0	9,9900	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROFESSIONAL	0	11,5500	3
276	Tesoura reta para retirada de pontos - 12 cm.	UN	ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L (7738)	GOLGRAN	0	8,4700	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	ABC	0	9,9900	2
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	PROFESSIONAL	0	11,5500	3
277	TESOURA CIRURGICA CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDAVEL. GARANTIA DE DEZ ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. DE ACORDO COM PADRÕES INTERNACIONAIS DE QUALIDADE. NORMA ABNT, CE. TAMANHO 15 CM	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Abc	0	9,2400	1
			EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	ABC	0	9,7600	2
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	ABC	0	10,6900	3
278	Travesseiro de espuma com capa plástica fixa. Tamanho mínimo 40 x 60 cm - comum.	UN	ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Zedamed	0	34,5000	1
			OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA (6665)	MP	0	34,9500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 43/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 3/2013 Data do Registro: 05/04/2013 Válido até: 05/04/2014 Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
279	Tubo cirúrgico nº 200 (Garrote) de látex de 15 metros	UN	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	C. Brasil	0	2,2000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Biosani	0	4,5880	2
280	TUBO P/ COLETA DE SANGUE A VÁCUO - TIPO SEM ADITIVO - 10 ml	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	LABORVACUM	0	0,4000	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	0,5000	2
			METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Labor Import	0	0,5000	3
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Laborimport	0	0,7170	4
281	Tubo p/ coleta de sangue a vácuo K2 EDTA (K2E) 7.2, tampa rocha- 4 ml	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	LABORVACUM	0	0,3500	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	0,3570	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Laborimport	0	0,7170	3
282	TUBO P/ COLETA DE SANGUE A VÁCUO K2 - COM GEL SEPARADOR - 5 ML	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	0,4000	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	LABORVACUM	0	0,6100	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Laborimport	0	0,7170	3
283	Tubo p/ coleta de sangue a vácuo K2 - com gelseparador -8 mL	UN	ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	0,6400	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	LABORVACUM	0	0,7100	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Laborimport	0	1,0040	3
284	TUBO P/ COLETA DE SANGUE A VÁCUO K3 EDTA - 2 ML	UN	STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	LABORVACUM	0	0,3800	1
			ALIANÇA HOSPITALAR LTDA (6410)	LABOR	0	0,3850	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Laborimport	0	0,7170	3
285	Umidificador de oxigênio, frasco plástico de 250 ml, boca larga, rosca de metal	CX	EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA (7849)	PROTEC	0	9,2400	1
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	OXIGEL	0	9,9900	2
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Unitec	0	10,0360	3
286	Vaselina Líquida frasco de 01 litro	FR	METROMED COM MAT MED HOSP LTDA (6243)	Vic Pharma	0	11,7000	1
			ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA (6772)	Vic Pharma	0	14,8670	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 44/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 05/04/2013****Válido até: 05/04/2014**

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOACABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA (7720)	VICPHARMA	0	15,0900	3

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2013****PROCESSO Nº 14/2013**

(6243) - METROMED COM MAT MED HOSP LTDA

(6410) - ALIANÇA HOSPITALAR LTDA

(6665) - OLIMED-MATERIAL HOSPITALAR LTDA

(6772) - ALTERMED MAT.MED.HOSPITALAR LTDA

(7119) - FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA

(7386) - DIMACI SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

(7598) - QUALYMEDIC COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA

(7720) - STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA

(7738) - ODONTOMEDI-PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES L

(7849) - EFETIVE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES LTDA

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA

Página: 45/45

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:**Número do Registro de Preços: 3/2013****Data do Registro: 05/04/2013****Válido até: 05/04/2014**

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM, VISANDO EVENTUAIS REQUISIÇÕES DESTINADAS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA (SC), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2013****PROCESSO Nº 14/2013**

(7850) - NOVASUL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Joaçaba, 5 de Abril de 2013.

SIMAE**Errata**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ERRATA

Na portaria JHL 60/2013, publicada em 02/04/2013, edição 1209 p. 82, fica retificado:
Onde lê-se classificação em segundo lugar, retificar por " classificação em terceiro lugar".

Joaçaba-SC 08 de Abril de 2013.
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Portaria JHL 062/2013

PORTARIA SIMAE JHL -Nº 62/2013 de 08/04/2013

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba , Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar CHRISTIANO LUIZ AMANCIO FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1 Ref. C para exercer a atividade de Condutor de Veículo utilizando o veículo F-4000, placas LZN 4621 da Autarquia, no período de 08 de Abril de 2013 à 22 de Abril de 2013, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus a um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 08 de Abril de 2013
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Ordem de Serviço 003/2013 - SIMAE

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 003/2013

Autorizo por meio desta, a empresa FIORIN USINAGENS LTDA a iniciar os serviços referentes à montagem completa do Barrilete da Elevatória de água Tratada denominada EAT-017 localizada na Rua Ester Vendrame, na cidade de Joaçaba, de acordo com as especificações pertinentes ao Processo Licitatório JHL 0049/2012, Convite JHL 0009/2012, Protocolo JHL 1695/2012, formalizada pelo Termo de Contrato N.º 0093/2012 de 01 de agosto de 2012.

O valor Global dos serviços e materiais contratados correspondentes ao item 02 do respectivo processo é de R\$ 5.450,00 (Cinco mil e quatrocentos e cinquenta reais), com prazo de execução de 30 (trinta) dias, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC) 05 de Abril de 2013.

Contratante: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

Nome e cargo: ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente

Contratado: FIORIN USINAGENS LTDA
Responsável: ADILSON JOSÉ FIORIN
Sócio Administrador
CPF: 021.421.889-90

RECEBI EM ____/____/____

Lages**PREFEITURA****PP 06 e 10-2013 FMAS**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 06-2013 FMAS

Objeto: Aquisição de Material (banho e vestuário).

Tipo: Menor Preço Por Lote ote

Abertura: 22/05/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 51.952,00

Modalidade: PP 10-2013 FMAS

Objeto: Aquisição de Material de Artesanto

Tipo: Menor Preço Por Lote ote

Abertura: 21/05/2013 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 30.144,60

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada ou pelo www.lages.sc.gov.br sem Ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 05 de abril de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

1º Termo Aditivo ao Cont. 05/2013 - SEMASA

1º TERMO ADITIVO AO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 05/2013

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE LAGES /SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: ACORDAR TREINAMENTO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob n.º 12.927.815/0001-08, com sede à Rua Almirante Tamandaré n.º 163 - São Miguel do Oeste/SC - cep: 89.900-000.

O MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, pessoa jurídica de direito público, representada neste ato pelo Sr. Benjamin Schultz, doravante denominado CONTRATANTE e a ACORDAR TREINAMENTO LTDA- ME, representada neste ato pela Sra. Eliege Fátima Kopsel, Sócia Administrativa, que assina ao final, , resolvem celebrar este Termo Aditivo ao Contrato, que assina ao final, resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 32/2012, correlato à Concorrência Pública nº 05/2012, aberta em 24/09/2012 e homologada em 29/01/2013, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A Contratação de pessoa jurídica de assessoria e consultoria

técnica especializada para execução do Plano de Trabalho Técnico Social (PTTS) no âmbito dos eixos e macroações de: mobilização e comunicação, suporte às intervenções físicas, articulação para parcerias, capacitação da equipe técnica, avaliação e monitoramento, participação comunitária e desenvolvimento sócio organizativo, mobilização e organização comunitária, educação, educação para saúde e educação ambiental e sanitária, realizando todas as atividades; acompanhamento e avaliação das obras e pós obras, relativo a execução de sistema de serviços urbanos de água e esgoto do Município de Lages (bairros Araucária - Caroba e entornos).

RETIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto deste contrato fica modificado conforme redação a seguir:

A onde diz " (bairros Araucária - Caroba e entornos)." Passa a ter a seguinte redação:

(bairros Araucária e entornos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

LAGES/SC, em 04 de abril de 2013.

BENJAMIN SCHULTZ

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento-SEMASA

ELIEGE FÁTIMA KOPSEL

ACORDAR TREINAMENTO LTDA - ME

Procuradoria Geral do Município Diretoria de Contratos e Licitações da PML

Lauro Muller

PREFEITURA

Portaria Nº 069/2013

PORTARIA Nº 069/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a professora MARIA HELOÍSA DALSSASO, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 070/2013

PORTARIA Nº 070/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a professora JANICE DEL PRATO, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Quilometro Um.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 071/2013

PORTARIA Nº 071/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a professora TOMÁSIA EMÍLIA BRISTOT MARTIGNAGO, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola de Educação Infantil Maria Araújo Tancredo.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 072/2013

PORTARIA Nº 072/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o

disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a professora FLORA GOMES DA SILVA MADEIRA, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola Municipal Júlio Serafim Gonçalves.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 073/2013

PORTARIA Nº 073/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a professora JADNA ELIANA SOUZA DA SILVA, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola de Educação Infantil Sagrada Família.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 074/2013

PORTARIA Nº 074/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a professora MARI NEUZA ARAÚJO BEZ, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar no Centro de Educação Infantil Irani Vargas.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a

referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 075/2013

PORTARIA Nº 075/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora JANIELLE MAFIOLETTI, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola de Educação Infantil Tia Marli.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, incidente sobre o vencimento correspondente a 20 (vinte) horas, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 076/2013

PORTARIA Nº 076/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora ADÉLIA DOLORES VIEIRA DE JESUS, para que a mesma exerça a função de Secretária Escolar na Escola de Educação Municipal José Heleodoro Barreto Júnior.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 30% (trinta por cento) a referida funcionária, incidente sobre o vencimento correspondente a 20 (vinte) horas, que faz jus conforme prescreve o artigo 39 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 077/2013
P O R T A R I A Nº 077/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, de 05.04.1990, artigo 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º e anexo VI da Lei Municipal nº 1.145/2001 e Decreto Municipal nº 024/2002, de 08/04/2002,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, gratificação de 30% (trinta por cento), por atribuição de função, à funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, ROSANA BENEDET, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contabilista.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 078/2013
PORTARIA Nº 078/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ROSANE BUSS, Auxiliar de Ensino de Educação Infantil para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola de Educação Infantil Maria Araújo Tancredo.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 079/2013
P O R T A R I A Nº 079/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, MARIA APARECIDA PACHECO HOFFMANN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) de Setor junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 3.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 080/2013
PORTARIA Nº 080 /2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 63 e 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante artigo 1º, inciso III da Lei Municipal nº 1.503/2008, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do processo seletivo simplificado nº 001/2013, para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JEHNIFER MAIARA ARAÚJO, para a função de Auxiliar de Serviço Administrativo, em Caráter Temporário, pelo período de 04 de Fevereiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente até a realização de concurso para preenchimento de vaga.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 081/2013
PORTARIA Nº 081/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais a jornada de trabalho da professora BRUNA RAMOS GAZOLA, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola Municipal Emília Mamede Soares.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 082/2013
P O R T A R I A Nº 082/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, CÉLIA MARIA NASCIMENTO PIGNATEL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor(a) do Departamento de Obras junto a Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 083/2013
P O R T A R I A Nº 083/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ENRICA APARECIDA SILVA E SILVA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Supervisor(a) do Departamento da Educação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 1.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 084/2013
P O R T A R I A Nº 084/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, MARIVALDA HOFMANN DA CRUZ, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) do Departamento de Apoio Pedagógico junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 085/2013
P O R T A R I A Nº 085/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ROSICLÉIA BORGES PACHECO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador(a) do Departamento dos Esportes junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 2.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 086/2013
P O R T A R I A Nº 086/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº

1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, JOSÉ NAZARENO DE SOUZA, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, para exercer o cargo de Motorista do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de fevereiro de 2013 a 04 de fevereiro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 087/2013
P O R T A R I A Nº 087/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, RENE DE OLIVEIRA, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, para exercer o cargo de Motorista do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de fevereiro de 2013 a 04 de fevereiro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 088/2013
P O R T A R I A Nº 088/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em

caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, VANDERLEI JOSÉ TASCA, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, para exercer o cargo de Motorista do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de fevereiro de 2013 a 04 de fevereiro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 089/2013
P O R T A R I A Nº 089/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, FRANCIELE CANDIDO, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de fevereiro de 2013 a 04 de fevereiro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 090/2013
P O R T A R I A Nº 090/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, RONISELDO ANTUNES, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 05 de fevereiro de 2013 a 04 de fevereiro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 091/2013
P O R T A R I A Nº 091/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, JAILSON NORDI, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, Turismo, Cultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 092/2013
PORTARIA Nº 092/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a professora CATARINA SÉRGIO, para que a mesma exerça a função de Diretora Escolar na Escola de Educação Infantil Irani Vargas.

Art. 2º - CONCEDER gratificação de 40% (quarenta por cento) a referida funcionária, que faz jus conforme prescreve o artigo 38 da Lei Municipal nº 1.300/2004.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 05 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 093/2013
P O R T A R I A Nº 093/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, ELIANDRO BETT GIONGO, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 094/2013
P O R T A R I A Nº 094/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, MURILO LUCIANO BEZ, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal junto a Secretaria Municipal de Obras, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 13 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 095/2013
P O R T A R I A Nº 095/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.592/2009, nº 1.628/2010 e nº 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010

- Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010, concurso passível de revogação;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ACHIRLIS TURNIER, aprovada em 8º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

T E R M O D E P O S S E

No dia 14 do mês de Fevereiro do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora ACHIRLIS TURNIER, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Técnica em Enfermagem, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 095/2013. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 14 de Fevereiro de 2013.
ACHIRLIS TURNIER
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 096/2013
P O R T A R I A Nº 096/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.592/2009, nº 1.628/2010 e nº 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010, concurso passível de revogação;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CLEONICE DE FÁTIMA DE ÁGUIDA, aprovada em 3º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

T E R M O D E P O S S E

No dia 15 do mês de Fevereiro do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora CLEONICE DE FÁTIMA DE ÁGUIDA, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 096/2013. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 15 de Fevereiro de 2013.
CLEONICE DE FÁTIMA DE ÁGUIDA
Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 096/2013
P O R T A R I A Nº 096/2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.145/2001, nº 1.349/2005, nº 1.598/2009, nº 1.592/2009, nº 1.628/2010 e nº 1.631/2010, e Edital de Concurso Público 001/2010 - Resultado Final das Provas, Homologado em 30/06/2010, concurso passível de revogação;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, CLEONICE DE FÁTIMA DE ÁGUIDA, aprovada em 3º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer o Cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Parágrafo único - Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e

Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

TERMO DE POSSE

No dia 15 do mês de Fevereiro do ano de 2013, no Gabinete do Prefeito Municipal de Lauro Müller, compareceu a senhora CLEONICE DE FÁTIMA DE ÁGUIDA, aprovada no Concurso Público nº 001/2010, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para o Cargo de Provimento Efetivo de Enfermeira, a fim de tomar posse em seu respectivo cargo, contratada pela Portaria nº 096/2013. Na oportunidade a mesma foi empossada pelo Senhor Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, comprometendo-se a desempenhar suas funções com dignidade, disciplina e honradez. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pelas partes e pelo Senhor Supervisor do Departamento de Recursos Humanos.

Prefeitura Municipal de Lauro Müller, 15 de Fevereiro de 2013.

CLEONICE DE FÁTIMA DE ÁGUIDA

Servidora

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 097/2013

P O R T A R I A Nº 097/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 63, incisos VI e VIII e 89, inciso II letras "a" e "b", da Lei Orgânica Municipal, combinado com as Leis Municipais nº 1.491/2008 e 1.496/2008, e Edital de Concurso Público nº 001/2012, concurso passível de revogação

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, DANIELA PIZONI, aprovada em 1º lugar no Concurso Público, para o Quadro Funcional da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, para exercer na localidade de Morro da Palha o Cargo de Agente Comunitário de Saúde do PACS - Programa Agentes Comunitários de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Saúde, tendo contrato por tempo indeterminado adstrito ao período da existência do Programa Agentes Comunitários de Saúde - PACS e regido pela CLT sob a forma de regime geral (INSS).

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE FEVEREIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 098/2013

P O R T A R I A Nº 098/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, MARLON RABELLO AMANCIO, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 15 de fevereiro de 2013 a 04 de fevereiro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE FEVEREIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 099/2013

P O R T A R I A Nº 099/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, ELISANGELA MEDEIROS MUZIKANTE, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 15 de fevereiro de 2013 a 04 de fevereiro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE FEVEREIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO

Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 100/2013
P O R T A R I A Nº 100/ 2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI e VIII e artigo 78 incisos VI e IX, respectivamente, da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.503/2008 e Lei nº 1.432/2007, considerando ainda, a necessidade temporária de excepcional interesse público e o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2012 para admissão em caráter temporário,

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, GISELLE DAGOSTIM ZILLI RIBEIRO, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem do SAMU, em Caráter Temporário, pelo período de 15 de fevereiro de 2013 a 04 de fevereiro de 2014, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 15 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 101/2013
P O R T A R I A Nº 101/2013

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36, da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, HIAGO SCHLICKMANN, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Setor junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, Código/Nível DASI 4.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 18 DE FEVEREIRO DE 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

DÍLSON TARTARI FELISBINO
Supervisor do Departamento de Recursos Humanos

Lebon Régis**PREFEITURA****Portaria Nº 269/2013 - Hmmsa**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0269/2013 de 01 de Abril de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979 e Lei 065/2010 de 03/11/2010. Art. 2º inciso I.

RESOLVE:

ART. 1º - CONTRATAR, a Sra. ADRIANA PEREIRA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de RECEPCIONISTA do quadro de pessoal do Hospital, a partir de 01/04/2013, com jornada de 40 horas semanais. A servidora acima mencionada ocupará o cargo deixado vago pela funcionária Cecília de Almeida França em virtude de pedido de Exoneração.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,
em 01 de Abril de 2013.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Portaria Nº 270/2013 - Hmmsa

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0270/2013 de 05 de Abril de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

ART. 1º - EXONERAR A PEDIDO A FUNCIONÁRIA, ADRIANA PEREIRA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 05 de Abril de 2013.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,
em 05 de Abril de 2013.
MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente



Dispensa de Licitação Nº 09/2013 - Processo Licitatório Nº 23/2013

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 9/13

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/13

HOMOLOGAÇÃO: 05/04/13

CONTRATADO: TEREZINHA MARTINS DOS SANTOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS

OBJETO: Prestação de serviços de transporte escolar no Município de Lebon Régis-SC, para alunos do ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, até o mês de julho de 2013.

VALOR DA DESPESA: R\$ 24.068,00 (vinte e quatro mil e sessenta e oito reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso V da Lei de Licitações.

DATA: 05/04/13

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

RREO 1º Bimestre 2013

ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ANEXO III - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

ANEXO IX - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ANEXO VII - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ANEXO X - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ANEXO XI - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE

CAPITAL

ANEXO XIV - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ANEXO XVI - DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

ANEXO XVII - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ANEXO XVIII - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.100.000,00	18.100.000,00	2.683.797,03	14,83	2.683.797,03	14,83	15.416.202,97
RECEITAS CORRENTES	18.068.950,00	18.068.950,00	2.683.797,03	14,85	2.683.797,03	14,85	15.385.152,97
RECEITA TRIBUTÁRIA	691.264,30	691.264,30	50.021,61	7,24	50.021,61	7,24	641.242,69
IMPOSTOS	497.748,40	497.748,40	28.835,55	5,79	28.835,55	5,79	468.912,85
TAXAS	123.400,00	123.400,00	21.186,06	17,17	21.186,06	17,17	102.213,94
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	70.115,90	70.115,90	0,00	0,00	0,00	0,00	70.115,90
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	180.000,00	180.000,00	2.777,59	1,54	2.777,59	1,54	177.222,41
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	180.000,00	180.000,00	2.777,59	1,54	2.777,59	1,54	177.222,41
RECEITA PATRIMONIAL	12.160,70	12.160,70	6.669,15	54,84	6.669,15	54,84	5.491,55
Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	2.570,67	0,00	2.570,67	0,00	-2.570,67
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	12.160,70	12.160,70	6.669,15	54,84	6.669,15	54,84	5.491,55
Remuneração de Depósitos Bancários	0,00	0,00	2.570,67	0,00	2.570,67	0,00	-2.570,67
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.944.525,00	16.944.525,00	2.597.607,92	15,33	2.597.607,92	15,33	14.346.917,08
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	16.932.320,00	16.932.320,00	2.597.607,92	15,34	2.597.607,92	15,34	14.334.712,08
Transf. de Conv.	12.205,00	12.205,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.205,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	241.000,00	241.000,00	24.150,09	10,02	24.150,09	10,02	216.849,91
Multas e Juros de Mora	25.000,00	25.000,00	5.739,19	22,96	5.739,19	22,96	19.260,81
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	61.000,00	61.000,00	12.957,50	21,24	12.957,50	21,24	48.042,50
RECEITAS DIVERSAS	149.000,00	149.000,00	5.453,40	3,66	5.453,40	3,66	143.546,60
RECEITAS DE CAPITAL	31.050,00	31.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.050,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	80,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	80,00	80,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00
ALIENAÇÃO DE BENS	30.550,00	30.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.550,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.550,00	30.550,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.550,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	420,00	420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	420,00	420,00	0,00	0,00	0,00	0,00	420,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.100.000,00	18.100.000,00	2.683.797,03	14,83	2.683.797,03	14,83	15.416.202,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.100.000,00	18.100.000,00	2.683.797,03	14,83	2.683.797,03	14,83	15.416.202,97
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.100.000,00	18.100.000,00	2.683.797,03	14,83	2.683.797,03	14,83	15.416.202,97
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	56.554,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	56.554,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.100.000,00	63.082,00	18.163.082,00	2.756.298,92	2.756.298,92	2.315.327,27	2.315.327,27	12,75	15.847.754,73
DESPESAS CORRENTES	16.888.188,40	58.066,00	16.946.254,40	2.663.912,65	2.663.912,65	2.246.364,89	2.246.364,89	13,26	14.699.889,51
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.216.360,00	0,00	9.216.360,00	1.601.123,43	1.601.123,43	1.575.967,00	1.575.967,00	17,10	7.640.393,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	351.000,00	0,00	351.000,00	135.202,85	135.202,85	111.625,81	111.625,81	31,80	239.374,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.320.828,40	58.066,00	7.378.894,40	927.586,37	927.586,37	558.772,08	558.772,08	7,57	6.820.122,32
DESPESAS DE CAPITAL	1.201.811,60	5.016,00	1.206.827,60	92.386,27	92.386,27	68.962,38	68.962,38	5,71	1.137.865,22
INVESTIMENTOS	690.811,60	5.016,00	695.827,60	9.941,90	9.941,90	3.218,00	3.218,00	0,46	692.609,60
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	511.000,00	0,00	511.000,00	82.444,37	82.444,37	65.744,38	65.744,38	12,87	445.255,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.100.000,00	63.082,00	18.163.082,00	2.756.298,92	2.756.298,92	2.315.327,27	2.315.327,27	12,75	15.847.754,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.100.000,00	63.082,00	18.163.082,00	2.756.298,92	2.756.298,92	2.315.327,27	2.315.327,27	12,75	15.847.754,73
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	368.469,76	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.100.000,00	63.082,00	18.163.082,00	2.756.298,92	2.756.298,92	2.315.327,27	2.683.797,03	12,75	15.847.754,73

FONTE:

LEBON REGIS, 28/03/2013

 LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

 ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.100.000,00	18.163.082,00	2.756.298,92	2.756.298,92	2.315.327,27	2.315.327,27	100,00	12,75	15.847.754,73
Legislativa	854.020,00	854.020,00	129.258,27	129.258,27	129.258,27	129.258,27	5,58	15,14	724.761,73
Ação Legislativa	854.020,00	854.020,00	129.258,27	129.258,27	129.258,27	129.258,27	5,58	15,14	724.761,73
Administração	1.463.220,00	1.466.748,00	336.682,38	336.682,38	298.997,51	298.997,51	12,91	20,39	1.167.750,49
Planejamento e Orçamento	43.320,00	43.320,00	5.779,09	5.779,09	5.779,09	5.779,09	0,25	13,34	37.540,91
Administração Geral	1.419.900,00	1.423.428,00	330.903,29	330.903,29	293.218,42	293.218,42	12,66	20,60	1.130.209,58
Segurança Pública	41.000,00	44.000,00	2.611,64	2.611,64	2.611,64	2.611,64	0,11	5,94	41.388,36
Policiamento	41.000,00	44.000,00	2.611,64	2.611,64	2.611,64	2.611,64	0,11	5,94	41.388,36
Assistência Social	866.500,00	923.054,00	111.377,44	111.377,44	74.669,56	74.669,56	3,23	8,09	848.384,44
Assistência ao Idoso	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00
Assistência ao Portador de Deficiência	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	212.020,00	212.020,00	31.688,56	31.688,56	17.831,98	17.831,98	0,77	8,41	194.188,02
Assistência Comunitária	611.480,00	668.034,00	79.688,88	79.688,88	56.837,58	56.837,58	2,45	8,51	611.196,42
Saúde	3.600.088,40	3.600.088,40	676.673,13	676.673,13	553.551,54	553.551,54	23,91	15,38	3.046.536,86
Atenção Básica	2.600.088,40	2.600.088,40	410.704,96	410.704,96	322.896,93	322.896,93	13,95	12,42	2.277.191,47
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.000.000,00	1.000.000,00	265.968,17	265.968,17	230.654,61	230.654,61	9,96	23,07	769.345,39
Educação	7.752.000,00	7.752.000,00	960.300,81	960.300,81	813.124,64	813.124,64	35,12	10,49	6.938.875,36
Alimentação e Nutrição	240.000,00	240.000,00	7.499,74	7.499,74	0,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00
Ensino Fundamental	7.097.960,00	7.097.960,00	920.624,59	920.624,59	799.091,72	799.091,72	34,51	11,26	6.298.868,28
Ensino Superior	56.000,00	56.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.000,00
Educação Infantil	331.010,00	331.010,00	32.176,48	32.176,48	14.032,92	14.032,92	0,61	4,24	316.977,08
Educação de Jovens e Adultos	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00
Educação Especial	1.010,00	1.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.010,00
Difusão Cultural	20,00	20,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20,00
Cultura	5.220,00	5.220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.220,00
Difusão Cultural	5.220,00	5.220,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.220,00
Urbanismo	1.171.241,60	1.171.241,60	94.790,82	94.790,82	70.831,79	70.831,79	3,06	6,05	1.100.409,81
Infra-Estrutura Urbana	349.721,60	349.721,60	7.729,44	7.729,44	3.519,45	3.519,45	0,15	1,01	346.202,15
Serviços Urbanos	821.520,00	821.520,00	87.061,38	87.061,38	67.312,34	67.312,34	2,91	8,19	754.207,66
Habitação	11.050,00	11.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.050,00
Habitação Urbana	11.050,00	11.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.050,00

Continua 1/2

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.100.000,00	18.163.082,00	2.756.298,92	2.756.298,92	2.315.327,27	2.315.327,27	100,00	12,75	15.847.754,73
Gestão Ambiental	68.020,00	68.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.020,00
Preservação e Conservação Ambiental	68.020,00	68.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.020,00
Agricultura	399.720,00	399.720,00	56.894,92	56.894,92	45.580,40	45.580,40	1,97	11,40	354.139,60
Extensão Rural	399.720,00	399.720,00	56.894,92	56.894,92	45.580,40	45.580,40	1,97	11,40	354.139,60
Indústria	91.050,00	91.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.050,00
Controle Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Promoção Industrial	81.050,00	81.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	81.050,00
Comércio e Serviços	14.020,00	14.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.020,00
Turismo	14.020,00	14.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.020,00
Transporte	575.060,00	575.060,00	163.919,77	163.919,77	143.964,84	143.964,84	6,22	25,03	431.095,16
Serviços Urbanos	1.020,00	1.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.020,00
Transporte Rodoviário	574.040,00	574.040,00	163.919,77	163.919,77	143.964,84	143.964,84	6,22	25,08	430.075,16
Desporto e Lazer	152.070,00	152.070,00	6.115,57	6.115,57	5.339,94	5.339,94	0,23	3,51	146.730,06
Desporto Comunitário	102.060,00	102.060,00	6.115,57	6.115,57	5.339,94	5.339,94	0,23	5,23	96.720,06
Lazer	50.010,00	50.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.010,00
Encargos Especiais	1.025.720,00	1.025.720,00	217.674,17	217.674,17	177.397,14	177.397,14	7,66	17,29	848.322,86
Outros Encargos Especiais	1.025.720,00	1.025.720,00	217.674,17	217.674,17	177.397,14	177.397,14	7,66	17,29	848.322,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.100.000,00	18.163.082,00	2.756.298,92	2.756.298,92	2.315.327,27	2.315.327,27	100,00	12,75	15.847.754,73

FONTE:

LEBON REGIS, 28/03/2013

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de LEBON RÉGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO / 2013 A FEVEREIRO / 2013

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.612.943,71	1.650.182,91	1.892.661,49	1.660.427,86	1.494.045,27	1.530.875,48	1.494.343,57	1.607.905,13	1.781.638,20	2.677.830,09	1.237.374,75	1.811.327,30	20.451.555,76	19.041.950,00
Receita Tributária	47.342,64	42.134,51	100.168,98	38.519,85	25.663,17	37.577,69	24.943,66	115.161,15	79.753,30	65.911,04	21.244,77	28.776,84	627.197,60	691.264,30
IPTU	700,80	17.021,86	80.856,51	6.903,12	7.324,58	6.428,41	5.470,44	5.604,94	1.115,54	1.063,18	140,99	0,00	132.630,37	100.000,00
ISS	7.712,07	8.789,95	9.657,63	23.343,43	8.492,28	12.548,92	11.167,95	15.997,17	9.163,13	32.676,63	9.170,36	6.496,00	155.215,52	200.000,00
ITBI	3.838,68	5.091,63	4.022,57	377,46	2.186,19	6.056,01	3.698,49	12.691,80	3.529,29	13.266,22	3.694,06	1.494,70	59.947,10	80.000,00
IRRF	7.482,62	375,20	28,00	106,08	119,65	179,16	54,65	36.650,00	61.443,77	16.566,84	4.775,84	59,10	127.840,91	117.748,40
Outras Receitas Tributárias	27.608,47	10.855,87	5.604,27	7.789,76	7.540,47	12.365,19	4.552,13	44.217,24	4.501,57	2.338,17	3.463,52	20.727,04	151.563,70	193.515,90
Receita de Contribuições	14.464,46	16.506,25	16.032,69	19.195,92	0,00	488,67	1.861,00	0,00	16.592,46	30.680,32	736,71	2.040,88	118.599,36	180.000,00
Receita Patrimonial	11.636,87	11.126,71	11.339,37	11.727,54	11.857,07	9.620,33	7.142,97	6.208,86	5.263,65	5.860,85	4.649,22	4.590,60	101.024,04	12.160,70
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.525.195,74	1.573.904,02	1.754.500,78	1.582.745,37	1.447.279,26	1.469.301,92	1.449.067,75	1.478.875,80	1.672.316,84	2.562.690,81	1.202.256,10	1.760.256,84	19.478.391,23	17.917.525,00
Cota - Parte do FPM	472.099,95	595.000,80	665.466,28	567.874,94	424.070,02	467.952,38	409.451,46	434.651,21	587.502,49	1.238.337,96	328.990,13	823.749,65	7.015.147,27	6.372.000,00
Cota - Parte do ICMS	286.144,27	299.669,29	269.233,59	278.265,33	272.127,90	272.395,62	316.127,23	297.836,94	320.533,26	324.016,20	160.955,64	144.496,98	3.241.802,25	3.872.000,00
Cota - Parte do IPVA	35.542,85	37.110,30	46.003,06	43.272,72	51.332,70	39.300,66	37.322,81	38.115,43	28.829,04	30.146,72	22.931,37	24.061,54	433.969,20	270.000,00
Cota - Parte do ITR	538,40	151,38	43,39	14,73	110,98	8.949,44	9.016,57	50.413,07	3.905,43	3.496,14	3.715,93	112,15	80.467,61	50.000,00
Transferencia da LC 87/1996	1.500,69	1.500,69	1.500,69	1.500,69	1.500,69	1.500,69	0,00	3.001,38	1.500,69	1.500,69	0,00	0,00	15.000,90	25.000,00
Transferencia da LC 61/1989	4.455,80	4.727,90	5.351,33	4.780,66	4.458,13	4.927,66	4.983,35	4.816,46	4.876,10	5.598,98	5.691,58	4.370,16	59.038,11	170.000,00
Transferencia do FUNDEB	388.871,06	410.565,15	494.575,74	391.115,32	361.564,79	375.141,09	421.473,89	394.121,51	421.141,84	394.976,74	445.322,49	431.268,23	4.930.137,85	4.469.400,00
OutrasTransferencia Correntes	336.042,72	225.178,51	272.326,70	295.920,98	332.114,05	299.134,38	250.692,44	255.919,80	304.027,99	564.617,38	234.648,96	332.198,13	3.702.822,04	2.689.125,00
Outras Receitas Correntes	14.304,00	6.511,42	10.619,67	8.239,18	9.245,77	13.886,87	11.328,19	7.659,32	7.711,95	12.687,07	8.487,95	15.662,14	126.343,53	241.000,00
DEDUÇÕES (II)	160.056,18	187.631,87	197.519,47	179.141,61	150.719,83	159.005,08	155.380,12	165.766,64	189.429,19	262.420,14	136.647,79	228.257,23	2.171.975,15	973.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	160.056,18	187.631,87	197.519,47	179.141,61	150.719,83	159.005,08	155.380,12	165.766,64	189.429,19	262.420,14	136.647,79	228.257,23	2.171.975,15	973.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.452.887,53	1.462.551,04	1.695.142,02	1.481.286,25	1.343.325,44	1.371.870,40	1.338.963,45	1.442.138,49	1.592.209,01	2.415.409,95	1.100.726,96	1.583.070,07	18.279.580,61	18.068.950,00

FONTE:

LEBON REGIS, 28/03/2013

LUDUVINO LABAS

PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS

CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/O-7

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	272.510,98	254.289,80	55,60	18.165,58	-	702.335,90	426.853,95	426.707,95	3,50	275.624,45
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	137.828,05	136.718,20	0,00	1.109,85	0,00	443.312,77	214.969,95	214.969,95	0,00	228.342,82
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	137.828,05	136.718,20	0,00	1.109,85	0,00	443.312,77	214.969,95	214.969,95	0,00	228.342,82
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANC E ADOLESC DE LEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.376,57	1.376,57	1.376,57	0,00	0,00
FUNDO MUN. CRIANCA E ADOLESCENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.376,57	1.376,57	1.376,57	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.367,06	18.367,06	18.367,06	0,00	0,00
FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.367,06	18.367,06	18.367,06	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS	0,00	20.048,25	19.335,73	0,00	712,52	0,00	220.400,53	175.314,00	175.314,00	0,00	45.086,53
FUNDO MUNIC. DE SAUDE - LEBON REGIS	0,00	20.048,25	19.335,73	0,00	712,52	0,00	220.400,53	175.314,00	175.314,00	0,00	45.086,53
HOSPITAL MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO - LEBON F	0,00	114.634,68	98.235,87	55,60	16.343,21	0,00	18.878,97	16.826,37	16.680,37	3,50	2.195,10
HOSPITAL E MAT. MUNIC. SANTO ANTONIO	0,00	114.634,68	98.235,87	55,60	16.343,21	0,00	18.878,97	16.826,37	16.680,37	3,50	2.195,10
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	272.510,98	254.289,80	55,60	18.165,58	0,00	702.335,90	426.853,95	426.707,95	3,50	275.624,45

FONTE:

LEBON REGIS, 28/03/2013

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 28 Fev 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.246.758,04	2.246.758,04	2.179.312,86
DEDUÇÕES (II)	2.504.394,03	2.504.394,03	2.473.696,53
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.776.905,01	2.776.905,01	2.662.516,01
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	272.510,98	272.510,98	188.819,48
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-257.635,99	-257.635,99	-294.383,67
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-257.635,99	-257.635,99	-294.383,67

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Fev 2013 (C - A)
VALOR	-36.747,68	-36.747,68

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	877.637,74

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 28 Fev 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LEBON REGIS, 28/03/2013

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	18.056.789,30	2.674.557,21	2.674.557,21	2.800.701,07
Receita Tributária	691.264,30	50.021,61	50.021,61	65.794,08
I.P.T.U.	100.000,00	140,99	140,99	155,86
I.S.S.	200.000,00	15.666,36	15.666,36	20.762,84
I.T.B.I.	80.000,00	5.188,76	5.188,76	9.075,55
I.R.R.F.	117.748,40	4.834,94	4.834,94	11.932,71
Outras Receitas Tributárias	193.515,90	24.190,56	24.190,56	23.867,12
Receita de Contribuição	180.000,00	2.777,59	2.777,59	46.344,87
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	180.000,00	2.777,59	2.777,59	46.344,87
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	12.160,70	9.239,82	9.239,82	20.448,56
(-) Aplicações Financeiras	12.160,70	9.239,82	9.239,82	20.448,56
Transferências Correntes	16.944.525,00	2.597.607,92	2.597.607,92	2.652.986,47
F.P.M.	5.742.000,00	922.191,86	922.191,86	1.015.817,11
I.C.M.S.	3.572.000,00	488.723,83	488.723,83	455.783,46
Convênios	12.205,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	7.618.320,00	1.186.692,23	1.186.692,23	1.181.385,90
Demais Receitas Correntes	241.000,00	24.150,09	24.150,09	35.575,65
Dívida Ativa	61.000,00	12.957,50	12.957,50	7.159,34
Diversas Receitas Correntes	180.000,00	11.192,59	11.192,59	28.416,31
RECEITAS DE CAPITAL (II)	31.050,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	80,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	30.550,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	420,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	420,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	420,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	18.057.209,30	2.674.557,21	2.674.557,21	2.800.701,07
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.946.254,40	2.246.364,89	2.246.364,89	2.033.920,79
Pessoal e Encargos Sociais	9.216.360,00	1.575.967,00	1.575.967,00	1.620.710,59
Juros e Encargos da Dívida (IX)	351.000,00	111.625,81	111.625,81	42.320,23
Outras Despesas Correntes	7.378.894,40	558.772,08	558.772,08	370.889,97
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.595.254,40	2.134.739,08	2.134.739,08	1.991.600,56
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.206.827,60	68.962,38	68.962,38	129.361,24
Investimentos	695.827,60	3.218,00	3.218,00	104.531,62
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	511.000,00	65.744,38	65.744,38	24.829,62
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	695.827,60	3.218,00	3.218,00	104.531,62

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	17.301.082,00	2.137.957,08	2.137.957,08	2.096.132,18
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	756.127,30	536.600,13	536.600,13	704.568,89
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				819.209,30

FONTE:

LEBON REGIS, 28/03/2013

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO X (Lei nº9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	577.748,40	577.748,40	47.532,24	47.532,24	8,23
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	155.000,00	155.000,00	18.837,68	18.837,68	12,15
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	100.000,00	100.000,00	140,99	140,99	0,14
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	25.000,00	25.000,00	302,47	302,47	1,21
Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	12.957,50	12.957,50	43,19
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	5.436,72	5.436,72	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> – ITBI	80.000,00	80.000,00	5.188,76	5.188,76	6,49
Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> – ITBI	80.000,00	80.000,00	5.188,76	5.188,76	6,49
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	225.000,00	225.000,00	18.670,86	18.670,86	8,30
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	200.000,00	200.000,00	18.670,86	18.670,86	9,34
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ISS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	117.748,40	117.748,40	4.834,94	4.834,94	4,11
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	117.748,40	117.748,40	4.834,94	4.834,94	4,11
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.769.000,00	10.769.000,00	1.824.527,09	1.824.527,09	16,94
2.1- Cota-Parte FPM	6.372.000,00	6.372.000,00	1.152.739,78	1.152.739,78	18,09
2.2- Cota-Parte ICMS	3.872.000,00	3.872.000,00	610.904,58	610.904,58	15,78
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	170.000,00	170.000,00	10.061,74	10.061,74	5,92
2.5- Cota-Parte ITR	50.000,00	50.000,00	3.828,08	3.828,08	7,66
2.6- Cota-Parte IPVA	270.000,00	270.000,00	46.992,91	46.992,91	17,40
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.8- Cota-Parte IPI - Exportação União	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.346.748,40	11.346.748,40	1.872.059,33	1.872.059,33	16,50
OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5- TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	622.010,00	622.010,00	112.396,01	112.396,01	18,07
5.1- Transferências do Salário-Educação	360.000,00	360.000,00	112.396,01	112.396,01	31,22
5.2- Outras Transferências do FNDE	262.010,00	262.010,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicações Financeiras dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6- TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	30,00	30,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	30,00	30,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicações Financeiras dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	622.040,00	622.040,00	112.396,01	112.396,01	18,07

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	973.000,00	973.000,00	364.902,02	364.902,02	37,50
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.1)	630.000,00	630.000,00	230.547,92	230.547,92	36,59
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.2)	300.000,00	300.000,00	122.180,75	122.180,75	40,73
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.3)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.4)	0,00	0,00	2.012,33	2.012,33	0,00
10.5- Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.5)	10.000,00	10.000,00	765,60	765,60	7,66
10.7- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.6)	26.000,00	26.000,00	9.398,42	9.398,42	36,15
10.7- Cota-Parte IPI - Exportação União Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.8)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.475.400,00	4.475.400,00	878.694,39	878.694,39	19,63
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.469.400,00	4.469.400,00	876.590,72	876.590,72	19,61
11.2- Complementação da Estado ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.000,00	6.000,00	2.103,67	2.103,67	0,06
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	3.496.400,00	3.496.400,00	511.688,70	511.688,70	14,63
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.400.000,00	3.400.000,00	607.490,70	607.490,70	17,87
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.400.000,00	3.400.000,00	607.490,70	607.490,70	17,87
14- OUTRAS DESPESAS	1.075.400,00	1.075.400,00	146.082,68	146.082,68	0,00
14.1- Com Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	9.075,24	9.075,24	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	975.400,00	975.400,00	137.007,44	137.007,44	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.475.400,00	4.475.400,00	753.573,38	753.573,38	16,84
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					
VALOR					
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISP. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					66.722,21
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					66.722,21
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (13 - 18 / 11) x 100					61,54
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					
VALOR					
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					205.009,30
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ÍTEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013					66.722,21

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100

22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ¹	2.193.750,00	2.193.750,00	468.014,83	468.014,83	21,33
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	256.000,00	256.000,00	14.032,92	14.032,92	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	9.075,24	9.075,24	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	156.000,00	156.000,00	4.957,68	4.957,68	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.559.900,00	6.559.900,00	794.706,50	794.706,50	12,11
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.375.400,00	4.375.400,00	744.498,14	744.498,14	11,35
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.184.500,00	2.184.500,00	50.208,36	50.208,36	1,15
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	56.000,00	56.000,00	0,00	0,00	0,00
27- EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	1.010,00	1.010,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	6.898.910,00	6.898.910,00	808.739,42	808.739,42	11,72
DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)				511.685,70	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A MERENDA ESCOLAR RECURSOS PROPRIOS				0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (50)				2.103,67	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB				158.251,28	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO				0,00	
36- CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO				0,00	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)				672.040,65	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)				136.698,77	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO ³ [(38) / (3)] x 100%				7,30	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	360.000,00	360.000,00	4.385,02	4.385,02	1,22
42- RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO	493.090,00	493.090,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE (40 + 41 + 42 + 43)	853.090,00	853.090,00	4.385,02	4.385,02	0,51
45- TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (29 + 44)	7.752.000,00	7.752.000,00	813.124,44	813.124,44	10,49
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	159.401,61		0,00		

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47- SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	225.009,30
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	876.590,72
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	792.485,07
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	2.103,67
51- (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL	311.218,62

FONTE:

¹ Caput do artigo 212 da CF/1988² Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.³ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

LEBON RÉGIS, 28/03/2013

LUDOVINO LABAS
Prefeito MunicipalADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	80,00	0,00		80,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.206.827,60	68.962,38	0,00	1.137.865,22
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.206.827,60	68.962,38	0,00	1.137.865,22
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.206.747,60	-68.962,38		-1.137.785,22

FONTE:

LEBON REGIS, 28/03/2013

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	30.550,00	0,00	30.550,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.550,00	0,00	30.550,00
TOTAL	30.550,00	0,00	30.550,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	30.550,00	0,00	0,00	30.550,00
Investimentos	30.550,00	0,00	0,00	30.550,00
TOTAL	30.550,00	0,00	0,00	30.550,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LEBON REGIS, 28/03/2013

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2013

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	11.346.748,40	11.346.748,40	1.872.059,33	16,50
Impostos	497.748,40	497.748,40	28.835,55	5,79
Imposto s/ Propriedade Predial e Territorial Urbana	100.000,00	100.000,00	140,99	0,14
Imposto s/ Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis e Direitos	80.000,00	80.000,00	5.188,76	6,49
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	200.000,00	200.000,00	18.670,86	9,34
Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	117.748,40	117.748,40	4.834,94	4,11
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa	80.000,00	80.000,00	18.696,69	23,37
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	25.000,00	25.000,00	302,47	1,21
Dívida Ativa dos Impostos	55.000,00	55.000,00	12.957,50	23,56
Multas, Juros de Mora, Atual. e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	5.436,72	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.769.000,00	10.769.000,00	1.824.527,09	16,94
Da União	6.457.000,00	6.457.000,00	1.156.567,86	17,91
Cota - Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.372.000,00	6.372.000,00	1.152.739,78	18,09
Cota - Parte do Imp. s/ a Propriedade Territorial Rural	50.000,00	50.000,00	3.828,08	7,66
Transferencia Financeira do ICMS - Desoneração - L.C 87/96	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00
Outras Transferencias da União	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Do Estado	4.312.000,00	4.312.000,00	667.959,23	15,49
Cota - Parte do ICMS	3.872.000,00	3.872.000,00	610.904,58	15,78
Cota - Parte do IPI s/ Exportação	170.000,00	170.000,00	10.061,74	5,92
Cota - Parte do IPVA	270.000,00	270.000,00	46.992,91	17,40
Outras Transferencias do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)	1.438.770,00	1.438.770,00	81.599,13	5,67
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	6.287.481,60	6.287.481,60	1.095.043,59	17,42
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-973.000,00	-973.000,00	-364.905,02	37,50
TOTAL	18.100.000,00	18.100.000,00	2.683.797,03	14,83

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
DESPESAS CORRENTES	3.429.778,40	3.429.778,40	553.551,54	16,14
Pessoal e Encargos Sociais	1.734.000,00	1.734.000,00	372.658,80	21,49
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.694.778,40	1.694.778,40	180.892,74	10,67
DESPESAS DE CAPITAL	170.310,00	170.310,00	0,00	0,00
Investimentos	169.310,00	169.310,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	3.600.088,40	3.600.088,40	553.551,54	15,38

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e/V) x 100
DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)	3.600.088,40	3.600.088,40	553.551,54	15,38
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	1.713.120,00	1.713.120,00	168.567,22	9,84
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.713.120,00	1.713.120,00	168.567,22	9,84
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	1.886.968,40	1.886.968,40	384.984,32	20,40

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (f)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII)	163.623,46	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <= %² [(VI - VII f) / I] CONSTITUCIONAIS	20,56
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
			Até o Semestre (g)	% (g/total g) x 100
Atenção Básica	2.600.088,40	2.600.088,40	322.896,93	58,33
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.000.000,00	1.000.000,00	230.654,61	41,67
TOTAL	3.600.088,40	3.600.088,40	553.551,54	100,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

LEBON RÉGIS, 28/03/2013

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

ADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

Anexo XVI - Saúde (2)

Município de LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LEBON REGIS, 28/03/2013

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/0-7

Município de LEBON REGIS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO / 2013 A FEVEREIRO / 2013

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)		R\$ 1,00			
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS		No Bimestre		Até o Bimestre	
Previsão Inicial da Receita		-		18.100.000,00	
Previsão Atualizada da Receita		-		18.100.000,00	
Receitas Realizadas		2.683.797,03		2.683.797,03	
Déficit Orçamentário		-		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores		-		0,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS		No Bimestre		Até o Bimestre	
Dotação Inicial		-		18.100.000,00	
Creditos Adicionais		-		63.082,00	
Dotação Atualizada		-		18.163.082,00	
Despesas Empenhadas		2.756.298,92		2.756.298,92	
Despesas Executadas		2.315.327,27		2.315.327,27	
Despesas Liquidadas		2.315.327,27		2.315.327,27	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		-		440.971,65	
Superávit Orçamentário		-		368.469,76	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No Bimestre		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.756.298,92		2.756.298,92	
Despesas Executadas		2.315.327,27		2.315.327,27	
Despesas Liquidadas		2.315.327,27		2.315.327,27	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		-		440.971,65	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		18.279.580,61			
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre		Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social					
Receitas Previdenciárias (I)		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias (II)		0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		0,00	
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias (V)		0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		877.637,74	-36.747,68	-4,19%	
Resultado Primário		819.209,30	536.600,13	65,50%	
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		272.510,98	55,60	254.289,80	18.165,58
Poder Executivo		272.510,98	55,60	254.289,80	18.165,58
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		702.335,90	3,50	426.707,95	275.624,45
Poder Executivo		702.335,90	3,50	426.707,95	275.624,45
TOTAL		974.846,88	59,10	680.997,75	293.790,03
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE		136.698,97	<18% / 25%>	7,30%	
Mínimo Anual de 60% das Despesas com MDE no Ensino Fundamental		607.490,70	60%	61,54%	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEF na Remuneração dos Professores do Ensino Fundamental		607.490,70	60%	61,54%	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Operação de Crédito		0,00		80,00	
Despesa de Capital Líquida		68.962,38		1.137.865,22	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social					
Receitas Previdenciárias (I)					
Despesas Previdenciárias (II)					
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)					
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos					
Receitas Previdenciárias (IV)					
Despesas Previdenciárias (V)					
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)					
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00		30.550,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00		30.550,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		384.984,32	15%	20,56%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP'S CONTRATADAS		VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE			
Total das Despesas / RCL (%)		0,00			
FONTE:					

LEBON REGIS, 28/03/2013

LUDUVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPALADAIR DA SILVA MATTOS
CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/O-7

Leoberto Leal**PREFEITURA****Portaria 075/2013**

Portaria n.º 075, de 21 de março de 2013.
"Contrata Professor e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor JOELCIO MIKALISKI, portador do CPF nº 082.249.289-00 e RG nº 6.257.180, aprovado no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para desempenhar as funções de Professor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 026, de 05 de março de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 05/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 055/2013

Portaria n.º 055, de 07 de março de 2013.
"Exonera Diretor Executivo do IPRELL e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 07 de março de 2013, o Senhor MARCIO LOPES, no cargo em Comissão de Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Leoberto Leal - IPRELL.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 07 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 056/2013

Portaria n.º 056, de 07 de março de 2013.
"Nomeia Diretora Executiva do IPRELL e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir de 07 de março de 2013, a Senhora Silvana Capistrano Lopes, no cargo em Comissão de Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Leoberto Leal - IPRELL.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 07 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 057/2013

Portaria n.º 057, de 07 de março de 2013.
"Nomeia Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado e dá outras providências"
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado a Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013, para a contratação de servidores em caráter temporário para os Cargos de Enfermeiros e Operador de Equipamentos II, que será composta sem prejuízo de suas atribuições normais, pelos seguintes servidores públicos municipais:

I - ANA HELENA CURTIUS GARCIA

Presidente

II - GUILHERME RANGEL DE SOUZA

Secretario

III - DAURI PEDRO MEIRA

Membro

IV - KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA

Membro

V - REJANE KUSTER

Membro

Art. 2º - A Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013, terá como poderes e funções elaborar o Edital, receber as inscrições, divulgar a lista com os nomes dos inscritos, homologar as inscrições, proceder a avaliação das provas segundo os critérios estabelecidos no Edital, divulgar a lista de aprovados, apreciar os recursos e requerimentos e manifestar-se nos casos omissos do respectivo Edital.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 058/2013

Portaria n.º 058, de 07 de março de 2013.

“Nomear Servidor Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 829/2011;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLOVES CAMILO DA CUNHA, brasileiro, amaciado, portador do CPF nº 050.566.369-40, RG nº 4.097.147, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Diretor de Planejamento e Administração, pertencente ao Quadro da Secretaria Municipal Administração Contabilidade e Finanças, a partir de 07 de março de 2013.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 829/2011.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 07 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 059/2013

Portaria nº 059 de 07 de março de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 418 de 10 de agosto de 1990 e Lei Municipal nº 812 de 29 de junho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear HELEN REGINA FELIPUS, portadora do CPF nº 009.339.479-92 e RG nº 5.009.299-5, aprovada no concurso nº 001/2011, para o cargo efetivo de Agente de Combate às Endemias, com lotação na Secretaria Municipal Saúde, para executar seus serviços a partir de 07 março de 2013, assegurando - lhe o prazo de 30 (trinta) dias, para tomar posse, nos termos do Artigo 13 § 1º, da Lei 418/90, (Estatuto dos Servidores Municipais),

oportunidade em que deverão já ter sido apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Prova de Aptidão física e mental para o exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;
- 2 - Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- 3 - Declaração de que a posse do cargo não implica em acumulação proibida de cargos, emprego ou função pública;
- 4 - Cópia do Diploma ou Certificado de conclusão do Ensino Médio;
- 5 - Cópias dos seguintes Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal RG e CPF:
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
 - Comprovação de quitação com as obrigações eleitorais e,
 - Comprovante de endereço.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 07 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 060/2013

Portaria n.º 060, de 12 de março de 2013.

“Nomear Servidor Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 944/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 12 de março de 2013, o senhor FRANCISCO STEINBACH, brasileiro, casado, portador do CPF nº 580.118.979-34, RG nº 1.923.207-1, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Diretor Executivo, pertencente ao Quadro do Gabinete da Prefeita, na localidade de Ribeirão dos Ovos, Beira Rio, Rio do Tigre, Vinte Saltos, Ribeirão Grande Rio Jansen, Perau e Oito Casa.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 944/2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 12 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 061/2013

Portaria n.º 061, de 12 de março de 2013.

“Nomear Servidor Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 944/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 12 de março de 2013, o senhor JOSÉ AMAURI ALVES, brasileiro, casado, portador do CPF nº 894.466.589-34, RG nº 2.703.851-3, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Diretor Executivo, pertencente ao Quadro do Gabinete da Prefeita, abrangendo as localidades de Vargem dos Bugres, Rio do Mich, Alto Rio das Pedras e Corrida.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 944/2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 12 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 062/2013

Portaria n.º 062, de 12 de março de 2013.

“Nomear Servidor Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 944/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 12 de março de 2013, o senhor MOACIR SCHEIDT, brasileiro, casado, portador do CPF nº 983.814.829-68, RG nº 3.162.203, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Diretor Executivo, pertencente ao Quadro do Gabinete da Prefeita, abrangendo as localidades de Alto Vargedo, Barra Grande, Rio Antinha, Arroio do Rancho, Rio Areia e Rio Emilianio.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 944/2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 12 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 063/2013

Portaria n.º 063, de 12 de março de 2013.

“Designar Servidor Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 944/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 12 de março de 2013, o senhor FERNANDO LOPES, brasileiro, casado, servidor efetivo ocupante do cargo de carreira de Operador de Trator de Pneu, inscrito sob a matrícula nº 1263, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Diretor Executivo, pertencente ao Quadro do Gabinete da Prefeita.

Art. 2º Conceder Gratificação ao servidor FERNANDO LOPES, conforme Art. 4º § 3º, da lei Municipal nº 944, de 10 de janeiro de 2013.

Art. 3º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 944/2013.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 12 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 064/2013

Portaria n.º 064, de 12 de março de 2013.

“Designar Servidor Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e atenção a Lei Municipal nº 944/2013;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a partir de 12 de março de 2013, o senhor SAMUEL JOSÉ ABREU, brasileiro, solteiro, servidor efetivo ocupante do cargo de carreira de Atendente de Saúde Pública, inscrito sob a matrícula nº 1008, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Chefe de Departamento de Saúde, pertencente ao Quadro da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Conceder Gratificação ao servidor Samuel José Abreu, conforme Art. 4º § 3º, da lei Municipal nº 944, de 10 de janeiro de 2013.

Art. 3º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 944/2013.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 12 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 065/2013

Portaria n.º 065, de 12 de março de 2013.

“Nomeia Assessor de Assuntos Administrativos e da outras providencias”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, VORLI JOSE GUCHERT, brasileiro, casado, portador do CPF nº 518.088.039-49, RG nº 1.379.444, para o exercício das funções do cargo público em comissão de Assessor de Assuntos Administrativo, a partir de 12 de março de 2013.

Art. 2º Desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, especialmente aquelas descritas na Lei Municipal nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 12 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 066/2013

Portaria nº 066, de 12 de março de 2013.

“Concede Gratificação de Produtividade ao servidor Público Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade ao servidor

municipal, conforme segue abaixo:

Mat.	Nome do Servidor	Cargo	Valor Em R\$
1330	Daci Francisco Henkel	Pedreiro/Carpinteiro	R\$ 250,00

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação trimestral de seu superior hierárquico imediato, onde será analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Fica revogada a portaria nº 131 de 1º de julho de 2011.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 12 de março de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 067/2013

Portaria nº 067, de 12 de março de 2013.

“Concede Gratificação de Produtividade a servidora Pública Municipal e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade a servidora municipal, conforme segue abaixo:

Mat.	Nome do Servidor	Cargo	Valor Em R\$
1257	Rosiani Aparecida Caetano	Recepcionista	R\$ 250,00

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação trimestral de seu superior hierárquico imediato, onde será analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Fica revogada a portaria nº 228 de 31 de dezembro de 2010.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 12 de março de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 068/2013

Portaria nº 067, de 12 de março de 2013.

"Concede Gratificação de Produtividade as Servidoras Públicas Municipais e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção a Lei 269, de 27 de Junho de 2002:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação de Produtividade as servidoras municipais, conforme segue abaixo:

Mat.	Nome do Servidor	Cargo	Valor Em R\$
1257	Rosiani Aparecida Caetano	Recepcionista	R\$ 250,00
1295	Bruna Marian	Recepcionista	R\$ 150,00

Art. 2º A produtividade no trabalho será mensurada através de avaliação trimestral de seu superior hierárquico imediato, onde será analisada a assiduidade, pontualidade, disposição para o trabalho, presteza e respeito às ordens e determinações, bem como zelo pelo trabalho e equipamentos utilizados, em conformidade com Art. 39, da Lei Complementar nº 269, de 27 de Junho de 2002.

Art. 3º Fica revogada a portaria nº 228 de 31 de dezembro de 2010.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal 12 de março de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 069/2013

Portaria n.º 069 de 20 de março de 2013.

"Nomear Comissão Preparatória da Etapa Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e, em conformidade a Lei Municipal nº 615 de 31 de dezembro de 2008 sobre o Plano Diretor Participativo do Município de Leoberto Leal/SC e ao disposto na Resolução nº 14, de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades, que aprovou o Regimento da 5ª Conferência Nacional das Cidades;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir a Comissão Preparatória da Etapa Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, composto pelos representantes dos segmentos do Poder Público e das Organizações da Sociedade Civil, abaixo relacionados com a atribuição de coordenador o processo organizativo e a realização da Etapa Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades:

I- Representante do Poder Executivo Municipal:

Titular: Renato Roberto Otto;

Suplente: Sérgio Clasen.

II- Representante do Poder Legislativo Municipal:

Titular: Bruna Prim;

Suplente: Paulo Henrique Knaul.

III- Representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Leoberto Leal:

Titular: Arnaldo Beppler;

Suplente: Francisco Steinbach.

IV- Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Leoberto Leal:

Titular: Rosiani Aparecida Caetano;

Suplente: Gian Carlos Knaul.

V- Representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Territorial do Plano Diretor Participativo:

Titular: Jandir José Kreusch;

Suplente: Fernando Lopes.

Art. 2º Ficam definidos:

Presidente: Renato Roberto Otto;

Vice-Presidente: Jandir José Kreusch.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 070/2013

Portaria n.º 070, de 20 de março de 2013.

"Exonera servidor Municipal e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera o servidor Municipal da Prefeitura de Leoberto Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Situação	Data Exoneração
01	1531	Marcio Conaco	Motorista	01.03.2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 1º/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011. Leoberto Leal, 20 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 071/2013

Portaria nº 071 de 21 de março de 2013.

“Concede Férias aos Servidores Municipais e dá outras providências.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal 418/90, de 10 de Agosto de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedido Férias, aos servidores municipais, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor	Período Aquissitivo	Período do Gozo
01	0075	Airton Abreu	2008 a 2009	06.03.13 a 04.04.13
02	1286	Debora Venturin	2011 a 2012	21.03.13 a 19.04.13
03	1287	Fabricia Knaul	2011 a 2012	04.03.13 a 02.04.13
04	0042	Marizete G. e Silva	2012 a 2013	04.03.13 a 02.04.13
05	0043	Mauri Jose Kreusch	2012 a 2013	04.03.13 a 02.04.13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 06/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.
Leoberto Leal, 21 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 072/2013

Portaria n.º 072, de 21 de março de 2013.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita PATRÍCIA APARECIDA KRAUSE, portadora do CPF nº 080.089.079-59 e RG nº 5.748.387, aprovada no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 023, de 1º de março de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 073/2013

Portaria n.º 073, de 21 de março de 2013.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita IANA MARTINA KNAUL, portadora do CPF nº 093.174.879-80 e RG nº 5.279.240, aprovada no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 024, de 1º de março de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 074/2013

Portaria n.º 074, de 21 de março de 2013.

“Contrata Auxiliar de Serviços Gerais e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita ROSEMERI CONACO, portadora do CPF nº 086.287.749-04 e RG nº 5.748.259,



aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 02 de janeiro 2013, homologado em 28 de fevereiro de 2013, para desempenhar as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 025, de 04 de março de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 04/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 076/2013

Portaria n.º 076, de 21 de março de 2013.

“Contrata Auxiliar Administrativo e dá
Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita MARLOU YARA DE SOUZA, portadora do CPF nº 010.264.669-46 e RG nº 4.725.191, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 02 de janeiro 2013, homologado em 28 de fevereiro de 2013, para desempenhar as funções de Auxiliar Administrativo, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 027, de 04 de março de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 07/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 077/2013

Portaria n.º 077, de 21 de março de 2013.

“Contrata Médico Veterinário e dá
Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto

Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor LEANDRO GO-EDERT, portador do CPF nº 051.861.139-64 e RG nº 3.164.763, aprovado no Processo Seletivo nº 001, de 02 de janeiro 2013, homologado em 28 de fevereiro de 2013, para desempenhar as funções de Médico Veterinário, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 028, de 11 de março de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 11/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 078/2013

Portaria n.º 078, de 21 de março de 2013.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita ELIZA LEAL, portadora do CPF nº 091.104.129-05 e RG nº 5.456.683 aprovada no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 029, de 11 de março de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 11/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal
Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 079/2013

Portaria n.º 079, de 21 de março de 2013.
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita ALIANDRE LUZIA LOHN, portadora do CPF nº 049.422.209-39 e RG nº 4.725.589-7, aprovada no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 030, de 18 de março de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 18/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 080/2013

Portaria n.º 080, de 21 de março de 2013.
"Contrata Odontologo e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor DARIO FELIPE CAPISTRANO, portador do CPF nº 058.732.679-44 e RG nº 4.011.639-5, aprovado no Processo Seletivo nº 001, de 02 de janeiro 2013, homologado em 28 de fevereiro de 2013, para desempenhar as funções de Odontologo 20 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 030, de 18 de março de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 18/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de março de 2013.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 081/2013

Portaria n.º 081, de 21 de março de 2013.
"Contrata Motorista e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 269 de 27 de junho de 2002, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário o senhor FABRICIO HELENO KNAUL, portador do CPF nº 070.782.479-65 e RG nº 5.071.127, aprovado no Processo Seletivo nº 001, de 02 de janeiro 2013, homologado em 28 de fevereiro de 2013, para desempenhar as funções de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 033, de 19 de março de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 19/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretario de Administração e Finanças

Portaria Nº 082/2013

Portaria n.º 082, de 21 de março de 2013.
"Contrata Professora e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 136 de 03 de dezembro de 1999, e suas alterações e Lei nº 461, de 30 de novembro de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhorita MARISTELA LOPES, portadora do CPF nº 098.316.389-80 e RG nº 5.748.253, aprovada no Processo Seletivo nº 006, de 26 de outubro 2012, homologado em 13 de dezembro de 2012, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 032, de 18 de março de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 18/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 21 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 083/2013

Portaria nº 083, de 25 de março de 2013.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 148/2000, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, declara a vacância do cargo público do servidor DENI TRUPPEL a partir de 01/04/2013 e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso I da Lei Municipal nº 148/2000, ao servidor DENI TRUPPEL, detentor da matrícula funcional nº 121, inscrito no CPF n. 518.092.149/04 e no PASEP n. 170.546.148-50, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 979,44 (novecentos e setenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) que será pago mensalmente pelo IPRELL.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 36, inciso V da Lei municipal nº 418/90 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos a partir de 01/04/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Leoberto Leal, em 25 de março de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Portaria Nº 084/2013

Portaria nº 084, de 25 de março de 2013.

Concede aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40º, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei municipal n. 148/2000, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º da Lei federal nº 10887/2004, declara a vacância do cargo público da servidora MARILETE GARCIA LEANDRO a partir de 31/03/2013, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 27, inciso III da Lei municipal n. 148/2000, à servidora MARILETE GARCIA LEANDRO, detentora da matrícula funcional nº 625, inscrita no CPF n. 848.170.119-04 e no PASEP n. 190.202.323-90, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 30,64% (trinta vírgula sessenta e quatro por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei federal n. 10887/2004, perfazendo a importância de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais) que será pago mensalmente pelo IPRELL.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 36, inciso V da Lei municipal nº 418/90 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos a partir de 31/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, em 25 de março de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Portaria Nº 085/2013

Portaria n.º 085, de 25 de março de 2013.

"Concede progressão funcional à servidores e dá outras providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base na Lei Municipal nº 269 de 30 de junho de 2002,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Progressão Funcional, em percentual, aos vencimentos dos servidores relacionados, em cumprimento ao Art.31, Anexo VI, da Lei Municipal 269/2002:

Nome do Servidor	Mat.	Cargo	Nível Anterior	Progressão Concedida	Mês de Ref.
Alcioni Rutkoski	946	Aux. de M.Conservação	B	C	mar/13
Antonio Frederico de Melo	1274	Soldador	A	B	mar/13
Marisa Hilleshein Franzen	624	Aux. de Serviços Gerais	B	C	mar/13
Noécio Franzen	943	Aux. de M.Conservação	B	C	mar/13
Olimpio Antonio Pierandt	1279	Aux. de M.Conservação	A	B	mar/13
Osair José Conaco	1269	Aux. de M.Conservação	A	B	mar/13
Tateane de Oliveira	1277	Técnico em Enfermagem	A	B	mar/13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 25 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 086/2013

Portaria nº 086, de 25 de março de 2013.

"Concede Gratificação Especial de Penosidade (GEP) aos servidores Públicos Municipais e dá Outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção ao art. 1º inciso V, da Lei 781, de 20 de dezembro de 2010:

Considerando, que os servidores têm uma jornada de trabalho de difícil controle, e o grande desgaste físico do exercício das funções de Motoristas na Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Gratificação Especial de Penosidade (GEP), aos servidores ocupantes do cargo de efetivo exercício de Motorista, na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, na forma que segue abaixo:

Mat.	Nome do Servidor	Gratificação Penosidade	Data
1300	Marcio José Lopes	R\$ 168,96	01.03.2013
524	Odair José de Oliveira	R\$ 168,96	01.03.2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 1º/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Leoberto Leal, 25 de março de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº 087/2013

Portaria n.º 087, de 28 de março de 2013.

"Exonera servidores Municipais e dá outras Providências"

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera os servidores Municipais da Prefeitura de Leoberto

Leal/SC, conforme relação abaixo:

Ordem	Mat.	Nome	Situação	Exoneração
01	121	Deni Truppel	Auxiliar de M.e Conservação	31.03.2013
02	1542	Mariana E. F. Dacoregio	Médica do ESF	21.03.2013
03	625	Marilete Garcia Leandro	Auxiliar de Ser. Gerais	31.03.2013
04	1508	Rosimeri S. Scheidt	Coordenadora do CRAS	31.03.2013

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seu efeito retroativo a 21/03/2013, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 28 de março de 2013.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Registre-se, Publique-se.

RENATO ROBERTO OTTO
Secretário de Administração e Finanças

Processo Licitatório Nº 006/2013 Pregão Presencial Nº 005/2013 - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2013 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2013 - FMS

TIPO: Menor Preço (por item) OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços para a realização de exames laboratoriais, para atender os pacientes do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que acompanha este edital. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 09:00 (nove horas), do dia 19 de abril de 2013. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 08/04/2013.

VITOR NORBERTO ALVES
Secretário Municipal da Saúde.



Programa de
Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Luzerna

PREFEITURA

Extrato Dispesa PML.021.2013 - Passagens

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
Aviso de Inexigibilidade de Licitação
Processo Licitatório 021/2013
Inexigibilidade 002.2013

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à Contratação da empresa EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, para aquisição de passagens rodoviárias para atender necessidades da Administração Pública de Luzerna e Fundos Especiais.

Valor contratado: R\$ 33.288,75

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, inciso I.

Luzerna (SC), 5 de abril de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PML.28.13 - Arp - Limpeza Pública - Transcavalheiro Transportes Ltda

EXTRATO DE CONTRATO
PML 2013

EXTRATO DE CONTRATO Nº: pml.28.13
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 009/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA
CONTRATADA: TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra, equipamentos e insumos para a execução de serviços de limpeza pública, conforme normas e especificações contidas no edital e em seus anexos.

VALOR: R\$ 88.800,00 (oitenta e oito mil e oitocentos reais);
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma, podendo ser prorrogada até o limite de 60 (sessenta) meses.

Luzerna(SC), 05 de abril de 2013.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

PAULO JAIR CAVALHEIRO
TRANSCAVALHEIRO TRANSPORTES LTDA
FORNECEDOR 1

Edital de Receita PML

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais:

11/01/2013	Cota-parte da Contribuição de intervenção sobre o Domínio Econômico - CIDE	21,42
17/01/2013	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	6.442,97
31/01/2013	Transferência Salário Educação	18.253,62

Luzerna(SC), 05 de abril de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Edital de Receita PML

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais:

21/02/2013	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	6.830,82
28/02/2013	Transferência Salário Educação	33.992,08

Luzerna(SC), 05 de abril de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

Lei 916/2013

LEI Nº 916 DE 07 DE MARÇO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Maracajá, no valor de R\$ 160.006,77 (cento e sessenta mil e seis reais e setenta e sete centavos), assim classificado:

16.01 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
23.695.0054.1.026 - Construção do Portal Turístico
4.4.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas R\$156.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00080 - Aplicações Diretas R\$ 3.206,77

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão:

I - do excesso de arrecadação de receitas orçamentárias proveniente de convênio com o Governo da União, através do Contrato de Repasse nº 0374969-00, R\$ 156.800,00; e
II - do provável excesso de arrecadação de receitas orçamentárias apurado no decorrer do vigente exercício, R\$ 3.206,77.

Art. 3º O crédito especial de que trata esta Lei terá vigência plurianual podendo ser reaberto no exercício seguinte pelos seus saldos, conforme § 2º do art.167 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, 07 de Março de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 07 de Março de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Lei 917/2013

LEI Nº 917 DE 07 DE MARÇO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MARACAJÁ - APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar Convênio de Cooperação Técnica e Financeira do Município de Maracajá/SC com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maracajá-APAE, inscrita no CNPJ sob o número 08.154.626/0001-64, estabelecida à Avenida Getúlio Vargas, 480, centro de Maracajá/SC, representada pelo seu presidente.

Art. 2º A cooperação técnica do município de Maracajá, no termo de convênio, compreende: 01(um) motorista de 40 h (quarenta horas), 01(um) serviços gerais de 40 h (quarenta horas) e 04(quatro) professores de 20 h (vinte horas).

Art. 3º A cooperação financeira do município de Maracajá, no termo de convênio, compreende o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para o exercício de 2013, pagos em 10 (dez) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para fazer face ao auxílio de custeio de despesa com pessoal, alimentação, material didático, material de expediente, impostos, consumo de energia e água, assim como manutenção de máquinas, equipamentos e dependências físicas.

Art. 4º A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maracajá-APAE, prestará contas até 30 (dias) após o repasse de cada parcela, nos termos da legislação vigente e normas estabelecidas pela administração municipal de Maracajá.

Parágrafo Único - Não haverá nova liberação de recursos à entidade beneficiada, se esta não fizer a prestação de contas, dentro do prazo estabelecido no referido Termo de Convênio.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fiscalizar e a celebrar com a entidade subvencionada, o respectivo convênio, disciplinando o recebimento e a aplicação dos recursos concedidos por esta LEI.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei Municipal correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do ano de 2013.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, 07 de Março de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 07 de Março de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Lei 918/2013

LEI Nº 918 DE 20 DE MARÇO DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA PARA REPASSE AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARACAJÁ.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município de Maracajá autorizado a celebrar convênio de cooperação financeira com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maracajá, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82.549.247/0001-26, com sede a Rua João Caradore, número 196, Centro de Maracajá(SC).

Art. 2º O valor a subvencionar será de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) a ser realizado em 10 (dez) parcelas, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada, a serem pagas até 31/12/2013.

Art. 3º O repasse será feito mensalmente até o dia 30 de cada mês.

Art. 4º O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maracajá, prestará contas dos repasses nos termos da legislação vigente, até o 10º (décimo) dia útil subsequente ao repasse realizado.

Art. 5º Termo de Convênio será regido e firmado entre o Município de Maracajá e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maracajá, onde será definido as normas a serem seguidas por ambas as partes envolvidas nesta LEI.

Art. 6º As despesas correrão por conta das dotações Orçamentárias do ano de 2013 para o fundo de assistência social.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá, 20 de Março de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei Municipal na Secretaria de Administração em 20 de março de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Lei 919/2013

LEI Nº 919 DE 20 DE MARÇO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM O GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, visando a realização de policiamento ostensivo motorizado por intermédio de guarnições de RADIOPATRULHA, objetivando a sua implantação e manutenção no Município, devidamente homologada pela Câmara de Vereadores.

Art. 2º- As despesas decorrentes da execução desta Lei correm à conta de dotação própria do orçamento vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º- A Prefeitura Municipal abrirá na agência local do Banco do Brasil S/A, uma conta vinculada, denominada "PREFEITURA

MUNICIPAL/CONVÊNIO RADIOPATROLHA", para cobertura das despesas decorrentes do convênio mencionado no Artigo 1º desta LEI.

Art. 4º- O valor do Convênio de que trata essa Lei, será de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a ser realizado em 10 (dez) parcelas, no valor de R\$ 1.350,00 (hum mil, trezentos e cinquenta reais) cada, a serem pagas até 31/12/2013, determinado no presente acordo e poderá ser rescindido em qualquer tempo, desde que haja interesse de qualquer das partes.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, 20 de Março de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na secretaria de administração em 20 de março de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto 05/2013

DECRETO Nº 005/13 de 10 de Janeiro de 2013

Abre Crédito Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento de 2013 do tipo alteração Suplementar.

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - Gabinete do Prefeito

02.01 - Gabinete do Prefeito

(125) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.005-1124 - Aplicacoes Diretas 1.460,73

(126) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.008-1125 - Aplicacoes Diretas 1.570,23

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

(124) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.004-1123 - Aplicacoes Diretas 973,68

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

(135) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.017-1132 - Aplicacoes Diretas 22,58

(127) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.016-1107 - Aplicacoes Diretas 44.839,44

(115) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.005-1104 - Aplicacoes Diretas 201.000,00

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS

07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS

(123) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.030-1111 - Aplicacoes Diretas 5.479,17

(118) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.017-1030 - Aplicacoes Diretas 360,18

(122) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.038-1121 - Aplicacoes Diretas 6.734,46

(139) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.033-1020 - Aplicacoes Diretas 6.767,68

(121) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.038-1122 - Aplicacoes Diretas 41,66

(120) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.038-1120 - Aplicacoes Diretas 1.167,46

13 - FUNDO MUNIC.DE ASSISTENCIA SOCIAL

13.01 - FUNDO MUNIC.DE ASSISTENCIA SOCIAL

(129) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.027-1205 - Aplicacoes Diretas 3.735,06

(128) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-1200 - Aplicacoes Diretas 963,77

(134) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-1203 - Aplicacoes Diretas 317,11

(131) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-1207 - Aplicacoes Diretas 11.480,87

(130) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-1206 - Aplicacoes Diretas 6.510,83

(132) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-1208 - Aplicacoes Diretas 10.359,30

DECRETO Nº 005/13 de 10 de Janeiro de 2013

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

14 - FUNDO MUNIC.DA CRIANCA E ADOLESCENCIA

14.01 - FUNDO MUNIC. DA CRIANCA E ADOLESCENCIA

(133) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.025-1040 - Aplicacoes Diretas 4.819,29

Total Suplementação: 308.603,50

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do superavit financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 206 - FNAS - PBF - PAIF 6.510,83

Fonte de Recurso: 205 - FNAS - PBV II 3.735,06

Fonte de Recurso: 123 - Convênio Trânsito - Recursos Próprios 973,68

Fonte de Recurso: 200 - FNAS - PBF - IGD 963,77

Fonte de Recurso: 203 - Recursos FNAS - PBT 317,11

Fonte de Recurso: 111 - COSIP 5.479,17

Fonte de Recurso: 120 - CIDE 1.167,46

Fonte de Recurso: 132 - FNDE - APOIO A CRECHES 22,58

Fonte de Recurso: 107 - Transporte Escolar Estado 44.839,44

Fonte de Recurso: 121 - FEP 6.734,46

Fonte de Recurso: 20 - Transf. Convênio União - Outros 6.767,68

Fonte de Recurso: 40 - FIA 4.819,29

Fonte de Recurso: 125 - Convênio Trânsito - Policia Civil 1.570,23

Fonte de Recurso: 208 - FNAS - IGD SUAS - Superavit Financeiro 10.359,30

Fonte de Recurso: 207 - FNAS - PBV I - PROJOVEM 11.480,87

Fonte de Recurso: 124 - Convênio Trânsito - Policia Militar 1.460,73

Fonte de Recurso: 122 - CFEM 41,66

Fonte de Recurso: 30 - Transf. Convênio Estado - Outros 360,18

DECRETO Nº 005/13 de 10 de Janeiro de 2013

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do superavit financeiro referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 104 - Recursos Educação 25% 201.000,00

Total Superavit Financeiro 308.603,50

Art. 3º - Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 10 de Janeiro de 2013

Este Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Decreto 06/2013

DECRETO Nº 006/13 de 21 de Janeiro de 2013
Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento de 2013 do tipo alteração Suplementar.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ no exercício das

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

(119) 4.4.71.00.00.00.00.2.004-0080 - Transferências a Consórcios Públicos 468,00

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

(117) 3.1.91.00.00.00.00.2.013-0102 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 10.000,00

(116) 3.1.90.00.00.00.00.2.013-0102 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

13 - FUNDO MUNIC.DE ASSISTENCIA SOCIAL

13.01 - FUNDO MUNIC.DE ASSISTENCIA SOCIAL

(136) 4.4.90.00.00.00.00.2.026-0200 - Aplicacoes Diretas 4.293,00

Total Suplementação: 54.761,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

(11) 3.3.71.00.00.00.00.2.004-0080 - Transferências a Consórcios Públicos 468,00

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

(31) 3.1.90.00.00.00.00.2.013-0103 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

(33) 3.1.91.00.00.00.00.2.013-0103 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 10.000,00

DECRETO Nº 006/13 de 21 de Janeiro de 2013

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13 - FUNDO MUNIC.DE ASSISTENCIA SOCIAL

13.01 - FUNDO MUNIC.DE ASSISTENCIA SOCIAL

(94) 3.3.90.00.00.00.00.2.026-0200 - Aplicacoes Diretas 4.293,00

Total Anulação: 54.761,00

Art. 3º - Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 21 de Janeiro de 2013

Este Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Decreto 07/2013

DECRETO Nº 07 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2013.
INSTITUI O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, EM VIRTUDE DAS COMEMORAÇÕES DO CARNAVAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que o carnaval é a maior festa folclórica e popular do país, onde a participação e o envolvimento da população em geral é muito expressiva;

CONSIDERANDO que é usual a administração municipal instituir um período de recesso dos serviços administrativos, proporcionando à oportunidade da participação efetiva de todos os servidores as festividades carnavalescas;

CONSIDERANDO a economia ao erário público que esta media proporciona e o interesse da administração municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado o Ponto Facultativo no período do carnaval, dias 11 e 12 de Fevereiro do corrente ano, nas Repartições Públicas do Município de Maracajá da Administração Direta e Indireta, tendo em vista as comemorações alusivas ao Carnaval.

Parágrafo Único. O Expediente no dia 13 de fevereiro de 2012 (Quarta-feira de Cinzas), retornará a sua normalidade do Horário de verão, das 13 horas às 18 horas.

Art. 2º Ficam excluídos deste decreto os serviços considerados essenciais e de interesse público, dada a natureza dos serviços prestados, e serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade dos Diretores dos respectivos Departamentos, tais como:

I - a Coleta Seletiva do Lixo e a Limpeza Pública, vinculados ao Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;

II - o Parque Ecológico Maracajá, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo.

Art. 3º Os diretores das repartições onde os trabalhos não forem interrompidos organizarão escalas de revezamento entre os respectivos servidores, em seus horários de serviços, de tal forma que todos estes possam gozar do benefício desse ato, sem prejuízo dos trabalhos públicos essenciais.

Art. 4º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, 05 de Fevereiro de 2013.

WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de

Administração, em 06 de Fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto 08/2013

DECRETO Nº 08 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2013.

HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO 002/2013 PARA INVESTIDURA EM CARGOS PÚBLICOS, EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, em especial o art.73, faz a todos saber:

DECRETA:

Art. 1º - Fica Homologado as Inscrições do Processo Seletivo Nº 002/2013 para a contratação temporária na Secretaria de Administração e Departamento de Saúde do Município de Maracajá, publicado nesta data.

Art. 2º - Determina o encaminhamento de cópia das alterações a todos os candidatos inscritos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Maracajá, 05 de Fevereiro de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 05 de Fevereiro de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto 09/2013

DECRETO Nº 009/13 de 5 de Fevereiro de 2013

Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2013 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJA no exercício das

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

(44) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.005-0104 - Aplicacoes Diretas 13.000,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO

(103) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.024-0080 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

Total Suplementação: 43.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 104 - Recursos Educação 25% 13.000,00

Fonte de Recurso: 80 - Recursos Ordinários 30.000,00

Total excesso de arrecadação 43.000,00

Art. 3º - Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 5 de Fevereiro de 2013

Este Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Decreto 11/2013

DECRETO Nº 011/13 de 6 de Março de 2013

Abre Crédito Especial - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2013 do tipo alteração Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJA no exercício das

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 916/13 de 6 de Março de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

16 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO

16.01 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO

(137) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.026-0020 - Aplicacoes Diretas 156.800,00

(138) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.026-0080 - Aplicacoes Diretas 3.206,77

Total Suplementação: 160.006,77

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 80 - Recursos Ordinários 3.206,77

Fonte de Recurso: 20 - Transf. Convênio União - Outros 156.800,00

Total excesso de arrecadação 160.006,77

Art. 3º - Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 6 de Março de 2013

Este Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Decreto 12/2013

DECRETO Nº 012/13 de 6 de Março de 2013

Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2013 do tipo alteração Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJA no exercício das

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

(44) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.005-0104 - Aplicacoes Diretas 135.000,00

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS

07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS

(140) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.033-0020 - Aplicacoes Diretas 146.250,00

Total Suplementação: 281.250,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 20 - Transf. Convênio União - Outros 146.250,00

Fonte de Recurso: 104 - Recursos Educação 25% 135.000,00

Total excesso de arrecadação 281.250,00

Art. 3º - Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 6 de Março de 2013

Este Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Decreto 13/2013

DECRETO Nº 013/13 de 6 de Março de 2013

Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2013 do tipo alteração Suplementar.

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 912/12 de 13 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

(25) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-0022 - Aplicacoes Diretas 64.450,00

(24) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.014-0022 - Aplicacoes Diretas 35.000,00

Total Suplementação: 99.450,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 22 - Transf. Convênio União - Saúde 99.450,00

Total excesso de arrecadação 99.450,00

Art. 3º - Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 6 de Março de 2013

Este Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Decreto 14/2013

DECRETO Nº 14 DE 08 DE MARÇO DE 2013.

PRORROGA O DECRETO Nº 82 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE DECLAROU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NAS ÁREAS DO MUNICÍPIO AFETADAS POR ESTIAGEM(COBRADÉ 1.4.1.1.0).

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 73, VII, da Lei Orgânica do Município e pelo inciso VI do art. 8º da Lei Federal nº 12.608

de 10 de abril de 2012, e;
CONSIDERANDO:

- a continuidade dos efeitos da estiagem, ocorrida deste o mês de dezembro de 2012, atingindo grande parte do município, resultando em danos e prejuízos, constantes no COBRADÉ.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que avaliou os efeitos da estiagem e recomendou a prorrogação da Situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - COMDEC;

- que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravando pelo despreparo da defesa civil local frente a situação de estiagem.

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto Nº 82, de 11 de dezembro de 2012, que Decretou Situação de Emergência a Área do Município Afetada por Estiagem.

Parágrafo único - Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pela situação de estiagem, conforme prova documental estabelecida COBRADÉ, anexos ao Decreto Municipal nº 82/2012.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pela situação de emergência devido a estiagem.

Parágrafo único - Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC deste município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por um prazo de 90 (noventa) dias.

Município de Maracajá, 08 de Março de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 08 de Março de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Decreto 17/2013

DECRETO Nº 17 DE 26 DE MARÇO DE 2013.

INSTITUI O PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, que o dia 28 de Março do corrente é considerado pela Igreja Católica como um dia santo, onde em todo país é realizado celebrações religiosas;

CONSIDERANDO, que o dia 29 de Março do corrente é feriado religioso de Sexta-Feira Santa da Paixão de Cristo, conforme determina a Lei Federal Nº 9.093 de 12 de Setembro de 1995, em seu artigo 2º;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado o Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de Maracajá da Administração Direta e Indireta, nos dias 28 de março Quinta-Feira Santa e 29 de março, Sexta-Feira Santa da Paixão de Cristo, em razão das celebrações religiosas, durante todo o expediente.

Parágrafo único. No dia 01 de abril de 2013 o expediente retornará a sua normalidade a partir das 8:30 horas.

Art. 2º Excetuam-se os serviços considerados de caráter essencial e de interesse público, dada à natureza dos serviços prestados, serão atendidos na forma e nos horários exigidos, sob a orientação e a responsabilidade dos Diretores dos respectivos Departamentos, tais como:

I - a Coleta Seletiva do Lixo e a Limpeza Pública, vinculados ao Departamento de Obras, Habitação e Serviços Urbanos;
III - o Parque Ecológico Maracajá, vinculado a Secretaria de Meio Ambiente e Turismo.

Art. 4º A Unidade de Saúde Central (CEMASAS) permanecerá com o Plantão 24h da ambulância.

Art. 5º Os Diretores das repartições onde os trabalhos não forem interrompidos organizarão escalas de revezamento entre os respectivos servidores, em seus horários de serviços, de tal forma que todos estes possam gozar do benefício desse ato, sem prejuízo dos trabalhos públicos essenciais.

Art. 5º Este Ponto Facultativo poderá ser cancelado a qualquer tempo, em virtude de necessidade imperiosa, estado de emergência, de calamidade pública ou fato novo que necessite dos préstimos dos servidores.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 26 de Março de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 26 de Março de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Decreto 19/2013

DECRETO Nº 19 DE 26 DE MARÇO DE 2013.

CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 5.790, de 25 de maio de 2006 e da Resolução Normativa nº 14, de 16 de junho de 2012, do Conselho das Cidades - ConCidades, do Ministério das Cidades;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal;

CONSIDERANDO a importância de se implementar políticas e ações destinadas a impulsionar o Município e, sobretudo, atender às necessidades e demandas, diferenciadas, dos habitantes do Município de Maracajá;

CONSIDERANDO que o enfrentamento das questões urbanas requer a parceria do Estado com a União, com os Municípios e a com a sociedade civil organizada;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal da Cidade de Maracajá, etapa Preparatória da 5ª Conferência Estadual e Nacional das Cidades a realizar-se no dia 09 de maio de 2013, com início às 8 horas e término às 17 horas, no Centro de Convivência da Terceira Idade, localizada a Avenida Nossa Senhora da Conceição, nº, bairro centro, no município de Maracajá, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Maracajá terá como temática: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!".

Parágrafo único. A Conferência Municipal deverá debater o tema da 5ª Conferência Nacional das Cidades, adequando a sua realidade e cultura local que constarão das suas reivindicações e propostas contidas no relatório final a ser encaminhado para os Poderes Executivo, Legislativo Municipal e Judiciário, para a Coordenação Estadual e Nacional, com ampla divulgação para toda a sociedade.

Art. 3º A Conferência será presidida sob a coordenação da Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, Departamento de Saúde, Departamento de Obras, Departamento de Bem Estar Social e Departamento de Educação.

Parágrafo único - Na ausência ou impedimento dos citados, assumirá a Presidência pessoa indicada pelo chefe do poder executivo municipal de Maracajá.

Art. 4º O chefe do poder executivo municipal instituirá, mediante Decreto, a Comissão Preparatória Municipal da Conferência, com a participação de 09 (nove) integrantes, que deverá ter a seguinte composição, de acordo com o que estabelece o Artigo 17 do Regimento da 5ª Conferência Nacional das Cidades:

I - Poder Público - 03 (três) membros;
II - Movimentos Populares - 02 (dois) membros;
III - Trabalhadores por suas entidades sindicais - 01 (um) membro;
IV - Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano - 01 (um) membro;
V - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e Conselhos profissionais - 01 (um) membro;
VI - ONG's com atuação na área do Desenvolvimento Urbano - 01 (um) membro.

§1º Todas as entidades dos segmentos deverão ter atuação na área de desenvolvimento urbano.

§2º A Comissão Preparatória da Conferência Municipal das Cidades caberá organizar, mobilizar e fazer cumprir as regras previstas no Regimento da 5ª Conferência Nacional das Cidades, principalmente no que se refere ao estabelecido no Artigo 17, da Resolução Normativa nº 14 do ConCidades.

Art. 5º As despesas com a realização da Etapa Preparatória

Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades correrão por conta de dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, 26 de Março de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 26 de Março de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 223/2013

Portaria Nº 223, de 26 de março de 2013.
EXONERA, A PEDIDO, O SERVIDOR PÚBLICO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor público nomeado para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT, SIDNEI JOSÉ JACOBS CPF 806.152.529-15, matrícula Nº 1513, nascido em 22 de janeiro de 1974.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 118/2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 26 de março de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 26 de março de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Portaria 224/2013

Portaria Nº 224 de 26 de março de 2013.
Nomeia Marília Cechinel Goulart para exercer o cargo de Médico.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de sua competência que lhe confere a Lei Nº 814 de 8 de setembro de 2010,

Considerando que no Processo Seletivo 005/2010 de 26 de novembro de 2010 não há na classificação, segundo colocado;
Considerando a necessidade em caráter de urgência da contratação de um Médico para atuar junto ao PSF,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a partir do dia 13 de março de 2013, em caráter temporário MARÍLIA CECHINEL GOULART, brasileira, maior, nascida em 7 de abril de 1983, portadora da Cédula de Identidade nº 3.195.018-3, inscrita no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº 009.039.429-17, para exercer o cargo de Médico - PSF, do Quadro Temporário de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 13 de março de 2013.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 26 de março de 2013.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 26 de março de 2013.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Extrato Processo Licitatório

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 1.250/2013 - Modalidade Pregão Presencial n. 008/2013

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial a contratação de serviços de radiodifusão para divulgação de atos oficiais e institucionais do Município de Maravilha, SC, categoria - rádio local, FM e AM, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 19 de abril de 2013, às 9h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 27 de março de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Extrato Processo Licitatório

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 1.279/2013 - Modalidade Pregão Presencial Registro de Preços n. 009/2013

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, o registro de preços de material elétrico para uso na manutenção da rede de iluminação pública no Município de Maravilha, SC, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 23 de abril de 2013, às 9h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 27 de março de 2013.
ROSIMAR MALDANER
Prefeita de Maravilha.

Monte Carlo

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 11/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013

OBJETO - O PRESENTE PREGÃO TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, conforme segue:

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 13:45 horas, para abertura às 14:00 horas do dia: 17/ABRIL/2013

MENOR PREÇO POR LOTE.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Prefeitura Municipal de Monte Carlo, sala de Licitações, Rod. SC 456, Km 15.

HORÁRIO: Das 08:30 às 17:00 horas.

TELEFONE No (049) 3546 0194

Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 02 de Abril de 2013

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2013

REGISTRO DE PREÇOS

A comissão Permanente de Licitação do Município de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, torna público e comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, visando à aquisição do objeto abaixo indicado para O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNREBOM e suas Secretarias. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues na sala de Licitações da Prefeitura, localizado Rod. SC 456, Km 15, até às 13:45 horas do dia 17/ABRIL/2013 para abertura no mesmo dia às 14:00 horas, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

1 - DO OBJETO

OBJETO - O PRESENTE PREGÃO TEM COMO OBJETO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, de acordo com as especificações, quantidades e preços máximos constantes do ANEXO V deste edital.

2 - DO CREDENCIAMENTO

OBS.: Os documentos do credenciamento deverão vir fora dos envelopes de proposta de preços e documentação. Caso a proponente não queira dar lances não precisará se credenciar, contudo deverá entregar a declaração de cumprimento dos requisitos do Edital conforme item 2.3.

2.1 - Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, a alteração

contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

2.2 - Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, contendo, obrigatoriamente, cópia do respectivo RG - Registro Geral e/ou CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 2.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

2.3 – Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO III).

PARAGRAFO ÚNICO – Quando se tratar de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, que, quiserem beneficiar-se das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar a declaração solicitada no item 2.3. acima, acrescida da informação “EM SUSPENSO”.

2.4 – No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Declaração de que são Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente, conforme o art. 8º da Instrução Normativa 123 do Departamento Nacional do Comércio.

2.5 - Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 2.1, 2.2 e 2.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

2.6 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro.

3 - DA PROPOSTA

3.1 - A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013

REGISTRO DE PREÇOS

ENVELOPE Nº 01 - “PROPOSTA DE PREÇOS”

3.2 - A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo especificação dos serviços cotados, segundo as exigências mínimas apresentadas no Capítulo 1 deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao Edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;

b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o n.º do CNPJ, inscrição na entidade de classe competente e da Inscrição Estadual ou Municipal;

c) suas folhas devem estar assinadas e/ou rubricadas pelo seu representante legal;

d) conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;

e) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços unitários, por item, limitados a 02 (duas) casas decimais para os centavos;

4 - DA HABILITAÇÃO

4.1 - Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em

envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013
REGISTRO DE PREÇOS
ENVELOPE N.º 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

4.2 - Para habilitação na presente Licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

Regularidade Fiscal:

- a) Prova de regularidade relativa à seguridade social (INSS);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de regularidade com fazenda Municipal da sede do proponente;
- e) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia (FGTS);
- f) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93,
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

4.3 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis. Ficam dispensados de autenticação os documentos emitidos via Internet.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

5.1 - Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- a) A entrega do Objeto licitado nos prazos e quantidades indicados pelas mesmas, com no máximo de 10(dez) dias da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO;
- b) Entregar o objeto licitado com qualidade, e que atendam as exigências do Edital;
- c) Atender todas as solicitações da administração desde que de acordo com o objeto da presente licitação;
- d) Responsabilizar-se por todas as despesas que se fizerem necessárias para a locomoção, frete ou qualquer outro serviço necessário entorno do objeto desta licitação.

6 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 2.

6.2 - Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

6.3 - Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

6.4 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

6.5 - No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

6.6 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas,

até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

6.7 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, pelo valor unitário do LOTE, discriminando o valor de cada item, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.

6.8 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

6.9 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

6.10 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11 - Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente ser aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.12 - Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

6.13 - O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço, por Lote, para que seja obtido preço ainda melhor.

6.14 - Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

6.15 - Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 02 (dois) dias, prorrogáveis por mais 02(dois), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

6.16 - No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

6.17 - Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por lote.

6.18 - Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada lote.

6.19 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes, pelo prazo de 10 (dez) dias, após a homologação da Licitação, devendo as empresas retirá-los neste período, sob pena de inutilização dos mesmos.

6.20 - Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

6.21 - Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

7 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

7.1 - A presente Licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR LOTE, desde que atendidas as exigências deste Edital.

08 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

8.1 – Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação

perante à Administração, os licitantes que não o fizerem até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

8.2 – A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Prefeitura Municipal, até o prazo previsto no item 09.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

8.3 – Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados perante o Setor de Compras e Licitações do Município de Monte Carlo-SC

8.3.1 – A contar do recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 48h. (quarenta e oito horas), para promover a resposta.

8.3.2 – No caso de pedido protocolado na véspera de abertura do certame, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 36h. (trinta e seis horas) para promover a resposta.

8.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico e, concomitantemente, um número de fax, para onde serão remetidas as respostas e decisões, pelo Setor de Compras e Licitações.

8.5. Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 9.1 a 9.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

9 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – As obrigações decorrentes da ENTREGA dos produtos constantes no

Registro de Preços a serem firmadas entre a Administração, os Órgãos Participantes e o Fornecedor serão formalizados através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dose) meses, contados da assinatura da mesma.

9.2 – O fornecedor classificado em 1º (primeiro) lugar nos preços registrados, será convocado a firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de até 3 (três) dias úteis após a homologação, devendo o proponente manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal.

10 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

10.1 - Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.2 - Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), por item, sendo submetido este resultado ao Prefeito Municipal para homologação.

10.3 - O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Prefeito Municipal, por intermédio do Pregoeiro, qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

10.4 - Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da Licitação submetido ao Exmo. Prefeito Municipal para o procedimento de homologação com a devida adjudicação, por ITEM, do objeto desta Licitação à(s) vencedora(s).

10.5 - A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, caracteriza o

descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

10.6 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do Contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

10.7 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

c) suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

10.8 - Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

10.9 - Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11 - DA DOTAÇÃO

11.1 - A despesa decorrente da aquisição objeto do presente certame correrá a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013 e terá a seguinte classificação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓD REDUZ	UNIDADE ORÇAMENT	PROJ/ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	127.352,33
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	640.881,52
34	01	2032	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	5.741,75
39	01	2033	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	28.086,25
20	01	2037	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	12.234,52
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO				
2	01	2034	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	28.729,01
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO				
3	01	2004	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.290,72
8	05	2005	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	74.629,46
13	04	2006	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	46.760,27
23	03	2027	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.591,88
28	03	2025	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	18.200,00
31	03	2026	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.579,36
34	04	2007	3.3.90.00.00.00.00.00.0024	12.613,65
38	05	2038	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	31.978,17
78	01	2013	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	42.366,37
53	01	2014	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	179.670,28
87	02	2020	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	4.753,57
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	27.976,67
94	04	2039	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.663,36
99	01	2024	3.3.90.00.00.00.00.00.0016	37.500,00
112	02	2023	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	187.539,29
115	03	2022	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.900,04
118	10	2036	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	8.255,88
122	01	2008	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	14.665,28
126	01	2010	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	112.3643,37
130	01	2011	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	34.863,87
138	01	2035	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	485,40

12 - DO PAGAMENTO

12.1 - O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito até o 15º(Décimo quinto) dia do mês posterior a entrega do objeto solicitado, em favor da licitante vencedora, mediante emissão de transferência bancária, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal com aceite do responsável.

12.2 - O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2. a deste Edital).

12.3 - Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

13 - DA ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - O contrato oriundo deste Processo Licitatório, será administrado e fiscalizado pela Diretoria de Compras e Licitações, seguindo as disposições da Legislação vigente, bem como, as condições previstas neste instrumento.

14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

14.2 - O resultado desta Licitação estará à disposição dos interessados, na sala do Setor de Licitações, logo após sua homologação.

14.3 - O Prefeito Municipal poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal

conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

14.4 - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:00, através dos telefones (49) 3546 0194, ou Home Page www.montecarlo.sc.gov.br.

14.5 - São parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Proposta;
- c) ANEXO III –Declaração de Cumprimento Pleno aos requisitos de habilitação.
- d) ANEXO IV - Minuta do Contrato;
- e) ANEXO V – Especificações do objeto, quantidades e preços máximos dos lotes.

Monte Carlo, (SC), 02 de Abril de 2013.

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013

REGISTRO DE PREÇOS

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>_____, por meio de _____<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>_____, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr.



____ <NOME COMPLETO, RG, CPF> _____, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação ____ <MODALIDADE, NÚMERO/ANO> _____, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances e praticar demais atos necessários ao procedimento licitatório.

____ <CIDADE/ESTADO> _____, ____ <DATA> _____

<NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>

OBS: Com assinatura do Outorgante reconhecida em cartório

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013
REGISTRO DE PREÇOS

PROPOSTA

LOTE	ITEM	MATERIAL/ PRODUTO	MARCA	R\$ UND	TOTAL R\$

DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Local e data.....

Carimbo e assinatura
Representante da empresa

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013
REGISTRO DE PREÇOS

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

____ < RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA> _____ CNPJ nº ____ <xxxxxxxxxxxx> _____, sediada em ____ < ENDEREÇO COMERCIAL> _____, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Local/Data: _____, ____/____/____
Assinatura e Carimbo Representante da Empresa

ANEXO IV
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2013
REGISTRO DE PREÇOS

(MINUTA CONTRATO Nº 13/2013)

Pelo presente instrumento que entre si celebram, de um lado o Município de Monte Carlo, pessoa jurídica de direito público

interno, inscrito no CNPJ sob nº 95.996.104/0001-04 com sede sito à Rodovia SC 456 KM 15, s/n – Centro, neste ato representado pelo prefeito, o Sr. Marcos Nei Correa Siqueira, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa inscrita no CNPJ nº representada neste ato pelo Sr., brasileiro, comerciante, portador da carteira de identidade nº, CPF nº, residente e domiciliado em, doravante denominado simplesmente CONTRATADO, tem justo e contratado o presente Contrato de Prestação de Serviços, e pelas cláusulas e condições que abaixo seguem:

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial nº 12/2013, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - DO OBJETO

- O presente Pregão tem como objeto à AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC, Conforme SEGUE:

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá entregar os Serviços/Materiais nos locais e quantidades determinados pela Diretoria de Compras e Licitações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO LOTE

O valor do(s) Lote (S)..... é de R\$.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

§ 1º. O pagamento pela aquisição objeto da presente Licitação será feito em favor da licitante vencedora, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal, após a entrega, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

§ 2º. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – e/ou CPF/MF - Cadastro Pessoa Física, constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação (item 4.2. a deste Edital).

§ 3º. O pagamento será efetuado com prazo não inferior a trinta dias, mediante apresentação da Nota Fiscal, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

§ 4º. dar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento,

§ 5º. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA - DA REVISÃO

Para o objeto desse contrato não haverá nenhum reajuste.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta de dotação própria do orçamento do Município de Monte Carlo do exercício de 2013 e terá a seguinte classificação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CÓD REDUZ	UNDIDADE ORÇAMENT	PROJ/ATIVID	ELEMENTO DESPESA	R\$ SALDO
15	01	2030	3.3.90.00.00.00.00.00.0023	127.352,33
28	01	2031	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	640.881,52
34	01	2032	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	5.741,75
39	01	2033	3.3.90.00.00.00.00.00.0066	28.086,25
20	01	2037	3.3.90.00.00.00.00.00.0002	12.234,52
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIRO				
2	01	2034	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	28.729,01
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO				
3	01	2004	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.290,72
8	05	2005	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	74.629,46
13	04	2006	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	46.760,27
23	03	2027	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.591,88
28	03	2025	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	18.200,00
31	03	2026	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	107.579,36
34	04	2007	3.3.90.00.00.00.00.00.0024	12.613,65
38	05	2038	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	31.978,17
78	01	2013	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	42.366,37
53	01	2014	3.3.90.00.00.00.00.00.0019	179.670,28
87	02	2020	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	4.753,57
91	03	2029	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	27.976,67
94	04	2039	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	19.663,36
99	01	2024	3.3.90.00.00.00.00.00.0016	37.500,00
112	02	2023	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	187.539,29
115	03	2022	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	5.900,04
118	10	2036	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	8.255,88
122	01	2008	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	14.665,28
126	01	2010	3.3.90.00.00.00.00.00.0052	112.3643,37
130	01	2011	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	34.863,87
138	01	2035	3.3.90.00.00.00.00.00.0000	485,40

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá a CONTRATADA às penalidades previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, na suspensão temporária da participação em Licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 2 (dois) anos e multa de 10% (dez por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

Parágrafo Único - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

Formalizados através da Ata de Registro de Preços, sendo que o prazo de validade do Registro de Preços será de 12(dose) meses, contados da assinatura da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

A entrega do objeto será recebido, fiscalizado, medido, verificado, conferido por responsável pelo Depto de Compras e Licitações ou seu indicado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da CONTRATADA:

a) A entrega do Objeto licitado nos prazos e quantidades indicados pelas mesmas, com no máximo de 10(dez) dias da autorização de fornecimento;

b) Entregar o objeto licitado com qualidade, e que atendam as exigências do Edital;

c) Atender todas as solicitações da administração desde que de acordo com o objeto da presente licitação;

d) Responsabilizar-se por todas as despesas que se fizerem necessárias para a locomoção, frete ou qualquer outro serviço necessário entorno do objeto desta licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato, encontra-se vinculado ao processo licitatório nº 12/2013 – Pregão Presencial nº 05/2013, que o originou, sendo os casos omissos resolvidos, à luz da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, e alterações subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato será administrado e fiscalizado pelo Departamento de Compras e Licitações, seguindo o disposto na Legislação vigente, as cláusulas aqui contidas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Fraiburgo, Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato,



renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Monte Carlo, de de 2013.

CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Nome: _____

ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, QUANTIDADES E

PREÇOS UNITÁRIOS MÁXIMO E DO TOTAL DOS LOTES



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO**

ANEXO V

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013
ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, QUANTIDADES E
PREÇOS UNITÁRIOS MÁXIMO E DO TOTAL DOS LOTES**

LOTE Nº 01

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
1	15.000,000	UNI	BOLETIM ATENDIMENTO DE URGENCIA (FICHA VERDE).	0,1320	1.980,00
2	5.000,000	UNI	BERÇARIO	0,5800	2.900,00
3	20.000,000	UNI	CONTROLE DE SINAIS VITAIS	0,1800	3.600,00
4	20.000,000	UNI	EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM	0,1410	2.820,00
5	5.000,000	UNI	EVOLUÇÃO PRÉ PARTO	0,4240	2.120,00
6	5.000,000	UNI	EVOLUÇÃO MEDICA	0,1220	610,00
7	5.000,000	UNI	PRESCRIÇÃO MÉDICA	0,1230	615,00
8	3.000,000	UNI	BOLETIM DE CENTRO CIRÚRGICO	0,2770	831,00
9	10.000,000	UNI	LAUDO PARA EMISSÃO DE AIH	0,1500	1.500,00
10	10.000,000	UNI	LAUDO PARA DIARIA E OUTROS	0,4140	4.140,00
11	1.000,000	UNI	RECEITUARIO CONTROLE ESPECIAL CARBONADA	7,6800	7.680,00
12	2.000,000	UNI	ROTULO DE SORO	0,0370	74,00
13	2.000,000	UNI	CARTEIRA FISIOTERAPIA	0,1260	252,00
14	2.000,000	UNI	CARTEIRA PLANEJAMENTO FAMILIAR	0,1360	272,00
15	5.000,000	UNI	CARTÃO DA FAMILIA	0,0670	335,00
16	5.000,000	UNI	CARTEIRA DE HIPERTENSOS E DIABÉTICOS	0,1360	680,00
17	50,000	BL	AUTORIZAÇÃO DE BENEFÍCIOS (BLOCO C/ 50 FLS EM 2 VIAS CARBON	7,4950	374,75
18	1.000,000	UNI	ATESTADO MÉDICO	0,0440	44,00
19	1.300,000	UNI	REQUISIÇÃO DE EXAMES	0,0440	57,20
20	3.000,000	UNI	DECLARAÇÃO DE COMPARECIMENTO	0,0500	150,00
21	1.000,000	BL	RECEITUARIO MÉDICO (CARBONADO EM 2 VIAS)	8,2100	8.210,00
22	10.000,000	UNI	FICHA CLINICA ODONTOLÓGICA	0,1250	1.250,00
23	2.000,000	UNI	CARTÃO GESTANTE	0,2810	562,00
24	5.000,000	UNI	EVOLUÇÃO CLINICA	0,1040	520,00
25	10.000,000	UNI	BOLETIM DE ATENDIMENTO ODONTOLOGICO.	0,0140	140,00
26	3.000,000	UNI	BOLETIM DE VISITAS DOMICILIARES	0,1620	486,00
27	5.000,000	UNI	FICHA A	0,1650	825,00
28	2.000,000	UNI	FICHA D	0,3100	620,00
29	5.000,000	UNI	FICHA DE VISITA CONTROLE DA DENGUE	0,3840	1.920,00

LOTE Nº 02

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
30	50,000	BLS	AUTORIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO/MANUTENÇÃO	14,6450	732,25
31	16.000,000	UN	FOLHA DE PAPEL A4 TIMBRADA C/ BRASÃO DO MUNICIPIO	0,3190	5.104,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

32	80,000	BLS	DIÁRIO CAMINHÃO	11,5100	920,80
33	1.000,000	UNI	ENVELOPE 36 X 26 COLORIDO COM BRASÃO E LOGOTIPO	1,2930	1.293,00
34	500,000	UNI	ENVELOPE 18 X 25 COLORIDO C/ BRASÃO E LOGOTIPO	0,8230	411,50
35	500,000	UNI	ENVELOPE 23 X 11,5 COLORIDO C/ BRASÃO E LOGOTIPO	0,6120	306,00
36	1.000,000	UNI	PASTA À CORES C/ VERNIZ UV	4,1170	4.117,00
37	1.000,000	UNI	PASTA PARA PROCESSO LICITAÇÃO A CORES	6,0670	6.067,00
38	1.000,000	UNI	PASTA MOVIMENTO DE CAIXA	6,5170	6.517,00
39	100,000	BLS	ORDEM DE COMPRA CARBONADA C/ 2 VIAS C/ 50 JOGOS	10,6510	1.065,10
40	50,000	BL	ORDEM DE COMPRA	7,7400	387,00
41	30,000	BL	AUTORIZAÇÃO ABASTECIMENTO/MANUTENÇÃO	7,7400	232,20
42	500,000	UN	PASTA A CORES CIDADANIA	2,4730	1.236,50
43	200,000	UNI	ADESIVOS P/ PORTA VEICULOS MUNICIPAIS	23,5000	4.700,00
45	500,000	UN	CARTÃO DE VISITA COM TIMBRE E LOGOTIPO MONTE CARLO	0,2500	125,00

LOTE Nº 03

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
46	3.000,000	UNI	FOLHA A4 TIMBRADA 75G SEC DE EDUCACAO	1,9700	5.910,00
47	1.000,000	UN	PASTA TIMBRADA A CORES SEC EDUCACAO	17,5000	17.500,00
48	1.000,000	UN	FICHA DE MATRICULA ENSINO FUNDAMENTAL E INFANTIL T. 21X28CM	0,2890	289,00
49	1.000,000	UNI	ENVELOPE 18 X 25 COL. C/ BRASÃO TIMBRADO P/ EDUCAÇÃO	0,8420	842,00
50	1.000,000	UNI	ENVELOPE 26 X 36 COL. C/ BRASÃO TIMBRADO P/ EDUCAÇÃO	1,6890	1.689,00
51	5.000,000	UN	BOLETIM P/ ACOMPANHAMENTO EDUCAÇÃO INFANTIL TIMBRADO	2,0980	10.490,00
52	500,000	UNI	CARTAZES COLORIDOS SEC DE EDUCAÇÃO	8,3480	4.174,00
53	250,000	UN	CADERNO UNIVERSITÁRIO C/ ASPIRAL C/ 8 MATÉRIAS	46,2860	11.571,50
54	2.000,000	UN	MARCADORES DE PAGINAS COM MENSAGEM TAMANHO 6X15CM	0,7000	1.400,00
55	4.000,000	UN	JORNAL DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO C/ 22 PAG	7,8080	31.232,00
56	10.000,000	UN	FOLDERS P/ DIVULGAÇÃO DE PROJETOS E CAMPANHAS EDUCACIONAIS	1,2710	12.710,00
57	2.000,000	UNI	CARTILHA SECRETARIA DE EDUCACAO	3,7900	7.580,00
58	500,000	UNI	CARTEIRAS DE TRANSPORTE ESCOLAR	0,9930	496,50

LOTE Nº 04

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
44	1.000,000	UNI	CAPA BLOCO NF PRODUTOR RURAL	4,2270	4.227,00
59	4.000,000	JG	NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR, CONFORME MODELO PADRÃO DE SC	0,9360	3.744,00
60	500,000	UNI	NOTA FISCAL DE SERVICOS AVULSA	0,9360	468,00

LOTE Nº 05

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
------	------------	-------	---------------	--------------------	----------------



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

61	5.000,000	UNI	FOLDER CADASTRO UNICO	1,4230	7.115,00
62	5.000,000	UNI	CARTILHA EDUCATIVA CRIANCA E ADOLESCENTE	2,9730	14.865,00
63	2.000,000	UNI	CARTILHA CRAS NOVA VIDA	2,9730	5.946,00
64	1.500,000	UNI	FOLHA A4 TIMBRADA CRAS	0,3580	537,00
65	500,000	UNI	PASTA CRAS	3,4860	1.743,00
66	500,000	UNI	ENVELOPE 36X26 CRAS	1,4630	731,50
67	500,000	UNI	ENVELOPE 18X25 CRAS	0,9930	496,50
68	500,000	UNI	ENVELOPE 23X11,5 CRAS	0,5310	265,50

LOTE Nº 06

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Máximo	Total Previsto
69	20,000	BL	LAUDO DE VISTORIA BOMBEIROS	19,3390	386,78
70	40,000	UN	FICHA ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR CORPO BOMBEIROS SC	20,8580	834,32

Termo Aditivo Nº 01/2013 do Contrato Nº 37/2012 de Locação de Imóvel Urbano Para Funcionamento do Posto de Saúde

TERMO ADITIVO Nº 01/2013 DO CONTRATO Nº 37/2012 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FUNCIONAMENTO DO POSTO DE SAÚDE

Pelo presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas;

GILBERTO ZAMBONIM, brasileiro, casado, empregado da iniciativa privada, portador da cédula de identidade nº 3.620.032 SSP/SC e inscrito no CPF sob o número 020.420.479.88, residente e domiciliado na Rua João Correa de Deus, nº 220 Bairro Por do Sol, na cidade de Monte Carlo - SC, doravante denominada: "LOCADORA" e;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia SC 456 km 15, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.923.104/0001-45, neste ato representada pelo Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA, investida nas atribuições que lhe conferem o cargo de Secretário Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC, doravante denominada simplesmente, "LOCATÁRIA"

Têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA O FUNCIONAMENTO DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO SANTO ANTONIO ("Contrato"), que vigorará segundo o disposto nas leis 8.245/91 e 8.666/93, além do Princípio Gerais de Administração Pública e as cláusulas e condições seguintes:

CLAÚSULA PRIMEIRA: OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato, a prorrogação de vigência até o dia 31/Março/2013, a locação do presente imóvel para funcionamento do Posto de Saúde do Bairro Santo Antonio constituindo de um Casa com área construída de 90,00 m2, localizada na Rua João Dias de Deus, 220, bairro Por do Sol- Monte Carlo/SC ("o imóvel")

CLAÚSULA SEGUNDA: VALOR DO ALUGUEL E FORMA DE PAGAMENTO

A LOCATÁRIA pagará mensalmente á LOCADORA, a título de aluguel, o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), o qual deverá ser pago até o dia 15º dia do mês subsequente á utilização do imóvel pela LOCATÁRIA, através de depósito bancário em conta corrente de titularidade da LOCADORA, ou emissão de cheque pagos em carteira, com que a LOCATÁRIA concorda expressamente, sem qualquer ressalva, condição ou exigência, valendo os respectivos comprovantes de depósitos, após devidamente compensados, como recibos de pagamento.

CLAÚSULA TERCEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

Os recursos para atender às despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta do orçamento do Fundo de Saúde de Monte Carlo, conforme dotação orçamentária 2013:

Órgão 01

Unidade 01

Projeto/Atividade 2030

3.3.90.39.00.00.00.00

ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

CLAÚSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma original do contrato.

CLAÚSULA QUINTA: FORO

Elegem as partes o foro da Comarca de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, para dirimir as dúvidas resultantes do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem, justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 3(três) vias, de igual teor e forma, na presença

das testemunhas abaixo

Monte Carlo, 27 de Fevereiro de 2013

GILBERTO ZAMBONIM

CPF: 020.420.479.88

LOCADOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO

EDIR APARECIDA DE SOUZA

LOCATÁRIA

Testemunhas:

FRANCIEL OLIVEIRA DA SILVA ALBERTINHO MANGOLT

CPF: 066.089.349.55

CPF: 789.268.079.91

Termo Aditivo Nº 01/2013 do Contrato Nº 42/2012 de Locação de Imóvel Urbano Para Funcionamento do Posto de Saúd

TERMO ADITIVO Nº 01/2013 DO CONTRATO Nº 42/2012 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FUNCIONAMENTO DO POSTO DE SAÚDE

Pelo presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas;

ANGELO PERASSOLI, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 325.030 SSP/SC e inscrito no CPF sob o número 032.643.279.53, residente e domiciliado na Localidade de Santa Bárbara - Iraquitã, na cidade de Tangará - SC, doravante denominada: "LOCADORA" e;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia SC 456 km 15, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.923.104/0001-45, neste ato representada pelo Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA, investida nas atribuições que lhe conferem o cargo de Secretário Municipal de Saúde de Monte Carlo-SC, doravante denominada simplesmente, "LOCATÁRIA"

Têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA O FUNCIONAMENTO DO POSTO DE SAÚDE DO BAIRRO SÃO JOSÉ ("Contrato"), que vigorará segundo o disposto nas leis 8.245/91 e 8.666/93, além do Princípio Gerais de Administração Pública e as cláusulas e condições seguintes:

CLAÚSULA PRIMEIRA: OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato, a prorrogação de vigência até o dia 31/Maio/2013, a locação do presente imóvel para funcionamento do Posto de Saúde do Bairro São José constituindo de um Casa com área construída de 90,00 m2, localizada na Rodovia SC 456, nº 2368, Bairro São José - Monte Carlo/SC ("o imóvel")

CLAÚSULA SEGUNDA: VALOR DO ALUGUEL E FORMA DE PAGAMENTO

A LOCATÁRIA pagará mensalmente á LOCADORA, a título de aluguel, o valor de R\$ 350,00 (Trezentos e Cinquenta Reais), o qual deverá ser pago até o dia 15º dia do mês subsequente á utilização do imóvel pela LOCATÁRIA, através de depósito bancário em conta corrente de titularidade da LOCADORA, ou emissão de cheque pagos em carteira, com que a LOCATÁRIA concorda expressamente, sem qualquer ressalva, condição ou exigência, valendo os respectivos comprovantes de depósitos, após devidamente compensados, como recibos de pagamento.

CLAÚSULA TERCEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

Os recursos para atender às despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta do orçamento do Fundo de Saúde de Monte Carlo, conforme dotação orçamentária 2013:

Órgão 01

Unidade 01

Projeto/Atividade 2030

3.3.90.39.00.00.00.00

ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE**CLAÚSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

As outras cláusulas, condições e regras permanecem inalteradas na forma original do contrato.

CLAÚSULA QUINTA: FORO

Elegem as partes o foro da Comarca de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, para dirimir as dúvidas resultantes do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem, justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 3(três) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo

Monte Carlo, 27 de Fevereiro de 2013

ANGELO PERASSOLI

CPF: 032.643.279.53

LOCADOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO

EDIR APARECIDA DE SOUZA

LOCATÁRIA

Testemunhas:

FRANCIEL OLIVEIRA DA SILVA ALBERTINHO MANGOLT

CPF: 066.089.349.55

CPF: 789.268.079.91

Morro da Fumaça

PREFEITURA**Decreto Nº 028/2013**

DECRETO Nº 028/2013, de 05 de Abril de 2013.

"NOMEIA OS SERVIDORES RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE E AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, inciso IX, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado RANGEL DE FÁVERI SERAFIM, funcionário público municipal, e MICHEL ANTONIO MACCARI, Secretário de Finanças, Administração e Planejamento, para o controle e autorização das compras que serão efetuadas.

Parágrafo único. As solicitações de compras bem como as autorizações, deverão ser feitas por escrito, sob pena de não pagamento do débito com ônus ao servidor que efetuou a compra sem a devida autorização.

Art. 2º - Toda autorização de compra deverá ter no mínimo duas assinaturas, correspondente a assinatura dos dois servidores nomeados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 05 de Abril de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Finanças, Administração e Planejamento

Registrado e Publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 029/2013

DECRETO Nº 029/2013, em 08 de Abril de 2013.

"NOMEIA A BANCA AVALIADORA DA PROVA ESCRITA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL-SAMU DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Banca Avaliadora encarregada de promover a avaliação da prova escrita do Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção de candidatos para o provimento dos cargos públicos existentes no Serviço de Atendimento Móvel-SAMU, ficando designados para sua composição as seguintes pessoas:

1. Cristina Pereira Maccari
2. Mabel Magagnin Possamai
3. Marcia Warmeling Cechinel
4. Jucelma da Silva Goulart

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Abril de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTÔNIO MACCARI

Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Decreto Nº 030/2013

DECRETO Nº 030/2013, em 08 de Abril de 2013.

"NOMEIA A BANCA AVALIADORA DA PROVA PRÁTICA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL-SAMU DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Banca Avaliadora encarregada de promover a avaliação da prova prática do Processo Seletivo Simplificado destinado à seleção de candidatos para o provimento dos cargos públicos existentes no Serviço de Atendimento Móvel-SAMU, ficando designados para sua composição as seguintes pessoas:

1. Cristina Pereira Maccari
2. Mabel Magagnin Possamai
3. Cássio Aurélio da Silva
4. Elisson Witt dos Santos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 08 de Abril de 2013.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTÔNIO MACCARI
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Ata da Audiência Pública Para Discussão do Eiv de Instalação da Empresa Huisman e Ampliação da Empresa Keppel

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA DA INSTALAÇÃO DA EMPRESA HUISMAN DO BRASIL CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA E AMPLIAÇÃO DA EMPRESA KEPEL SIGMANIRE BRASIL LTDA.

Ata da audiência pública para discussão do estudo de impacto de vizinhança da instalação da empresa Huisman do Brasil Construções e Serviços de Manutenção de Equipamentos Navais Ltda e Keppel Sigmanire Brasil Ltda, aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, eu Karine Gomes, Secretária Executiva do Conselho da Cidade, iniciei com a apresentação da audiência pública fazendo a composição da mesa chamando o representante da empresa Keppel o Sr. Rafael Schoelbauer, representante da empresa Huisman Sr. David Roodenburg, representante da empresa Acquaplan o Sr. Fernando Dill, que ira fazer a apresentação dos estudos, o Superintendente da FUMAN Sr. Paulo Mafra, o Presidente do Conselho da Cidade e Secretário de Governo Sr. Cassiano Ricardo Weiss, eu, Karine Gomes passando a palavra para o Presidente da mesa Sr. Cassiano que cumprimentou e agradeceu a todos os presentes, após iniciando os trabalhos fazendo pronunciamento acerca da importância do estudo de impacto de vizinhança e da audiência pública, confirmando a distribuição da cópia do regulamento a todos. Convidando o Engenheiro Carlos Eduardo de Thales Gaya Müller para compor a mesa e passado a palavra para o mesmo apresentar o parecer técnico do estudo, o Engenheiro Carlos cumprimentou a todos, fazendo um breve relato dos dois processos que foram unificados em virtude da localidade abrangente que é basicamente a mesma, as atividades que são semelhantes, e os dois processos que estão ocorrendo praticamente simultaneamente na Prefeitura, ambas foram protocolizadas no mês de maio, o da empresa Huisman, tendo sofrido duas análises, sendo a primeira a do estudo de impacto de vizinhança, e a segunda uma complementação e o processo da empresa Keppel sendo uma análise de estudo e duas complementações, seguindo o Sr. Carlos faz a comunicação que todo este material estava disponível no local, assim também como na Prefeitura Municipal e no site da mesma, finalizando, concluiu dizendo que a equipe técnica entendeu que tais empresas estavam aptas para o debate com a comunidade, para se necessário poder ser feita complementações no estudo, esclarecendo que no momento oportuno a comunidade poderá fazer perguntas e que após 10 dias a conclusão da audiência poderão ser feitas consideração na Prefeitura, não tendo esta

necessidade, o projeto seguirá para o Conselho e uma vez aprovado, será confeccionado o Termo de Compromisso afim de garantir a sequência do procedimento pelas empresas, o Sr. Carlos encerrou agradecendo a oportunidade, retornando assim a palavra ao Presidente da mesa, enfatizando que a participação dos presentes, poderia ser feita de maneira oral ou escrita, na sequência, a palavra seguiu com o Sr. David, responsável por todas as operação da empresa Huisman no Brasil, cumprimentando a todos, iniciou a apresentando da empresa fazendo referência aos oitenta e um anos de fundação, de origem holandesa, porem com expansão pelo mundo, atua em diversas atividades, principalmente na área de petróleo e gás, criando assim equipamentos necessários para o desenvolvimento dos campos de petróleo, seguiu fazendo a demonstração de imagens explicativas dos seus principais produtos, como guinchos, torres de lançamento de tubulação no fundo do mar, sondas de perfuração, montanhas russas para parques de diversão, como, por exemplo as do Beto Carrero World, fabricadas no ano de dois mil e dez, explanou sobre a presença da empresa pelo mundo, inclusive tendo pontos de serviço no Rio de Janeiro, atualmente implantando a nova fabrica no Brasil, sendo esta em Navegantes, explicou os motivos da escolha desta fabrica ser alocada no Brasil, sendo o principal deles a descoberta do Pré-sal aqui, assim também como a proximidade do mercado de alta tecnologia, em consequência a presença atuante neste mercado, incentivos do Governo Nacional para empresas com filial no país, e finalmente, o clima tropical, em continuidade enfatizou a respeito dos oitocentos empregos diretos que serão gerados pela Huisman, e entre cem e trezentos empregos gerados pela cadeia de empresas que prestam serviços a mesma, assim também como aproximadamente dois mil empregos indiretos, seguiu demonstrando no mapa a exata localidade da fabrica em Navegantes, após demonstrou o quadro ilustrativo das instalações da fabrica nesta cidade, apresentando fotos reais de uma fabrica na China já em atuação e também das etapas de construção, desde a compra do terreno até conclusão, para maior noção das dimensões da estrutura, finalizou elencando as vantagens da vinda da Huisman para o Brasil, que seria a vinda de fornecedores de mais tecnologias de petróleo e gás para a região, parceria como Petrobrás, profissionalização de funcionários, assim também como o aprendizado da língua e da cultura holandesa, concluiu sua fala agradecendo a todos pela atenção, dando continuidade a audiência, o Presidente da mesa seguiu chamando para fazer o uso da palavra o Sr. Rafael, para que o mesmo apresentasse a empresa Keppel, iniciou saudando a todos e se apresentando como integrante do Departamento Jurídico da empresa, e em nome da mesma agradeceu a presença dos membros da comunidade e das autoridades municipais presentes, prosseguiu explicando quanto a divisão de sua apresentação em duas etapas, sendo um momento de vídeo de demonstração da Keppel no cenário internacional, e a apresentação sendo direcionada ao Estaleiro da empresa em Navegantes, começando por esta para o entendimento do funcionamento do Grupo Keppel, que é dividido em quatro componentes, quais sejam: Offshore e Marine, que terá mais ênfase na apresentação justamente pelo estaleiro ser parte integrante desta, Infraestrutura, Imóveis e Investimento, citou e explicou a respeito do lema da Keppel, sendo: Near Market, Near Customer, ou seja, perto do mercado, perto do consumidor, e disse que neste ponto de vista esta a vinda o para o Brasil, em atendimento a demanda do Pré-sal, dando continuidade, demonstrou imagens da empresa Keppel em Cingapura, tendo um nível próximo a este estaleiro em Navegantes, seguindo apresentou modelos e métodos de construção de embarcações fabricadas pela empresa, algumas delas podendo ser produzidas na cidade, sendo principalmente rebocadores e PSVs, seguiu fazendo a demonstração de fotos e ilustrações de um Estaleiro na China, o qual será usado como referência para a construção deste em Navegantes, fazendo após um breve relato de quando a Keppel assumiu um estaleiro local, conhecido como TWB, para transforma-lo em um moderno estaleiro afim de atender a todo o mercado nacional, confirmando, assim como a Empresa Huisman, que o

grande chamariz da vinda da Keppel para o Brasil foi devido a descoberta da grande quantidade de Pré-sal no país, também em atendimento a Petrobrás nesta demanda e especificamente se tratando de Navegantes, a justificativa é devido a mão de obra qualificada da região, o histórico da cidade em relação a construção naval e finalmente disponibilidade da indústria de apoio e fornecedores, demonstrando também, através de imagens e fotos aéreas a localização e estrutura do Estaleiro em Navegantes, atualmente empregando duzentos e sessenta funcionários diretos e duzentos e trinta indiretos tendo a tendência de aumento gradativo deste quadro alcançando a meta de mil funcionários até o fim da construção do estaleiro, que deve durar aproximadamente dezoito meses, em continuidade a apresentação, falando a respeito do treinamento de funcionários, alguns deles até mesmo fazendo intercâmbio de experiências na sede da Empresa, em Cingapura, por ser um estaleiro altamente moderno, ou ainda a respeito da parceria com a Petrobrás e o Senai, no recrutamento para treinamento e desenvolvimento de estudantes através do Projeto PROMINP e Menor Aprendiz, destacando assim a responsabilidade social da Empresa, buscando sempre um contato maior com a comunidade e os auxiliando assim no que for possível, após, passando novamente pela parte de estrutura da Keppel nesta cidade, elencando as atividades que já são possíveis ser realizadas no Estaleiro e fazendo menção as perspectivas da próxima etapa, finalizando assim a construção, colaborando para o desenvolvimento desta cidade com expectativas de grande potencial, após isto, é chegada a hora da segunda parte da apresentação do Grupo Keppel, o qual seria feita por meio de um vídeo, mas por problemas técnicos o mesmo não foi possível. Finalizando assim sua apresentação, na sequência, o Sr. Fernando, iniciou a apresentação do Estudo de Impacto de Vizinhança das duas empresas ao mesmo tempo, por estarem situadas em localização bastante próximas, estando na mesma rua e mesmo bairro, os dois procedimentos administrativos estão tramitando no Órgão Ambiental Estadual, a Lei Complementar número cinquenta e cinco de dois mil e oito determina aos Empreendimentos causadores de impacto ou com área superior a cinco mil metros quadrados que devem passar por esta análise técnica, um estudo que avalia uma área de quinhentos metros em torno das empresas já mencionadas, relacionando um diagnóstico socioeconômico da região estudada e fazendo uma análise da expansão urbana do município através do tempo, como a emancipação política da cidade, implantação do aeroporto, instalação de empreendimentos ligados a Indústria Naval e a Pesca Industrial, atividades portuárias, sendo o Porto com maior atividade de Santa Catarina, instalação de um Centro de Logística Regional, entre outros, fazendo referência a ocupação do solo nos bairros de Machados e Volta Grande, ainda tendo uma visão bastante rural da localidade, com áreas passíveis de expansão industrial e comercial, analisando ainda a população dos dois bairros, estrutura de equipamentos públicos urbanos, fluxo de veículos da região, características dos níveis de pressão sonora, tendo estes ruídos ultrapassado o permitidos pouquíssimas vezes, quanto a qualidade do ar, de uma maneira geral é considerada boa, visitas em domicílio em Machados de dois virgula quatro por cento e na Volta Grande de cinco virgula quatro por cento dos moradores, de diferentes faixas etárias, com tempo de residência desde zero a mais de trinta anos, com origem em diferentes estados, responderam as seguintes perguntas, no qual obtivemos as seguintes respostas: porque morar e Navegantes, tendo as respostas com maior percentual a de estar perto dos familiares, e a segunda maior pelo grande índice de emprego, sendo a próxima pergunta a percepção a respeito dos Serviços Públicos, seguindo a resposta com maior índice sendo a deficiência na educação por falta de desenvolvimento de projetos voltados a estas áreas, quanto a deficiência do transporte coletivo o maior índice atingido foi com relação a falta de horários de ônibus, seguido de falta de sinalização e equipamentos de controle das vias públicas, já a respeito da mobilidade urbana, mais de setenta por cento dos moradores concordaram que se manteve ou houve melhoria, após o

questionamento, foram sugeridas medidas a serem tomadas afim de dar maior conforto quanto a mobilidade aos que transitam e moram nestes bairros, entre eles o de rotas alternativas, pavimentar ruas, quando questionadas sobre as opções de lazer no bairro, sessenta e nove por cento daquela população concordou que não há, e que gostariam que o local apresentasse um parque infantil, uma praça, academia ao ar livre, entre outras, algumas destas elencadas inclusive foram instaladas até o fim deste Estudo de Impacto, a respeito da expectativa da comunidade quanto a estes empreendimentos as maiores respostas foram quanto a geração de empregos e aumento da renda familiar, em referência aos aspectos negativos as maiores respostas foram a respeito do trânsito no trânsito, aumento de fuligem, odor e ruídos, a partir deste momento, o Estudo será direcionado quanto as intervenções que cada empreendimento terá que efetuar para conseguir se instalar e quais são os impactos que estão vinculados, um dos grandes impactos positivos é quanto a tecnologia de ponta das duas empresas tendo escolhido esta cidade para suas sedes, carregando assim o nome de Navegantes consigo e orgulhando a todos os munícipes, por outro lado, e não poderia deixar de ser diferente, obviamente os transtornos também ocorreram, e por isto deve haver medidas de mitigação e controle, tendo já passado por avaliação macro pelo Órgão Ambiental Estadual, esta passando também pelo olhar micro da Prefeitura de Navegantes, sendo assim, Keppel e Huisman, foram convidados juntos a Administração Municipal a estruturar um novo Plano Diretor Municipal de Desenvolvimento, mais moderno e adequado, isto é, a compensação ambiental conforme o regramento do licenciamento ambiental brasileiro, sendo todos estes recursos depositados em Navegantes. Medidas estas como por exemplo estações de tratamento de efluentes, por ambas unidades, a do Grupo Keppel já instalada, estando prestes a entrar em operação, outro ponto é o tráfego de veículos pesados que vão atender as operações de instalação, devem seguir a uma rota específica já traçada, obrigação também de apresentarem um centro de resíduos e dar o destino final a eles, plano de emergência de vazamento de óleo, controle sonoro, da água e do ar, da contratação de funcionários que moram ou tem intenção de morar na cidade, entre outros, encerrando assim, o Sr. Fernando, sua apresentação, agradecendo a todos, passando a palavra ao Presidente da mesa, que a transferiu ao Sr. Prefeito Roberto Carlos de Souza, que iniciou suas declarações saudando a todos e comunicando a felicidade em receber os dois Empreendimentos em Navegantes, por trazerem mais riqueza e contribuírem para o desenvolvimento da cidade. Num segundo momento, falando em nome da comunidade a respeito da via pública, pedindo que seja limpa com mais frequência, para que estes transtornos possam ser amenizados, a segunda preocupação se refere a recuperação do pavimento, solicitando que as duas empresas assumam este compromisso publicamente, finalizando suas considerações agradecendo a parabenizando aos dois empreendimentos, regressando assim a palavra ao Presidente da mesa pronunciando o intervalo de quinze minutos para o coffee-break, e elaboração dos questionamentos, retomando a audiência, eu, Karine Gomes, solicitei que os integrantes da mesa a recomponham e incluindo o representante da empresa contratada para os serviços de terraplanagem, Sr. Branco, dando continuidade aos trabalhos, inicio lendo a pergunta do Sr. Irineu Toresan, que gostaria de saber a respeito das medidas que serão tomadas a respeito das rachaduras provocadas nas residências causadas por rolo compressor e pelo peso dos caminhões e também quanto a limpeza das ruas, em relação as vias, e a pergunta da Sra. Magali Correia gostaria que molhassem mais a rua, que a quantidade que estão molhando não é o suficiente, o Sr. Branco responde que já esta se fazendo o uso de mais um caminhão pipa que estará atuando assim com dois caminhões para lavar o local, e também já foi locada uma máquina de limpeza mecânica, já em relação ao peso dos caminhões, não há como operar de outra maneira, o aterro se torna indispensável para a obra, mas que a empresa Salseiros se compromete a reparar os danos do asfalto, ressaltando ainda que já foi escolhida a

areia com material a ser usado na terraplanagem afim de diminuir os impactos e da finalização desta etapa ocorrer de maneira mais ágil, após isto, o representante da empresa Acquaplan tomou a palavra confirmando que já se tinha noção quanto a estes eventos, que poderiam ocorrer, e que a empresa pela qual representa, na função de fiscalizadora e auditora, tendo por objetivo o Programa Ambiental de Construção, atuaria para que estas normas sejam cumpridas, quando perguntado, por mim, Karine, se a comunidade gostaria de ter oportunidade de réplica, prontamente um munícipe deu ênfase na questão de rachaduras nas residências, ainda não tendo sido abordada nas respostas anteriores, retornando assim a palavra ao Sr. Fernando, o qual continuando sua resposta, informou que a Huisman deverá mandar engenheiros nas residências, com a finalidade de verificar a situação, realizando um inventário, para posteriormente restaurar tais danos, eu, Karine, informo ao Sr. Irineu, que ao fim da Audiência Pública, o mesmo deixe seus dados pessoais, para possibilitar o contato da Huisman com o mesmo, seguimos lendo uma sugestão do Sr. Waldelir Guarezi, para que a manutenção do sistema de drenagem em canal aberto fosse feita de maneira "gabião", após, o mesmo pediu a palavra para complementar sua sugestão, passando a vez ao Sr. Fernando, orientando que os interessados tomassem conhecimento dos projetos, tanto da Huisman que já esta em processo de finalização na FATMA, quanto o da Keppel, para que a situação fosse verificada, finalizando o momento aberto para debate a última pergunta foi do Sr. Ronaldo Tomas Correia, representante da Associação Atlético Volta Grande, afirmando que esta, já realizada diversos trabalhos com a comunidade, sendo escolinha de futebol, cancha de bocha, pista de caminhada, entre outros, querendo ter ciência se tais empreendimentos poderiam contribuir para o desenvolvimento destes trabalhos, respondendo este tema, o representante do Grupo Keppel tomou a palavra e solicitou que este contato fosse feito diretamente a empresa para análise do pedido, ressaltando que esta é uma preocupação no qual a empresa esta engajada, o representante da Huisman seguindo o mesmo raciocínio, confirmando a resposta anterior, ratificando ainda, o Sr. Fernando, informou que a Huisman tem em vista a elaboração de um programa de educação ambiental, no qual poderia ser abordada esta ação esportiva, o presidente da mesa, Cassiano, seguiu apresentando alguns esclarecimentos finais e encerrou a reunião agradecendo a presença de todos, eu Karine Gomes, lavrei a presente ata que deverá ser assinada por mim e pelo Presidente do Conselho da Cidade e Secretário de Governo.

KARINE GOMES
Secretária Executiva

CASSIANO RICARDO WEISS
Presidente do Conselho da Cidade
Secretário de Governo

Ata da Audiência Pública Para Discussão do Estudo do Impacto de Vizinhança da Empresa Abramar. Docx

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DO ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA DA INSTALAÇÃO DOS CONDOMÍNIO COSTA DO GRAVATÁ I E II PELA EMPRESA ABRAMAR

Ata da audiência pública para discussão do estudo de impacto de vizinhança da instalação dos Condomínios Costa do Gravatá I e II da empresa Abramar aos dezoito dias do mês de março do ano de dois mil e treze a Secretaria Executiva, Karine Gomes, eu, inicio a audiência pública de estudo de impacto de vizinhança de dois condomínios residenciais no bairro gravatá, seguindo fazendo a composição da mesa chamando o diretor de projetos, representando da empresa Abramar, o Sr. Christian Kambeck, o Sr. Gianni Thiago Moro, engenheiro da equipe técnica que analisa o projeto, Sr. Paulo Celso Mafra superintendente da FUMAN, presidindo a mesa,

pois o presidente do conselho da cidade e secretário de governo, Sr Cassiano Weiss não pode estar presente, eu, Karine Gomes que sou Secretária do Conselho da Cidade e para finalizar o Sr. Emílio Dolichneyr, na sequência a palavra ao presidente da mesa que iniciou saudando e agradecendo a todos os presente e em seguida explanou sobre a exigência do plano diretor do município em promover uma audiência pública de impacto de vizinhança, com a finalidade de mensurar os impactos positivos, provocar menos impactos negativos e medidas mitigatórias para empreendimentos com mais de cinco mil metros quadrados e sessenta unidades habitacionais, sendo que a participação da comunidade é muito importante e que todos poderão fazer questionamentos no momento oportuno, passando a palavra a secretaria executiva que leu o regulamento da audiência, e em seguida passou a palavra a Dra. Amanda Pinheiro Machado, advogada da empresa Abramar, a mesma iniciando sua fala agradecendo a presença de todos, afirmando que com grande satisfação hoje esta sendo apresentada este projeto habitacional para a integração entre a empresa e a comunidade, seguindo apresentando a empresa a qual representa, estando esta no mercado desde o ano de mil novecentos e noventa e dois, em Santa Catarina como um todo, tendo como conceito desenvolver comunidades de qualidade harmonizando Design, Execução e Sustentabilidade, expondo através de imagens, um exemplo de condomínio associado ao Minha Casa Minha Vida que esta sendo concluído na cidade de Camboriú, o qual foi motivo de um premio por excelência pela qualidade do empreendimento, e que é com igual qualidade que será realizado tal projeto no bairro Gravatá, nesta cidade, ressaltando que a incorporadora deste responsável será a Praia de Gravatá Empreendimentos Imobiliários que foi formada juntamente com alguns investidores da região, tomando a palavra após, para continuar a apresentação em nome da Abramar, o Sr. Christian que é diretor de projetos, iniciando sua apresentação saudando a todos, agradecendo a presença da comunidade, possibilitando assim o debate do projeto com a comunidade, e a Prefeitura do Município pela organização da audiência e pela análise com critério sobre o projeto, contendo este 700 unidades, sendo um conceito completamente novo em relação ao minha casa minha vida, trabalhando a renda salarial de quatro a sete salários mínimos, para financiamento de unidades em torno de cento e vinte mil reais, diferenciado pela qualidade ambiental e de infraestrutura, sendo a ideia inicial de um arquiteto de Madri, adaptado os padrões brasileiros, as exigências da prefeitura, quanto a área verde doado para server ao publico, as exigência da caixa econômica federal, passando assim a palavra para a arquiteta, Sra. Alessandra Bernardi, que é gerente de projetos, para fazer a apresentação do projeto em si, iniciando com um boa noite a todos, começa a discorrer sobre o assuntos situando a todos qual a localidade exata do empreendimento, sendo ele na avenida Ivo Silveira, sendo a área total de cento e quarenta e um mil metros quadrados, da matricula matriz foram loteados cento e vinte e quadro mil metros quadrados, a proposta é que neste terreno sejam implantados três empreendimentos, o Costa do Gravatá Um, que seria um Condomínio comercial, o Costa do Gravatá Dois, que seria totalmente residencial, e o Costa do Gravatá Três, que seria misto, totalizando assim setecentas unidades, contendo doze lojas, e seiscentos e oitenta e oito apartamento, após avistando através de imagens mostradas a localização aérea exata, e destacando por cores no mapa cada área de ocupação do empreendimento, sendo destinando a um determinado assunto, assim como também a parte doada ao município, correspondente a área de quarenta e quatro por centos do lote inicial, ressaltando que será construído ao fundo do empreendimento uma estação de tratamento de esgoto, discorrendo após sobre cada condomínio em específico, relatando sobre a possível troca entre a Abramar e a Prefeitura, esta instalando futuramente uma rodoviária próxima ao local, e aquela, asfaltando todo o trecho da Avenida Ivo Silveira fechando o perímetro onde o ônibus estaria circulando, explicando após sobre a disposição dos cômodos internos dos apartamentos feita da melhor maneira possível afim de trazer um convívio de

qualidade, comentando após sobre o tipo de construção utilizado no empreendimento, após a palavra retornou a Sr. Sr. Christian Krombeck seguindo complementou como principal preocupação sobre a escolha do tipo de construção sendo utilizado, para obter uma obra mais limpa e trazendo menos poluição sonora, após eu, Karine segui convidando a todos os membros da mesa para desfaze-la, possibilitando assim a melhor visualização da apresentação do Sr. Emílio Dolichneyr representando a empresa AcquaPlan, responsável pelo estudo realizado, iniciando cumprimentou a todos e fazendo um breve relato em referencia a empresa que representa, realizado esta estudos ambientais e de Impacto de Vizinhança de diversos empreendimentos, inclusive já tendo trabalhado com a empresa Abramar em outros empreendimentos, frisando após do porque da realização do estudo, qual a sua real importância e também pela exigência da legislação vigente no município desta cidade, relatando após que não iria entrar no detalhamento do projeto, pois esta apresentação já havia sido feita anteriormente, seguiu fomentando sobre a parte do estudo que determinou a escolha da melhor área destinada a preservação e de utilização do poder público, destacando que tal área já foi licenciada pela FAT-MA pra loteamento, assim como autorização de corte, sendo desenvolvido após um projeto para a execução do projeto, sendo tomadas medidas de mitigação para o aperfeiçoamento do empreendimento, em seguida apresentou o motiva da escolha da realização da obra nesta localidade, o diagnostico político, socioeconômico da área de estudo, desenvolvimento dos últimos dez anos com empresas navais, ferry boat e dando ênfase à logística portuária da região que atraiu varias outras industrias e empresas, apresentou a analise de crescimento do bairro Gravatá, que cresceu duzentos e setenta e cinco por cento, o maior crescimento entre os bairros do município, explanou sobre as áreas de preservação ambiental permanente , apresentando análise dos equipamentos urbanos como escolas postos de saúde, comercio local, entre outros , seguindo salientou que foi executado estudo para caracterizar o horário de maior movimento no fluxo de veículos na região e ressaltou que foi identificado o grande fluxo de ciclistas nas ruas próximas ao empreendimento, também foi analisado o nível de ruídos da região, já estando próximo o nível máximo permitido pela legislação antes mesmo do inicio da construção do empreendimento para todo este estudo foram visitadas trinta famílias para a realização da pesquisa de percepção da comunidade sobre os serviços urbanos existentes, o perfil dos entrevistados predominou o estado civil casado, com dois a três filhos e renda de um a três salários mínimos, a maioria deles a favor do empreendimento, devido a geração de empregos, desenvolvimento do comercio, dos serviços urbanos em geral, valorização imobiliária, entre outros, e alguns entrevistados sendo contra o empreendimento, sendo estes a minoria, devido aos impactos negativos, principalmente na etapa de construção, mas que podem ser amenizados e para sendo esta responsabilidade da Abramar quanto a monitoramento e de programas ambientais e de mitigação dos impactos causados pelo projeto, na sequencia eu, Karine passo a palavra ao Prefeito em exercício, Sr. Emilio Vieira iniciou dando boa noite a todos e falando do crescimento do município e do bairro Gravatá e esclareceu que esta audiência é uma exigência legal, ressaltando ainda que todos podem opinar quanto ao empreendimento que será construído, saindo então desta reunião sem dúvidas e finalizou agradecendo a presença de todos, após eu, Karine informei a respeito do intervalo de quinze minutos para o coffee-break oferecido pela empresa, após o intervalo, o início se deu lembrando que tanto o estudo quanto o parecer estava disponível na presente audiência, na Prefeitura Municipal, assim também como no site desta, em seguida com a palavra o Engenheiro Giann para dar o parecer do Estudo de Impacto de Vizinhança, iniciando saudou a todos e informou que a análise foi feita pela equipe de engenheiros da Prefeitura, após isto, a Secretaria de Governo juntamente com a comissão de análise deu um segundo parecer que também já esta disponível para acompanhamento geral de todos os procedimentos para a idealização do projeto, após isto,

a Prefeitura através do seu corpo técnico deu o parecer prévio favorável a implantação do empreendimento, encaminhando assim o mesmo ao Conselho da Cidade para a realização de audiência pública, que esta sendo na data de hoje, e que todos os questionamento feitos aqui serão registrados, retornando a palavra a mim, que convidei a todos o membros da mesa para refaze-la, para o inicio dos debates, a primeira pergunta se dá oralmente, feita pelo Sr. Jaime, o mesmo informou apenas que não tinha nada contra o empreendimento, que a sua oposição era contra a problemática a respeito da falta de água na localidade, sendo instalado tantas unidades habitacionais sem que nem fosse mencionado o problema da falta de água do bairro, respondendo a pergunta o Sr. Christian Krombeck informando que o empreendimento teve uma preocupação bastante grande quanto a isto, tendo no local caixa d'água com capacidade para armazenamento de água por até três dias, minimizando assim o impacto da falta de água em casos de falta de abastecimento, e que o empreendimento é mais um fortalecedor pra que este problema da cidade e principalmente do bairro do Gravatá tenha uma solução, mas que ele discorda quanto a condicionamento da solução deste problema a permissão da instalação dos condomínios, pois este empreendimento não pode ser vinculado a medidas que o poder público deve tomar em exclusividade, na réplica o Sr. Jaime diz que o condicionamento é a única forma de cobrar o poder público que tome uma providência efetiva com relação a falta de água, porque a anos a comunidade só escuta promessas e sem solução plausível, eu, Karine, respondi que pelas palavras do Sr. Jaime o mesmo provavelmente não tinha comparecido a audiência pública da água, resumidamente relatei a mesma, salientando que já foi feito um estudo onde o município não tem condições de arcar com o investimento, e por isso a câmara de vereadores ira decidir se haverá uma concessão deste serviço público ou se o mesmo será administrado por uma autarquia, sugeri a todos que entrassem em contato com os seus vereadores para acompanhar esta decisão e que então este problema da falta de água já estava em andamento em um processo paralelo, sendo este sanado somente no momento da construção da captação própria, finalizei deixando claro que a falta de água não é um problema do empreendimento, a próxima pergunta oral é do Sr. Rui Dalton observando que a sexta pergunta, do Sr. Marlon já foi respondida juntamente com a primeira pergunta, a sexta pergunta era para saber qual o projeto de abastecimento de água e data de inicio para entrega se o atual já não atende ao bairro, em seguida o Sr. Rui faz um breve relato do histórico demográfico do bairro Gravatá e algumas estatísticas onde apela pela solução do problema da falta de água e criticando o estudo do empreendimento sobre a capacidade de reservação e dizendo que independe da vazão pergunta qual é a vazão necessária da rede de água depois que o empreendimento foi instituído, e quantos metros cúbicos de água serão necessários durante a construção, observou que não foi apresentado o cronograma de construção, o Sr. Christian agradece pela participação e responde que realmente a reservação nada tem haver com a vazão e que esta reservação de três dias amenizará muito a falta de agua no empreendimento e que ninguém está dizendo que o empreendimento de setecentas unidades vai trazer somente impactos positivos, o que está se dizendo é que este projeto de cinquenta milhões em Navegantes é um projeto qualificado e que está em acordo com a legislação, inclusive a de consumo de agua, e também as normas técnicas que capacidade de vazão e armazenamento entre outras que o Sr. Rui também tem conhecimento e que entende perfeitamente o problema de agua no município, que como já foi dito este problema a prefeitura já está tomando providencias, e que a empresa quer ajudar principalmente fazendo bem feito o empreendimento, e uma das coisas que a empresa se preocupou foi em trazer áreas comerciais para o empreendimento para que as pessoas tenham acesso a farmácia, mercado, entro outras assim demonstrando que houve muita preocupação para qualificar este empreendimento e que o empreendimento sozinho não pode resolver todos os problemas da cidade, que é claro que o investidor da iniciativa

privada quer ter lucro, por isso tem que haver um equilíbrio sobre o que é de responsabilidade da empresa, da prefeitura e da sociedade, em complementação o Sr. Emílio da empresa Acquaplan, lembra que se a água não chega na cidade, nem na prefeitura também não chegará no empreendimento, e este é um problema da prefeitura e que é claro que um empreendimento de cinquenta milhões está em consonância com a prefeitura e com a legislação e finaliza dizendo que a cidade está em constante crescimento muitas vezes desordenado e que o empreendimento é uma forma de ordenar este crescimento, na replica o Sr. Rui diz que uma das características do empreendimento, conforme apresentado, é a sustentabilidade, então quer saber se há reaproveitamento de água pluvial, uma vez que para os que estão fazendo o projeto é somente um trabalho mas os moradores permanecem e que este empreendimento vai fazer a população do bairro crescer cinquenta por cento e opina que a ocupação desordenada é muito mais benéfica para o município do que o empreendimento em questão, e que as árvores plantadas no bairro pedreiras não terá aproveitamento pela comunidade do gravatá, e que sendo uma audiência publica deve ser posto em votação se aprova ou se somente o mesmo vai ser aprovado após o posicionamento da garantia explícita da questão da água, e ressalta que o que mais acaba com os investimentos da cidade é a falta de água e que o empreendimento só vai piorar esta situação e finaliza ressaltando o pedido de votação, o Sr. Paulo Mafra, na qualidade de presidente da mesa, faz suas considerações a respeito da condução da audiência e diz que o problema da água não se trata somente do Bairro Gravatá e que o empreendimento não pode ser prejudicado por uma deficiência do município, pede calma a todos e fala que a opinião da comunidade está sendo considerada, o Sr. Emílio Vieira pediu a palavra e perguntou a empresa quanto tempo que demorará a entrega do empreendimento, Sr. Christian responde que deverá ser entregue em três anos e meio a quatro anos, reafirma que no novo contrato com o SEMASA será cobrado o fornecimento e que serão construídos reservatórios em Navegantes e que não podemos fechar as portas para os investimentos, que o investimento estará beneficiando muitos moradores do Gravatá que querem adquirir seu imóvel próprio e que em paralelo ao investimento está se resolvendo a questão da água, e que podem ter certeza que esta administração irá sim lutar pela questão da água e que tem a responsabilidade sim por esta questão e finaliza pedindo que façamos esta audiência com respeito e responsabilidade, completando o esclarecimento, eu, Karine ressalto que não há necessidade de votação pois mesmo que seja a opinião somente do Sr. Jaime e do Sr. Rui, já está registrado na filmagem e nesta ata, e que vai compor o projeto e ser levada em consideração, continuando a terceira pergunta do Sr. Marlon que questiona sobre o problema da mobilidade e desvio da rota do ônibus, Sr. Paulo Mafra responde que já foi respondido pela prefeitura ao empreendimento que desviar não resolve o problema, completando, eu, Karine, esclareço que não está definido que a rota será desviada, é somente uma proposta do projeto, e a ultima pergunta oral é da Sra. Marcia, que inicia questionando por que o ministério publico não está presente, se o mesmo foi convidado e se foi e não poderia comparecer esta audiência deveria ter sido adiada, porque é uma obrigação a participação do mesmo, ressalta que a audiência é para avaliar o impacto do empreendimento que todos tem o direito de dizer que se querem ou não o empreendimento e porque, e que sua opinião é que se já falta água no verão por causa do incremento de turistas, com o empreendimento faltará o ano todo, e com relação a mobilidade o empreendimento terá trezentas e sessenta vagas de garagem, como vai ser o transito no verão, e que querem tirar o ônibus da avenida principal, cadê a estrutura para isso, se a população quiser votar e condicionar é de direito, Sr. Paulo esclarece que o Ministério Público não está presente porque é uma audiência consultiva, o mesmo convida o Sr. Carlos Eduardo Gaya Muller, expectador para explicar o que significa uma audiência consultiva, e antes de passar a palavra ressalta que a população tem toda razão com relação a situação da água, o Sr. Carlos esclarece que a

audiência consultiva não tem a finalidade de aprovar, reprová ou condicionar o projeto, todas as considerações são arquivadas no projeto, tanto em vídeo e ata, é apenas uma consulta pública, e que após os dez próximos dias, que servem para fazer encaminhamentos, o Conselho da Cidade dá um parecer se é ou não favorável ao empreendimento que volta para a Secretaria de Governo para o parecer final técnico que este sim é que vai decidir se aprova ou não o projeto, sendo assim não tem o objetivo de colocar em votação, não tem esta finalidade, e nem de decidir sobre a parte técnica do projeto, apenas relatar o impacto na vizinhança, em sequencia a ultima pergunta oral o Sr. Marlon, que critica a pesquisa feita no entorno com apenas trinta famílias, com um percentual de menos de dois por cento, o Sr. Emílio explica que para a pesquisa do estudo foi utilizada além das trinta famílias as informações oficiais do ultimo sendo, na réplica o Sr. Marlon reafirma sua opinião, e o Sr. Emílio também reafirma que o estudo foi feito com dados oficiais e que infelizmente não possui tempo hábil para explicar exatamente como foi feito, mas garante que dados como faixa etária, renda, levantamento sócio econômico entre outros foram coletados de dados oficiais, o Sr. Presidente, Paulo Mafra, esclarece que todas as manifestações foram registradas e vão ser consideradas, principalmente a da água, transito e áreas verdes, e vão ser encaminhadas a área técnica e ao conselho das Cidades e finalizou dando boa noite a todos e agradecendo a presença, eu Karine Gomes, lavrei a presente ata que deverá ser assinada por mim e pelo Presidente da mesa.

KARINE GOMES
Secretária Executiva

PAULO CELSO MAFRA
Presidente em exercício
Superintendente da FUMAN

Extrato de Ata Registro de Preço Nº 209/2012 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 209/2012.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 209/2012, relativa ao Pregão Presencial PMN nº 209/2012 - contendo os preços registrados pela empresa DINAMICS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ 07.201.527/0001-23, no valor total de R\$ 461.639,60 (quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta centavos) e ENERDATA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 08.804.785/0001-67, no valor total de R\$ 39.731,00 (trinta e nove mil setecentos e trinta e um reais).

Vigência: 01/04/2014.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 01 de abril de 2013.

CARLA CLAUDINO
Pregoeira



Sistema de
Indicadores de
Desenvolvimento
Municipal
Sustentável

Informações municipais para a promoção do
desenvolvimento sustentável em Santa Catarina
indicadores.fecam.org.br



Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 272 1256/2013 a 1267/2013

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 272 1256/2013 a 1267/2013



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1256/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHY5662	54435001E	5169/1	17/02/2013	165
AMA2350	55489042D	6599/2	16/01/2013	230 * V
CFI0617	55685187D	5010/0	11/01/2013	162 * I
CFI0617	55685188D	5118/0	11/01/2013	164 c/c 162 * I
IHX5326	54435110E	6912/0	27/01/2013	232
IJN1699	55685076D	5010/0	07/01/2013	162 * I
IKK3343	55686031D	5010/0	15/01/2013	162 * I
IKK3343	55686032D	5118/0	15/01/2013	164 c/c 162 * I
IMT8286	55488148D	6912/0	18/02/2013	232
LXH9268	55573143C	6599/2	21/01/2013	230 * V
LYQ5453	54434823E	5010/0	20/02/2013	162 * I
LYQ5453	54434824E	5118/0	20/02/2013	164 c/c 162 * I
LYQ5453	54434825E	6599/2	20/02/2013	230 * V
LYV3903	55686212D	6556/1	22/01/2013	230 * I
MAI6698	54434753E	6599/2	16/02/2013	230 * V
MAO4085	54435355E	6599/2	20/02/2013	230 * V
MBA4012	55685756D	5010/0	21/01/2013	162 * I
MBM3702	55686237D	5045/0	25/01/2013	162 * V
MBM3702	55686238D	6912/0	25/01/2013	232
MBO4373	55573115C	6556/1	09/01/2013	230 * I
MBQ7115	55487647D	7340/0	10/01/2013	252 * IV
MCQ6007	54328234D	6912/0	20/01/2013	232
MCY7164	54434570E	6912/0	13/01/2013	232
MCY9169	55573148C	6599/2	22/01/2013	230 * V
MCY9952	54435291E	5010/0	14/02/2013	162 * I
MDE2035	55488150D	6599/2	21/02/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDG1790	54435415E	7340/0	24/02/2013	252 * IV
MDJ9541	54435007E	5118/0	20/02/2013	164 c/c 162 * I
MEW8095	55760446C	6912/0	16/02/2013	232
MEY7374	55685291D	6599/2	09/01/2013	230 * V
MFA7493	54435300E	6599/2	22/02/2013	230 * V
MFA7493	54435357E	6912/0	22/02/2013	232
MFI3471	55246196C	5010/0	16/01/2013	162 * I
MFI3471	55246197C	5118/0	16/01/2013	164 c/c 162 * I
MFI3471	55246198C	6726/1	16/01/2013	230 * XVIII
MFI3471	55246199C	6912/0	16/01/2013	232
MFO8914	55008289C	6912/0	31/01/2013	232
MGP7224	54434569E	6599/2	13/01/2013	230 * V
MGV9697	55685295D	6700/1	09/01/2013	230 * XVI
MHG8215	54435243E	6599/2	13/02/2013	230 * V
MHG8215	54435244E	6726/1	13/02/2013	230 * XVIII
MHG8215	54435245E	6912/0	13/02/2013	232
MHQ2039	54434622E	6599/2	19/02/2013	230 * V
MHZ6966	55685332D	6769/3	09/01/2013	230 * XXII
MIG4162	54435008E	6599/2	20/02/2013	230 * V
MIG4162	54435009E	5045/0	20/02/2013	162 * V
MIG4162	54435010E	5037/1	20/02/2013	162 * III
MIW8388	55488146D	6637/2	17/02/2013	230 * IX
MIW8388	55488147D	5010/0	17/02/2013	162 * I
MJJ2452	55488145D	6912/0	17/02/2013	232
MJQ3231	55573175C	7340/0	11/01/2013	252 * IV
MKA0118	54435213E	5045/0	04/02/2013	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1257/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZM1812	55573316C	5452/3	04/02/2013	181 * VIII
MAZ4612	54435294E	5185/2	18/02/2013	167
MBL4669	54435040E	5185/1	01/03/2013	167
MCC5538	55573167C	5541/4	10/01/2013	181 * XVII
MCY7892	55573462C	5452/1	03/02/2013	181 * VIII
MDW6553	54434733E	7030/2	13/01/2013	244 * I
MEN4591	55573312C	5568/0	04/02/2013	181 * XIX
MES0898	55573186C	5525/0	15/01/2013	181 * XV
MEW5530	55573341C	5185/1	13/02/2013	167
MEW5530	55573342C	5185/2	13/02/2013	167
MEW5530	55573343C	5835/0	13/02/2013	195
MEX9788	55685646D	5738/0	17/02/2013	186 * II
MFH3725	55573130C	5525/0	16/01/2013	181 * XV
MFO6443	55573160C	5525/0	09/01/2013	181 * XV
MGL1718	54434680E	7030/2	19/02/2013	244 * I
MHE5259	54434676E	5568/0	15/02/2013	181 * XIX
MHG3574	55573177C	5541/4	11/01/2013	181 * XVII
MHZ6749	55573459C	5460/0	15/02/2013	181 * IX
MHZ9329	54434732E	7030/2	13/01/2013	244 * I
MIM4388	55573467C	5568/0	14/02/2013	181 * XIX
MJF3540	54434914E	5185/1	10/02/2013	167
MKH1752	54435249E	5185/1	14/02/2013	167
MKP4538	55573138C	5568/0	21/01/2013	181 * XIX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1258/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKX4149	55686159D	5010/0	05/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
CMR3981	55685554D	6599/2	27/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
CMR3981	55685555D	5045/0	27/10/2012	R\$ 191,53	162 * V
JPE1790	55760340C	6920/0	22/10/2012	R\$ 127,69	233
KOI9198	54329024D	6599/2	16/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
KOI9198	54329025D	5010/0	16/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
KOI9198	54329026D	5118/0	16/09/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LWV8215	55686471D	5010/0	12/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
LWV8215	55686472D	6599/2	12/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
LWV8215	55686473D	6637/1	12/10/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LXB7698	55685149D	6599/2	09/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXN5055	55685492D	6599/2	19/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXN5055	55685493D	6912/0	19/10/2012	R\$ 53,20	232
LZD0017	55574977C	5037/1	14/11/2012	R\$ 574,61	162 * III
LZD0017	55574978C	6599/2	14/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBA2453	55687241D	6599/2	01/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBM7268	55487742D	5010/0	19/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBM7268	55487743D	6599/2	19/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCC0562	55685609D	6599/2	17/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCG4802	55687346D	6599/2	04/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCJ4193	55488815D	5010/0	27/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCJ4193	55488816D	6599/2	27/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDH5887	55686101D	6599/2	09/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDJ5335	55687242D	6653/2	01/09/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MDM4124	55685141D	6912/0	09/01/2013	R\$ 53,20	232
MDP1409	55574987C	6610/2	19/11/2012	R\$ 127,69	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDP1409	55574988C	6610/1	19/11/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MDZ3996	55685219D	7340/0	06/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MDZ3996	55685220D	6769/3	06/01/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MEC8258	55685565D	6548/2	04/11/2012	R\$ 85,12	229
MEM6667	55574628C	6599/2	01/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEN9676	55685346D	5118/0	12/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEN9676	55685347D	6912/0	12/01/2013	R\$ 53,20	232
MFD4228	55685143D	5118/0	09/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFD4228	55685144D	5010/0	09/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFJ4251	55488819D	5010/0	06/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFJ4251	55488820D	5118/0	06/10/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFN2626	54329003D	6599/2	12/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHQ4172	54434560E	7340/0	11/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MIQ4496	54434706E	7340/0	12/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MMA1440	55685423D	6548/2	20/09/2012	R\$ 85,12	229

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1259/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LOB2552	55574911C	5452/2	14/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LXB7698	55685336D	7030/2	09/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MAC8922	55687460D	5452/3	13/11/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MCB0585	55686296D	5568/0	08/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MCE7045	55573110C	5541/1	08/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEH4748	55574630C	5568/0	01/11/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MEU6593	55686592D	5207/0	02/09/2012	R\$ 53,20	169
MGG4729	55685327D	7030/2	09/01/2013	R\$ 191,53	244 * I
MGS0732	55685604D	6041/1	27/11/2012	R\$ 127,69	207
MIN9632	55574690C	5541/3	12/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MJB6281	55685589D	7030/2	01/12/2012	R\$ 191,53	244 * I
MJB9768	55573109C	5487/0	08/01/2013	R\$ 127,69	181 * XI
MJH4479	55573114C	5568/0	09/01/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
MMK0199	55574652C	5541/4	28/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1260/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEF3079	55572761C	6599/2	15/02/2013	230 * V
AEX4495	55008299C	6556/1	26/02/2013	230 * I
HKN0107	54435751E	5045/0	04/03/2013	162 * V
HKN0107	54435752E	6700/0	04/03/2013	230 * XVI
HKN0107	54435753E	5142/0	04/03/2013	164 c/c 162 * V
INX9872	54435224E	6700/0	05/02/2013	230 * XVI
LXN9358	54435368E	6599/2	28/02/2013	230 * V
LXN9358	54435369E	6912/0	28/02/2013	232
LZK0914	54435552E	6769/2	02/03/2013	230 * XXII
LZY8205	55685972D	5045/0	18/02/2013	162 * V
LZY8205	55685972D	6599/2	18/02/2013	230 * V
MBI0736	54434807E	5010/0	02/02/2013	162 * I
MBI0736	54434808E	6912/0	02/02/2013	232
MBI0736	54434809E	6599/2	02/02/2013	230 * V
MBO3995	54435233E	6700/0	07/02/2013	230 * XVI
MCA4405	54435506E	5010/0	01/03/2013	162 * I
MCX6878	55760447C	6556/1	16/02/2013	230 * I
MDA9554	54435383E	6726/1	01/03/2013	230 * XVIII
MEH7823	55572781C	6602/0	20/02/2013	230 * VI
MEH7823	55572782C	6637/2	20/02/2013	230 * IX
MEL9633	54435391E	5045/0	01/03/2013	162 * V
MEO0304	55686068D	6599/2	25/02/2013	230 * V
MEP6182	55685678D	5045/0	09/02/2013	162 * V
MET3074	54435421E	5045/0	28/02/2013	162 * V
MET3074	54435422E	6726/1	28/02/2013	230 * XVIII
MFL0588	54435361E	6408/0	28/02/2013	221

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFL0588	54435362E	6726/1	28/02/2013	230 * XVIII
MFO5563	55686234D	6700/0	24/01/2013	230 * XVI
MFO5563	55686236D	7340/0	24/01/2013	252 * IV
MFY5293	54435141E	5045/0	01/03/2013	162 * V
MGC4962	55685788D	5010/0	29/01/2013	162 * I
MGC4962	55685789D	6599/2	29/01/2013	230 * V
MHB4389	54434985E	5010/0	15/02/2013	162 * I
MHB4389	54434986E	5118/0	15/02/2013	164 c/c 162 * I
MHB4389	54434987E	6599/2	15/02/2013	230 * V
MHN1245	54434512E	7340/0	12/02/2013	252 * IV
MHN1245	54434683E	7340/0	23/02/2013	252 * IV
MHN1245	54434684E	6912/0	23/02/2013	232
MHQ6164	54435015E	6599/2	22/02/2013	230 * V
MIH7591	55686164D	5010/0	14/02/2013	162 * I
MJA3815	54434628E	6599/2	25/02/2013	230 * V
MJA3815	54434629E	5010/0	25/02/2013	162 * I
MKP9351	54435017E	5010/0	22/02/2013	162 * I
MKS5996	54435016E	5010/0	22/02/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1261/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ATA0410	54435247E	5185/1	14/02/2013	167
GTE0807	55584951C	5568/0	04/03/2013	181 * XIX
HXC2874	55687424D	5452/1	27/02/2013	181 * VIII
IGN9262	55686063D	5541/3	01/02/2013	181 * XVII
LCM3958	55573484C	5541/3	20/02/2013	181 * XVII
LYJ4562	55573475C	5568/0	19/02/2013	181 * XIX
LYY0706	55573240C	5541/5	31/01/2013	181 * XVII
MEY9038	54435692E	5185/1	02/03/2013	167
MHG5522	54435562E	5185/1	02/03/2013	167
MHN1245	54434513E	7064/0	12/02/2013	244 * IV
MHN1245	54434682E	7030/2	23/02/2013	244 * I
MHQ2168	55573478C	5541/3	19/02/2013	181 * XVII
MIV4604	54435150E	5185/1	01/03/2013	167
MKV7000	55685975D	5738/0	02/03/2013	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1262/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACI0065	55687340D	6599/2	03/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
AFT4716	55685459D	5010/0	30/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
AFT4716	55685460D	5118/0	30/09/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AFT4716	55685462D	6599/2	30/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
AFT4716	55685463D	7340/0	30/09/2012	R\$ 85,12	252 * IV
AJG2429	55687040D	6548/2	30/12/2012	R\$ 85,12	229
AMH4063	55685456D	5010/0	30/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
AMH4063	55685457D	5118/0	30/09/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AMT8854	55687187D	6726/1	24/11/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
CXO5330	54328194D	5010/0	05/09/2012	R\$ 574,61	162 * I
CXO5330	54328198D	6637/1	05/09/2012	R\$ 127,69	230 * IX
HCL0952	54329044D	6599/2	20/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
HCL0952	54329045D	6610/2	20/09/2012	R\$ 127,69	230 * VII
HCL0952	54329046D	6912/0	20/09/2012	R\$ 53,20	232
KBX7437	55686470D	6599/2	04/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZR7216	54329690D	5010/0	02/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
LZR7216	54329691D	6599/2	02/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
LZV1446	55760344C	6920/0	22/10/2012	R\$ 127,69	233
MAO9173	55686009D	5010/0	12/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAO9173	55686010D	6599/2	12/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAO9173	55686011D	5118/0	12/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAO9173	55686012D	6556/1	12/12/2012	R\$ 191,53	230 * I
MAW7525	55488838D	5010/0	07/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAW7525	55488839D	5118/0	07/11/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBH0699	55574899C	6599/2	04/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBJ2836	55246159C	5010/0	07/12/2012	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBJ2836	55246160C	5118/0	07/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBJ2836	55246161C	6599/2	07/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBU9898	55686106D	6599/2	22/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCX6584	55488134D	6599/2	08/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDP3679	55687065D	5010/0	19/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDP3679	55687066D	5118/0	19/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEP9413	55488131D	6599/2	16/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MES3985	55686203D	6408/0	02/10/2012	R\$ 85,12	221
MFL0310	55488893D	5010/0	13/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFN5812	55685501D	5010/0	25/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFP5134	55685471D	5010/0	07/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MFP5134	55685472D	5118/0	07/10/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFP5134	55685473D	6599/2	07/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGF2524	55686790D	7340/0	26/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MGI5224	55686545D	7340/0	26/12/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MGL9668	55685040D	7340/0	02/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MGW5530	55489230D	6599/2	26/10/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGZ9205	55953700C	6912/0	11/01/2013	R\$ 53,20	232
MHU3171	55686826D	6912/0	24/12/2012	R\$ 53,20	232
MIG7028	55574996C	5010/0	21/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIG7028	55574998C	6599/2	21/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIM9095	55685035D	6912/0	02/01/2013	R\$ 53,20	232
MIN4239	55685468D	6653/2	04/10/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MIN4239	55685469D	7340/0	04/10/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MIR7845	55685569D	6599/2	11/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIR7845	55685570D	6912/0	11/11/2012	R\$ 53,20	232
MIR7845	55685571D	6637/2	11/11/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MIR7845	55685572D	6726/1	11/11/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIW0552	55574868C	5010/0	23/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIW0552	55574869C	6599/2	23/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIW3755	55687467D	5010/0	21/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJB6251	55686484D	5010/0	01/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJB6281	55685586D	5010/0	01/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MJB6281	55685587D	5118/0	01/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJZ8939	55488886D	5010/0	16/08/2012	R\$ 574,61	162 * I
MKB4090	55760348C	6920/0	22/10/2012	R\$ 127,69	233
MMK6900	55760333C	6920/0	22/10/2012	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1263/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEX4495	55574749C	5460/0	27/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
AFT4716	55685464D	7030/1	30/09/2012	R\$ 191,53	244 * I
AFT4716	55685465D	7064/0	30/09/2012	R\$ 191,53	244 * IV
AFT4716	55685466D	6050/2	30/09/2012	R\$ 191,53	208
AFT4716	55685467D	5207/0	30/09/2012	R\$ 53,20	169
CXO5330	54328197D	5835/0	09/09/2012	R\$ 127,69	195
DDZ2505	55574593C	5568/0	01/11/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
LXW4779	55686001D	5584/0	06/12/2012	R\$ 53,20	182 * II
MAT2372	55685509D	5452/1	21/12/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
MBR4227	55574463C	5460/0	17/09/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MCR6945	55574714C	5460/0	07/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MDP3679	55687068D	5738/0	19/01/2013	R\$ 191,53	186 * II
MDR5931	54434552E	5967/0	08/01/2013	R\$ 191,53	203 * V
MDX8219	55686528D	5185/1	25/12/2012	R\$ 127,69	167
MEJ6755	55574647C	5568/0	07/11/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MES3985	55686201D	5835/0	02/10/2012	R\$ 127,69	195
MES3985	55686202D	7048/1	02/10/2012	R\$ 191,53	244 * II
MEU0637	55574556C	5460/0	16/10/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MEY1168	55574927C	5541/5	18/12/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MFF8833	55685053D	5452/2	02/01/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MFP5134	55685474D	7048/1	07/10/2012	R\$ 191,53	244 * II
MFP5134	55685475D	7072/1	07/10/2012	R\$ 191,53	244 * V
MFP5134	55685476D	6858/0	07/10/2012	R\$ 85,12	231 * VII
MFQ2092	55687343D	7048/3	04/10/2012	R\$ 191,53	244 * II
MFR5949	55574710C	5568/0	07/11/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MFZ0659	55574613C	6050/1	30/10/2012	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGP2143	55574475C	6068/1	21/09/2012	R\$ 127,69	209
MGS8056	55687175D	6491/0	07/10/2012	R\$ 53,20	227 * II
MGZ9205	55953699C	5185/1	11/01/2013	R\$ 127,69	167
MHA1251	55574885C	5835/0	29/11/2012	R\$ 127,69	195
MHA5882	55574470C	6041/2	19/09/2012	R\$ 127,69	207
MHT0410	55574454C	5568/0	14/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MIA4916	55574310C	6041/1	03/09/2012	R\$ 127,69	207
MIJ8814	55574566C	5460/0	24/10/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MIR7845	55687154D	5878/0	19/09/2012	R\$ 85,12	199
MJB5972	55574520C	5460/0	15/10/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MJB6281	55685588D	7030/2	01/12/2012	R\$ 191,53	244 * I
MKB1657	55574706C	5460/0	05/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MXH5325	55574595C	5541/4	01/11/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1264/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAE7586	54328803D	5010/0	25/06/2011	162 * I
AAE7586	54328804D	5118/0	25/06/2011	164 c/c 162 * I
AAE7586	54328805D	6599/2	25/06/2011	230 * V
AGW7813	54435554E	6610/2	02/03/2013	230 * VII
AMF1884	55685507D	6599/2	04/12/2012	230 * V
AMR0397	55686084D	6920/0	19/03/2013	233
ICS8436	54435521E	6920/0	13/03/2013	233
IHO6750	54435535E	6920/0	13/03/2013	233
INL2201	54435448E	6599/2	03/03/2013	230 * V
LPH8717	54435529E	6920/0	13/03/2013	233
LPH8717	54435540E	6920/0	14/03/2013	233
LXG1771	55686083D	6920/0	19/03/2013	233
LXM5015	54435677E	5010/0	02/03/2013	162 * I
LXM5015	54435678E	5118/0	02/03/2013	164 c/c 162 * I
LXM5015	54435679E	6408/0	02/03/2013	221
LXN3683	54434995E	5274/1	02/03/2013	175
LXN3683	54434997E	6912/0	02/03/2013	232
MAJ5194	55686080D	6920/0	19/03/2013	233
MAX0988	54435094E	5010/0	29/01/2013	162 * I
MAY8091	55572785C	6599/2	21/02/2013	230 * V
MCT6011	55008284C	5010/0	24/01/2013	162 * I
MCT6011	55008285C	6599/2	24/01/2013	230 * V
MCT6011	55008286C	7340/0	24/01/2013	252 * IV
MCT6011	55008287C	6556/1	24/01/2013	230 * I
MCX0937	55685790D	5010/0	29/01/2013	162 * I
MDA4538	54435550E	6920/0	14/03/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDG9632	54328237D	6726/1	21/01/2013	230 * XVIII
MDP3959	54435281E	7340/0	06/02/2013	252 * IV
MDV0746	54436053E	6599/2	13/03/2013	230 * V
MDV0746	54436054E	6912/0	13/03/2013	232
MDV8574	54435042E	6920/0	13/03/2013	233
MDV8574	54435542E	6920/0	14/03/2013	233
MDX9541	54435101E	5010/0	23/01/2013	162 * I
MEH4641	54435387E	6599/2	01/03/2013	230 * V
MEH4641	54435388E	5045/0	01/03/2013	162 * V
MEH4641	54435389E	5037/1	01/03/2013	162 * III
MEQ6300	54435034E	6599/2	28/02/2013	230 * V
MEV6466	54435061E	6599/2	23/01/2013	230 * V
MEX8403	54435092E	6912/0	29/01/2013	232
MEY7374	54435532E	6920/0	13/03/2013	233
MFH1789	55685776D	7340/0	25/01/2013	252 * IV
MFQ7726	55686095D	6920/0	19/03/2013	233
MFZ7879	54435653E	5045/0	01/03/2013	162 * V
MGM1075	54435531E	6920/0	13/03/2013	233
MGM1075	54435538E	6920/0	13/03/2013	233
MGS0642	55953550C	5010/0	19/01/2013	162 * I
MHF3083	55686079D	6920/0	19/03/2013	233
MHG6667	55685782D	6599/2	28/01/2013	230 * V
MHM6179	54435524E	6920/0	13/03/2013	233
MHT9738	55574772C	5010/0	04/03/2013	162 * I
MHV3208	54435672E	7340/0	02/03/2013	252 * IV
MIN5931	54435050E	6920/0	13/03/2013	233
MIN5931	54435549E	6920/0	14/03/2013	233
MIO2099	54435104E	6912/0	24/01/2013	232
MIR2354	54435381E	7340/0	01/03/2013	252 * IV
MIR2354	54435382E	6726/1	01/03/2013	230 * XVIII
MIT8062	54435142E	7340/0	01/03/2013	252 * IV
MIW8388	54435460E	5010/0	01/03/2013	162 * I
MIW8388	54435461E	5118/0	01/03/2013	164 c/c 162 * I
MJB6446	54435439E	7340/0	03/03/2013	252 * IV
MJF6985	55686055D	6599/2	01/02/2013	230 * V
MJN5353	55687070D	6548/0	03/03/2013	229
MJT3935	54435502E	5010/0	27/02/2013	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJT3935	54435503E	5118/0	27/02/2013	164 c/c 162 * I
MKI4399	54436051E	6912/0	12/03/2013	232
MKI4399	54436052E	7340/0	12/03/2013	252 * IV
MKM3728	54434960E	5010/0	23/01/2013	162 * I
MKM3728	54434961E	5118/0	23/01/2013	164 c/c 162 * I
MLD1116	54328943D	6726/1	16/01/2013	230 * XVIII
MLE9231	54435466E	5169/1	17/03/2013	165
MYB6663	54435423E	6599/2	02/03/2013	230 * V
NBD0325	55686081D	6920/0	19/03/2013	233
NBD0325	55686250D	6920/0	15/03/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 272 1265/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGZ5550	54435248E	5185/1	14/02/2013	167
ANA1078	55584972C	5568/0	11/03/2013	181 * XIX
DZF5182	55573198C	5460/0	23/01/2013	181 * IX
MAX0988	54435095E	5380/0	29/01/2013	181 * I
MBH1196	55953525C	5185/1	15/01/2013	167
MCE2000	55573304C	5568/0	01/02/2013	181 * XIX
MCM2920	55685660D	5452/2	16/01/2013	181 * VIII
MDR7205	54434751E	5568/0	13/02/2013	181 * XIX
MDX0609	55573133C	5460/0	17/01/2013	181 * IX
MDZ1005	55584976C	5568/0	11/03/2013	181 * XIX
MEN6705	55685967D	5541/1	11/02/2013	181 * XVII
MGF5171	55584986C	5460/0	12/03/2013	181 * IX
MGY4467	55574771C	5568/0	04/03/2013	181 * XIX
MHB6684	55573227C	5568/0	29/01/2013	181 * XIX
MHI9110	55574767C	5460/0	04/03/2013	181 * IX
MHJ4476	55584982C	5460/0	12/03/2013	181 * IX
MHX5760	55584992C	5568/0	13/03/2013	181 * XIX
MIH5462	55584973C	5568/0	11/03/2013	181 * XIX
MJB9246	55573226C	5541/3	25/01/2013	181 * XVII
MJF6985	55686056D	5185/1	01/02/2013	167
MJM5583	54435074E	5185/2	26/01/2013	167
MLE9231	54435467E	5835/0	17/03/2013	195
MMA2237	55572778C	7366/2	19/02/2013	252 * VI
MMK6900	55584974C	5460/0	11/03/2013	181 * IX

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1266/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKY9836	55685262D	6769/3	05/01/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
DEK2560	55686220D	6599/2	23/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
DEK2560	55686221D	6556/1	23/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
ITI9696	54435075E	6700/1	26/01/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
LCH2190	55686016D	6599/2	25/12/2012	R\$ 191,53	230 * V
LCH2190	55686034D	5169/1	20/01/2013	R\$ 1.915,38	165
LCH2190	55686035D	5274/1	20/01/2013	R\$ 191,53	175
LCH2190	55686038D	6610/2	20/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LCH2190	55686039D	6637/2	20/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LXF5769	55685067D	6599/2	05/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAK7289	55687360D	5010/0	01/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MBB3605	54435081E	6726/1	28/01/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBF3458	55574664C	6556/1	04/12/2012	R\$ 191,53	230 * I
MBJ7968	55573205C	5010/0	22/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBJ7968	55573206C	6610/1	22/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MBK6045	55687227D	6653/2	01/09/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MBK6045	55687228D	6599/2	01/09/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBK6045	55687228D	6912/0	01/09/2012	R\$ 53,20	232
MBQ2922	55687041D	6548/2	30/12/2012	R\$ 85,12	229
MBZ8161	55687194D	5010/0	02/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCH3122	55685152D	5045/0	06/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDL7276	55953543C	6912/0	17/01/2013	R\$ 53,20	232
MDM3478	55574961C	6599/2	08/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDM8867	55686677D	5010/0	04/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDM8867	55686678D	6599/2	04/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDR0716	55574871C	6599/2	23/11/2012	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEF9888	55687475D	6653/2	25/11/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MEM1606	55685560D	5010/0	30/10/2012	R\$ 574,61	162 * I
MEM1606	55685561D	5118/0	30/10/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFG8785	55685773D	5045/0	24/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MFW0212	54434965E	5010/0	30/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFW0212	54434966E	5118/0	30/01/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFW0212	54434969E	6726/1	30/01/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGL1864	55685549D	5010/0	05/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGL1864	55685651D	6556/1	05/01/2013	R\$ 191,53	230 * I
MHE3722	55574863C	5010/0	22/11/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHE3722	55574864C	6599/2	22/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHL0705	55687013D	5010/0	21/12/2012	R\$ 574,61	162 * I
MHL0705	55687014D	5118/0	21/12/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIL2388	55488827D	5045/0	18/10/2012	R\$ 191,53	162 * V
MIL2388	55488828D	5142/0	18/10/2012	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MIN4244	54435077E	6726/1	26/01/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIS3952	55685727D	6912/0	03/01/2013	R\$ 53,20	232
MJU7567	54328240D	7340/0	21/01/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MKA2961	55573203C	6610/2	22/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MKA2961	55573204C	6610/1	22/01/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MKS2567	54328220D	6912/0	15/01/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 272 1267/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AKH7971	55760415C	5185/1	07/01/2013	R\$ 127,69	167
AKL8661	55574921C	5550/0	18/12/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
JNX1408	55489875D	5452/1	24/09/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
LCH2190	55686036D	5835/0	20/01/2013	R\$ 127,69	195
LCH2190	55686037D	5185/1	20/01/2013	R\$ 127,69	167
LXR6930	55574619C	5568/0	31/10/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
LYC4674	55686206D	5428/1	21/10/2012	R\$ 191,53	181 * V
LZP5035	55685608D	5568/0	17/12/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MAA8291	55574722C	5460/0	12/11/2012	R\$ 85,12	181 * IX
MAH7290	54329039D	5568/0	20/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MEK1822	55686934D	5185/2	05/01/2013	R\$ 127,69	167
MEK3923	54329040D	5568/0	20/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MEZ1774	55574735C	5550/0	14/11/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFF8529	55574319C	5541/5	04/09/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MHE3873	55574349C	5568/0	12/09/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MHF9568	55574254C	5550/0	16/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHO0148	55574263C	5550/0	17/08/2012	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHR6498	55574804C	5568/0	21/12/2012	R\$ 127,69	181 * XIX
MJB5478	55686529D	5185/1	25/12/2012	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 8 DE ABRIL DE 2013

CÉLIO ROBERTO FRANCISCO

AUTORIDADE TRANSITO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 1º Bimestre/2013 - Anexos 5 e 6
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 1º BIMESTRE/2013 - ANEXOS 5 E 6

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 28 Feb 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.257.636,63	10.257.636,63	10.344.513,57
DEDUÇÕES (II)	12.323.955,50	12.323.955,50	27.782.500,03
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.967.246,14	15.967.246,14	28.251.773,10
Demais Haveres Financeiros	13.403,63	13.403,63	13.571,39
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.656.694,27	3.656.694,27	482.844,46
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.066.318,87	-2.066.318,87	-17.437.986,46
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	365.989,98	365.989,98	365.989,98
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.432.308,85	-2.432.308,85	-17.803.976,44

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Feb 2013 (C - A)
VALOR	-15.371.667,59	-15.371.667,59

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.036,29

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 28 Feb 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	87.186.676,12	87.186.676,12	87.186.676,12
Passivo Atuarial	87.186.676,12	87.186.676,12	87.186.676,12
DEDUÇÕES (VIII)	9.217.159,94	9.217.159,94	10.766.318,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	49.597,40	49.597,40	7.097,14
Investimentos	9.179.879,11	9.179.879,11	10.761.613,28
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	12.316,57	12.316,57	2.391,66
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	77.969.516,18	77.969.516,18	76.420.357,36
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	77.969.516,18	77.969.516,18	76.420.357,36

FONTE:

NAVEGANTES, 01/04/2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
 Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
 Contador CRC/SC - 15.192-0

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	149.112.966,40	29.836.739,59	29.836.739,59	25.033.223,59
Receita Tributária	29.784.949,00	9.279.686,00	9.279.686,00	8.485.774,50
I.P.T.U.	5.992.793,00	5.167.427,02	5.167.427,02	4.006.104,47
I.S.S.	16.150.647,00	2.475.142,95	2.475.142,95	3.029.428,28
I.T.B.I.	4.090.787,00	668.597,55	668.597,55	438.560,32
I.R.R.F.	1.403.679,00	180.933,27	180.933,27	95.707,21
Outras Receitas Tributárias	2.147.043,00	787.585,21	787.585,21	915.974,22
Receita de Contribuição	14.274.092,00	2.418.062,46	2.418.062,46	1.193.943,73
Receitas Previdenciárias	11.309.095,00	1.883.428,51	1.883.428,51	796.434,16
Outras Contribuições	2.964.997,00	534.633,95	534.633,95	397.509,57
Receita Patrimonial Líquida	9.075,00	7.635,00	7.635,00	412,50
Receita Patrimonial	2.091.886,00	169.901,73	169.901,73	129.617,64
(-) Aplicações Financeiras	2.082.811,00	162.266,73	162.266,73	129.205,14
Transferências Correntes	85.595.737,40	15.047.348,90	15.047.348,90	12.820.423,68
F.P.M.	17.260.210,40	3.446.457,61	3.446.457,61	3.047.451,17
I.C.M.S.	17.677.872,00	3.165.052,08	3.165.052,08	2.797.276,43
Convênios	1.013.709,00	0,00	0,00	50.000,00
Outras Transferências Correntes	49.643.946,00	8.435.839,21	8.435.839,21	6.925.696,08
Demais Receitas Correntes	19.449.113,00	3.084.007,23	3.084.007,23	2.532.669,18
Dívida Ativa	2.600.651,00	260.699,85	260.699,85	382.108,62
Diversas Receitas Correntes	16.848.462,00	2.823.307,38	2.823.307,38	2.150.560,56
RECEITAS DE CAPITAL (II)	44.214.998,50	2.660.878,34	2.660.878,34	446.795,10
Operações de Crédito (III)	18.902.733,50	771.248,34	771.248,34	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	25.312.265,00	1.889.630,00	1.889.630,00	446.795,10
Convênios	23.695.743,00	1.889.630,00	1.889.630,00	446.795,10
Outras Transferências de Capital	1.616.522,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	25.312.265,00	1.889.630,00	1.889.630,00	446.795,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	174.425.231,40	31.726.369,59	31.726.369,59	25.480.018,69
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	119.487.911,09	17.827.482,36	17.827.482,36	15.246.738,06
Pessoal e Encargos Sociais	72.325.022,33	11.082.838,57	11.082.838,57	9.851.850,33
Juros e Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	56.142,85	56.142,85	111.800,68
Outras Despesas Correntes	47.042.888,76	6.688.500,94	6.688.500,94	5.283.087,05
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	119.367.911,09	17.771.339,51	17.771.339,51	15.134.937,38
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	79.277.589,68	2.299.524,25	2.299.524,25	3.090.385,20
Investimentos	74.747.589,68	1.615.152,85	1.615.152,85	2.770.038,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	4.530.000,00	684.371,40	684.371,40	320.346,48
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	74.747.589,68	1.615.152,85	1.615.152,85	2.770.038,72

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2013/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	9.769.095,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	203.884.595,77	19.386.492,36	19.386.492,36	17.904.976,10
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-29.459.364,37	12.339.877,23	12.339.877,23	7.575.042,59
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	462.084,13	0,00
Superávit Financeiro	-	-	462.084,13	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-15.235.544,50

FONTE:

NAVEGANTES, 05/04/2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC - 15.192-O

Nova Trento

PREFEITURA

Contrato Nº 077/2013

CONTRATO Nº 077/2013

Origem: Processo Licitatório nº 039/2013. Modalidade: Pregão Presencial nº 023/2013. Homologação: 05/04/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ Nº 82.925.025/0001-60. Contratada: IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. - ME, inscrita no CNPJ nº 15.874.834/0001-01, estabelecida na Rua Santo Antonio, nº 164, Jardim Hantschel, CEP 89295-000, Rio Negrinho/SC. Objeto do Contrato: Aquisição de mobiliário (Armários e balcões) para Creche Ciranda Cirandinha do Bairro Espreado de Nova Trento, conforme especificações constantes no Anexo I, que fazem parte integrante deste pregão. O valor total é de R\$ 5.999,00 (Cinco mil, novecentos e noventa e nove reais).

Nova Trento, 08 de abril de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Edital Nº 001/2013

EDITAL Nº 001/2013 DE CONVOCAÇÃO PARA A

ETAPA MUNICIPAL PREPARATÓRIA DA

5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

LEMA:

Quem Muda as Cidades somos nós. Reforma Urbana Já!

O Prefeito Municipal de NOVA TRENTO, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Decreto Municipal de Convocação da Conferência nº. 022/2013, de 26 de março de 2013 e nos termos do Decreto Federal nº. 5.790, de 25 de maio de 2006; da Resolução Normativa nº. 14, de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades - ConCidades; e, da Portaria nº. 013/2012, de 30 de novembro de 2012, da Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina, que determinam que a Conferência das Cidades é o fórum legítimo para o debate e a pactuação entre o Poder Público e a Sociedade Civil sobre a política de Desenvolvimento Urbano em seu território, convoca a todos os segmentos organizados da sociedade municipal e demais cidadãos interessados para participar da Etapa Municipal Preparatória da 5ª Conferência Nacional das Cidades, designação oficial da Conferência Municipal de NOVA TRENTO, a realizar-se na Casa da Cidadania, dia 28 de maio de 2013, com início às 19 horas e encerramento previsto para as 23 horas.

OBJETIVOS DO EVENTO:

- Promover o debate sobre assuntos relacionados às políticas de desenvolvimento urbano, do Município, assim como as do Estado e as nacionais;
- Debater e formular proposições e avaliações sobre as formas de execução da Política e do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e suas áreas estratégicas;
- Debater e formular diretrizes locais para o desenvolvimento urbano, especialmente, nas questões propostas pelos regimentos estadual e nacional da 5ª Conferência das Cidades;
- Fortalecer o processo de criação e operacionalização do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, ou outra designação atribuída pelo Plano Diretor para este Conselho; e,
- Eleger e indicar os delegados do Município à 5ª Conferência Estadual das Cidades - a realizar-se nos dias 22, 23 e 24 de agosto de 2013, conforme critérios de quantidade e proporcionalidade

determinados em quadro constante no Anexo III do Regimento da 5ª Conferência Estadual das Cidades.

PAUTA

- 1 - Recepção e inscrição dos participantes, a partir das 19h;
- 2 - Solenidade de Abertura, com pronunciamento do Prefeito Municipal, às 20 horas;
- 3 - Instalação da Mesa Coordenadora, formada por representantes da Comissão Preparatória Municipal; apresentação da pauta e das regras para a realização e o funcionamento da Conferência, contidas no Regimento da Conferência do Município de NOVA TRENTO, às 20h10min;
- 4 - Apresentação da Síntese do Texto Base da 5ª. Conferência Nacional das Cidades, assim como, dos temas prioritários das políticas de desenvolvimento urbano do estadual e municipal, às 20h30min;
- 5 - Debate sobre o conteúdo do Texto Base, elaborado e disponibilizado pelo Conselho Nacional das Cidades (ConCidades), que aborda quatro grandes temas: as políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade; a participação e o controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano; o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano; e, os instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial, às 21h00min;
- 6 - Eleição de até 30 (trinta) propostas de emendas (aditivas, supressivas ou modificativas) ao Texto Base, a serem enviadas à 5ª. Conferência Estadual das Cidades, às 21h15min;
- 7 - Às 21h30min, debate sobre as prioridades municipais e estaduais quanto à Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016, especialmente, ao que se refere ao:
 - Plano Estadual e Plano Municipal de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos;
 - Plano Catarinense e Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;
 - Criação e Fortalecimento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Rural do Município de Nova Trento;
 - Aplicação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade no Plano Diretor do Município;
 - Elaboração do Plano Estadual de Mobilidade Urbana; e
 - Implementação da Região Metropolitana de Florianópolis e demais, no Estado;
- 8 - Eleição de até 10 (dez) propostas prioritárias da Política de Desenvolvimento Urbano no âmbito estadual e 10 (dez) propostas prioritárias de implementação da Lei Complementar do Plano Diretor Municipal e/ou da Política de Desenvolvimento Urbano do Município, às 22h00min;
- 9 - Às 22h30min, eleição, dentre os participantes, do(s) delegado(s) e respectivo(s) suplente(s) e, nomeação do(s) delegado(s) e respectivo(s) suplente(s) representante(s) do Poder Público Municipal, para atuarem com voz e voto na 5ª. Conferência Estadual das Cidades;
- 10 - Encerramento dos trabalhos, às 23h00min.

Nova Trento, 05 de abril de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

Resultado Julgamento Habilitação e Proposta CV Nº 012/2013

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035-2013 - CONVITE Nº 012-2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS E TERRENOS MUNICIPAIS, BEM COMO À REALIZAÇÃO DE REPAROS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS E VIAS PÚBLICAS, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, conforme condições e especificações constantes neste edital e em seus Anexos I a V. QUE houve a participação das seguintes empresas convidadas: SETEMBRINO CARNEIRO; CLOVIS ZANKOSKI; GUSTA SOMARIVA, as quais pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADAS para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 05 de Abril de 2013
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2013 - CARTA CONVITE Nº 012/2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS E TERRENOS MUNICIPAIS, BEM COMO À REALIZAÇÃO DE REPAROS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS E VIAS PÚBLICAS, DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, conforme condições e especificações constantes neste edital e em seus Anexos I a V. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORAS as empresas: SETEMBRINO CARNEIRO, vencedora do item 01 com valor de R\$ 560,00 (Quinhentos e sessenta reais) mensais; a empresa GUSTA SOMARIVA, vencedora do item 02, com valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) mensais e a empresa CLOVIS ZANKOSKI, vencedora do item 03 com valor de R\$ 2.320,00 (Dois mil, trezentos e vinte reais) mensais, totalizando o valor do objeto em R\$ 28.730,00 (Vinte e oito mil, setecentos e trinta reais), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte (SC), em 05 de Abril de 2013
Comissão Permanente de Licitação

Resultado Julgamento Habilitação e Proposta CV Nº 014/2013

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037-2013 - CONVITE Nº 014-2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a seleção de propostas para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Assessoria Jurídica na sede do Município de Novo Horizonte, em outras Comarcas, Tribunal de Justiça e Superiores bem como Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme condições descritas

neste edital e seus anexos. QUE houve a participação das seguintes empresas convidadas CONCI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, VEDANA E OLIVEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS - ME, RENATO PENTEADO E ADOVADOS ASSOCIADOS ME, OLANI FATIMA ROVARIS & ADVOGADOS ASSOCIADOS. Sendo que a empresa RENATO PENTEADO E ADVOGADOS ASSOCIADOS ME, foi INABILITADO por deixar de apresentar as Negativas de Regularidade para com a Fazenda Municipal, Federal e com o INSS, sendo que as demais empresas pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADAS para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 05 de Abril de 2013
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2013 - CARTA CONVITE Nº 014/2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a seleção de propostas para a Contratação de empresa para a prestação de serviços de Assessoria Jurídica na sede do Município de Novo Horizonte, em outras Comarcas, Tribunal de Justiça e Superiores bem como Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme condições descritas neste edital e seus anexos. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a Empresa: OLANI FATIMA ROVARIS & ADVOGADOS ASSOCIADOS, com valor mensal de R\$ 3.989,00 (Três mil, novecentos e oitenta nove reais), totalizando o valor de R\$ 35.901,00 (trinta e cinco mil, novecentos e um real), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte (SC), em 05 de Abril de 2013
Comissão Permanente de Licitação

Resultado Julgamento Habilitação e Proposta CV Nº 015/2013

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038-2013 - CONVITE Nº 015-2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO É a seleção de propostas para aquisição de Sêmen Bovino, para distribuição aos agricultores, visando à continuação e manutenção do Programa de Inseminação Artificial do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes nos anexos deste Edital. QUE houve a participação das seguintes empresas convidadas: SELECT SIRES DO BRASIL GENETICA LTDA; EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP E CENTAURO COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA. Sendo que as empresas pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADAS para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 08 de Abril de 2013
Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2013 - CARTA CONVITE Nº 015/2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo OBJETO é a seleção de propostas para aquisição de Sêmen Bovino, para distribuição aos agricultores, visando à continuação e manutenção do Programa de Inseminação Artificial do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes nos anexos deste Edital. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restaram classificadas pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORAS as Empresas: EMBRIOSÊMEN EQUIPAMENTOS AGROPECUÁRIOS LTDA EPP, vencedora do item 01, 02 e 03, com valor total de R\$ 19.075,00 (Dezenove mil, setenta e cinco reais), a empresa SELECT SIRES DO BRASIL GENETICA LTDA, vencedora dos itens 04 e 06, com valor total de R\$ 13.660,20 (Treze mil, seiscentos e sessenta reais e vinte centavos); a empresa CENTAURO COMÉRCIO DE PRODUTOS VETERINÁRIOS LTDA, vencedora do item 05, com valor total de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte (SC), em 08 de Abril de 2013
Comissão Permanente de Licitação

Extrato Contratual FMS Nº 007/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 007/2013
Contratante.: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
Contratada : BARP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME
Valor : 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 08/04/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2013
Recursos: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (8) Saldo: 112.334,02

Objeto : O objeto da presente contrato é a Contratação de Assessoria e Consultoria em Gestão de Saúde, com profissional técnico, como pessoa jurídica, para a Secretária Municipal de Saúde e Promoção Social, conforme descrição dos serviços no presente contrato.

Novo Horizonte, 8 de Abril de 2013

Palhoça

PREFEITURA

Lei Nº 3.830, de 25 de Março de 2013

LEI Nº 3.830, DE 25 DE MARÇO DE 2013.
UTILIDADE PÚBLICA. Associação Palhocense de Voluntários - APAV - Alte-ra Lei nº 2.694, de 28 de setembro de 2011.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores apro-vou e eu sanciono a seguinte LEI:
Art. 1º O art. 1º da Lei nº 2.694, de 28 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cultural, Desportiva, So-cial e Beneficente dos Voluntários de Palhoça - APAV, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Ministério da Fazenda, sob o CNPJ nº 08.964.964.0001/61, com sede

na Rua Najla Karone Gue-dert, 615, Passa Vinte - Palhoça/SC - 88.132.150”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 25 de março de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

Resolução N. /2013/CMAS

Resolução n. /2013/CMAS

Dispõe sobre o cofinanciamento da Rede Socioassistencial, estabelece critérios e prazos para acessar os recursos.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 3.521, de 20 de setembro de 2011, torna público que estará disponibilizando para entidades inscritas no CMAS até o presente momento o valor de R\$: 400.000,00 (quatrocentos mil reais) do Fundo Municipal de Assistência Social para aplicar em serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social.

Considerando a Resolução nº. 16 do Conselho Nacional de Assistência Social, de 5 de maio de 2010 que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

Considerando o Conselho Municipal de Assistência Social de Assistência Social - CMAS, instituído pela Lei nº. 3.521 de 20 de setembro de 2011, é órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculada a Secretaria de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º. Realizar o cofinanciamento da rede socioassistencial, composta de entidades sem fins lucrativos, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, conforme modalidades de atendimento já demonstradas no plano de ação, que atendem os usuários da Política de Assistência Social em suas necessidades básicas.

Art. 2º. O objeto do convênio visa a o apoio efetivo do município na manutenção e custeio das atividades desenvolvidas pelas entidades socioassistenciais no que se refere a execução da política de assistência social.

Art. 3º. Poderão participar todas as entidades inscritas até o presente momento, desde que se enquadrem nas linhas de cofinanciamento expressas nesse edital.

Art. 4º. Podem participar do cofinanciamento entidades que ofertam Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes em idade entre 6 a 15 anos de idade:

I - Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

II - Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa

e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

III - Deve prever o desenvolvimento de ações intergeracionais e a heterogeneidade na composição dos grupos por sexo, presença de pessoas com deficiência, etnia, raça entre outros.

Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social.

IV - Tem por foco a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. Inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para ressignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e na prevenção de situações de risco social.

V - Público alvo com prioridade nos atendimentos:

- Crianças encaminhadas pelos serviços da proteção social especial (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; Serviço de Proteção Social Especial a Famílias e Indivíduos - PAEFI; reconduzidas ao convívio familiar, após medida protetiva de acolhimento; entre outros);
- Crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC;
- Crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Crianças e adolescentes de famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos e com dificuldades para manter.

Parágrafo único: Os casos de trabalho infantil identificados pela entidade, deverão ser encaminhados para o órgão gestor da Política de Assistência Social, através de ofício para a Secretaria de Assistência Social inserir a família no cadastro único e demarcar os campos relativos ao trabalho infantil, inserir em acompanhamento no CREAS/PEFI por no mínimo 3 meses e referenciar a família a este serviço para inserir a frequência mensal das crianças e adolescentes no SISPETI, a qual deverá ser acompanhada pelo CRAS ou pela equipe de Proteção Social Básica.

VI - Estas entidades receberão a importância de 50.000,00 mil reais ano, dividido em 6 parcelas de igual valor.

Art. 5º. Podem participar do cofinanciamento entidades que atuam na habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência com sede no município e também as que desenvolvem serviços, programas, projetos e benefícios previstos na Política de Assistência Social:

I - As mesmas devem estar em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social, Art 2º, e com a Resolução nº 34, de 28 de novembro de 2011, que define a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária no campo da assistência social e estabelece seus requisitos, do Conselho Nacional de Assistência Social, conforme segue:

II - Para efeito desta resolução fica estabelecido que a integração à vida comunitária da pessoa com deficiência no campo da assistência social deve ser entendida como "inclusão à vida comunitária", adequando-se às lutas históricas dos movimentos das pessoas com deficiência e aos seus avanços conceituais;

III - Definir que habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua inclusão à vida comunitária "é um processo que envolve um conjunto articulado de ações de diversas políticas no enfrentamento das barreiras implicadas pela deficiência e pelo meio, cabendo à assistência social ofertas próprias para

promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assim como a autonomia, a independência, a segurança, o acesso aos direitos e à participação plena e efetiva na sociedade".

IV - As entidades com sede no município receberão a importância de R\$ 50.000,00 reais, anual em 6 parcelas de igual valor.

V - As entidades com sede em outros municípios, mas que também desenvolvem serviço, programa, projeto e benefício para a população de Palhoça, receberão a importância de 22.500,00 ano, em 4 parcelas, de igual valor.

Art. 6º. Podem participar do cofinanciamento entidades que atuam na prestação de serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, que não recebem nenhum recurso do município até a presente data, e que executam Serviço de Acolhimento Institucional, nas modalidades: Abrigo Institucional, Casa Lar, Casa de Passagem, Residência Inclusiva:

I - Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

II - O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência deverão ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

III - Deve funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar. As edificações devem ser organizadas de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes e às necessidades dos (as) usuários (as), oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

IV - Estas entidades receberão a importância de 22.500 anual, divididos em 4 parcelas de igual valor.

Art. 7º. Entidades que atuem na concessão de benefícios eventuais previstos na política de Assistência Social:

I - A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, art. 22, parágrafos 1º e 2º, regulamentados pelo Decreto nº. 6.307, de 14 de dezembro de 2007.

Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

II - O benefício eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

III - A entidade deve realizar algum serviço, programa, projeto com as famílias beneficiárias, afim de que não seja meramente distribuidora de benefícios e sim que trabalhe e busque fortalecer o núcleo familiar.

IV - A entidade deverá garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

V - É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza;

São formas de benefícios eventuais: auxílio natalidade; auxílio funeral; vulnerabilidade temporária; calamidade pública.

VI - Estas entidades receberão a importância de R\$ 2.500,00 em parcela única.

Art. 8º. Constituem-se critérios para acessar o cofinanciamento:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
III - garantir a gratuidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da missão da entidade ou organização, bem como da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
V - A entidade deverá estar devidamente cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social;
VI - A entidade poderá se habilitar a apenas uma linha de cofinanciamento;
VII - A entidade deverá prestar contas do valor recebido, nos prazos expressos no convênio;
VIII - A entidade deverá receber e executar os encaminhamentos vindos do CRAS, CREAS, Casa Lar, Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social, outras entidades da rede socioassistenciais, respeitando-se a capacidade instalada de atendimento;
IX - Participar das reuniões e capacitações sempre que forem convidadas e ou convocadas;

Art. 9º. A entidade deverá entregar a documentação impreterivelmente até o dia 05 de abril de 2013, no Conselho Municipal de Assistência Social, sito a Av. Barão do Rio Branco nº 235 Centro - Palhoça, no horário que compreende das 13h as 19h. Não serão aceitos documentos fora do prazo estipulado, sem a autorização da plenária do Conselho de Assistência Social.

Art. 10º. As entidades deverão apresentar os seguintes documentos:

- I - Cópia do CNPJ;
- II - Atestado de funcionamento da entidade a ser emitido pela Prefeitura Municipal de Palhoça;
- III - Comprovante de inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social;
- IV - Estatuto da entidade;
- V- Cópia da ata de eleição da última diretoria;
- VI - Cópia do RG e CPF do Presidente da entidade beneficiada.
- VII - Alvará Sanitário e do Corpo de Bombeiros ou protocolo, não havendo a entidade deve apresentar justificativa dos motivos;
- VIII - Plano de Ação, que deve conter:
 - a) Identificação da entidade: nome, endereço, finalidades estatutárias, objetivos, recursos humanos, dias de atendimento, locais de atendimento;
 - b) Descrição do serviço, programa, projeto, benefício a ser executado;
 - c) Etapas ou fases de execução;
 - d) Público alvo;
 - e) Metas a serem atingidas;
 - f) Plano de aplicação dos recursos financeiros;
 - g) Cronograma de desembolso conforme número de parcelas previstas na resolução;
 - h) Previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

Art. 11º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE SOUZA CHENK
PRESIDENTE DO CMAS PALHOÇA SC

Resolução Nº 001/ 2013

RESOLUÇÃO Nº 001/ 2013

Dispõe sobre a aprovação do plano de ação e aplicação do PRONATEC.

Considerando o Conselho Municipal de Assistência Social de Assistência Social - CMAS, instituído pela Lei nº 3521 de 20 de

setembro de 2011, é órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculada a Secretaria de Assistência Social. Considerando a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - LOAS que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

RESOLVE:

1º Aprovar em plenária realizada no dia 22 de fevereiro de 2013, as 14:00, nas dependências da Secretaria de Assistência Social de Palhoça o plano de ação e aplicação 2013 do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - PRONATEC

2º Esta resolução entra em vigor a partir da data da publicação.

ROBERTO DE SOUZA CHENK
Presidente do CMAS

Palhoça, 22 de fevereiro 2013

Pregão Presencial 61-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº. 61/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 61/2013, no dia 22 de abril de 2013, às 16:30hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto a aquisição de pulverizador para a Secretaria de Infraestrutura deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 05 de abril de 2013.
PREGOEIRO (A).

Pregão Presencial 62-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº. 62/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 62/2013, no dia 23 de Abril de 2013, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS que tem como objeto aquisição de materiais de higiene e limpeza para as Unidades Escolares Municipais. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 05 de abril de 2013.
PREGOEIRO (A).

Pregão Presencial 63-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 63/2013

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 63/2013, no dia 25 de Abril de 2013, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL através do sistema de REGISTRO DE PREÇOS que tem como objeto aquisição de materiais para reparos e manutenção nas unidades de Ensino do Município, para Secretaria de Educação e Cultura. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: www.palhoça.sc.gov.br.

Palhoça, 05 de abril de 2013.
PREGOEIRO (A).

Extrato de Termo Aditivo N. 040/2013

TERMO ADITIVO Nº 040/2013 - (SEGUNDO TERMO ADITI-VO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N. 135/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA STANDARD CONSTRUÇÕES LTDA ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, Lotes 06, 07, 08 e 09, do Contrato de Execução de Obras n.º 135/2012.

DATA: 08/03/2013

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

RENI ANTÔNIO SCHWEITZER
Secretário de Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 5847-2

Extrato de Termo Aditivo N. 043/2013

TERMO ADITIVO Nº 043/2013 - (PRIMEIRO TERMO ADITI-VO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N. 175/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA LUIZ FA-BIANO SILVEIRA ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 175/2012.

DATA: 22/03/2013

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

SCHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 5847-2

Extrato de Termo Aditivo N. 045/2013

TERMO ADITIVO Nº 045/2013 - (SEGUNDO TERMO ADITI-VO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 130/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA TNH PRESTADORA DE SERVIÇOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA - ME.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 130/2012.

DATA: 26/03/2013

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

SCHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

CÁCIO ABRAMO GASPERIM
Arquiteto e Urbanista - Prefeitura Municipal de Palhoça
CAU - 56676-6

Extrato de Termo Aditivo N. 032/2013

TERMO ADITIVO Nº 032/2013 - (SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 005/2011).

PARTES: ÁGUAS DE PALHOÇA E A EMPRESA RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA.

OBJETO: Devido ao reajuste estabelecido no item 25, sub itens 25.1 e 25.2 do Edital convocatório, fica reajustado no percentual de 7,9391%, os valores constantes no contrato de prestação de serviços nº005/2011, tendo como base o IGP-DI (FGV), referente ao período de 01/12/2011 a 31/12/2012, perfazendo o valor mensal de R\$ 964.433,43 (novecentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos), conforme especificado na planilha em anexo:

Grupo A - Mensal: R\$ 668.937,34;

Grupo B - Mensal: R\$ 178.848,40;

Grupo C - Mensal: R\$ 116.647,69;

Valor total do contrato com o Reajuste: - Mensal R\$ 964.433,43 (novecentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e três centavos);

Valor total do contrato com o Reajuste para o período de 180 (cento e oitenta) dias: R\$ 5.786.600,59 (cinco milhões, setecentos e oitenta e seis mil, seiscentos reais e cinquenta e nove centavos).

DATA: 06/03/2013

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

ALLAN PYETRO DE MELO DE SOUZA
Superintendente da Águas de Palhoça

Extrato de Termo Aditivo N. 038/2013

TERMO ADITIVO Nº 038/2013 - (SEGUNDO TERMO ADITI-VO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 132/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA EMPREI-TEIRA PAVICON LTDA E O MUNICÍPIO DE PALHOÇA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, Lote 01, do Contrato de Execução de Obras n.º 132/2012.

DATA: 08/03/2013

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

RENI ANTÔNIO SCHWEITZER
Secretário de Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 5847-2

Extrato de Termo Aditivo N. 039/2013

TERMO ADITIVO Nº 039/2013 - (SEGUNDO TERMO ADITI-VO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 133/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA AÇORES EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, Lote 03, do Contrato de Execução de Obras n.º 133/2012.

DATA: 08/03/2013

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

RENI ANTÔNIO SCHWEITZER
Secretário de Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 5847-2

Extrato de Termo Aditivo N. 042/2013

TERMO ADITIVO Nº 042/2013 - (SEGUNDO TERMO ADITI-VO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS N. 174/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, o prazo contratual anunciado na Cláusula IV, do Contrato de Execução de Obras nº 174/2012

DATA: 08/03/2013

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

RENI ANTÔNIO SCHWEITZER
Secretário de Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 5847-2

Extrato de Termo Aditivo N. 044/2013

TERMO ADITIVO Nº 044/2013 - (PRIMEIRO TERMO ADITI-VO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 193/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA HANG EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA EPP.

OBJETO: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias, o prazo con-tratual anunciado na Cláusula IV do Contrato de Execução de Obras nº 193/2012.

DATA: 25/03/2013

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

RENI ANTÔNIO SCHWEITZER
Secretário de Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 5847-2

Extrato de Termo Aditivo N. 046/2013

TERMO ADITIVO Nº 046/2013 - (SEGUNDO TERMO ADITI-VO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 127/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E EMPRESA RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.

OBJETO: Fica prorrogado por 03 (três) meses, o prazo contratual anunciado na Cláusula X do Contrato de Prestação de Serviços n.º 127/2012.

DATA: 27/03/2013

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR
Secretário de Administração

Extrato de Termo Aditivo N. 047/2013

TERMO ADITIVO Nº 047/2013 - (TERCEIRO TERMO ADITIVO - READEQUAÇÃO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS Nº 174/2012).

PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA E A EMPRESA SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA.

OBJETO: Fica aditivado o valor de R\$ 7.025,25 (sete mil, vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos, correspondente ao percentual de 0,4965%, conforme cálculo efetuado pelo setor de engenharia, correspondente a readequação ao projeto inicial, demonstrado nas peças analíticas: a) Quadro de Quantidades e Custos, b) Memorial descritivo, c) Justificativa do Setor de Engenharia, apensadas ao presente instrumento.

Em decorrência da readequação de que trata a cláusula anterior, o valor contratual mencionado na Clausula VIII do contrato nº 174/2012 passa a ser de R\$ 1.422.263,00 (hum milhão, quatrocentos e vinte e dois mil e duzentos e sessenta e três reais).

DATA: 01/04/2013

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal de Palhoça, interino

RENI ANTÔNIO SCHWEITZER
Secretário de Infraestrutura

JOSÉ TADEU DA CUNHA
Engenheiro Civil - Prefeitura Municipal de Palhoça
CREA/SC 5847-2

Extrato de Termo D e Retificação ao Contrato D e Locação N. 019/2013

TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 019/2013.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, com sede na Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal interino, senhor NIRDO ARTUR LUZ, e pelo Secretário de Educação e Cultura, designado, Sr. Carlos Alberto Fernandes Júnior, resolve celebrar o presente termo de retificação diante as considerações a seguir:

Considerando a impossibilidade da Superintendência Financeira efetuar o pagamento ao procurador devidamente qualificado no preâmbulo do contrato em epígrafe, fica retificada a redação constante no contrato de locação n. 019/2013, da seguinte forma:

Redação Atual:

THIMOTHEO POETA FILHO, brasileiro, casado, em-presário, portador da RG nº 276.576-4 e CPF nº 252.124.949-15, residente e domiciliado a Rua Paul Percival Harris, n. 136 - apto 403 - bairro Estreito - Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Procurador Sr. Jean Henrique Dias Carneiro, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/SC nº 30.248, com escritório na Rua Atílio Pagani, nº 528 - sobreloja - Loteamento Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC.

Passa a ter a seguinte redação:

THIMOTHEO POETA FILHO, brasileiro, casado, em-presário, portador da RG nº 276.576-4 e CPF nº 252.124.949-15, residente e domiciliado a Rua Paul Percival Harris, n. 136 - apto 403 - bairro Estreito - Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Procurador Sr. Jean Henrique Dias Carneiro, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/SC nº 30.248, com escritório na Rua Atílio Pagani, nº 528 - sobreloja - Loteamento Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC.

DATA: 05/03/2013

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal de Palhoça, interino

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR

Secretário de Educação e Cultura, designado

Extrato de Termo de Retificação ao Contrato de Locação N. 004/2013

TERMO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 004/2013.

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.316/0001-08, com sede na Av: Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani, neste Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal interino, senhor NIRDO ARTUR LUZ, e pelo Secretário de Educação e Cultura, designado, Sr. Carlos Alberto Fernandes Júnior, resolve celebrar o presente termo de retificação diante as considerações a seguir:

Considerando a impossibilidade da Superintendência Financeira efetuar o pagamento ao procurador devidamente qualificado no preâmbulo do contrato em epígrafe, fica retificada a redação constante no contrato de locação n. 004/2013, da seguinte forma:

Redação Atual:

THIMOTHEO POETA FILHO, brasileiro, casado, em-presário,

portador da RG nº 276.576-4 e CPF nº 252.124.949-15, residente e domiciliado a Rua Paul Percival Harris, n. 136 - apto 403 - bairro Estreito - Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Procurador Sr. Jean Henrique Dias Carneiro, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/SC nº 30.248, com escritório na Rua Atílio Pagani, nº 528 - sobreloja - Loteamento Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC.

Passa a ter a seguinte redação:

THIMOTHEO POETA FILHO, brasileiro, casado, em-presário, portador da RG nº 276.576-4 e CPF nº 252.124.949-15, residente e domiciliado a Rua Paul Percival Harris, n. 136 - apto 403 - bairro Estreito - Florianópolis/SC, neste ato representado por seu Procurador Sr. Jean Henrique Dias Carneiro, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/SC nº 30.248, com escritório na Rua Atílio Pagani, nº 528 - sobreloja - Loteamento Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC.

DATA: 05/03/2013

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal de Palhoça, interino

CARLOS ALBERTO FERNANDES JÚNIOR

Secretário de Educação e Cultura, designado

Edital Nº 01/2013

Edital nº 01/2013

O Conselho Municipal do Idoso, no uso de suas atribuições legais torna público que com base na Lei Municipal nº 3.750, de 11 de dezembro de 2012, que estão abertas as inscrições para a eleição de 06 (seis) representantes titulares e suplentes da sociedade civil para a função de Conselheiros Municipais do Idoso (atividade considerada de caráter relevante e não remunerada), biênio 2013/2015, estabelece o calendário e dá outras providências.

O Conselho Municipal do Idoso é um órgão colegiado permanente do sistema descentralizado e participativo da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Palhoça, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, observado o dispositivo no art.6º da Lei nº 8.842 de 1994.

Art.2º Competirá ao Conselho Municipal do Idoso (CMI):

I- Requerer, dos órgãos competentes, diagnóstico da população idosa, sob os aspectos bio-psico-social, político, econômico e cultural, no âmbito municipal;

II- Definir prioridades da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, bem como acompanhar e fiscalizar sua aplicabilidade;

III- Reformular e encaminhar aos órgãos competentes alterações na Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a partir de estudos e pesquisas que levem em conta a sua inter-relação com o sistema social vigente;

IV- Avaliar e deliberar sobre serviços, programas e/ou projetos de acordo com a Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e propor adequações necessárias;

V- Inscrever e fiscalizar entidades e programas governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, no âmbito municipal, de acordo com o art. 48 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003);

VI- Apreciar propostas orçamentárias do governo municipal, na área do idoso, bem como avaliar e deliberar sobre a aplicação dos recursos destinados à implantação e/ou implementação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

VII- Zelar pela efetiva descentralização político-administrativa e incentivar a participação do idoso e de organização representativas na formulação de políticas, planos, programas e projetos de

atendimentos ao idoso;

VIII- Avaliar e deliberar sobre celebração de convênios e contratos entre o governo municipal e entidades de atendimento ao idoso;

IX- Articular com os conselhos de direitos e setoriais nas interfaces relacionadas à área do idoso e com organizações governamentais e não-governamentais, buscando parcerias à implementação da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

X- Requisitar adequações das entidades e/ou programas governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003);

XI- Incentivar, organizar e apoiar a realização de eventos na área do idoso, no âmbito municipal;

XII- Convocar, a cada dois anos, a sociedade civil para organizar o Fórum Eletivo das Organizações Não-Governamentais para compor o Conselho Municipal do Idoso de Palhoça;

XIII- Convocar, bienalmente, a Conferência Municipal do Idoso de Palhoça;

XIV- Promover, anualmente ou quando se fizer necessária, capacitação para os conselheiros; e

XV- Requisitar informações e ou documentos de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no âmbito de sua competência, com o objetivo de instituir procedimentos e efetuar encaminhamentos necessários.

Art.3º O Conselho Municipal do Idoso é composto por 12 (doze) membros, respeitando os seguintes critérios:

I- 06 (seis) conselheiros titulares com seus respectivos suplentes, indicados pelo Poder Executivo e representando os seguintes órgãos governamentais do Município:

a) 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo um representante da área de gestão e outro da área da Política Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

b) 01 (um) representante da secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Educação;

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde.

II- 06 (seis) conselheiros titulares, com seus respectivos suplentes, representantes de entidades civis organizadas do Município, eleitas em fórum, nas seguintes categorias:

a) 03 (três) representantes de entidades de apoio e prestadoras de serviço de atendimento ao idoso;

b) 03 (três) representantes de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para pessoas idosas.

III- As organizações não-governamentais serão eleitas bienalmente, em fórum próprio, convocado por edital pelo Prefeito Municipal, com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência da data de eleição;

IV- Uma vez eleita, a entidade não-governamental, representante da sociedade civil organizada, terá prazo de dez dias para indicar seu representante. Caso não o faça será substituída, na composição do Conselho, pela Entidade suplente.

V- Os representantes governamentais serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo máximo de trinta dias, a partir da homologação do Fórum Eletivo das Organizações Não-Governamentais.

Art. 4º A posse dos conselheiros governamentais e não-governamentais deverá ser efetivada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da homologação do Fórum Eletivo das Organizações Não-Governamentais.

1º Os órgãos governamentais que compõem o Conselho Municipal do Idoso poderão ser substituídos a qualquer tempo, conforme

dispositivos regimentais do Conselho;

2º A vigência do mandato dos conselheiros é de 02 (dois) anos, facultada a recondução;

3º As funções dos membros do Conselho Municipal do Idoso não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado como serviço público relevante e seu exercício prioritário, justificadas as ausências a quaisquer outros serviços quando determinadas pelo comparecimento a Sessões Plenárias do Conselho, reuniões de Comissões ou participação em diligências.

Art. 5º Somente poderão compor o Conselho Municipal do Idoso instituições juridicamente constituídas, em regular funcionamento e que estejam inscritas no Conselho, de acordo com o art. 48 do Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003).

Art. 6º São instâncias do Conselho Municipal do Idoso:

I- Sessão Plenária;

II- Mesa Diretora;

III- Comissões Permanentes;

IV- Secretaria Executiva;

1º A Sessão Plenária é instância deliberativa e soberana do Conselho Municipal do Idoso;

2º A Mesa Diretora, eleita conforme dispositivos regimentais é composta pelos seguintes cargos:

I- Presidente;

II- Vice-presidente;

III- 1º Secretário;

3º As Comissões Permanentes são instâncias constituídas por decisão da Sessão Plenária;

4º A Secretaria Executiva, instância de apoio técnico-administrativo do Conselho Municipal do Idoso, será composta por, no mínimo, um técnico de nível superior, cedido pelo poder Executivo Municipal.

CALENDÁRIO:

03/04 (Quarta-feira) -

14h - Reunião do CMI; Aprovação do Edital; Estabelecimento da Comissão Eleitoral.

Local: Centro de Atenção a Terceira Idade

Endereço: Rua Padre João Batista Réus, s/nº, Caminho Novo, Palhoça/SC.

05/04 (Sexta-feira) -

Publicação do Edital.

05/04 até 05/05 -

Divulgação do Edital.

06/05 (Segunda-feira) -

Data da Eleição*

14h - Grupos de idosos

16h - Entidades

Local: Centro de Atenção a Terceira Idade

Endereço: Rua Padre João Batista Réus, s/nº, Caminho Novo, Palhoça/SC.

* Poderão votar:

Grupos de Idosos: Presidente/Coordenador ou Vice ou seu representante via ofício de indicação.

Entidade: Presidente ou seu representante via ofício de indicação.

17/05 (Sexta-feira) -

Último dia para oficialização das indicações dos representantes governamentais

24 /05 (Sexta-feira) -

15h - Data da Posse

Local: Centro de Atenção a Terceira Idade

Endereço: Rua Padre João Batista Réus, s/nº, Caminho Novo, Palhoça/SC.

Palhoça, 03 de Abril de 2013.

Palmitos

PREFEITURA

001 - Aditivo ao Edital - 003 de Audiência Pública - Ppa, Ldo _2014

ADITIVO Nº 001 AO EDITAL DE
AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2013

Audiência Pública para debate e apreciação das Propostas do PPA para o Quadriênio 2014/2017, e LDO para o exercício de 2014.

NORBERTO PAULO GONZATTI, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao Parágrafo Único do art. 48, art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal), das Leis Municipais nºs. 2.605/2001 e 3.276/2009 vem por meio do presente edital, convidar a comunidade em geral e os interessados a participarem das "AUDIÊNCIAS PÚBLICAS" com DEBATES E APRECIÇÃO das seguintes propostas: PLANEJAMENTO DOS RECURSOS APLICADOS NO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA LEI PLANO PLURIANUAL (PPA) para o quadriênio 2014/2017, e DA LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) para o Exercício de 2014, para o processo de tomada de decisões no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como proporcionar aos cidadãos a oportunidade de encaminhar sugestões e opiniões:

Art. 1º Fica pelo presente aditivo nº 001, alterado a data da audiência a realizar-se no Distrito de Diamantina, por motivo de força maior.

LOCAL: Distrito de Diamantina - Salão da Comunidade

DATA: 15 de abril de 2013, às 20h;

Prefeitura Municipal de Palmitos/SC, em 03 de abril de 2013.

NORBERTO PAULO GONZATTI

Prefeito de Palmitos

Papanduva

PREFEITURA

Lei Nº 1974, de 05.04.2013.

Lei nº1974, de 05 de abril de 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar transferências financeiras ao SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, conforme consta.

Dario Schicovski, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,
Faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar transferências financeiras no exercício de 2013, ao SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Autarquia Municipal instituída pela Lei nº 1715, de 08.07.2005, no montante de até R\$ 14.850,00 (catorze mil oitocentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º. Os recursos aportados conforme consta no artigo anterior, serão destinados para o pagamento da atualização do projeto original elaborado no ano de 2006 e adequação ao padrão SINAPI, exigência da FUNASA - Fundação nacional de Saúde.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 05 de abril de 2013.

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

FÁBIO JOSÉ PADILHA

Secretário da Administração

Aviso de Licitação. Pregão Presencial Registro de Preços Nº 059/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2013. Objeto: Aquisição de pranchões de eucalipto, para a manutenção dos trabalhos da Secretaria Municipal de Obras e Infra Estrutura Tipo: Menor Preço por item e Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 22 de abril de 2013 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 22/04/2013 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009, e demais legislação vigente e pertinente à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (0**47) 3653-2166.

Papanduva, 04 de abril de 2013

DARIO SCHICOVSKI

Prefeito Municipal

Contrato Nº 048/2013

CONTRATO Nº 048/2013

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE PAPANDUVA/SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na rua Sérgio Glevinski, nº 134 inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.533/0001-01, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Dario Schicovski, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Leoberto leal, 386 - centro -Papanduva - SC, inscrito no CPF sob nº 248.839.219-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa TEM GAS COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA ME, estabelecida na Rua Francisco Martisn Haas, 67 - centro, Papanduva SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.120.526/0001-94, neste ato representada por seu Representante Legal, Senhor

Admilton Fernandes Albino, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para aquisição de cargas de água e gás em decorrência do Processo nº 016/2013, e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Este contrato tem origem no Edital de Convite n. 016/2013, no qual a contratada como vencedora se compromete a entregar os materiais constantes nos itens 15 e 16 do anexo I do edital 016/2013, para a manutenção da Secretarias Municipais de Administração e Educação dos Centros de educação Infantil e Unidades escolares de ensino Fundamental.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA EXECUÇÃO

A execução dos serviços descritos no objeto desta licitação conforme cronograma e solicitação das Secretarias Municipais de Administração e Educação.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, são próprios do município.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários correrão por conta dos Projetos Atividades nºs. 2.006 - Manutenção da Secretaria de Administração e 2.018 - Manutenção do Ensino Infantil - elemento de despesa - 33.90.00 - Aplicações Diretas..

CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DAS MEDIÇÕES:

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ 20.770,00 (vinte e mil e setecentos e setenta reais). O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega dos produtos.

CLÁUSULA SEXTA: DO REAJUSTE

Os valores não serão reajustados.

CLÁUSULA SÉTIMA: VIGÊNCIA

O prazo de vigência será da data de assinatura deste contrato até de 31 de dezembro de 2013 ou a entrega total dos produtos.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido na cláusula primeira e adendos.

II - Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

III - Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Fiscalizar e controlar a execução do objeto do presente contrato.

II - Transmitir por escrito, a execução e determinações sobre possíveis modificações.

III - Esclarecer as dúvidas que lhe forem apresentadas.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

A contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

I - O presente contrato terá validade até seu total cumprimento, podendo ser rescindido por mútuo acordo ou por conveniência administrativa, mediante comunicação por escrito, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido outro valor a título de indenização ou qualquer outro título presente ou futuro sob qualquer alegação ou fundamento.

II - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento de acordo com os Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

II - Os atrasos na entrega dos produtos somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Convite nº 016/2013 bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Papanduva, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em quatro vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Papanduva/SC, 26 de Março de 2013.

ADMILTON FERNANDES ALBINO DARIO SCHICOVSKI
Contratado Contratante

Testemunhas
MARCIO WISNIEWSKI RICARDO ZENFE
Matricula 050 Matricula 2477

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

ORLANDO MARCELO VIEIRA
Assessor Jurídico
OAB/SC 14035B

Paulo Lopes

PREFEITURA

Editais de Notificação 261 a 270/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000267/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MID9097 54327739D 08/11/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000261/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

DYA2705 54327781D 25/08/2011 69200 233
MBA0664 54327783D 01/09/2011 69200 233
MCB5903 54327622D 26/08/2011 52152 170
MCG9920 54327780D 25/08/2011 69200 233
MHV6642 54327738D 31/08/2011 52151 170

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000269/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

LXW1766 54327802D 14/09/2011 69120 232 53.20
LXW1766 54327801D 14/09/2011 50100 162 * I 574.61
LXW1766 54327801D 14/09/2011 66531 230 * XI 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA

IMPOSICAO DE PENA-
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997,
E SEUS PARA-
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM
60(SESENTA) DI-
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA
PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO
COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000262/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO,
INCISO II, DA LEI
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FI-
NAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO
ESPECIFICADO(S), DA
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RES-
PECTIVAS, PODENDO, CASO
QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RE-
CURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

IKL1059 55328421C 09/01/2011 50100 162 * I 574.61
IKL1059 55328421C 09/01/2011 65561 230 * I 191.53
IKL1059 55328418C 08/01/2011 70561 244 * III 191.53
LYY9340 54327736D 29/06/2011 51851 167 127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RE-
CURSO, OU POR SEU
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENA-
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997,
E SEUS PARA-
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM
60(SESENTA) DI-
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA
PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000264/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO,
INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO

FINAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO
ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES)
RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR
DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPO-
TO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003
DO CONTRAN.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO
INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8
DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MFR2686 54327768D 24/10/2011 65561 230 * I
MFR2686 54327625D 24/10/2011 50100 162 * I
MFR2686 54327625D 24/10/2011 50610 163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DE-
FESA DA AUTUACAO, OU
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S)
CIENTE(S) DA IMPOSICAO
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE
23/09/1997, E SEUS
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA,
EM 30(TRINTA)
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRE-
SENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA
PUBLICACAO DESTE
EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000268/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO,
INCISO II, DA LEI
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FI-
NAL IDENTIFICADA,
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO
ESPECIFICADO(S), DA
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES)
RESPECTIVA(S), PODENDO,
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR
DEFESA DA AUTUACAO,
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPO-
TO NO ART.257, PARAGRA-
FO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003
DO CONTRAN.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO
INDICACAO DO CON-
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8
DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MHV6642 54327808D 26/10/2011 70991 244 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000270/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

ALA5466 54327672D 08/11/2011 66371 230 * IX
ALA5466 54327672D 08/11/2011 66531 230 * XI
LXS4999 54327671D 02/11/2011 58350 195
LXS4999 54327671D 02/11/2011 52741 175
MCI0926 54327809D 13/11/2011 70301 244 * I
MCI0926 54327809D 13/11/2011 52741 175
MCI0926 54327809D 13/11/2011 58350 195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000266/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

MCI0926 54743948C 05/02/2010 70561 244 * III 191.53
MCI0926 54743948C 05/02/2010 58350 195 127.69
MCI0926 54743949C 08/02/2010 58350 195 127.69
MCI0926 54743949C 08/02/2010 70481 244 * II 191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000263/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003

DO CONTRAN.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCN8804 54327665D 13/08/2011 54521 181 * VIII
MHV6642 55328389C 23/09/2011 52741 175
MHV6642 55328390C 23/09/2011 52151 170
MHV6642 55328391C 23/09/2011 52152 170
MHV6642 55328391C 23/09/2011 58350 195
MHV6642 54327806D 29/09/2011 52741 175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAIS.

PAULO LOPES/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.392 000265/2011

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUCAO N.149/2003 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCI0926 55328393C 02/10/2011 70301 244 * I
MCI0926 55328392C 02/10/2011 52151 170
MCI0926 55328393C 02/10/2011 52741 175
MFR2686 54327625D 24/10/2011 65992 230 * V
MGO6371 55328438C 07/10/2011 50100 162 * I
MJG0016 54327807D 26/10/2011 51851 167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE

DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAIS.

PAULO LOPES/SC, 22 DE MARÇO DE 2013.
LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO
DELEGADO DE POLICIA

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Peritiba

PREFEITURA

Editais de Notificação

Edital 160
Edital 161
Edital 162
Edital 163
Edital 164
Edital 165
Edital 166
Edital 167
Edital 168
Edital 169



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 160/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIU2321	55839814B	5185/2	04/12/2011	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 161/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXI1328	55839809B	5185/1	06/11/2011	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 162/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIN2753	55839866B	5185/1	04/03/2012	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 163/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BTJ6190	55839864B	6912/0	04/03/2012	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 164/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXC7301	55839554B	5010/0	04/06/2012	162 * I
LXC7301	55839555B	5118/0	04/06/2012	164 c/c 162 * I
LXC7301	55839556B	6599/2	04/06/2012	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 165/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IJZ8461	55839766B	5010/0	19/05/2012	162 * I
MDP8174	55839553B	5010/0	19/05/2012	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 400 166/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IPK6404	55839767B	5010/0	19/05/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 167/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AGD0130	55839815B	5525/0	08/08/2012	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 168/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGB1571	55839820B	6912/0	20/09/2012	232
MGB1571	55839821B	5967/0	20/09/2012	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 400 169/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGS6175	55839561B	6610/2	30/11/2012	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PERITIBA/SC, 5 DE ABRIL DE 2013

LUIZ AUGUSTO BUCHELE

DELEGADO DE POLICIA

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Edital de Pregão Presencial 007/2013 - Educação

fffPREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 019/2013 - EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Pregão Presencial 007/2013 - EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço item, do tipo presencial, para aquisição de equipamentos de informática, para manutenção da Secretaria de Educação. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 22 de Abril de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h15min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 09 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Edital de Tomada de Preços 003/2013 Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 020/2013 EDUCAÇÃO

Extrato de Edital de Tomada de Preços 003/2013 EDUCAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço global, para aquisição de uniformes escolares para os alunos do ensino fundamental da rede municipal de ensino, conforme especificações constantes do Anexo "G" deste Edital. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 25 de Abril de 2013, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 09 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 004/2013 - Cultura

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 004/2013 - CULTURA

Partes: Município de Porto União e empresa Sonia de Fátima Detofano MEI.

Objeto: contratação de uma empresa para prestação de serviços para assessoria instrumental e em eventos realizados pela Fundação Municipal de Cultura, bem como ministrar aulas de música.

Valor total R\$ 900,00 (novecentos reais).

Vigência: será até 30 de novembro de 2013.

Base legal: Dispensa 001/2012 - CULTURA e Lei 8.666/93

Porto União SC, 01 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

SONIA DE FÁTIMA DETOFANO MEI.

Contratada.

Extrato de Contrato 029/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 029/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e empresa Willian Francisco Diniz.

Objeto: contratação de instrutor de música para atuar no Projeto Pedagógico "Música na Escola", no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Millis.

Valor total R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), totalizando R\$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais).

Vigência: será até 30 de novembro de 2013.

Base legal: Dispensa 003/2012 - EDUCAÇÃO e Lei 8.666/93

Porto União SC, 01 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

WILLIAN FRANCISCO DINIZ.

Contratada.

Extrato de Contrato 032/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 032/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e empresa O Comércio Gráfica e Editora Ltda - ME

Objeto: contratação de um jornal em formato tablóide ou standard, de ampla circulação local para publicação de atos oficiais do município, com periodicidade mínima de 04 (quatro) publicações semanais, sendo um total de 5.000 cm/coluna contrato com a Secretaria Municipal de Educação

Valor total R\$ 3,50 (Três reais e cinquenta centavos), por centímetro de coluna, totalizando R\$17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses ou até o término da quantidade licitada, podendo ser prorrogado por igual período, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

Base legal: Pregão Presencial 026/2012 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 02 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

O COMÉRCIO GRÁFICA E EDITORA LTDA - ME

Contratada.

Extrato de Contrato 035/2013 - Educação

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 035/2013 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e empresa Idea. Com Materiais Elétricos Ltda - ME.

Objeto: aquisição de materiais elétricos e complementos para

consertos, reformas e manutenção para a rede municipal de ensino e Secretaria Municipal de Educação referente aos itens 01 aos 44 do edital, que serão fornecidos conforme a requisição da Secretaria Municipal de Educação.

Valor total R\$ 23.799,90 (Vinte e três mil e setecentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

Vigência: será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato.

Base legal: Pregão Presencial 004/2012 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 05 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

IDEA. COM MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME.

Contratada.

Extrato de Contrato 070/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 070/2013

Partes: Município de Porto União e empresa O Comércio Gráfica e Editora Ltda - ME

Objeto: contratação de um jornal em formato tablóide ou standard, de ampla circulação local para publicação de atos oficiais do município, com periodicidade mínima de 04 (quatro) publicações semanais, sendo um total de 20.000 (vinte mil) centímetros / coluna contrato com a Prefeitura Municipal.

Valor total R\$ 3,50 (Três reais e cinquenta centavos), por centímetro de coluna, totalizando R\$70.000,00 (Setenta mil reais).

Vigência: será de 12 (doze) meses ou até o término da quantidade licitada, podendo ser prorrogado por igual período, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

Base legal: Pregão Presencial 026/2012, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 02 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

O COMÉRCIO GRÁFICA E EDITORA LTDA - ME

Contratada.

Extrato de Contrato 073/2013

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 073/2013

Partes: Município de Porto União e empresa Knapp & Cia Ltda.

Objeto: perfuração e detonação do volume de 20.000 m3 in situ ou 23.000 m3 detonado, execução de 1.116/ML de furação, com malha de 1,5 x 3,00, e diâmetro do furo de 2.1/2" polegadas, na pedreira do Rio Bonito.

Valor total R\$ 159.000,00 (Cento e cinquenta e nove mil reais).

Vigência: será de 24 (vinte e quatro) meses a contar da assinatura do contrato.

Base legal: Pregão Presencial 030/2012, Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02

Porto União SC, 05 de Abril de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

KNAPP & CIA LTDA.

Contratada.

Justificativa de Dispensa de Licitação N.º 001/2013

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 001/2013 - CULTURA

Dispensa de Licitação n.º 001/2013

Caracterização da Situação: O município necessita contratar uma empresa para prestação de serviços para assessoria instrumental e em eventos realizados pela Fundação Municipal de Cultura, bem como ministrar aulas de música.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de uma empresa para prestação de serviços para assessoria instrumental e em eventos realizados pela Fundação Municipal de Cultura, bem como ministrar aulas de música.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Sonia de Fátima Detofano - MEI, inscrita no CNPJ 13.586.455/0001-82, uma vez que a mesma atende a todas as necessidades técnicas e instrumentais necessárias, bem como possui disponibilidade para assistir todo o território do município, inclusive o interior.

Do Preço: O valor mensal a ser pago será de R\$ 900,00 (novecentos reais), para um período de 08 (oito) meses totalizando R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão - 1400 - Fundação de Cultura

Unidade - 1401 - Fundação de Cultura

Atividade 2054 - Manutenção das atividades culturais

Modalidade 3390-100 - Aplicações diretas

Cod. 01

Complemento - 33903999 - Outros Servs. de Terceiros Pessoa Jurídica.

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 20 de março de 2013

PAULO RUBENS BUCH

Presidente da Comissão de Licitação

Decreto 092/2013

Justificativa de Dispensa de Licitação N.º 003/2013 - Educação

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 016/2013 - EDUCAÇÃO

Dispensa de Licitação n.º 003/2013 - EDUCAÇÃO

Caracterização da Situação: O município possui o Projeto "Música na Escola", que visa auxiliar no desenvolvimento pedagógico e inteligência musical das crianças e adolescentes, buscando desenvolver também, habilidades consideradas fundamentais, entre as quais, a aprendizagem musical.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, a contratação de instrutor de música para atuar no Projeto Pedagógico "Música na Escola", no Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Millis.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre Willian Francisco Diniz, uma vez que o mesmo foi autor do projeto e possui capacitação para realização do mesmo.

Do Preço: O valor mensal a ser pago será de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais), para um período de 09 (nove) meses do projeto, totalizando R\$ 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.º: Unidade - 1701 - Fundo Municipal de Educação Atividade 2014 - Manutenção Ensino Fundamental Modalidade 3390-104 - Aplicações diretas Cod. 18 Complemento - 33903606 - Serviços Técnico Profissionais

Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, face os motivos já expostos.

Porto União, 21 de março de 2013
PAULO RUBENS BUCH
Presidente da Comissão de Licitação
Decreto 092/2013

Termo de Homologação do Pregão Presencial 004/2013 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 008/2013 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 004/2013 - EDUCAÇÃO
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Idea. Com Materiais Elétricos Ltda - ME.

Porto União SC, 05 de Abril de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 026/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 033/2013
Pregão Presencial 026/2013
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa O Comércio Gráfica e Editora Ltda.

Porto União SC, 02 de Abril de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 026/2013 - Educação

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 033/2013 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 026/2013 - EDUCAÇÃO
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa O Comércio Gráfica e Editora Ltda.

Porto União SC, 02 de Abril de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Termo de Homologação do Pregão Presencial 030/2013

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 037/2013
Pregão Presencial 030/2013

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Knapp & Cia Ltda.

Porto União SC, 05 de Abril de 2013.
ANÍZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3297

DECRETO Nº 3297, de 25 de março de 2013.
"NOMEIA TEREZINHA APARECIDA FAGUNDES".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,
DECRETA

Art.1º- Nomear, a servidora municipal TEREZINHA APARECIDA FAGUNDES, para a partir de 11/03/2013, exercer o cargo de em comissão de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, na Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 3264.

Gabinete do Prefeito
25 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

Decreto 3320

DECRETO Nº 3320, de 28 de março de 2013.
"NOMEIA RODRIGO DE MEIRA"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,
DECRETA:

Art.1º - Nomear RODRIGO DE MEIRA, para a partir de 11/03/2013, exercer o cargo em comissão - Chefe Divisão de Promoções e Eventos, do quadro de servidores da Fundação Municipal de Desporto, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
28 de março de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul,

EDUARDO MARZZAL

Superintendente da Fundação Municipal de Desporto

Decreto 3332

DECRETO Nº 3332, de 04 de abril de 2013.

“REGULAMENTA O PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 378 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 17/12/2003 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e, de conformidade com o previsto no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003),

DECRETA

Art.1º - Os contribuintes interessados em efetuar a coleta de lixo seletiva e obter o desconto de 15% (quinze por cento) no valor da Taxa de Coleta de Lixo deverão formalizar requerimento junto ao endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Rio do Sul (www.riodosul.sc.gov.br) ou no Departamento de Meio Ambiente, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de outubro de cada exercício.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

04 de abril de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RODRIGO NEVES

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

SÉRGIO LUIZ CENSI

Secretário Municipal da Fazenda Interino

Decreto 3333

DECRETO Nº 3333, de 05 de abril de 2013.

“SUBSTITUI MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO-CONSELHO DO FUNDEB.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos dispositivos da Lei Municipal nº 4.539/2007, alterada pela Lei Municipal nº 4.797/2008.

DECRETA:

Art.1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB os seguintes membros devidamente indicados por suas entidades:

Entidade: Conselho Municipal de Educação

Titular: Eliane Léa Vicenti Testoni - (Substituindo Raquel Kopsch);

Entidade: Associação de Pais e Professores - APP

Titular: Rosana Dumke Marciano - (Substituindo Rosenilda Aparecida Boira Zanis)

Suplente: Eliane Francisca da Silva Branger (Substituindo Fernanda

Stringari)

Entidade: Secretaria Municipal da Educação

Titular: Luis Carlos Visentainer - (Substituindo Ivonete Kriek)

Suplente: Cristina Kelly dos Santos - (Substituindo Edgar Cunha)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

05 de abril de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria Nº 0432/2013

PORTARIA Nº. 0432/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010, a partir de 01/04/2013, o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR ocupado pelo(a) servidor(a) ANA MARIA DE AVILA SOUZA, matrícula nº 848601, em virtude de sua Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com paridade, conforme Decreto nº 3.304 de 26 de março de 2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de Abril de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

Portaria Nº. 0417/RH

PORTARIA Nº. 0417/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Desempenho de Mandato Eletivo, de acordo com o Art. 135 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010 e conforme solicitado no protocolo nº 139485/2013, a servidora municipal JANARA APARECIDA MAFRA, matrícula nº 2144004, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicopedagogo, nível 'H', a partir de 09/03/2013, com retorno ao cargo ao fim do mandato.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de março de 2013.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Jhc

Resumos dos Aditivos do Mês 03/2013

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 040/2013 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 059/2009

Pregão Presencial nº 067/2009

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: ÔNIBUS CIRCULAR LTDA

Do Objeto: TRANSPORTE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL

Do Preço: Fica alterado o valor de pagamento contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, passando para R\$ 4,99 (quatro reais e noventa e nove centavos) por km rodado.

Rio do Sul, 04 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 041/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 296/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2012

INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Aos vinte e oito (28) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e treze (2013), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO CENTRO LTDA., estabelecida na Al. Aristiliano Ramos, 11, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.071.326/0001-06, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo seu Sócio Gerente, Sr. Deonísio Bilinski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 169/2012 de 06/12/2012, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, ficando com os seguintes valores:

ITEM 01	
Fornecedor: Posto Centro Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 2,873 (dois reais, oitocentos e setenta e três centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Gasolina comum.	2,873

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

DEONÍSIO BILINSKI

Sócio Administrador

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 042/2013 – DO CONTRATO

DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 267/2012

Concorrência nº 124/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: SEPATE – SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA TRAVESSA PETRÓPOLIS, BOA VISTA EM RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 24 de maio de 2013.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 043/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 266/2012

Concorrência nº 124/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: SEPATE – SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA SÃO PAULO, BOA VISTA EM RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 84 (oitenta e quatro) dias, com o seu término em 18 de maio de 2013.

Rio do Sul, 22 de fevereiro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO Nº 044/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 093/2012

Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: TERRAPLENAGEM AZZA LTDA

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA FELÍCIO LEDRA, SANTANA EM RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 46 (quarenta e seis) dias, com o seu término em 26 de março de 2013.

Rio do Sul, 08 de fevereiro de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO Nº 045/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 094/2012

Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: TERRAPLENAGEM AZZA LTDA

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA JUSTINA DE BARBA LEDRA, SANTANA EM RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a

Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 46 (quarenta e seis) dias, com o seu término em 26 de março de 2013.

Rio do Sul, 08 de fevereiro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

RESUMO DO 5º TERMO ADITIVO Nº 046/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 119/2012

Concorrência nº 039/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: TERRAPLENAGEM AZZA LTDA

Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA TRAVESSA ATALANTA, BOA VISTA EM RIO DO SUL

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 35 (trinta e cinco) dias, com o seu término em 26 de março de 2013.

Rio do Sul, 19 de fevereiro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO Nº 047/2013 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 003/2011

Pregão Presencial nº 151/2010

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA

Do Objeto: GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E DE EQUIPAMENTOS

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 04 de fevereiro de 2014. Do Reajuste: Fica reajustado em 7,1748000% do INPC, passando o valor contratual assumido constante da Cláusula Terceira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, o valor para R\$ 28,98 (vinte e oito reais e noventa e oito centavos), conforme demonstrativo anexa.

Rio do Sul, 04 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

RESUMO DO TERMO ADITIVO Nº 048/2013 – DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA NR. 284/2012

Pregão Presencial nº 155/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: ARENA INFORMÁTICA LTDA

Do Objeto: FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Da Alteração: Fica corrigido o CNPJ da empresa Arena Informática Ltda., sendo inscrita sob o nº 14.360.508/0001-05.

Rio do Sul, 06 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

RESUMO DO TERMO ADITIVO Nº 049/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 262/2012

Tomada de Preços nº 136/2012

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: CONSTRULACER – COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA.

Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DA PRAÇA NA RUA XV DE NOVEMBRO COM MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 180 (cento e oitenta) dias, com o seu término em 22 de junho de 2013.

Rio do Sul, 06 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO Nº 050/2013 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 029/2009

Dispensa de Licitação nº 046/2009

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: VIVO S.A

Do Objeto: TELEFONIA MÓVEL PESSOAL - SMP

Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, com o seu término em 06 de maio de 2014.

Dos Acréscimos: Fica acrescido a quantidade de 14 linhas digitais (SMP), constante da Cláusula Primeira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme justificativa anexa.

Rio do Sul, 12 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 5º TERMO ADITIVO Nº 051/2013 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 140/2011

Pregão Presencial nº 096/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratado: VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA

Do Objeto: VIGILÂNCIA ESCOLA MODELO II

Do Reajuste: Fica reajustado a valor contratual assumido constante da Cláusula Terceira do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, para o valor de R\$ 14.146,65 (quatorze mil e cento e quarenta e seis reais e sessenta e cinco centavos), conforme justificativa anexa.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

1ª ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 052/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 295/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2012

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2012

INTERESSADO: SECRETARIAS MUN. EDUCAÇÃO, OBRAS E AGRICULTURA

Aos dezoito (18) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e treze (2013), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA., estabelecida na Rua Marcionilo dos Santos, 1426, bairro Corticeira, na cidade de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 75.415.075/0002-13, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo seu

Procurador, Sr. Aguinaldo Moraes Tavares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 168/2012 de 06/12/2012, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, ficando com os seguintes valores:

ITEM 01	
Fornecedor: Rudipel Rudnick Petróleo Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 2,119 (dois reais, cento e dezenove centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo diesel comum.	2,119

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

AGUINALDO MORAES TAVARES
Procurador

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 053/2013 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 130/2012

Carta Convite nº 086 de 02/05/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: PROFUZZY CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA
Do Objeto: CONSULTORIA DO PROJETO BÁSICO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original, celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com o seu término em 11 de março de 2014.

Rio do Sul, 08 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 054/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 289/2012

Concorrência nº 124/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ÂNGELO CECHEZ, BARRA ITROUPAVA EM RIO DO SUL
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 22 de junho de 2013.
Rio do Sul, 20 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 055/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 290/2012

Concorrência nº 124/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA ITAJAÍ, BARRA ITROUPAVA EM RIO DO SUL
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 22 de junho de 2013.

Rio do Sul, 20 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 056/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 291/2012

Concorrência nº 124/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: LZK CONSTRUTORA LTDA
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA TRAVESSA EMÍLIO TREVISANI, BARRA ITROUPAVA EM RIO DO SUL
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 22 de junho de 2013.

Rio do Sul, 20 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO Nº 057/2013 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 039/2012

Tomada de Preços nº 121/12
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: JFQUATROOITO PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.
Do Objeto: SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da cláusula quarta do Contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo o mesmo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 30 de março de 2014.

Rio do Sul, 22 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 058/2013 – DO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE GUINCHO NR. 101/2007

Concorrência nº 092/2006
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: ESTRELA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.
Do Objeto: SERVIÇO DE RECEPÇÃO, TRANSPORTE E GUARDA DE VEÍCULOS APRENDIDOS E/OU REMOVIDOS EM RIO DO SUL
Do Reajuste: Fica reajustado a valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o

CONTRATANTE e a CONTRATADA, para o valor, conforme justificativa anexa.

ESTADIA DE MOTOCICLETAS E SIMILARES		
Diárias	Abreveatura	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.M.	R\$ 6,96(seis reais e noventa e seis centavos)
Dias que excedem	D.M.	R\$ 4,18(quatro reais e dezoito centavos) por dia

ESTADIA DE AUTOMÓVEIS E CAMINHONETAS		
Diárias	Abreveatura	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V.	R\$ 8,35(oito reais e trinta e cinco centavos)
Dias que excedem	D.V.	R\$ 5,57(cinco reais e cinquenta e sete centavos)por dia

ESTADIA DE ÔNIBUS E CAMINHÕES		
Diárias	Abreveatura	Taxa
Até 06 dias a partir do dia seguinte ao da apreensão	T.F.V.P.	R\$27,84(vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos)
Dias que excedem	D.V.P.	R\$6,96(seis reais e noventa e seis centavos) por dia

As tarifas atinentes ao serviço de guincho ficam estabelecidas conforme o quadro abaixo:

Discriminação	Abreveatura	Taxa
Remoção/transporte de motocicleta e similares com veículos plataforma	T.M.	R\$69,61(sessenta e nove reais e sessenta e um centavos)

Discriminação	Abreveatura	Taxa
Remoção/transporte de automóveis com veículos plataformas	(T.V.L.)	R\$76,57 (setenta e seis reais e cinquenta e sete centavos)

Discriminação	Abreveatura	Taxa
Guinchamento ou remoção de ônibus e caminhões	T.V.P.	R\$208,83 (duzentos e oito reais e oitenta e três centavos)

Rio do Sul, 26 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO 6º TERMO ADITIVO Nº 059/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 049/2012

Carta Convite nº 056/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA.
Do Objeto: EXECUÇÃO DA RECONSTRUÇÃO PARCIAL PONTE PÊNSIL MARTIM DE SOUZA, LIGANDO OS BAIRROS JARDIM AMÉRICA E CANTA GALO
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 61 (sessenta e um) dias, com o seu término em 30 de abril de 2013.

Rio do Sul, 28 de fevereiro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

ESUMO DO 2º TERMO ADITIVO Nº 060/2013 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 174/2012

Tomada de Preços nº 120/2012
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratado: METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA.
Do Objeto: EXECUÇÃO DA PONTE PÊNSIL, LIGANDO OS BAIRROS BARRA DA ITROUPAVA/BREHMER EM RIO DO SUL
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 61 (sessenta e um) dias, com o seu término em 30 de junho de 2013.

Rio do Sul, 27 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Resumos dos Contratos do Mês 03/2013

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 019/2013

Pregão Presencial nr. 003/2013
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: MINERAÇÃO RIO DO OURO LTDA.

Objeto: Contratação de serviços de transporte de calcário dolomítico, compreendendo o trecho da cidade de Botuverá até Rio do Sul.

Valor: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais);
Condições de Pagamento: 15 dias após entrega da Nota Fiscal.
Prazo/entrega: Deverá carregar o calcário nas empresas Mineração Calwert Ltda e Mineração Rio do Ouro Ltda, ambas situadas na cidade de Botuverá - SC e entregar o material no depósito da Secretaria de Agricultura, sita a Rua Wenceslau Borini, 2950, Bairro Canta Galo, sem nenhum custo adicional para o município. A execução do serviço deverá ocorrer conforme demanda devidamente autorizada pela Secretaria Municipal de Agricultura.
Recurso: Próprio
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 19 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 016/2013

Pregão Presencial nº 015/2013
Contratante: Município de Rio do Sul/SC
Contratada: ORBENK - Administração e Serviços Ltda

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Copa e Cozinha e Limpeza, Higienização e Conservação, a serem executados nas instalações da Sede da Companhia de Bombeiros Militar de Rio do Sul, conforme as especificações constantes do Edital e do Termo de Referência descritos no Anexo 05 do Edital.
Valor: R\$ 3.999,90 (três mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos) mês, totalizando em R\$ 47.998,80 (quarenta e sete mil e novecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).
Condições de Pagamento: 10 dias após entrega da Nota Fiscal.
Prazo/entrega: 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura deste Termo
Recurso: Próprio/FunreboM
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações

nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 14 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

Resumos das Atas de Registros de Preços do Mês 03/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 295/2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 295/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 168/2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2012
INTERESSADO: SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, OBRAS E AGRICULTURA

Aos dezenove (19) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e doze (2012), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Rudipel Rudnick Petróleo Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.032/2012 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de 500.000 litros de óleo diesel para atender necessidades das Secretarias de Educação, Obras e Agricultura, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01	
Fornecedor: Rudipel Rudnick Petróleo Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 2,03 (dois reais e três centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo diesel comum.	2,03

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 03 de janeiro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

AGUINALDO MORAES TAVARES
Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 296/2012
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 296/2012
PREGÃO PRESENCIAL Nº 169/2012
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 169/2012
INTERESSADO: SECRETARIAS MUNICIPAIS

Aos dezenove (19) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e doze (2012), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Posto Centro Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.034/2012 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de gasolina comum para

manutenção dos veículos da frota rodoviária da prefeitura municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01	
Fornecedor: Posto Centro Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Gasolina comum.	2,75

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 03 de janeiro de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

EGON MAYER
Sócio Gerente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 007/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2013
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Aos seis (06) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Mineração Rio do Ouro Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.195/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de calcário dolomítico para atender agricultores do município, Secretaria de Agricultura, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01	
Fornecedor: Mineração Rio do Ouro Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Calcário dolomítico.	58,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 05 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

NILO BARNI

Sócio Diretor

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 009/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2013

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte e sete (27) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.239/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 03

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,39 (trinta e nove centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tijolo maciço 5x10x25.	0,39

ITEM 08

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 5,09 (cinco reais e nove centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Cal para pintura, 8 kg.	5,09

ITEM 09

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Aço CA-60 4,2mm para estribos, barras com 12m.	3,20

ITEM 10

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 3,14 (três reais e catorze centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Aço CA-60B, 5,00mm.	3,14

ITEM 11

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Aço CA-50, 6,3mm.	3,50

ITEM 12

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Aço CA 8,0mm.	3,50

ITEM 13

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Aço CA-50, 10mm.	3,20

ITEM 14

Fornecedor: SG Comércio de Materiais de Construção Ltda. EPP.

Preço cotado para o Item: R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Aço CA-50A, 12,5mm.	3,20

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura,



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

ERASMO CARLOS LONGEN

Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 010/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2013

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte e sete (27) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Tonet Materiais de Construção Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.239/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01

Fornecedor: Tonet Materiais de Construção Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 53,00 (cinquenta e três reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Areia média lavada e peneirada.	53,00

ITEM 02

Fornecedor: Tonet Materiais de Construção Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 60,00 (sessenta reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Areia grossa lavada e peneirada.	60,00

ITEM 04

Fornecedor: Tonet Materiais de Construção Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 0,39 (trinta e nove centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
----------------------------	----------------

Tijolos 6 furos 9x14x24.	0,39
--------------------------	------

ITEM 06

Fornecedor: Tonet Materiais de Construção Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 455,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Madeira de eucalipto serrada em bruto, diversas medidas.	455,00

ITEM 07

Fornecedor: Tonet Materiais de Construção Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 19,00 (dezenove reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Cimento CP IV, com 50 kg.	19,00

ITEM 15

Fornecedor: Tonet Materiais de Construção Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 3,20 (três reais e vinte centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Aço CA 16mm.	3,20

ITEM 16

Fornecedor: Tonet Materiais de Construção Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Aço CA-50A 20.0mm, barra reta.	3,30

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

VALDECIR TONET
Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 011/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2013
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte e sete (27) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa S B Transportes, Terraplenagem e Comércio EIRELI ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.239/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 05	
Fornecedor: S B Transportes, Terraplenagem e Comércio EIRELI ME.	
Preço cotado para o Item: R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Madeira de pinus serrada em bruto, diversas medidas.	435,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

FILIPPE CRISTIANO BITENCOURT
Procurador
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 012/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2013
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte e oito (28) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.240/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de óleo lubrificante para viaturas e equipamentos, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 03	
Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo lubrificante viscosidade SAE W 10 API CF.	124,00

ITEM 04	
Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 143,00 (cento e quarenta e três reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo lubrificante viscosidade SAE 90 API GL5.	143,00

ITEM 06	
Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 119,50 (cento e dezenove reais e cinquenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo SAE 30 API CF.	119,50

ITEM 11	
Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 5,30 (cinco reais e trinta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo 2 T semissintético API TC/JASO FC, 500 ml.	5,30

ITEM 12	
Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 6,90 (seis reais e noventa centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Fluido de freio DOT 3, com 500 ml.	6,90

ITEM 13

Fornecedor: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 9,90 (nove reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Fluido freio DOT 4, com 500 ml.	9,90

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

MARCOS DE MOURA Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 013/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2013
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte e oito (28) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.240/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de óleo lubrificante para viaturas e equipamentos, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 137,00 (cento e trinta e sete reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo lubrificante 15W40 API CI4.	137,00

ITEM 05

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
----------------------------	----------------

Óleo multifuncional 10W30 GL-4.	165,00
---------------------------------	--------

ITEM 10

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 1.480,00 (um mil, quatrocentos e oitenta reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Graxa para rolamentos a base de Litio NLG-2.	1.480,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

OSNEI RAHMEIER
Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 014/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2013
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte e oito (28) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Agricopel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.240/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de óleo lubrificante para viaturas e equipamentos, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 02

Fornecedor: Agricopel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 161,90 (cento e sessenta e um reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo hidráulico ATF Tipo A.	161,90

ITEM 07

Fornecedor: Agricopel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 116,60 (cento e dezesseis reais e sessenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo 40 API CF.	116,60

ITEM 09

Fornecedor: Agricopel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 6,64 (seis reais e sessenta e quatro centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo para motor 20W50SJ, 1 Lt.	6,64

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

MARCIO DA VEIGA
Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 015/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2013
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte e oito (28) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Motortech Importação e Comércio de Lubrificantes Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.240/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de óleo lubrificante para viaturas e equipamentos, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 08

Fornecedor: Motortech Importação e Comércio de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 115,30 (cento e quinze reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Óleo hidráulico 68 API HLP para extrema pressão.	115,30

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

PAULO H. CABRAL AMORIM
Procurador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 017/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2013
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte e um (21) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Tatu Locação e Terraplenagem Ltda. ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.256/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de 30.000 m³ de macadame para manutenção e conservação de vias públicas municipais, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01

Fornecedor: Tatu Locação e Terraplenagem Ltda. ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Macadame seco.	25,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 14 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

MARCOS NERI POFFO
Sócio Administrador

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 018/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2013
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Aos cinco (05) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina,

no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Jean Menin ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.257/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para prestação de serviços de escavadeira e trator esteira para Secretaria de Agricultura, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01	
Fornecedor: Jean Menin ME.	
Preço cotado para o Item: R\$ 120,00 (cento e vinte reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Serviços de 300 (trezentas) horas de 01 escavadeira hidráulica com operador, para executar serviços em pequenas propriedades rurais no perímetro do Município de Rio do Sul, com início dos serviços a partir da ordem de serviço. No ato da proposta informar a característica do equipamento, tais como: marca, modelo, apresentando documentos de propriedade e/ou indicando aqueles alugados sob forma de arrendamento Leasing ou outra forma equivalente. Todas as despesas de operação e manutenção do veículo, salário do motorista, bem como: alimentação e estadia para o mesmo, serão de responsabilidade do proponente. O pagamento será feito conforme medição.	120,00

ITEM 02	
Fornecedor: Jean Menin ME.	
Preço cotado para o Item: R\$ 119,50 (cento e dezenove reais e cinquenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Serviços de 550 (quinhentas) horas de 01 trator esteira com operador, para executar serviços em pequenas propriedades rurais no perímetro do Município de Rio do Sul, com início dos serviços a partir da ordem de serviço. No ato da proposta informar a característica do equipamento, tais como: marca, modelo, apresentando documentos de propriedade e/ou indicando aqueles alugados sob forma de arrendamento Leasing ou outra forma equivalente. Todas as despesas de operação e manutenção do veículo, salário do motorista, bem como: alimentação e estadia para o mesmo, serão de responsabilidade do proponente. O pagamento será feito conforme medição.	119,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 18 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

DELMIR PETRY

Procurador

mk

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 020/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2013

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos sete (07) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Fronza Artefatos de Cimento Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.259/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01	
Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 12,95 (doze reais e noventa e cinco centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,30.	12,95

ITEM 03	
Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 23,50 (vinte e três reais e cinquenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,40.	23,50

ITEM 04	
Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 73,90 (setenta e três reais e noventa centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,60 PA1.	73,90

ITEM 05

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 25,90 (vinte e cinco reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Lajota sextavada de concreto 25x25x08.	25,90

ITEM 08

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 163,50 (cento e sessenta e três reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 1,00 PA1.	163,50

ITEM 11

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 69,00 (sessenta e nove reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Grelha de concreto para boca de lobo 0,75x0,55m	69,00

ITEM 17

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 13,00 (treze reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Meio fio de concreto pré-moldado 1,0x0,30x0,10m. com canto superior arredondado.	13,00

ITEM 21

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 59,00 (cinquenta e nove reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Grelha de concreto para boca de lobo 0,70x0,40.	59,00

ITEM 25

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 107,00 (cento e sete reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,80 PA1.	107,00

ITEM 26

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 42,00 (quarenta e dois reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tampa cega de concreto 80x50x-8cm.	42,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 25 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

ALDO FRONZA

Sócio Administrador

mk

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 021/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2013

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos sete (07) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Pré-Vale Pré-Moldados de Concreto Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.259/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 02

Fornecedor: Pré-Vale Pré Moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 12,20 (doze reais e vinte centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,20.	12,20

ITEM 09

Fornecedor: Pré-Vale Pré Moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 212,00 (duzentos e doze reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 1,00 PA2	212,00

ITEM 12

Fornecedor: Pré-Vale Pré Moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 12,70 (doze reais e setenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,20, perfurados para drenagem.	12,70

ITEM 13

Fornecedor: Pré-Vale Pré Moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 87,00 (oitenta e sete reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,60 PA2.	87,00

ITEM 14

Fornecedor: Pré-Vale Pré Moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 232,90 (duzentos e trinta e dois reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 1,20 PA1.	232,90

ITEM 15

Fornecedor: Pré-Vale Pré Moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 1.350,00 (um mil, trezentos e cinquenta reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 2,00 PA2.	1.350,00

ITEM 29

Fornecedor: Pré-Vale Pré Moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 465,00 (quatrocentos e sessenta e cinco reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 1,50 PA1.	465,00

ITEM 30

Fornecedor: Pré-Vale Pré Moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 2,00 PA1.	1.250,00

ITEM 31

Fornecedor: Pré-Vale Pré Moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 488,00 (quatrocentos e oitenta e oito reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 1,50 PA2.	488,00

ITEM 32

Fornecedor: Pré-Vale Pré Moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 300,00 (trezentos reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 1,20 PA2.	300,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 25 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

ELIANA VOGEL JAEGER

Diretora Administrativa

mk

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 022/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2013

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos sete (07) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Mineração Pouso Redondo Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.259/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 10	
Fornecedor: Mineração Pouso Redondo Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 47,00 (quarenta e sete reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pó de brita basalto para PMF.	47,00
ITEM 16	
Fornecedor: Mineração Pouso Redondo Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 43,00 (quarenta e três reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pedrisco para PMF passando na peneira 3/8 e retida na 5/16.	43,00
ITEM 23	
Fornecedor: Mineração Pouso Redondo Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 38,80 (trinta e oito reais e oitenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Brita nr. 2 de granito ou basalto.	38,80

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 25 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

EDEGAR LAZAREK

Procurador

mk

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 023/2013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2013

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos sete (07) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Tubos e Pré Moldados Apiúna Ltda. EPP, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.259/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 06	
Fornecedor: Tubos e Pré Moldados Apiúna Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 45,20 (quarenta e cinco reais e vinte centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,60.	45,20
ITEM 07	
Fornecedor: Tubos e Pré Moldados Apiúna Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 152,50 (cento e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,80 PA2.	152,50
ITEM 20	
Fornecedor: Tubos e Pré Moldados Apiúna Ltda. EPP.	
Preço cotado para o Item: R\$ 35,30 (trinta e cinco reais e trinta centavos)	

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,50.	35,30

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 25 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

ROBERTO CARLOS DA SILVA
Procurador

mk

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 024/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2013
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos sete (07) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Mineração Rio do Ouro Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.259/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 19	
Fornecedor: Mineração Rio do Ouro Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 29,00 (vinte e nove reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Brita corrida.	29,00

ITEM 24	
Fornecedor: Mineração Rio do Ouro Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 32,50 (trinta e dois reais e cinquenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Rachão com bitola igual ou superior 4.	32,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 25 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

EDUARDO BARNI
Procurador

mk

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 025/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2013
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos sete (07) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Comercial Daclande Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.259/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 18	
Fornecedor: Comercial Daclande Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Base brita graduada faixa "A" do DEINFRA.	35,00

ITEM 22	
Fornecedor: Comercial Daclande Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 42,00 (quarenta e dois reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Brita nr. 1 de granito ou basalto..	42,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata

que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 25 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

GILBERTO GRABOWSKI
Procurador

mk

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 026/2013
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2013
PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2013
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 012/2013
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos sete (07) dias do mês de março (03) do ano de dois mil e treze (2013), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Indapav Artefatos de Cimento Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 3.259/2013 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 27	
Fornecedor: Indapav Artefatos de Cimento Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 25,90 (vinte e cinco reais e noventa centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Peiver 10x20x5.	25,90

ITEM 28	
Fornecedor: Indapav Artefatos de Cimento Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 32,80 (trinta e dois reais e oitenta centavos)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Peiver 10x20x8.	32,80

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 25 de março de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

HUDSON JORGE SCHROEDER
Procurador

mk

Salto Veloso

PREFEITURA

Retificação - Edital de Pregão Presencial Nº 0007/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE Nº DE EDITAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2013

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 0007/2013, que se realizará conforme dispõe Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: A presente licitação Pregão Presencial Coleta, transporte e tratamento (reciclagem e/ou triagem) de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos do município e a disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, através de operação, manutenção e monitoramento de aterro sanitário, destruição térmica ou outra tecnologia ambiental aceita pelos órgãos ambientais, em área de responsabilidade da contratada, possuidora das licenças ambientais exigíveis;
Onde se Le EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007/2013
LEIA-SE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2013

Salto Veloso - SC 05 de Abril de 2013
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Lei 1105 de 05 de Abril de 2013

LEI Nº 1105 DE 05 DE ABRIL DE 2013.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR EM PARCERIA COM O NÚCLEO DO COMÉRCIO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO A CAMPANHA DA NOTA FISCAL 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a presente LEI.
Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar em parceria com o Núcleo do Comércio de Santa Terezinha do Progresso, ligado a Associação Comercial de Maravilha, a Campanha de Natal 2013.

Art. 2º - A Campanha de que trata o artigo anterior tem por base a troca de notas ou cupons fiscais de produtos ou serviços prestados e ou adquiridos nos estabelecimentos vinculados ao Núcleo do Comércio de Santa Terezinha do Progresso, notas fiscais de prestação de serviços e/ou notas fiscais de produtor rural devidamente protocolados no setor de notas fiscais do Município que darão direito a concorrer a premiação determinada pelo regulamento da Campanha, que será definido pelas entidades organizadoras do

evento.

Art. 3º - A organização, desenvolvimento e publicidade da campanha referida na presente Lei, bem como despesas com premiação e confecções de cupons e outros materiais necessários, será de inteira responsabilidade do Núcleo do Comércio de Santa Terezinha do Progresso e do Município de Santa Terezinha do Progresso, com fiscalização e acompanhamento por parte do município, tendo em vista que o objetivo da campanha é o aumento de emissão de notas e cupons fiscais a fim de crescer a arrecadação municipal e coibir a sonegação fiscal.

Art. 4º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 05 de Abril de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Secretário de Gestão e Des. Econômico
Matricula nº 136/8

Lei 1106 de 05 de Abril de 2013

LEI Nº 1106 DE 05 DE ABRIL DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRIBUIR FINANCIAMENTE COM A APAE MARISOL DE MARAVILHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, especialmente da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a presente LEI.

Art. 1º - Fica o Município de Santa Terezinha do Progresso autorizado a contribuir financeiramente com R\$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais) para a APAE MARISOL da cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina, CNPJ: 78.472.545/0001-98, para cobrir despesas com atendimento de crianças e adolescentes portadoras de necessidades especiais do nosso Município matriculados naquela instituição durante o ano de 2013.

Art. 2º - O valor mencionado no capítulo anterior será repassado em 08 parcelas de R\$ 462,50 (quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) ao mês no transcorrer dos meses de Abril a Novembro de 2013.

Art. 3º - As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 05 de Abril de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Secretário de Gestão e Des. Econômico
Matricula nº 136/8

Lei 1109 de 05 de Abril de 2013

LEI Nº 1109 DE 05 DE ABRIL DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO A AUXILIAR FINANCIAMENTE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO EM VIAGEM DE APRENDIZADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a auxiliar financeiramente estudantes do Município em viagem de aprendizado ao Município de Ametista do Sul - RS, onde vão buscar aprendizado na área de Geografia no tocante ao relevo, extração de pedras preciosas e outros.

Art. 2º. O valor do referido auxílio será de até R\$ 500,00 (quinhentos reais) transferido diretamente à empresa que efetuará o transporte.

Art. 3º. Do referido valor repassado à empresa a mesma expedirá devida nota fiscal de prestação de serviço.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 05 de abril de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT
Secretário de Gestão e Des. Econômico
Matricula nº 136/8

Lei 1110 de 05 de Abril de 2013

LEI Nº 1110 DE 05 DE ABRIL DE 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO A EFETUAR DESPESAS COM FESTIVIDADES ALUSIVAS AO 18º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA/ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar despesas com festividades alusivas ao 18º Aniversário de Emancipação político/administrativo do Município de Santa Terezinha do Progresso no valor de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais).

Art. 2º. As despesas provenientes da execução da presente Lei correrão a conta do orçamento vigente do Município de Santa Terezinha do Progresso especificamente da conta 133920021.2.022000 - Festividades alusivas ao aniversário do Município.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 05 de abril de 2013.
JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Secretário de Gestão e Des. Econômico

Matricula nº 136/8

Lei 1111 de 05 de Abril de 2013

AUTORIZA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, SC, A FILIAR-SE À ASSOCIAÇÃO DAS CÂMARAS DE VEREADORES DO ENTRE-RIOS (ACAVERIOS) E A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE COM A ASSOCIAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente LEI:

Art. 1º. Fica a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, autorizada a filiar-se à Associação das Câmaras de Vereadores do Entre-Rios (ACAVERIOS) e contribuir financeiramente com a Instituição.

Art. 2º. A contribuição mencionada no Art. 1º corresponderá ao valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais e se dará através do pagamento de boleto bancário, com vencimentos para o dia 30 (trinta) de cada mês.

Art. 3º. A Associação das Câmaras de Vereadores do Entre-Rios (ACAVERIOS) deverá prestar contas dos valores recebidos, ao final de cada exercício.

Art. 4º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente da Câmara Municipal de Vereadores. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 1º de Janeiro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 05 de abril de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Secretário de Gestão e Des. Econômico

Matricula nº 136/8

www.ciga.sc.gov.br**São Bento do Sul****PREFEITURA****Portaria Nº 1631/2013**

PORTARIA Nº 1631, DE 01 DE ABRIL DE 2013.

DECLARA NULA A PORTARIA Nº 1089 DE 12 DE MARÇO DE 2013 E DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DESIGNA COMISSÃO

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 159, da Lei nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar nula a Portaria nº 1089 de 12 de março de 2013 e determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar denúncia de fatos tipificados, em princípio, no art. 131 e seus incisos: VIII, IX, XI e XVII, e no artigo 132, inciso X, ambos do Estatuto dos Servidores Municipais de São Bento do Sul - Lei Municipal nº 228/01, que constam do Processo nº 8200/2012, imputados à servidora O. C. R. P, matrícula funcional nº 31720, conforme denúncia proferida pelo ex-Secretário Municipal de Saúde - Marcus Maluf e acatada pela Procuradora do Município de São Bento do Sul - Katherine Schreiner, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer do apuratório.

Art. 2º Designar a Comissão Processante Especial, constituída por meio do Decreto nº 0094/2013, para dar cumprimento ao disposto no item precedente.

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante Especial inicie os trabalhos tão logo seja procedida a publicação desta portaria, notificando de tudo, desde o início, a servidora acusada.

Art. 4º Consoante o artigo 163 da Lei 228/01, os trabalhos desta Comissão serão concluídos em 60 (sessenta) dias, admitindo-se sua prorrogação por mais 60 (sessenta) dias, nos termos legais.

São Bento do Sul, 01 de abril de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

IPRESBS**Portaria IPRESBS Nº 092/2013**

PORTARIA IPRESBS Nº 092/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 05/04/2013 a 17/05/2013, a servidora MARLI LEHNERT, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 21/03/2013 a 04/04/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05/04/2013.

São Bento do Sul, 04/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 093/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 093/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 21/04/2013 a 04/06/2013, a servidora LINDACIR DROSCZAKA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 06/04/2013 a 20/04/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/04/2013.

São Bento do Sul, 04/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 095/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 095/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 21/03/2013 a 19/04/2013, a servidora ANDREA CRISTINA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 06/03/2013 a 20/03/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/03/2013.

São Bento do Sul, 04/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 096/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 096/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no

uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 14/03/2013 a 28/05/2013, a servidora TERESA PIASKOVSKI NECZYPOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 30/03/2013 a 13/04/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 14/03/2013.

São Bento do Sul, 04/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 097/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 097/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 26/03/2013 a 30/04/2013, ao servidor ARNALDO MEDEIROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com art.40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/03/2013 a 25/03/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/03/2013.

São Bento do Sul, 04/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº 098/2013
PORTARIA IPRESBS Nº 098/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 03/04/2013 a 25/07/2013, a servidora DELMA KOHLER CHAVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 19/03/2013 a 02/04/2013, compete

ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/04/2013.

São Bento do Sul, 04/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 094/2013
PORTARIA IPRESBS Nº. 094/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 16/02/2013 a 16/04/2013, concedido ao servidor ANTONIO FILISBINO SIQUEIRA FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 529/2012, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/02/2013.

São Bento do Sul, 04/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

Portaria IPRESBS Nº. 099/2013
PORTARIA IPRESBS Nº. 099/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 23/03/2013 a 19/04/2013, concedido a servidora LEONI KRUGER MAAHS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Especialista em Assuntos Educacionais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 060/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/03/2013.

São Bento do Sul, 05/04/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Termo Aditivo Prefe N. 031/2013 de 21/03/2013

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO

TERMO ADITIVO: PREFE N. 031/2013 de 21/03/2013- 7º Termo Aditivo ao Contrato n. 001/2011 de 06 de janeiro de 2011.

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 21/03/2013

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE nº 060/2010, Modalidade Tomada de Preços n. 018/2010

DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS e da CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 1.429.101,67

VALOR TOTAL DO ADITIVO: 98.101,67

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Vinicius Augusto Andrioli OAB/SC n. 29.784-B

CONTRATADA: ELETRO FERRAGEM BIGOLIN LTDA

CPF/CNPJ: 83.407.403/0001-87

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 26/06/2013

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.606, de 08 de Abril de 2013.

DECRETO Nº 4.606, DE 08 DE ABRIL DE 2013.

Fixa o valor de locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, sala de exposições, restaurante e praça de alimentação da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de locação de parte das dependências da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização de eventos a serem promovidos no corrente ano, nos dias 12 e 13 de abril, 17 e 24 de maio, 02 de agosto e 23 de setembro, pela Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Noroeste - SICOOB NOROESTE - SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.292.278/0001-81, da seguinte forma:

I - em R\$ 796,80 (setecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), para a locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, no dia 12 de abril;

II - em R\$ 159,36 (cento e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos), para a locação da sala de exposições, no dia 13 de abril;

III - em R\$ 159,36 (cento e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos), para a locação da sala de exposições, no dia 17 de maio;

IV - em R\$ 796,80 (setecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos), para a locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, no dia 24 de maio;

V - em R\$ 159,36 (cento e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos), para locação do restaurante, no dia 24 de maio;

VI - em R\$ 557,76 (quinhentos e cinquenta e sete reais e setenta e seis centavos), para locação da praça de alimentação, exceto a churrasqueira, no dia 02 de agosto;

VII - em R\$ 159,36 (cento e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos) para locação da sala de exposições, no dia 23 de setembro.

Paragrafo único. O valor total das locações será de R\$ 2.788,80 (dois mil, setecentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos), correspondente a 32,72 (trinta e dois vírgula setenta e dois) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de abril de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Retificação do Extrato do Contrato Nº 111/2013, de 27 de Março de 2013.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2013, DE 27 DE MARÇO DE 2013.

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a retificação do extrato do Contrato nº 111/2013, de 27/03/2013, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC, em data de 08/04/2013 - edição 1213 - pág. 227, que passa a vigorar com a seguinte redação:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 111/2013, DE 27 DE MARÇO DE 2013.

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 136/2012.

Origem: Processo Licitatório nº 030/2012, Modalidade Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia nº 004/2012.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: IVAÍ AR CONDICIONADO LTDA, CNPJ nº 12.482.939/0001-19.

Objeto: Dilação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 136/2012, de 09/04/2012, por 30 (trinta) dias, a fim de proporcionar ao Município tempo suficiente para a realização de vistoria e medição final da obra.

Data de Assinatura: 27/03/2013.

Vigência: de 27/03/2013 a 26/04/2013.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Sidney Bergamin Reis - pela contratada.

Notificação de Recebimento de Recursos Federais 04/04/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 04/04/2013 até 04/04/2013

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		85.741,09
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	10.889,34
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	0,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00	Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	25.000,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00	MAC - Ambulatorial e Hospitalar	-61.461,71
4.1.7.2.1.33.11.00.00	Outros Recursos SUS MAC - CEO	30.800,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00	Saúde Mental - CAPS	5.661,71
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	10.889,34
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	10.889,34
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	74.851,75
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	74.851,75
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	44.911,05
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	29.940,70

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 08/04/2013

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO

SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO



São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Decreto N.º 028/2013

DECRETO n.º 028/2013

NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 44/97, de 26 de junho de 1997,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os integrantes do Conselho Municipal do FUNDEB, que terá a seguinte composição:

I - Representante do Conselho Municipal de Educação:

- Maricélia Lohn da Silva - Titular.
- Rosângela Maria Laurentino - Suplente.

II - Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

- Fabiana Hoffmann Prates - Titular.
- Clarícia Eliani Kniss - Suplente.

III - Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

- Sueli Maria Stahelin - Titular
- Lorenice Reitz Kuhn - Suplente

IV - Representante dos Servidores Técnico Administrativo das Escolas Básicas Públicas:

- Gisele Matias Junckes - Titular.
- Fabiana Hames - Suplente

V - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

- José Bruno Muller - Titular
- Valdir Chiapinoto - Suplente

- Vagner Edson Macagnan - Titular.
- Benildes Kniss - Suplente

VI - Representante do Poder Executivo Municipal:

- Valcir José Kretzer Junior - Titular
- Michelle Nalovaiko - Suplente

VII - Representante do Conselho Tutelar:

- Eliane Gorete Martins - Titular
- Ivone Constante Trierveiler - Suplente

VIII - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

- Amarildo Nazareno Stahelin - Titular
- Jonas Souza - Suplente

IX - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública - Indicada pela Entidade de Estudantes Secundaristas:

- Edilene da Silva - Titular
- Zenilva Pitz - Suplente

X - Representantes do Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional Equivalente:

- Rosemari Reitz Francener - Titular
- Fabiana de Andrade - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.
Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Decreto N.º 029/2013

DECRETO n.º 029/2013

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no decreto-lei 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB, no âmbito do Município de São Pedro de Alcântara/SC.

Capítulo II

Da composição

Art. 2º - O Conselho a que se refere o art. 1º é constituído por 08 (oito) membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminados:

I) dois representantes Poder Executivo Municipal, sendo pelo menos um deles da Secretaria Municipal de Educação, indicados pelo Poder Executivo Municipal;

II) um representante dos professores das escolas públicas municipais;

III) um representante dos diretores das escolas públicas municipais;

IV) um representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais;

V) dois representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais;

VI) dois representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado por entidade de estudantes secundaristas;

VII) um representante do Conselho Municipal de Educação; e

VIII) um representante do Conselho Tutelar.

§ 1º - Os membros de que tratam os incisos III, V e VI deste artigo serão indicados pelo conjunto dos estabelecimentos, após processo eletivo organizado para escolha dos indicados, pelos respectivos pares.

§ 2º - Os membros de que tratam os incisos II e IV, serão indicados pelas entidades sindicais da respectiva categoria.

§ 3º - A indicação referida no caput deste artigo deverá ocorrer em até vinte dias antes do término do mandato dos conselheiros anteriores, para a nomeação dos conselheiros.

§ 4º - Os conselheiros de que trata o caput deste artigo deverão guardar vínculo formal com os segmentos que representam, devendo esta condição constituir-se como pré-requisito à participação no processo eletivo previsto no § 1º.

§ 5º - São impedidos de integrar o Conselho do FUNDEB:

I - cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau,

do Prefeito e do Vice-Prefeito, e dos Secretários Municipais;
II - tesoureiro, contador ou funcionário de empresa de assessoria ou consultoria que prestem serviços relacionados à administração ou controle interno dos recursos do Fundo, bem como cônjuges, parentes consanguíneos ou afins, até terceiro grau, desses profissionais;

III - estudantes que não sejam emancipados; e

IV - pais de alunos que:

- a) exerçam cargos ou funções públicas de livre nomeação e exoneração no âmbito do Poder Executivo Municipal; ou
- b) prestem serviços terceirizados ao Poder Executivo Municipal.

Art. 3º - O suplente substituirá o titular do Conselho do FUNDEB nos casos de afastamentos temporários ou eventuais deste, e assumirá sua vaga nas hipóteses de afastamento definitivo decorrente de:

I - desligamento por motivos particulares;

II - rompimento do vínculo de que trata o § 3º, do art. 2º; e

III - situação de impedimento previsto no § 5º, incorrida pelo titular no decorrer de seu mandato.

§ 1º - Na hipótese em que o suplente incorrer na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, o estabelecimento ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo suplente.

§ 2º - Na hipótese em que o titular e o suplente incorram simultaneamente na situação de afastamento definitivo descrita no art. 3º, a instituição ou segmento responsável pela indicação deverá indicar novo titular e novo suplente para o Conselho do FUNDEB.

Art. 4º - O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução para o mandato.

Capítulo III

Das Competências do Conselho do FUNDEB

Art. 5º - Compete ao Conselho do FUNDEB:

I - acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;

II - supervisionar a realização do Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária anual do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de concorrer para o regular e tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do FUNDEB;

III - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do Fundo;

IV - emitir parecer sobre as prestações de contas dos recursos do Fundo, que deverão ser disponibilizadas mensalmente pelo Poder Executivo Municipal; e

V - aos conselhos incumbe, também, acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de contas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

VI - outras atribuições que legislação específica eventualmente estabeleça; Parágrafo Único - O parecer de que trata o inciso IV deste artigo deverá ser apresentado ao Poder Executivo Municipal em até trinta dias antes do vencimento do prazo para a apresentação da prestação de contas junto ao Tribunal de Contas dos Municípios.

Capítulo IV

Das Disposições Finais

Art. 6º - O Conselho do FUNDEB terá um Presidente e um Vice-Presidente, que serão eleitos pelos conselheiros.

Parágrafo Único - Está impedido de ocupar a Presidência o

conselheiro designado nos termos do art. 2º, inciso I, desta lei.

Art. 7º - Na hipótese em que o membro que ocupa a função de Presidente do Conselho do FUNDEB incorrer na situação de afastamento definitivo prevista no art. 3º, a Presidência será ocupada pelo Vice-Presidente.

Art. 8º - No prazo máximo de 30 (trinta) dias após a instalação do Conselho do FUNDEB, deverá ser aprovado o Regimento Interno que viabilize seu funcionamento.

Art. 9º - As reuniões ordinárias do Conselho do FUNDEB serão realizadas mensalmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos.

Parágrafo único. As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, nos casos em que o julgamento depender de desempate.

Art. 10º - O Conselho do FUNDEB atuará com autonomia em suas decisões, sem vinculação ou subordinação institucional ao Poder Executivo Municipal.

Art. 11º - A atuação dos membros do Conselho do FUNDEB:

I - não será remunerada;

II - é considerada atividade de relevante interesse social;

III - assegura isenção da obrigatoriedade de testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de suas atividades de conselheiro, e sobre as pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações; e

IV - veda, quando os conselheiros forem representantes de professores e diretores ou de servidores das escolas públicas, no curso do mandato:

a) exoneração de ofício ou demissão do cargo ou emprego sem justa causa, ou transferência involuntária do estabelecimento de ensino em que atuam;

b) atribuição de falta injustificada ao serviço, em função das atividades do conselho; e

c) afastamento involuntário e injustificado da condição de conselheiro antes do término do mandato para o qual tenha sido designado.

V - veda, quando os conselheiros forem representantes de estudantes em atividades do conselho, no curso do mandato, atribuição de falta injustificada nas atividades escolares.

Art. 12º - O Conselho do FUNDEB não contará com estrutura administrativa própria, devendo o Município garantir infra-estrutura e condições materiais adequadas à execução plena das competências do Conselho e oferecer ao Ministério da Educação os dados cadastrais relativos a sua criação e composição.

Parágrafo Único - A Prefeitura Municipal deverá ceder ao Conselho do FUNDEB um servidor do quadro efetivo municipal para atuar como Secretário Executivo do Conselho.

Art. 13º - O Conselho do FUNDEB poderá, sempre que julgar conveniente:

I - apresentar, ao Poder Legislativo local e aos órgãos de controle interno e externo manifestação formal acerca dos registros contábeis e dos demonstrativos gerenciais do Fundo; e

II - por decisão da maioria de seus membros, convocar o Secretário Municipal de Educação, ou servidor equivalente, para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a trinta dias.

III - requisitar ao Poder Executivo cópia de documentos referentes a:

a) licitação, empenho, liquidação e pagamento de obras e serviços custeados com recursos do Fundo;

b) folhas de pagamento dos profissionais da educação, as quais

deverão discriminar aqueles em efetivo exercício na educação básica e indicar o respectivo nível, modalidade ou tipo de estabelecimento a que estejam vinculados;

c) documentos referentes aos convênios com as instituições a que se refere o art. 8º desta Lei;

d) outros documentos necessários ao desempenho de suas funções;

IV - realizar visitas e inspetorias in loco para verificar:

a) o desenvolvimento regular de obras e serviços efetuados nas instituições escolares com recursos do Fundo;

b) a adequação do serviço de transporte escolar;

c) a utilização em benefício do sistema de ensino de bens adquiridos com recursos do Fundo.

Art. 14º - Durante o prazo previsto no § 2º do art. 2º, os novos membros deverão se reunir com os membros do Conselho do FUNDEB, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse do Conselho.

Art. 15º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 16º - Ficam revogadas as disposições do decreto 116/2007.

Art. 17º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Decreto N.º 030/2013

DECRETO n.º 030/2013

Designa o Vice-Prefeito Municipal o Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO a exercer o cargo de Secretário de Educação, Cultura e Desporto e.e.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 45, inciso XVI, da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1.º- Designa o Vice-Prefeito Municipal o Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO a exercer voluntariamente o cargo de Secretário de Educação, Cultura e Desporto e.e., no período 02/04/2013 a 19/08/2013, devido o afastamento da servidora titular Francisleine Kuhn Pavanati (auxílio maternidade).

Art. 2.º- Pelo exercício no cargo de Secretário de Educação, Cultura e Desporto e.e, o Vice-Prefeito acima citado não receberá nenhuma remuneração ou subsídio, devido a este cargo, conforme tabela constante da Lei Municipal n.º 008/98.

Art. 3.º- O Senhor Edson José da Silva Filho receberá unicamente o subsídio referente ao cargo de Vice-Prefeito Municipal.

Art. 4.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 146/2013

PORTARIA n.º 146/2013

Concede férias a servidora MICHELLE NALOVAIKO.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora MICHELLE NALOVAIKO, ocupante do cargo de Agente Administrativa, férias por 30 dias que gozará a partir de 04/04/2013 a 03/05/2013, referente ao período aquisitivo de 2011/2012.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Portaria N.º 147/2013

PORTARIA n.º 147/2013

Admite em Caráter Temporário PATRICIA SUELI MANOEL MARIA-NO para o cargo de Técnico em Enfermagem.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, PATRICIA SUELI MANOEL MARIANO para o cargo de Técnico em Enfermagem, contrato de trabalho nº. 033/2013.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2013.

Contrato de Prestação de Serviço N.º 050/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N.º 050/2013

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado NENEM SOM, inscrito no CNPJ sob nº. 10.730.145/0001-00, com sede a Rua Caveiras, s/n, Biguaçu/SC, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR BOSQUETTI MATEUS, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1. Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de 05 (cinco) horas de som volante, com objetivo de comunicar aos

municípios que os carnês de IPTU já estão disponíveis na Sede da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1. A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1. O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1. O prazo de vigência deste contrato será de 03/04/2013 a 04/04/2013.

4.2. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de abril de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

NENEM SOM

Contratado

Contrato de Prestação de Serviço N.º 052/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 052/2013

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado ROSANA CLARO FERREIRA GONÇALVES, inscrita no CPF sob nº 788.587.479-68, RG 3.500.908, PIS/PASEP 124.12144.48-8, residente a Rua José Luiz Martins, nº 735, Barra do Arirui, Palhoça/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de limpeza no local do evento da VIII Stammtisch, a ser realizada no dia 07 de abril de 2013, em São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 07/04/2013, com início a partir das 09:00 horas até o término do evento.

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de abril de 2013.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ROSANA CLARO FERREIRA GONÇALVES

Contratado

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Contrato de Prestação de Serviço N.º 053/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 053/2013

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado JAILTO MAURINO FONSECA, inscrito no CPF sob nº 721.521.689-68, RG 2.067.976, PIS/PASEP 1.167.164.286-9, residente a Rua José Luiz Martins, nº 735, Barra do Arirui, Palhoça/SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:

1.1- Este contrato tem como objeto a prestação de serviço de limpeza no local do evento da VIII Stammtisch, a ser realizada no dia 07 de abril de 2013, em São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:

3.1- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:

4.1- O prazo de vigência deste contrato será de apenas um dia, ou seja, 07/04/2013, com início a partir das 09:00 horas até o

término do evento .

4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara/SC, 05 de abril de 2013.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

JAILTO MAURINO FONSECA

Contratado

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Contrato N.º 033/2013

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
CONTRATO n.º 033/2013

O Fundo Municipal de Saúde de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 08.971.900/0001-98, cuja Sede se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora PATRICIA SUELI MANOEL MARIANO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob nº 586.552.719-34, residente e domiciliada a Rua Francisco de Assis, nº. 362 - Forquilha-nhas - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2012, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 04/04/2013, findando no dia 30/09/2013, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal nº 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal nº 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal nº 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal nº 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Co-marca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de abril de 2013.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

PATRICIA SUELI MANOEL MARIANO

CONTRATADO

Testemunhas:

Desistência Edson Rios

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2012

Aos quatro dias do mês de abril do ano de 2013, EDSON RIOS, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo Edital n.º. 001/2012, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Motorista II, classificação 12, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 04 de abril de 2013.

Desistência Angelo Alves da Silva e Nazareno Jorge dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2012

Aos três dias do mês de abril do ano de 2013, ANGELO ALVES DA SILVA, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo Edital n.º. 001/2012, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Motorista II, classificação 14, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de abril de 2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2012

Aos três dias do mês de abril do ano de 2013, NAZARENO JORGE DOS SANTOS, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo Edital n.º. 001/2012, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Técnico em Edificações, classificação 01, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de abril de 2013.

Desistência Lidiane Ventura

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2012

Aos dois dias do mês de abril do ano de 2013, LIDIANE VENTURA, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Processo Seletivo Edital n.º. 001/2012, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Professora II - Séries Iniciais, classificação 02, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 02 de abril de 2013.

Schroeder

PREFEITURA

Portaria N° 5.063/2013, de 5 de Abril de 2013

PORTARIA N° 5.063/2013, DE 5 DE ABRIL DE 2013

NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, nos termos da Sindicância no 002/2013, de 5 de abril de 2013, os servidores Senhores Elmer Sandro Quadros, Gelson Stein e Franciele Salete Mella para sob a presidência do primeiro, sendo secretariado pelo segundo, comporem a Comissão de sindicância, destinada a apurar os fatos narrados através do Protocolo nº3083 e seus respectivos anexos e Boletim de Ocorrência registrado sob o nº1414426129, relatando o acidente de trânsito envolvendo o servidor do Município, Senhor Alcício Oss Emer, à vista do que tem ciência esta autoridade, devendo a Comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos no prazo de até 08 (oito) dias, a contar da data de citação do requerente e concluí-los no prazo de até 60 (sessenta) dias após seu início.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 5 de abril de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 07/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 07/2013-FMS

PROCESSO Nº. 19/2013-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para revelação de fotos para a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de abril de 2013 às 08h45min.
Abertura do Processo: 25 de abril de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de abril de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 08/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 08/2013-FMS

PROCESSO Nº. 21/2013-FMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de complementos e suplementos alimentares que se destinam a atender a demanda, da Assistência Social da Saúde Pública da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, estabelecida pela Lei Municipal nº. 1696/2008, ao longo de 12 (doze) meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 26 de abril de 2013 às 08h45min.
Abertura do Processo: 26 de abril de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.
Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de abril de 2013.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br

Ata de Pregão Presencial Registro de Preço Nº 6/2013-FMS Sequencia 02

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2013 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 14/2013 Data do Processo: 13/03/2013

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 11/2013 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de medicamentos para suprir as necessidades da Farmácia Básica e Especial e processos judiciais da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações no ANEXO IX - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se após recebimento do parecer técnico das senhoritas Deisy Alini Ruthes e Giseli Eccel Ronchi, ambas farmacêuticas da Secretaria de Saúde e Assistência Social. De acordo com Parecer técnico foi constatado que a empresa DIMACI/MG MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, apresentou para os itens 6, 28, 49 e 57 certificado de boas praticas vencido, documento exigido no item 6.1.9.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere." e para os itens 11 e 49 apresentou registro vencido documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." , sendo desclassificada nos itens acima mencionados. A empresa CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. DE PROD. HOSP. LTDA, apresentou para o item 4 certificado de boas praticas vencido, documento exigido no item 6.1.9.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere." e para o item 62 apresentou registro vencido documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." , sendo desclassificada nos itens acima mencionados. A empresa DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, apresentou para o item 34 certificado de boas praticas vencido, documento exigido no item 6.1.9.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere." e para os itens 11 e 34 apresentou registro vencido e para o item 17 apresentou registro que não corresponde ao produto cotado, documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." , sendo desclassificada nos itens acima mencionados. A empresa PRODIET FARMACÊUTICA S/A, apresentou para o item 22 registro que não corresponde ao produto documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." , sendo desclassificada no item acima mencionado. A empresa MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, apresentou para o item 10 certificado de boas praticas vencido, documento exigido no item 6.1.9.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere." , sendo desclassificada nos itens acima mencionados. A empresa ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, apresentou para os itens 4, 9, 10, 13, 28, 43 e 57 certificado de boas praticas vencido, documento exigido no item 6.1.9.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814/98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER****CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC****PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 6/2013 - PR****Processo Administrativo:**
Processo de Licitação: 14/2013
Data do Processo: 13/03/2013

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 11/2013 (Sequência: 2)**

ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere." e para o item 35 apresentou registro que não corresponde ao produto cotado, documento exigido no item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." , sendo desclassificada nos itens acima mencionados. A empresa CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA apresentou autorização de funcionamento comum e especial com validade até dia 11 de outubro de 2012, não atendendo as exigências do edital no item 6.1.9.4 "Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em nome da licitante, juntamente com sua publicação no Diário Oficial da União, não superior a 12 meses." , sendo a empresa desclassificada. Diante do exposto fica marcada a data de 17 de abril de 2013, as 09h para continuação do processo na etapa de lances, caso contrário será enviada nova ata determinado a nova data da etapa de lances. Encerra-se a sessão e pede-se para serem enviadas as empresas participantes a cópia da ata, bem como quadro comparativo de preços com a classificação das empresas.

Schroeder, 5 de Abril de 2013

COMISSÃO:

IVANDRA DE SOUZA	- - Pregoeiro(a)
MARILENE BUSCH	- - EQUIPE DE APOIO
DANIELA SAMULESCKI	- - EQUIPE DE APOIO
GELSON STEIN	- - EQUIPE DE APOIO
ORLANDO TECILLA	- - SEGUNDO PREGOEIRO

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 20/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2013-PMS

PROCESSO Nº. 48/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de reagente e vidrarias para análise de água para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de abril de 2013 às 08h45min.

Abertura do Processo: 24 de abril de 2013 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço Nº. 21/2013-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 21/2013-PMS

PROCESSO Nº. 49/2013-PMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de pessoa jurídica prestadora de serviços de arbitragem de eventos/campeonatos/torneios esportivos e de lazer do calendário esportivo de Schroeder, a serem realizados pela Diretoria de Esportes e Lazer, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência, deste instrumento convocatório.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 24 de abril de 2013 às 14h.

Abertura do Processo: 24 de abril de 2013 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser

obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 09 de abril de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 31/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 31/2013-FMS

Dispensa nº. 12/2013-FMS - Processo Licitatório nº. 20/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIBERTE VEÍCULOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.796.973/0004-94, estabelecida na Av. Prefeito Waldemar Grubba nº. 1292, Bairro Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-501

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na revisão de 10.000km para o veículo Logan MJU 4342 do Setor de Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Óleo 10 W 40	04	Litro	32,40	129,60
02	Arruela vedação	01	Unid.	4,48	4,48
03	Filtro combustível	01	Unid.	39,49	39,49
04	Kit revisão	01	Unid.	30,06	30,06
05	Filtro ar k7m	01	Unid.	62,22	62,22
06	Limpa TBI / descar	01	Unid.	34,19	34,19
07	Filtro óleo k4m	01	Unid.	35,34	35,34
08	Filtro ar habi-tac.	01	Unid.	25,49	25,49
09	Geometria.	01	Unid.	40,00	40,00
10	Balanceamento	01	Unid.	35,00	35,00
11	Limpeza dos bicos	0,30	Unid.	129,00	38,70
12	Descarbonização	0,40	Unid.	129,00	51,60
VALOR R\$ TOTAL					526,17

Valor do contrato: R\$ 526,17 (quinhentos e vinte e seis reais e dezessete centavos)

Data da Assinatura: 05/04/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº. 32/2013-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato de Contrato nº. 32/2013-FMS

Dispensa nº. 11/2013-FMS - Processo Licitatório nº. 18/2013-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FARMÁCIA ANJO-FARMA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.944.058/0001-70, estabelecida Rua Marechal Castelo Branco, nº. 5033, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

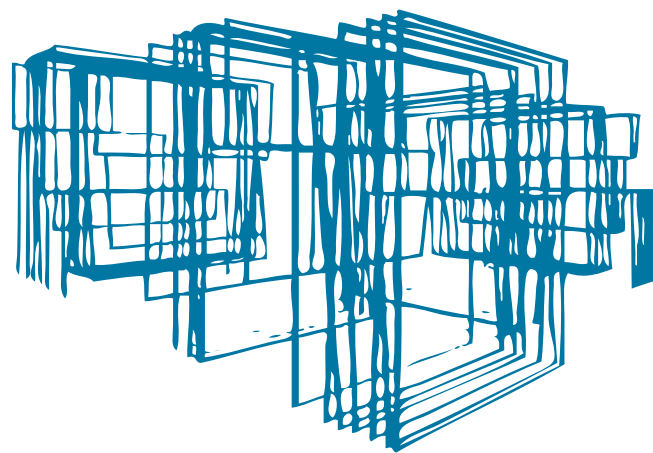
Objeto: O objeto do presente contrato consiste na aquisição de medicamento fornecido para paciente através da Ação Cível Pública nº 026.13.001158-0, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Lactulona 667mg/ ml xarope 120ml	23	Frascos	15,00	345,00
VALOR R\$ TOTAL					345,00

Valor do contrato: R\$ 345,00 (trezentos e quarenta e cinco reais)

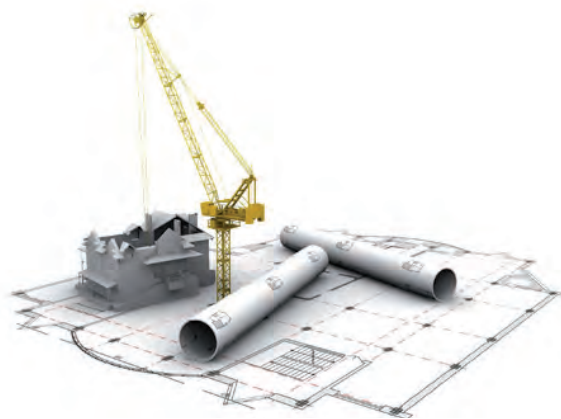
Data da Assinatura: 08/04/2013 - Vigência: 31/12/2013

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Timbó

PREFEITURA

Decreto N.º 3.086 de 22 de Março de 2013.

DECRETO N.º 3.086 DE 22 DE MARÇO DE 2013.

ALTERA dispositivo do Decreto n.º 3.062 de 22 de fevereiro de 2013.

O Prefeito Municipal de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso V e art. 70, inciso I, alínea "m" da lei Orgânica do Município, e pela Legislação Ordinária pertinente e,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica alterado o item 02 na alínea "a", do artigo 2º, do Decreto n.º 3.062 de 22/02/2013, que aprovou o desmembramento denominado "LINDO WERNER WESNICK", que passa a ter a seguinte redação:

"02 - Lote nº 02 (dois) - com área de 462,43m² (Quatrocentos e sessenta e dois metros e quarenta e três décimos quadrados), situado no lado par da Rua Canadá, distando pelo lado esquerdo do imóvel, 98,44 metros da esquina formada com o lado par da Rua Marechal Deodoro; estremando na frente em 18,76 metros com o lado par da Rua Canadá; fundos estrema em 18,67 metros sendo, em 14,07 metros com o lote nº 06 de propriedade de Amabile Dallabrida, matrícula nº 13.776, livro 2, e em 4,60 metros com a Rua Noruega; lado direito estrema em 24,68 metros com terras de Paulino Carlini, transcrição nº 3.457, folhas 39, livro 3-B; e, lado esquerdo estrema em 24,74 metros com o lote nº 01."

Artigo 3º - Fica ratificado os demais termos em todos seus artigos e parágrafos.

Artigo 4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, 22 de março de 2013.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Decreto Nº 3.082, de 15 de Março de 2013

DECRETO Nº 3.082, DE 15 DE MARÇO DE 2013

Homologa a Resolução do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente n. 01 de 25 de setembro de 2012.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso I, alínea "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e

Considerando o que dispõe os art. 14 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, estabelecido pelo Decreto 2.751 de 29 de maio de 2012, em especial no que diz respeito ao efeito normativo e executivo das resoluções do COMDEMA;

Considerando que em 25 de setembro de 2012 foi aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente a Resolução nº 01/2012 que dispõe sobre as Instruções Normativas que estabelecem formas de procedimentos a fim de normatizar e agilizar os trabalhos;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução n. 01, de 25 de setembro de 2012 do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, constante em anexo a este decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ

Resolução - nº 01//2012, de 25 de setembro de 2012

O CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.011, de 12 de Junho de 1998, alterada pela Lei n. 2144, de 08 de Novembro de 2001 e pela Lei n. 2280 de 23 de Novembro de 2005; bem como pelo Decreto n. 2.751 de 29 de maio de 2012; Considerando a necessidade de estabelecer padronização dos procedimentos realizados junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam aprovadas, em Assembléia Geral, as Instruções Normativas, em anexo, a seguir discriminadas:

I - Instrução Normativa 01: Requerimento para Obtenção da Licença Ambiental de Operação - LAO ou Dispensa Ambiental;

II - Instrução Normativa 02: Supressão de Vegetação em Área Urbana;

III - Instrução Normativa 03: Corte de Árvores Exóticas em APP;

IV - Instrução Normativa 04: Corte Eventual de Vegetação em Estágio Inicial de Regeneração

V - Instrução Normativa 05: Corte de Vegetação em Estágio Inicial de Regeneração;

VI - Instrução Normativa 06: Plano de Corte para Pequeno Produtor Rural;

VII - Instrução Normativa 07: Supressão de Vegetação de Árvores Isoladas em Área Urbana ou Rural;

VIII - Instrução Normativa 08: Manejo de Palmito;

IX - Instrução Normativa 09: Averbação de Reserva Legal;

X - Instrução Normativa 10: Instalação de Antena no Parque Natural Municipal Freymund Germer;

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de seu registro em ata, revogadas as disposições em contrário.

Fabiano Martins Adriano

Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

Maria Carolina Schwarz Berri

Procuradoria Geral do Município

Juciléa T. Nones Schaade

Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL

Atomir Sebastião Rufino

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Yeda Longo

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Nilton Barella

EPAGRI

Sandra Regina Batista

Assessoria de Meio Ambiente

André Alexandro Klabunde

ACIMVI

Sandra Regina Cunha de Moura

Secretaria Municipal de Educação

José G. R. Holderbaum
ONG Equilíbrio Vital

Gabriel Cristofolini
CEAAT

Diego Zatelli
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Vitor José Keller
Instituto Ambiental Aracua

Osmar Bento Campregher
Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Timbó

Instrução Normativa-IN

Requerimento para obtenção da Licença Ambiental de Operação -
LAO ou Dispensa Ambiental
IN-01

Identificação da Empresa		
Razão social:		
Nome fantasia:		
Inscrição estadual:	CNPJ nº:	
Endereço para correspondência:		
Bairro:	CEP:	Município:
Endereço da unidade a ser licenciada:		
Bairro:	CEP:	Município:
Telefone:		
Fax nº:	E-mail:	

Informações Sobre a Área

Localização de acordo com Legislação Municipal:
 `` Zona Urbana: `` Residencial `` Comercial `` Mista `` Outra. Especificar: `` Zona Rural

Informações Gerais sobre a Atividade

Área do Terreno (m2): Área Útil* (m2):		
Número de Funcionários		
Administração:	Produção:	
Total:		
Regime de Funcionamento		
Horas/dia:	Dias/mês:	Meses/ano:

Fonte de Abastecimento de Água

`` Rede Pública. Empresa fornecedora:
 `` Poço Artesiano.
 `` Vertente/Nascente.

`` Lago/lagoa.
 `` Riacho. Nome:

`` Rio. Nome:

`` Reutilização do processo Industrial

Consumo de Água: m3/h m3/dia m3/mês

* Área Útil = área construída mais área de estocagem

Fonte de Energia Elétrica

`` Concessionária Pública. Empresa fornecedora:
 `` Outra. Especificar:

Consumo de energia:

Atividade(s) Principal(is) da Empresa*

*Obs.: Anexar cópia do Cartão CNPJ da empresa junto ao requerimento previamente preenchido.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Nome:				
Cargo:				
Declaro, sob as penas da Lei, a veracidade das informações prestadas na presente Instrução Normativa.				
(local)	, em	/	/	.
Assinatura:	Carimbo da empresa:			

Instrução Normativa-IN

SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA URBANA IN-02

Documentos necessários para Autorização de SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO EM ÁREA URBANA, conforme Lei 11.428 de 22/12/2006, Art. 30º inciso I e Decreto Nº 6.660 de 21/11/2008; portaria intersetorial nº 01/96, Art. 4º e Lei complementar nº 140 de 2012.

- Corte de vegetação em imóveis urbanos;
- Para fins de edificação para perímetros urbanos;

1. Requerimento do proprietário do imóvel, com endereço completo para correspondência e justificativa do pedido;
- 2.
3. Fotocópia do Registro de Identidade e CPF se pessoa física, CNPJ e Contrato Social se pessoa jurídica;
4. Recolhimento de Taxa municipal;
5. Certidão atualizada do Imóvel do registro de imóveis, (até 90 dias);
6. Coordenadas Geográficas;
7. Planta do imóvel assinalando o uso do solo, os remanescentes florestais, hidrografia e o local pretendido para corte;
8. Inventário florestal, elaborado por profissional habilitado, contendo, o levantamento detalhado da vegetação indicando o volume de madeira a ser extraído, por espécie, com DAP médio, altura média e área basal média com a definição do estágio sucessional de regeneração, conforme Resolução CONAMA nº. 04 de 04/05/1994;
9. Apresentação do termo de manutenção de área verde e APP, compensação florestal (quando couber) e, reposição florestal quando necessário;
10. ART do responsável técnico do projeto;
11. Nº do Cadastro Técnico Federal (IBAMA), caso haja transporte de madeira (DOF).

Instrução Normativa-IN

CORTE DE ÁRVORES EXÓTICAS EM APP - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE IN-03

1. Requerimento do proprietário do imóvel, com endereço completo para correspondência e justificativa do pedido;
2. Apresentar Inventário Florestal elaborado por profissional habilitado, para quantificar o volume de material lenhoso e o número de indivíduos exóticos a serem retirados da área de preservação permanente (APP);
3. Se as árvores encontram-se em áreas de preservação permanente (APP) a autorização poderá ser emitida mediante um PRAD (Projeto de Recuperação de Área Degradada) elaborado por profissional habilitado.

* Se o material lenhoso for comercializado sendo necessário o transporte, o proprietário da madeira precisa emitir uma nota simples, descrevendo a espécie e o volume da carga.

Instrução Normativa-IN

CORTE EVENTUAL DE VEGETAÇÃO EM ESTÁGIO INICIAL DE

**REGENERAÇÃO - Pequeno produtor rural
IN-04**

Documentos necessários para autorização de supressão, CORTE EVENTUAL OU EXPLORAÇÃO/BIOMA MATA ATLÂNTICA SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO INICIAL até 2,0 ha/ano, conforme Art. 23 do decreto nº 6.660 de 21/11/2008.

- Para pequenos produtores rurais ou posses.
- Pequeno produtor rural: aquele que tenha no mínimo 80% da renda provinda de sua propriedade rural, sendo que esta não pode ter área superior à 50 hectares.

1. Requerimento do proprietário do imóvel, com endereço completo para correspondência e justificativa do pedido;
2. Documento que comprove ser pequeno produtor rural (Declaração do sindicato rural, nota de produtor, declaração da Epagri);
3. Fotocópia da carteira de identidade e do CPF da pessoa física, e do Contrato Social, se pessoa jurídica;
4. Certidão de inteiro teor do cartório de registro de Imóveis, com até 90 dias;
5. Planta do imóvel, se com área superior a 20 ha., ou croqui se com área até 20 hectares;
6. Averbação da reserva legal no Cartório de registro de Imóveis competente, se não constante na certidão referida no item "4";
7. Inventário Florestal, elaborado por profissional habilitado, contendo, o levantamento detalhado da vegetação indicando o volume de madeira a ser extraído por espécie com DAP médio, altura média e área basal média com a definição do estágio sucessional de regeneração, conforme critérios da Resolução CONAMA 04/04/94;
8. ART do responsável técnico do projeto;
9. Nº do Cadastro Técnico Federal (IBAMA), caso haja transporte de madeira (DOF)

**Instrução Normativa-IN
CORTE VEGETAÇÃO ESTÁGIO INICIAL DE REGENERAÇÃO
IN-05**

Documentos necessários para Autorização de Supressão em ÁREAS RURAIS DE VEGETAÇÃO SECUNDÁRIA EM ESTÁGIO INICIAL, até 3,0ha (p/ imóveis cujo proprietário não se caracteriza como pequeno produtor rural), Lei 11.428 de 22/12/2006 e Lei Complementar nº 140 de 2012.

1. Requerimento do proprietário do Imóvel, com endereço completo para correspondência e justificativa do pedido;
2. Fotocópia da carteira de identidade e do CPF para pessoa física e do Contrato Social, se pessoa jurídica;
3. Recolhimento dos valores da análise, conforme taxa prefeitura;
4. Certidão do cartório de registro de Imóveis, devidamente atualizada (até 90 dias);
5. Croqui da propriedade, com as suas delimitações;
6. Averbação da Reserva Legal no Cartório da Registro de Imóveis competente, se não constante na certidão referida no item "4";
7. Inventário florestal, elaborado por um profissional habilitado, contendo o levantamento detalhado da vegetação. E coordenadas geográficas.
8. ART do responsável técnico do projeto;
9. Nº do Cadastro Técnico Federal (IBAMA), caso haja transporte de madeira (DOF).

**Instrução Normativa-IN
PLANO DE CORTE PARA PEQUENO PRODUTOR RURAL 20m³
IN-06**

Documentos necessários para Autorização de Supressão em ÁREAS RURAIS (p/ pequeno produtor rural), conforme Lei 4.771 de 15/09/1965, Art. 23º, item III e art 28 da Lei 11.428, de 22/12/2006, Decreto Federal nº 6.660, de 21/11/2008, Portaria Interinstitucional Ibama/Fatma nº 1, de 04/06/1996, Portaria

Intersetorial SDM/FATMA nº 01/2002 e resoluções CONAMA.

- Corte eventual de árvores, aproveitamento de árvores mortas ou caídas, por causas naturais para benfeitorias limitado em 20 árvores ou até 20m³ (vinte metros cúbicos) a cada três anos, ou para lenha até 15m³ ao ano por propriedade ou posse.
- Pequeno produtor rural: aquele que tenha no mínimo 80% da renda provinda de sua propriedade rural, sendo que esta não pode ter área superior à 50 hectares.

1. Requerimento do proprietário do Imóvel, com endereço completo para correspondência e justificativa do pedido;
2. Documento que comprove ser pequeno produtor rural (Declaração do sindicato rural, nota de produtor, declaração da Epagri).
3. Fotocópia da carteira de identidade e do CPF para pessoa física e do Contrato Social, se pessoa jurídica;
4. Recolhimento dos valores da análise, conforme taxa vistoria;
5. Levantamento dos dados da altura, DAP e volume individual e total, por espécie, além da relação das árvores selecionadas, previamente identificadas com plaquetas numeradas, acompanhado de justificativa;
6. Se o proprietário tem a intenção de beneficiar a madeira emitimos um romaneio para transporte até a empresa beneficiadora; *Informar onde/qual empresa/serraria que fará o beneficiamento da madeira bem como endereço, nome, CNPJ.
7. Se o proprietário não vai beneficiar a madeira emitimos uma autorização para corte;
8. Reserva Legal devidamente averbada;

**Instrução Normativa-IN
SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO DE ÁRVORES ISOLADAS EM ÁREA
URBANA OU RURAL
IN-07**

Documentos necessários para Autorização de Supressão de ÁRVORES ISOLADAS em área urbana e rural, conforme Portaria Fatma nº 090/08 de 11/11/2008 e Instrução Normativa Fatma nº 26, de 22/02/2008.

- árvores isoladas; (Portaria Fatma nº 090/08 de 11/11/2008)
- árvores que acarretam risco a vida ou ao patrimônio em áreas urbanas; (IN 26 - Fatma "árvores que acarretam risco a vida e ao patrimônio")

1. Requerimento do proprietário do Imóvel, com endereço completo para correspondência e justificativa do pedido;
2. Fotocópia da carteira de Identidade e do CPF para pessoa física e do Contrato Social, se pessoa jurídica;
3. Recolhimento de valores de análise, conforme taxa prefeitura;
4. Certidão do Cartório de registro de Imóveis, devidamente atualizada (até 90 dias);
5. Croqui da propriedade, com as suas delimitações;
6. Levantamento dos dados da altura, DAP (Diâmetro Altura do Peito) e volume individual e total, por espécie, além da relação das árvores selecionadas, previamente identificadas com plaquetas numeradas, acompanhado de justificativas atestando as condições das árvores, c/ registro fotográfico;
7. ART do responsável técnico do projeto;
8. Nº do Cadastro Técnico Federal (IBAMA), caso haja transporte de madeira (DOF - Documento de Origem Florestal)

**Instrução Normativa-IN
MANEJO DE PALMITO
IN-08**

Documentos necessários para Autorização de Manejo de Palmito conforme LEI FEDERAL Nº 12.651/2012, LEI FEDERAL 11.428/06, RESOLUÇÃO CONAMA 294/01, RESOLUÇÃO CONAMA 004/94, Resolução CONAMA 300/02; PORTARIA INTERINSTITUCIONAL Nº 01/96 e Lei Complementar nº 140 de 2012.

1. Memorial do projeto contendo:

- Identificação do Imóvel: Matrícula, Endereço, Área total Escriturada, Área à ser suprimida, coordenadas geográficas.
- Dados Proprietário: Nome, CPF, RG, Endereço.
- Destino do Material Suprimido, contendo dados: Empresa compradora; endereço; CNPJ; IBAMA; MS.
- Relevô
- Hidrografia
- Vegetação existente
- Situação do local

2. ART do responsável técnico do projeto;

3. Nº do Cadastro Técnico Federal (IBAMA)

4. Responsável pelo corte.

Instrução Normativa-IN

AVERBAÇÃO DE RESERVA LEGAL

IN-09

Definir a documentação necessária para Averbação da Reserva Legal.

1. Etapas do Processo de Averbação da Reserva Legal

O procedimento de Averbação da Reserva Legal obedece às seguintes etapas:

- Requerimento de Averbação da Reserva Legal, acompanhado dos documentos pertinentes;
- Análise pelo Município dos documentos apresentados e realização de vistorias técnicas, quando necessárias;
- Solicitação de esclarecimentos e complementações pelo Município, em decorrência da análise dos documentos, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação, caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;
- Deferimento ou indeferimento do pedido de Averbação da Reserva Legal;
- Prazo de 30 (trinta) dias para análise, vistoria e aprovação.

2. Instruções Gerais

- Os estudos necessários ao processo de Averbação da Reserva Legal são realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor;
- O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos necessários ao processo de Averbação de Reserva Legal são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais;
- Toda documentação do processo de licenciamento ambiental deverá ser redigida em português. Os desenhos devem seguir as Normas Brasileiras (ABNT). As unidades devem ser as do Sistema Internacional de Unidades;
- O Município não assume qualquer responsabilidade pelo não cumprimento de contratos assinados entre o empreendedor e o projetista, nem aceita como justificativa qualquer problemas decorrente desse inter-relacionamento;
- O município coloca-se ao dispor dos interessados para dirimir possíveis dúvidas decorrentes desta instrução normativa.

3. Instruções Específicas

- Nos casos de área de posse, a concordância do Município, dá-se mediante o registro da ação de usucapião no Registro de Imóveis;
- Nos casos de composição de Reserva Legal em outro imóvel, o imóvel receptor deve possuir sua própria Reserva Legal averbada;
- Para efeito desta Instrução Normativa é adotada a seguinte definição de Reserva Legal:

Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna nativa.

4. Documentos necessários para Averbação da Reserva Legal

- Requerimento com endereço completo do requerente e justificativa do pedido;
- Procuração para representação do interessado, com firma reconhecida;

- Cópia da Transcrição ou Matrícula de Registro de Imóveis atualizada (no máximo 90 dias);
- Planta topográfica do imóvel em escala adequada, plotando, os remanescentes florestais com respectiva tipologia florestal, hidrografia, Áreas de Preservação Permanente (APP), a locação da Reserva Legal preferencialmente em uma única gleba, as coordenadas geográficas (latitude e longitude) ou coordenadas planas (UTM) com DATUM de origem, em 3 (três) vias;
- Memorial descritivo descrevendo a área total do imóvel e a área da Reserva Legal, em 3 (três) vias;
- Termo para Averbação da Reserva Legal, para apresentação no Cartório de Registro de Imóveis, em 3 (três) vias, sendo que uma via fica no processo da Prefeitura;
- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), do profissional habilitado para elaboração do projeto da Reserva legal, com os códigos A 0804 - Topografia ou A 0800 - Georreferenciamento ou H 2390 - Utilização do Solo, e H 1130 - Levantamento Florestal ou H 2220 Inventário Florestal, e cópia da quitação da ART;
- Nos casos de uso de Área de Preservação Permanente na composição da área de Reserva Legal, indicar em planta topográfica no imóvel em escala adequada, remanescentes florestais, hidrografia, Áreas de Preservação Permanente (APP) e as áreas propostas para Averbação da Reserva Legal com as coordenadas geográficas (latitude e longitude) ou coordenadas planas (UTM) com DATUM de origem;
- Quando a área de composição da Reserva Legal estiver localizada em outro(s) imóvel(eis), indicar em planta topográfica do imóvel receptor, em escala adequada, remanescentes florestais, hidrografia, Áreas de Preservação Permanente (APP) e as áreas propostas para Averbação da Reserva Legal com as coordenadas geográficas (latitude e longitude) ou coordenadas planas (UTM) com DATUM de origem. Indicar também, em planta, a matrícula do Registro de Imóveis, do imóvel de origem e do imóvel do receptor da Reserva Legal. Apresentar, ainda, o memorial descritivo justificando a opção das alternativas previstas na Medida Provisória nº. 2166/01, art. 44 e Lei nº. 14.675/09;
- Cópia da Transcrição ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis do imóvel receptor da Reserva Legal, atualizada (no máximo 90 dias). Casos de composição de Reserva Legal em outro imóvel.

Instrução Normativa-IN

INSTALAÇÃO DE ANTENA NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL FREYMUND GERMER

IN-10

Definir a documentação necessária para Instalação de Antena no Parque Natural Municipal Freymund Germer.

1. Etapas do Processo de Instalação de Antena no Parque Natural Municipal Freymund Germer

O procedimento de Instalação de Antena no Parque Natural Municipal Freymund Germer obedece às seguintes etapas:

1.1 Pedido de Viabilidade de Instalação no Setor de Meio Ambiente:

O interessado deverá preencher requerimento em nome da empresa, com a assinatura do proprietário ou sócio da mesma, solicitando viabilidade para instalação, anexando ao mesmo:

- o cartão CNPJ da empresa;
- parecer que comprove que a antena a ser instalada não comprometerá o funcionamento das outras já instaladas.

Posteriormente será realizada vistoria in loco, onde participarão, a Assessoria de Meio Ambiente, o Instituto Ambiental Aracua (órgão gestor do Parque) e o proprietário da empresa, para verificar a viabilidade de instalação.

O prazo para emissão da resposta do pedido de viabilidade é de 15 (quinze) dias.

Recolhimento da taxa para a emissão de viabilidade, sendo que a resposta da mesma só poderá ser retirada mediante a

comprovação de pagamento.

1.2 Elaboração do Contrato de Autorização para Utilização de Espaço Público, Entre o Poder Público e a Empresa Interessada na Instalação:

Sendo a viabilidade favorável à instalação, deverá ser elaborado o contrato de autorização para utilização de espaço público, entre o poder público e a empresa interessada na instalação. Para tanto, a mesma deverá apresentar a seguinte documentação:

- Certidão Negativa de Débitos relativa aos tributos federais e dívida ativa da União;
- Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Estadual da sede da Empresa;
- Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Municipal da sede da empresa e do Município de Timbó;
- Certidão Negativa de Débitos expedida pelo INSS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão de Regularidade do FGTS;
- Cópia do contrato social;
- Termo de autorização entre a Anatel e a Empresa para exploração do serviço de comunicação multimídia com devidas assinaturas reconhecidas em cartório;
- Protocolo de encaminhamento da Licença Ambiental Prévia - LAP ou documento expedido por órgão competente (FATMA) que declare a Dispensa da Licença Ambiental.

1.3 Alvará de Construção:

Finalizado o contrato, a instalação da antena fica condicionada a prévia obtenção de alvará de construção, tudo em conformidade com o Código de Edificações (Lei Complementar nº 363/2008) e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie. Para a obtenção do mesmo deverá encaminhar no setor de construções a seguinte documentação:

- Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de profissional habilitado;
- Cópia do ato administrativo que autorizou, permitiu ou concedeu a utilização do espaço público;
- Projeto da obra civil;
- Cópia do projeto técnico de instalação da antena;
- Cópia do projeto técnico de instalação de equipamentos de proteção contra incêndio, sistema de pára-raio e bloqueio de acesso de terceiros a estrutura física da antena ou torre;
- Cópia da Licença para Funcionamento de Estação emitido por órgão responsável;
- Relatório de conformidade, contendo a memória de cálculo ou os resultados das medições utilizadas, com os métodos empregados (se for o caso), para demonstrar que foram atendidos os requisitos relacionados aos limites de exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, associados ao funcionamento de estações transmissoras de radiocomunicação nas faixas de frequências até 300 GHz (trezentos gigahertz), com Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de profissional habilitado;
- Declaração (se houver) da existência de outras empresas utilizando a mesma estrutura física da torre ou antena (antenas acopladas).

Portaria No 187, de 04 de Março de 2013

PORTARIA No 187, DE 04 DE MARÇO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Secretaria Municipal de Educação.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Cargo: Educador Infantil B18

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Jusceli Aparecida de Oliveira (Subst.Tania R.J.Weiss, que se encontra em Lic.Sem Vencimentos)	15/08/74	004.801.179.77	30h	04/03/2013 a 28/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 04 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 191, de 04 de Março de 2013

PORTARIA No 191, DE 04 DE MARÇO DE 2013

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Pamela Aparecida Campregheer, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 9º, Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, à Servidora Pública Municipal PAMELA APARECIDA CAMPREGHEER, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, do Quadro dos Servidores Públicos do Município, pela Portaria nº 044, de 15 de janeiro de 2013, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 04 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 193, de 05 de Março de 2013

PORTARIA No 193, DE 05 DE MARÇO DE 2013

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, inciso X, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, e Decreto nº 3031, de 02/01/2013,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo

discriminado:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)

Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Anna Paula Bona Devigili(Vacância do cargo e ausência de candidatos aprovados em Conc.Público. Candidata aprovada no Proc. Seletivo 01/2013)	03/08/1988	047.773.869.96	44h	05/03/2013 a 29/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em05 de março de 2013; 143o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 194, de 05 de Março de 2013

PORTARIA No 194, DE 05 DE MARÇO DE 2013

Altera temporariamente a carga horária de servidoras contratadas temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidoras contratadas temporariamente para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, lotadas na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 01/03/2013 a 28/03/2013, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL DE:	PARA:
Cleide Aparecida Nicoletti Pontes	19h/a	20h/a
Raquel Zimath Holler	20h/a	40h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em05 de março de 2013; 143o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria No 195, de 05 de Março de 2013

PORTARIA No 195, DE 05 DE MARÇO DE 2013

Altera temporariamente a carga horária de servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts.50, Inciso XXV, art.70, Inciso II, alínea "a" da Lei

Orgânica do Município, e com base no art.31 e 32 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA de Servidora contratada temporariamente para o cargo de Professor - Ensino Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para o período de 05/03/2013 a 28/03/2013, conforme demonstrativo abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NOME	CARGA HORÁRIA SEMANAL DE:	PARA:
Débora Cristofolini	20h/a	40h/a

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em05 de março de 2013; 143o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Portaria Nº 189, de 04 de Março de 2013

PORTARIA Nº 189, DE 04 DE MARÇO DE 2013

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

O PREFEITO DE TIMBÓ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Adauto Martins de Oliveira	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Ademir de Borba	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Amarildo Diogo Correia	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Audir Pasquali	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Augusto Vital Dognini	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Bruno Roedel	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Ditmar Hackbarth	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Domingo Pereira	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Edemilson Franz	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Elirio Stolf	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Ernstfried Withoeft	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Ivanor José Diogo Correia	135, de 08/02/2013	29/03/2013
José Mauricio Alves Souza	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Lucas de Oliveira Borges	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Natal Ferreti	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Nivaldo Luiz Bernardo	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Orival Tancon	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Renato Lombardi	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Roberto Carlos Moreira Lisboa	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Rodrigo de Oliveira	135, de 08/02/2013	29/03/2013

Valmor Helmbrecht	135, de 08/02/2013	29/03/2013
Walmor Valentim Theiss	135, de 08/02/2013	29/03/2013

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 04 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Ata Tomada de Preço N.º 02 2013 FME

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO N.º. 02/2013 FME

Às nove horas, do quinto dia, do mês de abril de dois mil e treze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 32/2013 para abertura dos envelopes da TP 02/2013 FME.

Compareceram no horário marcado as empresas CONSTRULACER COM. CONST. LACERDÓPLOIS LTDA-ME, SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, representada pelo Sr. Roberto Carlos Imme e a CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. ME, representada pelo Sr. Altivo Possamai.

Passou-se então a análise da documentação de habilitação das empresas licitantes.

Verificou-se que a CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. ME, não apresentou o documento exigido no item 7.1.6 (registro da empresa e dos responsáveis técnicos junto ao CREA). A empresa CONSTRULACER COM. CONST. LACERDÓPLOIS LTDA-ME não apresentou a certidão do Poder Judiciário que indica a quantidade de órgãos distribuidores existentes no município (item 7.1.4 "d") e também não apresentou acervo técnico de piso com a metragem exigida para pintura de piso/quadra.

Para uma melhor análise dos acervos técnicos apresentados, a Comissão decidiu remeter os autos à Secretaria de Planejamento para melhor avaliação.

Em seguida os autos deverão ser remetidos para contabilidade para avaliação dos balanços patrimoniais apresentados pelas empresas licitantes, principalmente porque as empresas CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. ME e CONSTRULACER COM. CONST. LACERDÓPLOIS LTDA-ME não fizeram constar o patrimônio líquido nos balanços apresentados.

Nada mais havendo a tratar após ser lida e aprovada será assinada e encerrada a presente ata.

Intime-se as empresas participantes.

CARMELINDE BRANDT
Presidente

BARBARA HOCHHEIM
Secretaria

ALINE BURGER
Membro

Aviso Pregão Presencial N.º 17 2013 SAMAE - Aquisição de Bombas Dosadoras

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ - SAMAE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2013

OBJETO: aquisição de bombas dosadoras eletromagnéticas de diafragma com vazão de 40 litros. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 22 de abril de 2013. ABERTURA: dia 22 de abril de 2013 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 08/04/2013
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 26 2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 26/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: contratação de serviços para manutenção da frota de caminhões, máquinas pesadas, implementos agrícolas, prensas e esteiras do Município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Mecânica Buzzi Ltda; MecFar Mecânica Automotiva Ltda ME; Maiochi Instaladora Montadora Máquinas Equipamentos Ltda; Delane Comércio Peças para Tratores e Caminhões Ltda; Rondomáquinas Peças e Serviços Ltda ME; Solo Diesel Truck Center Comércio Peças Assistência Técnica Ltda ME; MTM Auto Center e Comércio de Baterias Ltda ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 841.800,00 (oitocentos e quarenta e um mil e oitocentos reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO.

VALIDADE DA ATA: 05/04/2014

Timbó, 05/04/2013
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal de Fazenda e Administração

Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 31 2013

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 31/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: aquisição de carneiras (gavetas de concreto) e tampas de concreto destinadas ao Cemitério Jardim da Paz e Cemitério Central.

EMPRESA FORNECEDORA: ERH Marmoraria e Funerária Ltda ME. VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 68.720,00 (sessenta e oito mil, setecentos e vinte reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

ÓRGÃO PARTICIPANTE: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

VALIDADE DA ATA: 05/04/2014

Timbó, 05/04/2013
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Republicação Extrato Ata de Registro de Preço N.º 132 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 132/2012
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Aquisição de computadores, equipamentos e softwares destinados a setores diversos da Prefeitura de Timbó incluindo seus fundos e fundações.

EMPRESAS VENCEDORAS: Ilha Service Serviços de Informática Ltda; Weikan Tecnologia Ltda EPP; Expressão Com. Mat. Inf. Serv. Ltda; DialSupri Distribuidora Ltda ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 162.221,35 (cento e sessenta e dois mil, duzentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 22/10/2013

Timbó, 22/10/2012

LAERCIO D. SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 142 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 142/2012
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Registro de preços para aquisição de combustíveis destinados às Unidades Administrativas Diretas e Indiretas da Prefeitura de Timbó, para o período de janeiro a dezembro de 2013.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Rudipel Rudnick Petróleo Ltda e Auto Posto Nasato Ltda.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.574.680,45 (um milhão, quinhentos e setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/12/2013

Timbó, 17 de janeiro de 2013

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 148 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 148/2012
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: aquisição de diversos gêneros alimentícios não perecíveis, destinados aos Núcleos, Unidades Pré-Escolares e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, para cumprimento do cardápio no período de janeiro a agosto de 2013.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Nutrimental SA Ind. Com. Alimentos; TAF Distribuidora Ltda; Superlight Alimentos Ltda; Distrib. Nova Esperança Ltda ME; Coml. Abelam Ltda.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 117.127,35 (cento e dezessete mil, cento e vinte e sete reais e trinta e cinco centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Educação

VALIDADE DA ATA: 31/08/2013

Timbó, 23 de janeiro de 2013

SERGI MENGARDA

Secretário de Educação

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 150 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 150/2012
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Aquisição de pães, verduras, laranjas e melancias destinadas aos Núcleos, Unidades Pré-escolares e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, para cumprimento do cardápio no período de janeiro a agosto de 2013.

EMPRESAS FORNECEDORAS: José Nei Koch ME; T.C. Comércio de Alimentos Ltda; New Way Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda; Panificadora Bom dia Ltda EPP.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 104.502,68 (cento e quatro mil, quinhentos e dois reais e sessenta e oito centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Educação

VALIDADE DA ATA: 31/08/2013

Timbó, 25 de janeiro de 2013

SERGI MENGARDA

Secretário de Educação

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 158 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 158/2012
ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição de gás (recarga) P/13 e P/45, para atender as Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Timbó, incluindo seus Fundos e Fundações para o período de 01(um) ano.

EMPRESA FORNECEDORA: Companhia Ultragaz SA.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 49.120,00 (quarenta e nove mil, cento e vinte reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Administração e Fundo Municipal de Assistência Social.

VALIDADE DA ATA: 25/01/2014

Timbó, 25 de janeiro de 2013

SERGI MENGARDA

Secretário de Educação

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 29 2012 - FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
Pregão Presencial n.º 29/2012
ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Saúde

OBJETO: Aquisição de material instrumental a ser utilizado nas unidades de saúde e policlínica.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Altermed Mat. Med. Hospitalar Ltda, Metromed Com. Mat. Medico Hosp. Ltda, Medical Vendas Ltda e Biomed Material Medico Hospitalar Ltda

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 23.151,84 (vinte e três mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial.

VALIDADE DA ATA: 11/07/2013.

Timbó, 11/07/2012

DANIEL AGOSTINI NETO

Secretário da Fazenda e Administração

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 30 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 30/2012

ÓRGÃO GESTOR: Secretaria de Saúde e Assistência Social

OBJETO: Aquisição de medicamento Xolair por determinação judicial.

EMPRESA FORNECEDORA: Distrib. Medic. A.N.B Farma Ltda.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 14.008,44 (Catorze mil, oito reais e quarenta e quatro centavos).

MODALIDADE: Pregão

VALIDADE DA ATA: 10/07/2013.

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria da Saúde

Timbó, 10/07/2012

LAERCIO SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

Republicação Extrato da Ata de Registro de Preço N.º 42 2012 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 42/2012 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Aquisição de materiais de consumo da área de enfermagem / hospitalar que serão utilizados nas Unidades de Saúde, Pronto Socorro e Policlínica de Referência do Município.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Metromed Com. Mat. Médico Hosp. Ltda; Produvale Produtos Hospitalares Ltda; Dimaci/SC Mat. Cirúrgico Ltda; Prohospital Sul Comércio de Materiais Médicos e Odontológicos Ltda ME; Promefarma Repr. Comerciais Ltda; Trade Medical Com. Mat. Hosp. Ltda; Medicamentos de AZ Ltda ME; Olimed Mat. Hosp Ltda.; Aliança Hospitalar Ltda ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 166.886,14 (cento e sessenta e seis mil, oitocentos e oitenta e seis reais e quatorze centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria de Saúde

VALIDADE DA ATA: 23/01/2014

Timbó, 23 de janeiro de 2013

ALFREDO BERRI

Secretária de Saúde

Republicação extrato da Ata de Registro de Preço N.º 149 2012

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 149/2012

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Aquisição de diversos gêneros alimentícios perecíveis, destinados aos Núcleos, Unidades Pré-escolares e Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino, para cumprimento do cardápio no período de janeiro a agosto de 2013.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores - COOMAPEIXE, Frigorífico Menestrina Ltda e Coml. Abelam Ltda..

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 173.289,00 (cento e setenta e três mil, duzentos e oitenta e nove reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 31/08/2013

Timbó, 17 de janeiro de 2013

ALINE BURGER

Secretária de Educação

SAMAE**Portaria No SAMAE-034 de 15 de Março de 2013**

PORTARIA No SAMAE-034 DE 15 DE MARÇO DE 2013

Concede Exoneração ao Servidor Público Municipal Marcos Steffen, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo a contar de 15 de março do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal MARCOS STEFFEN, contratado temporariamente para o cargo de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, do Quadro de Pessoal da Autarquia Municipal, pela Portaria nº 564, de 07 de novembro de 2012, a contar de 15 de março do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Portaria No SAMAE-035 de 15 de Março de 2013

PORTARIA No SAMAE-035 DE 15 DE MARÇO DE 2013

Concede Exoneração ao Servidor Público Municipal Valdecir Anacleto Cardoso, contratado temporariamente para o cargo de Operador de Máquinas a contar de 30 de março do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal VALDECIR ANACLETO CARDOSO, contratado temporariamente para o cargo de Operador de Máquinas, do Quadro de Pessoal da Autarquia Municipal, pela Portaria nº 374, de 01 de outubro de 2010, a contar de 30 de março do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 15 de março de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

Decreto Nº 4.219 de 04 de Abril de 2013

DECRETO Nº 4.219 DE 04 DE ABRIL DE 2013

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO ÁREA DE TERRAS COM 93,78 M² À MARGEM DA AVENIDA FRANCISCO DE PAULA E SILVA, NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC., no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a área de 93,78 m² (noventa e três metros e setenta e oito centímetros quadrados) à margem da Avenida Francisco de Paula e Silva, situada no Distrito de São Cristóvão, município de Três Barras - SC, representada pelas áreas identificadas no Memorial Descritivo e Levantamento Topográfico Planimétrico, elaborado por Jorge Roberto Ferreira - Engenheiro Agrimensor CREA SC nº 20.681 - Anexo.

Art. 2º. A declaração de utilidade pública constante do art. 1º, deste Decreto, fundamenta-se no Decreto-lei nº 3.365/41, artigo 5º, alíneas "i" - abertura, conservação e melhoramento de vias ou logradouros públicos - alargamento da Avenida Francisco de Paula e Silva.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto nº 4.214 de 22 de março de 2013.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 04 de abril de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Portaria Nº 279 de 04 de Abril de 2013

PORTARIA Nº 279 DE 04 DE ABRIL DE 2013

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a Comissão Permanente de Avaliação, instituída pela Portaria nº 46 de 14 de janeiro de 2013, que proceda a avaliação da área de 93,78 m² (noventa e três metros e setenta e oito centímetros quadrados) à margem da Avenida Francisco de Paula e Silva, situada no Distrito de São Cristóvão, município de Três Barras - SC.

Parágrafo único. A área a ser avaliada está identificada de acordo com os Anexos - Memoriais Descritivos e Levantamento Topográfico Planimétrico, elaborado por Jorge Roberto Ferreira - Engenheiro Agrimensor CREA SC nº 20.681.

Art. 2º. Deverá a Comissão, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar laudo de avaliação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC., 04 de abril de 2013.
ELOI JOSÉ QUEGE
Prefeito Municipal de Três Barras

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: MIGUEL LOZARTE RODRIGUES DOS SANTOS - MEI

OBJETO: Contratação de empresa para realização de Show Baile durante o Jantar Italiano com Cassol Italianíssimo e Grupo Solemio, em comemoração aos 49 anos do Município de Vargeão, SC. VALOR: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 53/2013.

Vargeão, SC, 05 de abril de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE VARGEÃO

OBJETO: Adequação de valores no repasse de recursos financeiros à Associação Acadêmica de Vargeão para até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) mensais.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Convênio nº 005/2013.

Vargeão, SC, 01 de abril de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Extrato de Convênio

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL E AGROPECUÁRIA DE VARGEÃO - ACIVA

OBJETO: Transferência financeira da CONVENIENTE para a CONVENIADA, visando a manutenção das suas atividades.

VALOR: Até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais.

AMPARO LEGAL: Lei nº 1.517/2013 e Convênio nº 007/2013.

Vargeão, SC, 01 de abril de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Edital de Edital de Leilão Nº 02/2013

EDITAL DE EDITAL DE LEILÃO Nº 02/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO

que no dia 25 de abril de 2013, às 09h30min, a Comissão Permanente de Licitações de Bens e Avaliações da Prefeitura Municipal, estará alienando através de Leilão, ônibus, veículos e britador móvel inservíveis para a Administração Municipal. Maiores informações serão prestadas pela Secretaria Geral da Administração da Prefeitura Municipal de Vargeão, localizada no Paço Municipal, sita na Rua 7 de setembro, nº 477, Centro, na cidade de Vargeão, SC, ou pelo fone (49)3434-0148.

Vargeão, SC, em 08 de abril de 2013.

AMARILDO PAGLIA

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

Lei Nº 2.891/13

LEI Nº 2.891/13, DE 03 DE ABRIL DE 2013.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a proceder ao pagamento de despesas médicas relativas a ressarcimento de danos que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder ao pagamento de despesas médicas, relativas ao ressarcimento de dano decorrente de lesão sofrida nos Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, pelo atleta de handebol da Fundação Municipal de Esporte, Anderson Seidel, inscrito no CPF sob o nº 009.059.659-64, portador do RG nº 100.323.869, residente e domiciliado na Avenida La Salle, nº 353 - Apto 202, Bairro Centro, Xanxerê-SC, no valor total de R\$ 20.764,11 (vinte mil, setecentos e sessenta e quatro reais e onze centavos), conforme Processo Administrativo de Pedido de Ressarcimento de Danos nº 15.288/2012.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

03 - Secretaria Municipal de Administração

01 - Administração

2052 - Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0000.000000- Aplicações Diretas

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 03 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.387/13

DECRETO Nº 10.387/13, DE 03 DE ABRIL DE 2013.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 2.890/13, de 03 de abril de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 1.820.958,77 (um milhão oitocentos e vinte mil novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e sete centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ - 2063 - Atenção Básica

3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.10 - Aplicações Diretas
10.382,00

3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.11 - Aplicações Diretas
5.390,79

3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.12 - Aplicações Diretas
52.609,69

3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0064.8 - Aplicações Diretas
114.290,63

3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0164.10 - Aplicações Diretas
50.000,00

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ - 2064 - Atenção de Média e Alta Complexidade

3.1.90.00.00.00.00.00.00.03.0065.20 - Aplicações Diretas
102.384,17

3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0065.17 - Aplicações Diretas
395.784,17

3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0065.59 - Aplicações Diretas
30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0065.67 - Aplicações Diretas
30.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0165.59 - Aplicações Diretas
20.000,00

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ - 2065 - Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde

3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0066.16 - Aplicações Diretas
40.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0066.16 - Aplicações Diretas
40.000,00

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ - 2066 - Vigilância Sanitária

3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0066.15 - Aplicações Diretas
35.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0049.0- Aplicações Diretas 40.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0049.0- Aplicações Diretas 40.000,00

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ - 2067 - Programa DST/AIDS

3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0066.18 - Aplicações Diretas
30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.00.03.0066.18 - Aplicações Diretas
25.000,00

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ - 2068 - Assistência Farmacêutica

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0067.13 - Aplicações Diretas
284.388,12
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0167.13 - Aplicações Diretas
378.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0167.13 - Aplicações Diretas
20.000,00

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ - 2.069 - Gestão do SUS

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0070.66 - Aplicações Diretas
41.514,54

15 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj/Ativ - 2.080 - Manutenção da Saúde no Município

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0088.31 - Aplicações Diretas
36.214,66

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 1.820.958,77

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2012.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 10.388/13

DECRETO Nº 10.388/13, DE 05 DE ABRIL DE 2013.

Torna sem efeito o Decreto nº 10.361/13.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no Processo Administrativo nº 4.675/2013,

RESOLVE

Art. 1º Torna sem efeito o Decreto nº 10.361/13, que nomeou MARIA CRISTINE ANTELO BENDER, para exercer o emprego público de Médico - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Portaria Nº 0166/13

PORTARIA nº 0166/13

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, e a vista do que consta no Memorando nº 08/13 do Departamento Pessoal;

RESOLVE

Conceder Licença Gestação de 120 (cento e vinte) dias à servidora SÔNIA EVELYN MYCHAYLYK REICHARDT, Analista de Nível Superior, a partir do dia 03 de abril de 2013 até 31 de julho de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de abril de 2013.

Videira, 05 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de abril de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL

Secretário de Administração

Aplicação Penalidade PR 02-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013-PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira comunica que, à empresa SAFRA DIESEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.578.202/0001-87, estabelecida à Rodovia de Acesso SC 480, nº 941E, na cidade de Chapecó/SC, foi aplicada a penalidade de suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública do Município de Videira pelo prazo de 02 (dois) anos, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02, c/c art. 87, inciso III da Lei nº 8.666/93.

Videira, 08 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

PR 08/2013 - FME

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2013 - FME

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal Interino, através da Fundação Municipal de Esportes, torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 08/2013 - FME. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DAS COMPETIÇÕES MUNICIPAIS REALIZADAS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 06 de MAIO de 2013, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, nos horários das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 05 de Abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Edital de Convocação Nº 014/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2013

PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecerem no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foram classificados no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADOS CARGO

- 1 - Marcia Sabrina Rubini Agente Administrativo II
- 2 - Clodoaldo Borga Motorista IV - Caminhões e Caminhonetes
- 3 - João Batista da Fonseca Operador de Trator de Esteira
- 4 - Aline Surdi Psicólogo

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) Uma foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 05 de abril de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Vitor Meireles

PREFEITURA

Decreto Nº 012/2013

DECRETO 012/2013

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0835, de 21/12/2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação orçamentária, pelo provável excesso de arrecadação proveniente da anulação de Restos a Pagar Não Processado do Exercício Anterior:

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS PUBLICOS

26.782.015.1016 - Pavimentação de Ruas

44000000.00 - Investimentos

44900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.4400 - FEP - Fundo Especial do Petróleo R\$ 23.541,80

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 02 de Abril de 2013.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ___/___/_____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Decreto Nº 013/2013

DECRETO Nº 13 DE 05 DE ABRIL DE 2013.

CONVOCA A 5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE VITOR MEIRELES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal de Vitor Meireles, considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, a Resolução Normativa nº 14, de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria nº 13, de 30 de novembro de 2012 da Secretaria de Estado do Planejamento,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 5ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles, a se realizar no dia 10 de maio de 2013, no Auditório da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, Rua Santa Catarina, 2266, Centro, Vitor Meireles, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento, Cidade e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles desenvolverá seus trabalhos a partir do tema "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana Já", conforme o art. 6º do Anexo da Resolução Normativa nº 14, de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades.

Art. 3º A 5ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles será presidida pelo Prefeito e, na sua ausência ou impedimento eventual, pelo Chefe de Gabinete.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal expedirá Portaria ou Decreto, instituindo a Comissão Preparatória Municipal, bem como aprovando o Regimento da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles.

Parágrafo único. O Regimento Municipal disporá sobre a organização e funcionamento da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles, contendo os critérios de participação na Conferência e para a eleição de delegados para a etapa estadual, respeitadas a proporcionalidade de distribuição de segmentos conforme o Regimento Estadual.

Art. 5º As despesas com a realização da 5ª Conferência Municipal da Cidade de Vitor Meireles correrão por conta dos recursos orçamentários próprios do Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 5 de abril de 2013.

LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, ___/___/_____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Classificação Provisória Edital Processo Seletivo Nº 001/2013

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÕES E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO 001/2013
Homologa inscrições e divulga a classificação do Edital de Seleção para preenchimento de vagas em Caráter Temporário nº 001/2013 de 18/03/2013.

O Prefeito Municipal do município de Vitor Meireles - SC, Senhor Lourival Lunelli, no uso de suas atribuições e no cumprimento do Edital de Seleção para Contratação em Caráter Temporário nº 001/2013, homologa as inscrições e divulga a classificação provisória dos candidatos:

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E/OU SERVENTE/MERENDEIRA

CLASSIFI-CAÇÃO	NOME	ESCOLARIDADE	DATA NASCIM.
01	Gracieli Mondini	Graduação Completa	31/03/1988
02	Caroline Aparecida Mazoti	Cursando Graduação (7º Módulo)	09/06/1992
03	Roselene do Carmo Ferreira	Ensino Médio Completo	23/07/1970
04	Edileusa Zimmermann	Ensino Médio Completo	05/06/1985
05	Lilian Keli da Silva	Ensino Médio Completo	26/06/1994
06	Gabriele Iuncek	Ensino Médio Completo	09/09/1994
07	Andreia Leite Biancate	Ens Fund 5ª a 8ª série (6 disciplinas concluídas)	18/07/1983
08	Inês Merizzi	Ens Fund 5ª a 8ª série (7 disciplinas concluídas)	23/08/1965
09	Mafalda Barcelos	Ens Fund 5ª a 8ª série (6 disciplinas concluídas)	11/01/1962

SERVENTE/MERENDEIRA (RESERVA INDÍGENA)

CLASSIFI-CAÇÃO	NOME	ESCOLARIDADE	DATA NASCIM
01	Bu Cutscho	Ensino Médio Completo	07/10/1968
02	Lenise Sabrina Firintain Patté	Ensino Médio Completo	07/04/1990
03	Sâma Teles Ndili	Ensino Médio Completo	13/06/1993
04	Anete Weitchá	Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)	06/05/1975

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIFI-CAÇÃO	NOME	ESCOLARIDADE	DATA NASCIM
01	Jaqueline Scherer	Graduação Completa	30/03/1986
02	Amanda Bogo	Cursando Graduação (4ª fase)	07/07/1990
03	Wagner de Brito	Cursando Graduação (3ª fase)	28/11/1990

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 08 de abril de 2013.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Errata Edital de Processo Seletivo Nº 001/2013 ERRATA

A Prefeitura Municipal de Vitor Meireles publica esta ERRATA referente ao Processo Seletivo nº 001/2013, de 18 de março de 2013: No inciso 3, item 3.1, onde se lê "As inscrições serão efetuadas na sede da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, sita à Rua Santa Catarina, n.º 2266 - Centro em Vitor Meireles - SC, no horário do expediente, das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, pessoalmente, no período de 22 de março de 2013 a 04 de abril de 2013" lê-se "As inscrições serão efetuadas na sede da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, sita à Rua Santa Catarina, n.º 2266 - Centro em Vitor Meireles - SC, no horário do expediente, das 8h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min, pessoalmente, no período de 22 de março de 2013 a 05 de abril de 2013"

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 04 de abril de 2013.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

Classificação Definitiva Processo Seletivo Nº 02/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2013

CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA

Cargo: Agente Comunitário de Saúde

Micro - Área 01 (Quatro Irmãos, Sete de Setembro e Santa Teresinha) - 01 vaga

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Classificação
07	Lediane Zancanaro	7,00	1º Lugar
15	Cristiane Aparecida Ortolan	6,00	2º Lugar ¹
03	Joseana Paula Guerini Tofolo	6,00	3º Lugar ¹
17	Jean Fernando Gandolfi	6,00	4º Lugar ¹
10	Adinir Lorenzetti	3,66	Desclassificado ²

¹ Classificação considerando os critérios do subitem 7.5 do Edital nº 2/2013

² Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 7.2 do Edital nº 2/2013

Micro - Área 02 (Pinhal Preto, Pinheirinho e Linha Marafon) - 01 vaga

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Situação
02	Terezinha Aparecida de Souza	6,00	1º Lugar
04	Rubia Aparecida Mozer	5,00	Classificado
06	Simone Carpe Silveira Gugel	4,00	Desclassificado ²

²Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 7.2 do Edital nº 2/2013

Micro - Área 04 (Linha das Palmeiras e Linha Stivalet Pires) - 01 vaga

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Situação
05	Mônica Carpe da Silveira	5,33	1º Lugar
16	Taciéli Garbin	4,66	Desclassificado ²

²Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 7.2 do Edital nº 2/2013

Micro - Área 06 (São Miguel, Linha Mosconi e Bom Princípio) - Cadastro de Reserva

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Situação
01	Gean Paulo Mores	5,00	1º Lugar
09	Rosilene Bedin Paravis	4,33	Desclassificado ²

²Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 7.2 do Edital nº 2/2013

Micro - Área 07 (Medianeira, São Sebastião e São Roque) - 01 vaga

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Situação
14	Maritânia Mariane da Veiga	6,00	1º Lugar
18	Silvana Guedes	5,00	2º Lugar
08	Alana Carla Guerini	3,66	Desclassificado ²
13	Iraci Soares Venancio	3,33	Desclassificado ²
11	Rosana Alebrandt	3,00	Desclassificado ²

²Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 7.2 do Edital nº 2/2013

Classificação Definitiva Processo Seletivo Nº 03/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2013

CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA

Cargo: ESTAGIÁRIO

Área de Atuação: Contabilidade, Compras, Assessoria Jurídica

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Classificação
32	Daniela Mirandolli	6,25	1º Lugar ¹
27	Talila Eduarda Fasolo	6,25	2º Lugar ¹
13	Luiz Henrique Tartaro	5,63	3º Lugar ¹
10	Crislaine Cristina Pradella	5,63	4º Lugar ¹
18	Cristiane Favero	5,63	5º Lugar ¹
07	Saionara Caus	5,00	6º Lugar
30	Jaqueline Ribeiros	5,00	7º Lugar
22	Gleison Jung Afflen	4,38	Desclassificado ²
12	Vanessa Seghetto	4,38	Desclassificado ²
28	Anderson Giroto	3,75	Desclassificado ²
36	Andressa de Martini	3,75	Desclassificado ²

02	Pedro Gabriel Palácio	3,75	Desclassificado ²
04	Sheila Bussmann	3,75	Desclassificado ²
33	Luciana Maria Vani	3,13	Desclassificado ²
08	Gessica Scalco	2,50	Desclassificado ²
05	Adriane Spagnol	Faltou	Desclassificado
16	Pamela Farina	Faltou	Desclassificado

¹ Desempate considerando os critérios do subitem 6.8 do Edital nº 3/2013

²Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 6.5 do Edital nº 3/2013

Área de Atuação: Psicologia

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Classificação
37	Jéssica Paula Pinsetta	7,50	1º Lugar
03	Andressa Carolina Triaca	6,25	2º Lugar
31	Jucieli Rech	2,50	Desclassificado ²

²Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 6.5 do Edital nº 3/2013

Área de Atuação: Educação Física

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Classificação
25	Janaína Ravadelli	6,25	1º Lugar
06	Darlan Perondi	4,38	Desclassificado ²
38	Naiá Mattielo	3,13	Desclassificado ²

²Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 6.5 do Edital nº 3/2013

Área de Atuação: Áreas afins da Educação

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Classificação
17	Michael Clivatti	5,63	1º Lugar
15	Samara Siqueira	5,00	2º Lugar ²
11	Tereza Simoni Zanandrea	5,00	3º Lugar ²
09	Clarice Burtulli Betiatto	5,00	4º Lugar ²
40	Juciane Fátima Moretto	4,38	Desclassificado ²
23	Lisdaiane Machado Baroni	4,38	Desclassificado ²
26	Sônia Gorlin	4,38	Desclassificado ²
35	Aline Vasconcelo Battisti	3,75	Desclassificado ²
39	Julcini marina Molozzi	3,75	Desclassificado ²
24	Keli Cristina Guerini	3,75	Desclassificado ²
21	Pricila Delazeri	3,75	Desclassificado ²
29	Regina Maria Betiatto Forest	3,75	Desclassificado ²
34	Camila Tortelli	3,13	Desclassificado ²
01	Sheila Wilck da Veiga	3,13	Desclassificado ²
14	Juliana Siqueira	3,13	Desclassificado ²
20	Kelin Cristina dos Santos	2,50	Desclassificado ²
19	Rosane Simoni Betiatto	2,50	Desclassificado ²

¹ Desempate considerando os critérios do subitem 6.8 do Edital nº 3/2013

²Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 6.5 do Edital nº 3/2013

Classificação Definitiva Processo Seletivo Nº 04/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2013

CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA

Cargo: Médico

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Classificação
16	Gilmar Rodrigues de Oliveira	Faltou	Desclassificado



Cargo: Odontólogo

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Classificação
09	Marielen Maiara Bonan-Testa	6,00	1º Lugar ¹
19	Natan Luiz Martinelli	6,00	2º Lugar ¹
13	Andreia Karin Lovera	Faltou	Desclassificado
12	Débora Julite Poffo	Faltou	Desclassificado
01	Everton Santos Ferreira	Faltou	Desclassificado
11	Francly Junior Cuprinski	Faltou	Desclassificado

¹ Desempate considerando os critérios do subitem 8.4 do Edital nº 4/2013

Cargo: Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Prova Títulos	Nota Final ³	Classificação
20	Leonilde Maria Geremia Gandolfi	6,33	2,00	5,03	1º Lugar
26	Rosana Fátima da Silva Toniolli	6,00	2,00	4,80	2º Lugar
08	Silvania Rabaioli Canesso	5,66	2,00	4,56	3º Lugar
03	Raquel Cosmann	5,33	2,00	4,33	4º Lugar
14	Elianice Battiston	6,00	0,00	4,20	5º Lugar
02	Cleide Seghetto	5,00	2,00	4,10	6º Lugar
07	Dilce Terezinha Bergamin Benck	5,33	0,00	3,73	7º Lugar
04	Daniela Gomes	4,33	0,00	3,63	Desclassificado ²
27	Nelize Forest Testa	4,33	2,00	3,63	Desclassificado ²
05	Edivani Talaska	3,66	0,00	2,56	Desclassificado ²
23	Vanessa Dall Bello	3,00	0,00	2,10	Desclassificado ²

²Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 8.1.2 do Edital nº 4/2013

³Nota Final considerando a fórmula constante no item 8.3 do Edital nº 4/2013

Cargo: Professor de Educação Especial - 40h

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Prova Títulos	Nota Final ³	Classificação
17	Adriane Regina da Silva Gabiatti	4,66	2,00	3,40	Desclassificado ²

²Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 8.1.2 do Edital nº 4/2013

³Nota Final considerando a fórmula constante no item 8.3 do Edital nº 4/2013

Cargo: Professor Auxiliar

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Prova Títulos	Nota Final ³	Classificação
24	Patrícia Moterle	5,00	2,00	4,10	1º Lugar
06	Sueli Tortelli Trevisan	2,33	0,00	2,23	Desclassificado ²

²Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 8.1.2 do Edital nº 4/2013

³Nota Final considerando a fórmula constante no item 8.3 do Edital nº 4/2013

Cargo: Professor de Filosofia

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Prova Títulos	Nota Final ³	Classificação
25	Gisele Brandelero	5,33	2,00	4,33	1º Lugar
18	Alexsandra Babinski	3,66	0,00	3,09	Desclassificado ²

²Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 8.1.2 do Edital nº 4/2013

³Nota Final considerando a fórmula constante no item 8.3 do Edital nº 4/2013

Cargo: Professor de Educação Física

Nº Inscrição	Nome	Prova Escrita	Prova Títulos	Nota Final ³	Classificação
10	Lorivanda Testa Camera	5,33	0,00	3,73	1º Lugar
22	Simone Bicigo	4,33	2,00	3,63	Desclassificado ²
15	Thais Luana Triaca	4,33	0,00	3,03	Desclassificado ²
21	Carine Fazolo	3,00	0,00	2,10	Desclassificado ²

²Não Atingiu Nota mínima de 5,00 - Conforme subitem 8.1.2 do Edital nº 4/2013

³Nota Final considerando a fórmula constante no item 8.3 do Edital nº 4/2013

Associações

AMMVI

Ata de Sessão Pública

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO: CARTA CONVITE Nº 01/2013

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do convite.

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e treze (05/04/2013), às nove horas, na sala de reuniões do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se sessão pública para abertura da Licitação nº 01/2013, para atendimento ao objeto em epígrafe, registrando-se a presença dos membros da Comissão de Licitação.

Declarando aberta a sessão pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou que quatro empresas atenderam a convocação e apresentaram envelopes para o certame, quais sejam:

- 1 - ENTER INFORMÁTICA LTDA - ME, CNPJ nº 07.218.538/0001-16;
- 2 - COPYCERTO COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA - ME, CNPJ nº 01.496.134/0001-08;
- 3 - ZOOM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 06.105.781/0001-65;
- 4 - DOIN GAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA, CNPJ nº 12.023.894/0001-14;
- 5 - SCS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ nº 10.980.529/0001-72.

Registrando-se a presença de representante das empresas DOIN GAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA (Talita Kostetzer Raimundo) e SCS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA - ME (Juciane de Oliveira),

passou-se a fase de abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes, os quais foram confrontados com as exigências do Instrumento Convocatório e submetidos à rubrica dos membros da Comissão de Licitações e das representantes das licitantes.

A seguir a Comissão de Licitações deliberou sobre os documentos, decidindo pela habilitação de todas as licitantes, destacando-se que as empresas ENTER INFORMÁTICA LTDA - ME, COPYCERTO COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA - ME, DOIN GAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA e SCS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA - ME habilitaram-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, atraindo a aplicação dos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/06.

Inexistindo inabilitados, e mostrando-se inócuo a observância de prazo recursal, foi dado seguimento aos trabalhos, procedendo-se a abertura dos envelopes de nº 02, sendo as propostas comerciais submetidas à rubrica dos membros da Comissão de Licitação e das representantes das licitantes.

Após, o Presidente da Comissão de Licitações comunicou que serão analisadas as propostas e divulgado seu julgamento, na forma da lei.

Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação dos licitantes a respeito das deliberações acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 5 de abril de 2013.

RICHARD BUCHINSKI
Presidente

SABRINA FURLANI
Secretária

RICARDO SORROCHE
Membro

ATA DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
LICITAÇÃO: CARTA CONVITE Nº 01/2013

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do convite.

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e treze (05/04/2013), às dez horas e trinta minutos, na sala de reuniões do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se reunião da Comissão de Licitações para análise das propostas da Licitação nº 01/2013.

Aberta a reunião, foi feita a análise das propostas para verificação do atendimento das exigências constante do Instrumento Convocatório, donde se verificou que:

a) o equipamento ofertado para o item 05 pelas empresas ENTER INFORMÁTICA LTDA - ME e COPYCERTO COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA - ME não atende a configuração mínima prevista, enquanto que a proposta apresentada pelas empresas DOIN GAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA e SCS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA - ME não observa o valor máximo fixado pelo Instrumento Convocatório, sendo todas desclassificadas, restando deserta a licitação para este item;

b) apenas as empresas DOIN GAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS

DE INFORMÁTICA LTDA e SCS COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA - ME apresentaram proposta para o item 08, porém ultrapassaram o valor máximo fixado pelo Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas, restando deserta a licitação também para este item.

A seguir, foi feita a classificação provisória das propostas para os demais itens, constatando-se que a proposta mais vantajosa para cada item fica sendo:

a) Item 01: proposta da empresa ENTER INFORMÁTICA LTDA - ME pelo preço unitário de R\$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais);

b) Item 02: proposta da empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA pelo preço unitário de R\$ 1.018,00 (um mil e dezoito reais);

c) Item 03: proposta da empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA pelo preço unitário de R\$ 2.656,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta e seis reais);

d) Item 04: proposta da empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA pelo preço unitário de R\$ 829,00 (oitocentos e vinte e nove reais);

e) Item 06: proposta da empresa ENTER INFORMÁTICA LTDA - ME pelo preço unitário de R\$ 7.323,00 (sete mil, trezentos e vinte e três reais);

f) Item 07: proposta da empresa DOIN GAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA pelo preço unitário de R\$ 50,00 (cinquenta reais);

g) Item 09: proposta da empresa DOIN GAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA pelo preço unitário de R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais);

h) Item 10: proposta da empresa DOIN GAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA pelo preço unitário de R\$ 313,67 (trezentos e treze reais e sessenta e sete centavos).

Contudo, pela aplicação do § 1º do art. 44 da LC nº 123/06 e dos itens 5.5.3 a 5.5.7 do Instrumento Convocatório fica registrado que as empresas ENTER INFORMÁTICA LTDA - ME e COPYCERTO COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA - ME apresentaram proposta para os itens 03 e 04 que ficam dentro do intervalo de 10% da melhor proposta, ou seja, para o item 03 a empresa ENTER apresentou preço unitário de R\$ 2.740,00 e a proposta da empresa COPYCERTO foi de R\$ 2.749,00, enquanto para o item 04 a empresa ENTER apresentou preço unitário de R\$ 843,00 e a proposta da empresa COPYCERTO foi de R\$ 849,00.

Desta forma, a Comissão de Licitações decide declarar vencedora do certame as empresas:

a) ENTER INFORMÁTICA LTDA - ME pelo preço unitário de R\$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais) para o item 01 e pelo preço unitário de R\$ 7.323,00 (sete mil, trezentos e vinte e três reais) para o item 06;

b) ZOOM TECNOLOGIA LTDA pelo preço unitário de R\$ 1.018,00 (um mil e dezoito reais) para o item 02;

c) DOIN GAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA pelo preço unitário de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o item 07, pelo preço unitário de R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais) para o item 09, e pelo preço unitário de R\$ 313,67 (trezentos e treze reais e sessenta e sete centavos) para o item 10.

Por outro lado, decide-se pela intimação da empresa ENTER INFORMÁTICA LTDA - ME para exercício de seu direito a inovar na

proposta para os itens 03 e 04, observando-se o menor preço apresentado pela empresa ZOOM TECNOLOGIA LTDA, no prazo de dois dias úteis, contados da intimação, e, no seu silêncio, que seja intimada posteriormente a empresa COPYCERTO COMÉRCIO DE MÁQUINAS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA - ME para, querendo, exercer o mesmo direito, sob pena de decadência e adjudicação dos itens em favor da licitante de melhor classificação provisória.

Do mesmo modo, deliberou-se pela intimação dos licitantes a respeito das deliberações acima, via e-mail e por publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pública, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 5 de abril de 2013.
RICHARD BUCHINSKI
Presidente

SABRINA FURLANI
Secretária

RICARDO SORROCHE
Membro

EGEM

Aditivo ao Edital Nº 36/2013 _Orientadores Sociais ADITIVO AO EDITAL Nº 36/2013 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

A ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL E CUIDADOR RESIDENTE NO SERVIÇO DE ACOILHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A Escola de Gestão Pública - EGEM informa a alteração da data de realização da Etapa I de Atualização do curso sobre: A atuação do Educador Social e Cuidador Residente no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, a realizar-se em Blumenau de acordo com o edital nº 36/2013 publicado em 03/04/2013.

Cidade/Local	Blumenau/SC Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI Rua Alberto Stein nº 466 Bairro: Velha
Período das inscrições	03/04/2013 a 22/04/2013
Vencimento do boleto de cobrança	22/04/2013
Homologação das inscrições	24/04/2013
Período de realização - Turma 1 (Introdutória)	06/05 a 17/06/2013
Período de realização - Turma 1 (Atualização)	15/07 a 03/09/2013
Período de realização - Turma 2 (Introdutória)	07/05 a 17/06/2013
Período de realização - Turma 2 (Atualização)	16/07 a 04/09/2013
Carga horária total	80 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas por turma

6. PROGRAMAÇÃO

Capacitação	Conteúdos		
Introdutória Etapa I	1. Concepção de Educação Social 2. As atribuições do Educador e Cuidador na modalidade de Acolhimento Institucional e Familiar 3. Apresentação do serviço, suas especificidades e funcionamento 4. Legislações pertinentes Sistema Único de Assistência Social - SUAS Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - PNCFC, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA 5. Sistema de Garantia de Direitos - SGD e rede de políticas públicas - com o intuito de que o profissional compreenda as medidas protetivas, competências e limites de atuação de cada órgão / entidade e articulação entre as partes envolvidas.		
	Turma 01	Turma 02	Docente
Etapa I Maio 16h	06/05/2013 8h30 às 17h30	07/05/2013 8h30 às 17h30	QUÉLI FLACH ANSCHAU
	24/05/2013 8h30 às 12h	24/05/2013 13h30 às 17h30	

Capacitação	Conteúdos		
Introdutória Etapa II	6.Etapas do desenvolvimento da criança e do adolescente (características, desafios, comportamentos típicos, fortalecimento da autonomia, desenvolvimento da sexualidade) 2.Brincadeiras e jogos adequados para cada faixa etária, exploração do ambiente, formas de lidar com conflitos, colocação de limites 3.Comportamentos frequentemente observados entre crianças/adolescentes afastados da família de origem, por abandono, violência 4.Práticas educativas como ajudar a criança/adolescente a conhecer e a lidar com sentimentos, fortalecer a auto-estima e contribuir para a construção da identidade 5.Cuidados específicos com crianças e adolescentes com deficiência ou necessidades específicas de saúde (doença infecto-contagiosa ou imunodepressora, transtorno mental, dependência química, etc.).		
	Turma 01	Turma 02	Docente
Etapa II Junho 16h	03/06/2013 8h30 às 17h30 17/06/2013 8h30 às 12h	04/06/2013 8h30 às 17h30 17/06/2013 13h30 às 17h30	VÂNIA FÁTIMA GUARESKI SOUTO
TOTAL: 32 horas/aula			

Capacitação	Conteúdos		
Atualização Etapa I	1.O desenvolvimento das dimensões humanas e o incentivo ao protagonismo 2. Conceito de Violência, dependência química e os Direitos Humanos 3. A importância da equipe multidisciplinar nas áreas de saúde, assistência social e educação. 4 .Família: 4.1. Família brasileira: aspectos históricos, sociológicos e antropológicos 4.2 .Direito de Família - (abrangência, princípios, fundamentos básicos e conceito, institutos: direito a convivência, relação de famílias, parentesco, direito de filiação e direito de reconhecimento dos filhos) 5.O trabalho com as famílias na preservação dos vínculos familiares - (conceito, políticas públicas, paradigmas do trabalho de família);		
	Turma 01	Turma 02	Docente
Etapa I Julho 20h	15/07/2013 8h30 às 17h30	16/07/2013 8h30 às 17h30	DARLENE DE MORAES SILVEIRA
	22/07/2013 8h30 às 17h30	23/07/2013 8h30 às 17h30	
Etapa I Agosto 20h	05/08/2013 8h30 às 17h30	06/08/2013 8h30 às 17h30	DARLENE DE MORAES SILVEIRA
	19/08//2013 8h30 às 17h30	20/08//2013 8h30 às 17h30	
			DANIELLE SPEZIM DOS SANTOS

Capacitação	Conteúdos		
Atualização Etapa II	1.Serviços de Acolhimento Institucional (conceito, modalidades, características e regras de funcionamento); 2.Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora: conceito, legislação, operacionalização e critérios mínimos; 3. O papel da Política de Assistência Social no processo de adoção - (nova mudança do estatuto); 4. Ética profissional no trabalho com famílias; 5. Plano Individual de Atendimento - PIA		
	Turma 01	Turma 02	Docente
Etapa II Setembro 8h	03/09/2013 8h30 às 17h30	04/09/2013 8h30 às 17h30	CÉLIO VANDERLEI MORAES
TOTAL: 48 horas/aula			

ATENÇÃO

A organização da capacitação em duas turmas - 1 e 2 - se justifica considerando a permanência de educadores/orientadores sociais nos locais onde atuam, não havendo a saída de todos ao mesmo tempo, o que impossibilitaria a participação das equipes na sua totalidade.

Florianópolis, 05 de maio de 2013.

Edital Nº 38/2013 _Pas _amosc

EDITAL Nº 38/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CAPACITAÇÃO PARA ELABORAÇÃO

DOS PLANOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os gestores municipais para a elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, em conjunto com os trabalhadores do SUAS e conselheiros municipais, conforme orientações do Ministério do Desenvolvimento Social, organizando o plano a partir da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais, novos blocos de financiamento e articulando a oferta de serviços a rede socioassistencial.

2. PÚBLICO-ALVO

Gestores e Trabalhadores Municipais de Assistência Social, Conselheiros Municipais das diversas Políticas Públicas e de Direitos, Contadores e demais interessados.

ATENÇÃO

Solicitamos que os participantes tragam para a Capacitação as informações municipais conforme itens apresentados na programação, exemplo: lista com as entidades da rede socioassistencial, escolas municipais, unidades de saúde, entre outros que considerarem necessários para a execução dos trabalhos previstos conforme metodologia.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Chapecó/SC Av. Senador Atílio Fontana, 591-E Efapi - Cep: 89809-000 Auditório 1 - Bloco R
Período das inscrições	09/04/2013 a 22/04/2013
Vencimento do boleto de cobrança	22/04/2013
Homologação das inscrições	24/04/2013
Período de realização - CAPACITAÇÃO	06, 07 e 23, 24 de maio de 2013
Período de realização - ASSESSORIA COLETIVA	07 de junho de 2013
Carga horária total	40 horas/aula
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I - Dos Valores**

Tipo de inscrição - PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 350,00
Demais participantes	R\$ 450,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Encontro - Janice	
8h30 às 12h	1. Elementos Estruturantes do Plano 2. A dimensão estratégica do Plano no contexto do SUAS 3. O processo decisório e a exigência de coordenação política 4. A participação e o controle social Metodologia: expositiva e dialogada, aprofundamento teórico e prático da importância do Plano Municipal, enquanto um instrumento de planejamento e político.
13h30 às 17h30	2. A Construção do Plano de Assistência Social: componentes básicos 2.1 Conhecimento da realidade: estudo e diagnóstico Metodologia: oficina para definição de informações de diagnóstico
8h30 às 12h	2.2. Mapeamento e cobertura da rede prestadora de serviço Metodologia: oficina para mapeamento da rede socioassistencial e interfase com a rede municipal das demais políticas públicas.

Segundo Encontro - Célio Vanderlei Moraes

08h30 às 12h	2.3. Objetivos 2.4 Diretrizes e Prioridades 2.5 Metas e Previsão de Custos Metodologia: elaboração dos objetivos, diretrizes e prioridades, além da elaboração das metas e previsão de custos.
--------------	---

13h30 às 17h30	2.6. Financiamento Instrumentos de Planejamento: PPA, LOA e LDO Blocos de Financiamento - Nova NOBSUAS Metodologia: elaboração da planilha orçamentária
08h30 às 12h	2.7. Monitoramento e Avaliação Metodologia: definição e elaboração de instrumentos de monitoramento e avaliação.

Terceiro Encontro - Célio Vanderlei Moraes

8h30 às 12h	Assessoria coletiva na elaboração do plano
13h30 às 17h30	Assessoria coletiva na elaboração do plano

ASSESSORIA COLETIVA

As edições da Capacitação sobre Elaboração dos Planos Municipais de Assistência Social, contam com um encontro de 10h, no qual será a ASSESSORIA COLETIVA, conforme datas apresentadas na programação.

Esse encontro será no mesmo local onde a capacitação aconteceu, e com os mesmos participantes. É um momento coletivo para esclarecimentos e troca de experiências entre os participantes.

7. PALESTRANTES

Célio Vanderlei Moraes. Psicólogo e mestre em Sociologia Política pela UFSC. Foi Coordenador Nacional do Centro de Formação de Educadores do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Ocupou o cargo de Conselheiro Municipal e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescentes e Nacional da Assistência Social. Atuou como Consultor PNUD/MDS para a Gestão do Trabalho e demais regulamentações atuais do SUAS. Atualmente participa de projetos nacionais para o Instituto Paulo Freire - SP, Pia Sociedade de São Paulo - PAULUS; realiza perícia judicial no atendimento socioassistencial; ministra disciplinas nos cursos de pós-graduação para a UNISUL e FECAM/SATC e atua como consultor em outros projetos na assistência social.

Janice Merigo. Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Assistente Social da Federação Catarinense de Municípios - FECAM. Conselheira Estadual de Assistência Social. Trabalhou como Assistente Social no município de Dionísio Cerqueira e da Palhoça/SC, na proteção social especial no atendimento das famílias envolvidas com situações de violência intrafamiliar. Docente do Curso de Serviço Social da UNISUL. Coordenadora e Docente do Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas. Docente do Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas e Demandas Familiares. Ministra capacitações sobre a inscrição das entidades socioassistenciais, sobre metodologia de trabalho com famílias, sobre os serviços de proteção social básica e especial. Ainda ministrou capacitações sobre a tipificação nacional dos serviços socioassistenciais em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!**7. ANEXOS**

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito de Forquilha

Presidente da EGEM

Consórcios

CIGA

Extrato Contrato 115 - Programa - Passos Maia

Extrato de Contrato nº 115/2013

Contrato de Programa - Passos Maia

CONTRATANTE: Município de Passos Maia

CNPJ: 95.993.085/0001-62

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 0054/2013

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Programa entre o Município de Passos Maia e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Passos Maia no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 13 da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Constitui objeto do CIGA o desenvolvimento, implantação, capacitação, manutenção e suporte de sistemas, voltados para a relação governo-cidadão, que empreguem tecnologias da informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo, em especial a gestão administrativa e a relação do Poder Público com a sociedade civil, e que promovam o acesso a informações relevantes de governos, que implementem

a provisão de serviços públicos pela web (internet e/ou intranet), promovam a inclusão digital, desenvolvam formas de acesso e comunicação com os gestores e induzam a modernização de rotinas e aumento de eficiência e eficácia da gestão pública municipal. Nesse sentido deu-se a contratação do CIGA pelo Município de Passos Maia, a fim de que sejam publicados, por meio das ferramentas criadas pelo consórcio, os atos oficiais do Município.

VALOR: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA serão definidos em Contrato de Rateio.

VIGÊNCIA: O presente contrato entrar em vigor na data de sua publicação, e vigorará enquanto o município for consorciado ao CIGA ou enquanto este existir.

Florianópolis, 02 de abril de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato Contrato 116 - Rateio - Passos Maia

Extrato de Contrato nº 116/2013

Contrato de Rateio - Passos Maia

CONTRATANTE: Município de Passos Maia

CNPJ: 95.993.085/0001-62

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 0055/2013

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Celebração de Contrato de Rateio entre o Município de Passos Maia e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) para a entrega de recursos financeiros, em atendimento ao Contrato de Programa nº 0054/2013.

PREVISÃO LEGAL: Art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93 e art. 8º da Lei nº 11.107/05.

JUSTIFICATIVA: Conforme previsto no art. 8º da Lei nº 11.107/05, a definição de valores transferidos pelo Município ao CIGA devem ser definidos em Contrato de Rateio.

VALOR: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até 31 de dezembro de 2013.

Florianópolis, 02 de abril de 2013.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Extrato do Termo Aditivo TA.At13cinco64

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DÉCIMO NONO TERMO ADITIVO Nº TA.AT13CINCO64

Fornecedor: CONCORD DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, ajustam e contratam o acréscimo na quantidade para o ITEM 141, em conformidade com a Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010 e com o art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93. Data: 08.04.2013. Validade: 03.12.2012 a 30.04.2013. PAL nº: 0013/2012 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0010. Registro de Preços nº: 0011.

Fraiburgo (SC), 08 de abril de 2013.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMMVI**Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 003/2013**

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2013
EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, em atendimento às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizado processo de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços médicos para atender a demanda dos municípios consorciados ao CISAMVI, nos termos do Edital.

As inscrições serão recebidas no período de 18/04 a 13/12/2013, e os serviços compreendem a realização de consultas, exames e procedimentos, com disponibilidade técnica nos municípios consorciados ao CISAMVI, com remuneração de acordo com os valores constantes no "Termo de Referência - Anexo I" do Edital.

O Edital encontra-se disponível no site www.ammvi.org.br, e informações a respeito deste credenciamento poderão ser obtidas com o Secretário Executivo do Consórcio, pelo fone (47) 3331-5818, ou pessoalmente no endereço administrativo do Consórcio, sito a Rua Alberto Stein, 466, bairro da Velha, na cidade de Blumenau - SC, das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, nos dias úteis de segunda a sexta-feira.

Blumenau(SC), 08 de abril de 2013.
HARTWIG PERSUHN
Presidente do CISAMVI

Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 004/2013

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2013
EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, CNPJ nº 03.269.695/0001-08, em atendimento às disposições da Lei Federal nº 8.666/93, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizado processo de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de Radiografia (RX) e Ultrassonografia, para atender a demanda dos municípios consorciados ao CISAMVI, nos termos do Edital.

As inscrições serão recebidas no período de 18/04 a 13/12/2013, e os serviços compreendem a realização de Radiografia (RX) e Ultrassonografia, com disponibilidade técnica nos municípios consorciados ao CISAMVI, com remuneração de acordo com os valores constantes no "Termo de Referência - Anexo I" do Edital.

O Edital encontra-se disponível no site www.ammvi.org.br, e informações a respeito deste credenciamento poderão ser obtidas com o Secretário Executivo do Consórcio, pelo fone (47) 3331-5812, ou pessoalmente no endereço administrativo do Consórcio, sito a Rua Alberto Stein, 466, bairro da Velha, na cidade de Blumenau - SC, das 09:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, nos dias úteis de segunda a sexta-feira.

Blumenau (SC), 08 de abril de 2013.
HARTWIG PERSUHN
Presidente do CISAMVI

CIS/AMOSC**Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - Cisamosc**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CISAMOSC
EXTRATOS DE TERMOS DE CREDENCIAMENTO

MÊS DE JANEIRO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CISAMOSC

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 01/2013
PRESTADOR: LIANA PICCOLI

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de terapia nutricional.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 02/2013
PRESTADOR: SILVANA COSTA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de terapia psicológica.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 03/2013
PRESTADOR: MCR SERVIÇOS DE SAÚDE - CARDIOVISÃO

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta e procedimentos em cardiologia e oftalmologia.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 04/2013
PRESTADOR: CLÍNICA AUDIOLÓGICA DO OESTE S/S LTDA - OTOCLIN

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de procedimentos em fonoaudiologia.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 05/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DE OLHOS CHAPECÓ

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta e procedimentos oftalmológicos.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 06/2013
PRESTADOR: CDIPSUL - CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Resonâncias Magnéticas, Tomografias, Radiodiagnósticos, Ultrassonografias e Densitometria Óssea.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 07/2013
PRESTADOR: CDIPSUL - CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Resonâncias Magnéticas, Tomografias, Radiodiagnósticos, Ultrassonografias e Densitometria Óssea.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 08/2013
PRESTADOR: CLÍNICA FEMINA S/C LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta em Ginecologia, Ultrassonografia mamaria bilateral, Ultrassonografia Obstétrica, Ultrassonografia Transvaginal e Colposcopia.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 09/2013
PRESTADOR: MEDCLIN - CLÍNICA DE VÍDEO ENDOCIRURGIA E ULTRASSONOGRRAFIA LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Colonoscopia, Endoscopia Digestiva Alta, Retossigmoidoscopia, Ultrassonografia Obstétrica, Ultrassonografia Pélvica, Ultrassonografia Transvaginal.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 10/2013
PRESTADOR: DIAGNÓSTICOS VIA IMAGEM S/S LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Radiodiagnósticos e Ecocardiografia Transtoracica.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 11/2013
PRESTADOR: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL E CARIATIVA - HOSPITAL SÃO PAULO

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Radiodiagnósticos e Ultrassonografias.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 12/2013
PRESTADOR: CLÍNICA MÉDICA SAN MARTINS MENDOÇA LTDA ME

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Ultrassonografias.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 13/2013
PRESTADOR: QUALILAB LABORATÓRIO LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 14/2013
PRESTADOR: LABORATÓRIO ANALIC LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 15/2013
PRESTADOR: VERA DALCANALE ME - LABORAX LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICA DE XAXIM

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 16/2013
PRESTADOR: SANTA CRUZ ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 17/2013
PRESTADOR: POZZER & PREZOTTO LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 18/2013
PRESTADOR: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MULINARI LTDA ME - B & B LABORATÓRIO

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 19/2013
PRESTADOR: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS MERÍSIO S/S

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 20/2013
PRESTADOR: LABORATÓRIO DE ANÁLISES E PESQUISAS CLÍNICAS CHAPECÓ S/S LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 21/2013
PRESTADOR: RAQUEL NERES

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de terapia e procedimentos fonoaudiológicos.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 22/2013
PRESTADOR: RICARDO LIRA DA COSTA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta e procedimentos em Otorrinolaringologia.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 23/2013
PRESTADOR: GIOCONDA SEABRA EMYGDIO MENDES

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta em Neurologia e Eletroencefalograma.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 24/2013
PRESTADOR: CRISTIANE MULINARI

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de procedimentos em Fonoaudiologia.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 25/2013
PRESTADOR: PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES E PATOLOGIA LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 26/2013
PRESTADOR: EMANOELI PENSIN

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de terapia

psicológica.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 27/2013

PRESTADOR: RONNY ROBERTO KUFNER

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 28/2013

PRESTADOR: LAVOROMED SAÚDE OCUPACIONAL LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exame de Eletroencefalograma em vigília.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 29/2013

PRESTADOR: LABORATÓRIO PADRÃO LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 30/2013

PRESTADOR: ORLANDO LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 31/2013

PRESTADOR: CENTRO AUDITIVO CHAPECÓ

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de procedimentos em Fonoaudiologia.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 32/2013

PRESTADOR: CLÍNICA DE ESPECIALIDADES KANNENBERG S/S LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento consultas e exames Oftalmológicos.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 33/2013

PRESTADOR: US RADIOLOGIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Radiodiagnósticos, Ultrassonografias e Tomografias.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 34/2013

PRESTADOR: CLÍNICA MÉDICA DRA KARIN - DR WALDIR S/S

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em exames de Endoscopia Digestiva alta, Biopsia e Polipectomia.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 35/2013

PRESTADOR: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA SOL DA TERRA LTDA ME

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento em Sessões de Fisioterapia e consulta na área de Cirurgia Cardiovascular.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 36/2013

PRESTADOR: WEISSHEIMER CLÍNICA E CIRURGIA DE OLHOS LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta e exames Oftalmológicos

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 37/2013

PRESTADOR: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA ACCADROLI

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 38/2013

PRESTADOR: MARCOS A. FEDRIGO - EPP

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 39/2013

PRESTADOR: LABORATÓRIO QUILOMBO S/S LTDA ME

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 40/2013

PRESTADOR: LABORATÓRIO SOL DA TERRA LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 41/2013

PRESTADOR: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FAXINAL LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 42/2013

PRESTADOR: CLÍNICA DE OLHOS DR JOÃO ARTUR ETZ JR. S/S LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento consulta e exames Oftalmológicos

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 43/2013

PRESTADOR: CLÍNICA ANDREATTA S/C LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento consulta e exames Oftalmológicos

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 44/2013

PRESTADOR: ECOMED ULTRASSONOGRRAFIA RIO BRANCO LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Ultrassonografias.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 45/2013

PRESTADOR: ENDOS DIAGNÓSTICO CLÍNICO LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Endoscopia Digestiva alta e Biopsia.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 46/2013
PRESTADOR: JASON SILVA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta em Psiquiatria.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 47/2013
PRESTADOR: TATIANA MARA COSTELLA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta e procedimentos em Dermatologia.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 48/2013
PRESTADOR: THELMA CRISTINA ZAMBENEDETTI DOS SANTOS

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento terapia e procedimentos fonoaudiológicos.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 49/2013
PRESTADOR: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS DEPARIS & SCHUH LTDA.

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 50/2013
PRESTADOR: VITAL LABOR ANÁLISES CLÍNICAS LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 51/2013
PRESTADOR: JORGE & OCINY MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA ME

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Ultrassonografias, Terapia nutricional e Sessões de Fisioterapia.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 52/2013
PRESTADOR: OTTO CONSULTÓRIO MÉDICO SOCIEDADE SIMPLES

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento consulta e procedimentos em Otorrinolaringologia.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 53/2013
PRESTADOR: LABORATÓRIO POLICENTER S/S LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.

VIGÊNCIA: A partir de janeiro de 2013

MÊS DE FEVEREIRO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 54/2013
PRESTADOR: PATHO DIAGNOSE CENTRO DE DIAGNÓSTICO MÉDICO PATOLÓGICO S/S LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Anatomia Patológica.

VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 55/2013
PRESTADOR: GOBBI LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA ME - BIOLABOR

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.

VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 56/2013
PRESTADOR: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LAÍS LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.

VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 57/2013
PRESTADOR: CLÍNICA ODONTOMÉDICA PONTE SERRADA LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Ultrassonografias.

VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 58/2013
PRESTADOR: CENTRO ESPECIALIZADO EM RETINA E VITREO DE CHAPECÓ LTDA - EPP

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames consulta e exames em Oftalmologia.

VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 59/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DE MARCO LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta em Ortopedia

VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 60/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DE ULTRASSOM HERMES LTDA - ME

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Ultrassonografias.

VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 61/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DE DIAGNÓSTICOS SILVANA S/C LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Ultrassonografias e Radiodiagnósticos.

VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 62/2013
PRESTADOR: CBC CLÍNICA INTEGRADA DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO SOCIAL LTDA ME

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de terapia em Fonoaudiologia.

VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 63/2013
PRESTADOR: CLÍNICA MÉDICA DERMIVASC S/S

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta em Dermatologia e Vascular

VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 64/2013
PRESTADOR: CLÍNICA REABILITARÉ

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de

Fisioterapia.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 65/2013
PRESTADOR: CRISTIANO LAGO

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta e procedimentos Oftalmológicos
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 66/2013
PRESTADOR: JULIO ZAWADZKI

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta em Urologia.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 67/2013
PRESTADOR: LINEIA PEZZINI

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Nutricional.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 68/2013
PRESTADOR: MARCELO ZENI

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta em Urologia.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 69/2013
PRESTADOR: BEATRIZ GUBERT

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 70/2013
PRESTADOR: KARINE PICCINI

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia em Fonoaudiologia.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 71/2013
PRESTADOR: BELLA FISIO - CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E ESTÉTICA LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 72/2013
PRESTADOR: FRANCIELI CASAGRANDE

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Nutricional.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 73/2013
PRESTADOR: ANA KELLY BARONI

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de terapia e procedimentos em Fonoaudiologia
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 74/2013
PRESTADOR: ENIELGA ZANIOL

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 75/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA VMP LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 76/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DE ESPECIALIDADE KANNENBERG S/S LTDA - AIRTON

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta Vascular.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 77/2013
PRESTADOR: ALVES & GONZAGA LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consultas e exames Oftalmológicos
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 78/2013
PRESTADOR: LABORLIZ - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICA LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 79/2013
PRESTADOR: LABORATÓRIO BRASÍLIA LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 80/2013
PRESTADOR: BIOCLÍNICO LABORATÓRIO QBO LTDA ME

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 81/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DE OFTALMOLOGIA SANTOS

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Consulta e procedimentos Oftalmológicos.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

TERMOA DITIVO: 01/2013
PRESTADOR: CRISTIANE MULINARI

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia em Fonoaudiologia.
VIGÊNCIA: A partir de fevereiro de 2013

MÊS DE MARÇO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 82/2013
PRESTADOR: ELIZA ZANELLA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia.

VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 83/2013
PRESTADOR: PATRICIA SIMON

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia e procedimentos em Fonoaudiologia.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 84/2013
PRESTADOR: JUSTINA INES WICKERT ROHR - HEMOLAB ANALISES

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 85/2013
PRESTADOR: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICA XANXERE LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Análises Clínicas.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 86/2013
PRESTADOR: INSTITUTO DE UROLOGIA DO OESTE CATARINENSE

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta em Urologia, Ultrassonografia de Próstata Transretal e Biópsia de Próstata.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 87/2013
PRESTADOR: CENTRO DE TRATAMENTO E DIAGNÓSTICO DE QUILOMBO S/C LTDA - TRADIMED

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de exames de Endoscopia Digestiva alta e Ultrassonografias.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 88/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DE OLHOS DR. DELSO BONFANTE S/S

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta e exames Oftalmológicos.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 89/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DE OLHOS DR. FERNANDO BONFANTE S/S

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta e exames Oftalmológicos.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 90/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DE OLHOS DR. ALEXANDRE TAKAHASHI S/S

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta e exames Oftalmológicos.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 91/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO SCARIOTI & LONG LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Ultrassonografias e Terapia Nutricional.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 92/2013
PRESTADOR: EVIDÊNCIA - CLÍNICA, CONSULTORIA E TREINAMENTOS S/C LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 93/2013
PRESTADOR: CLÍNICA INTEGRADA DE FISIOTERAPIA S/S - FISIOTERAPIA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 94/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DE FISIOTERAPIA AG I LTDA - FISIOTERAPIA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Sessões de Fisioterapia.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 95/2013
PRESTADOR: CLÍNICA RADIOLÓGICA CHAPECOENSE S/S LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Radiodiagnóstico e Ultrassonografias.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 96/2013
PRESTADOR: FEBLES E AGUIAR LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta em Pediatria.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 97/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DE OLHOS KUCZMAINSKI LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta e exames Oftalmológicos.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 98/2013
PRESTADOR: CLÍNICA MÉDICA ESPINOSA LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta e exames Oftalmológicos.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 99/2013
PRESTADOR: CLÍNICA DR. CICERO S/S LTDA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta em cirurgia geral, Endoscopia Digestiva Alta e Ultrassonografias.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 100/2013
PRESTADOR: RENATO ROGERIO

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta em Neurologia .
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 101/2013
PRESTADOR: MARCIA REGINA TOSATTI SIMON

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia

Psicológica.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 102/2013
PRESTADOR: DALILA EVA ROSSI JAHN WURZIUS

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 103/2013
PRESTADOR: MARINA BORTOLUZZI DE SOUZA

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 104/2013
PRESTADOR: PAULO FERNANDO DE OLIVEIRA CALDAS

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de consulta em Urologia, Avaliação Urodinâmica Completa e Cistometria Simples.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 105/2013
PRESTADOR: DOUGLAS ANTONIO PELIZZARO

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 106/2013
PRESTADOR: ANNA ALICE DEBIASI

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia Psicológica.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 107/2013
PRESTADOR: SONIA CRESTINA CATAPAN

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Terapia e procedimentos em Fonoaudiologia.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 108/2013
PRESTADOR: AUDIOCLÍNICA DIAGNÓSTICOS AUDIOLÓGICOS S/S

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de procedimentos em Fonoaudiologia.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº: 109/2013
PRESTADOR: CLINIMÉDI CLÍNICA MÉDICA DR. PAULO CARVALHO S/S LTDA.

OBJETO: Prestação de serviço em atendimento de Ultrassonografias.
VIGÊNCIA: A partir de março de 2013

CIS/AMUNESC

Edital de Licitação Nº 02/2013
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CIS/AMUNESC

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2013
Modalidade: CONVITE Nº 02/2013

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços profissionais de assessoria jurídica em gestão pública de consórcio intermunicipal de saúde.
Tipo: Menor preço mensal.
Entrega: Documentação e Proposta até as 15h30m do dia 24/04/2013.
Abertura: As 15:35h do dia 24/04/2013.
Fornecimento do edital completo e anexos, na sede do consórcio sito à rua Max Colin, 1843, América, Joinville (SC) no horário das 08:00h as 12:00h e das 14:00h as 17:00h.

Joinville, 09 abril de 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal de Massaranduba
Presidente do CIS/AMUNESC.

CIS/AMUREL

Extrato de Contrato de Credenciamento 32/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Credenciamento nº. 32/2013.
Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA AMUREL
Contratado: EUGENIO JOSÉ SANT'ANA - Firma Individual.

Objeto: O Credenciado prestará ao Consórcio e aos Municípios Consorciados, quando solicitado, consultas especializadas na área de Ortopedia e Procedimentos Cirúrgicos.
Amparo Legal: Lei Federal nº. 8.666/93 (Edital de Credenciamento nº. 001/2009 e 001/2012).

Data da Assinatura: 01/04/2013.

Assinantes:

JORGE LEONARDO NESI pelo Contratante e, EUGÊNIO JOSÉ SANT'ANA PELO CONTRATADO.

CISAM

Licença Ambiental de Instalação (Lai Nº 1209/2013)

PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL

CISAM MEIO OESTE

O CISAM (Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental) CNPJ: 08.484.353/0001-16 torna público que recebeu da Fundação do Meio Ambiente (FATMA) a Licença Ambiental de Instalação (LAI) para a atividade de Unidade de Análises Laboratoriais, localizada no Acesso Cidade Alta - Estrada Capinzal/Campos Novos.

Foi determinado um Estudo Ambiental Simplificado (EAS)

Rua Felipe Schmidt, 485, Centro
88010-001 - Florianópolis - Santa Catarina
Fone: 55 48 3216 1700
E-mail: fatma@fatma.sc.gov.br
URL: www.fatma.sc.gov.br